

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**TERRITÓRIOS CONSERVADORES DE PODER NO
CENTRO-SUL DO PARANÁ**

Tese de Doutorado

Márcia da Silva

**Presidente Prudente (SP)
Maio de 2005**

MÁRCIA DA SILVA

**TERRITÓRIOS CONSERVADORES DE PODER NO
CENTRO-SUL DO PARANÁ**

Tese de doutorado apresentada a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Presidente Prudente, para a obtenção do título de Doutora em Geografia (Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico).

Orientador: Prof. Dr. Jayro Gonçalves Melo

**Presidente Prudente
Maio de 2005**

Ficha catalográfica elaborada pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação
– UNESP – FCT – Campus de Presidente Prudente

S581t Silva, Márcia da.
Territórios conservadores de poder no centro-sul do Paraná / Márcia da
Silva. – Presidente Prudente : [s.n.], 2005
263 f.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências
e Tecnologia

Orientador: Jayro Gonçalves Melo

1. Geografia política. 2. Territórios conservadores. 3. Centro-Sul (PR)
4. Poder local.. I. Silva, Márcia da. II. Melo, Jayro Gonçalves. III. Título.
CDD (18.ed.) 910.32

Mãe, pai, tudo que faço é por vocês.
Obrigada por tudo, do carinho as broncas. Acho que
agora poderei me dedicar mais a vocês. Começo por este trabalho.

Dedico

Um carinho especial e um muito obrigada...

Ao JAYRO (orientador desde a graduação)...
pela audácia e competência em trilhar na Geografia, pela paciência e
pelo carinho, mas muito mais pelo "acredite em você", que sempre
precisei ouvir em meio a minha extrema insegurança;

Ao RAUL (orientador no Bacharelado)...
por me fazer entender que é sempre possível ousar, como o fizemos
agora, na tese, com as redes sociais; pelo carinho e pelo incentivo
constantemente;

À CARMINHA (que em 1993 me incumbiu da primeira pesquisa)...
por conta dela tive vontade de continuar a estudar Geografia;

Ao MAGALDI e ao ELISEU...
pelo carinho desde a graduação, pelo incentivo provocativo que me fez
pensar (e repensar);

À EDA...
pelas proveitosas contribuições no Exame de Qualificação e pela
atenção e incentivo desde o mestrado;

Aos amigos MARCOS, DENILSON, MARCELINHO e CLEIDE
(essa turma quase me impediu de aqui chegar)...
mas só porque queria ficar mais tempo comigo;

Ao OSCAR, LIZ, ANA CECÍLIA, LUZIA, KARLA, JOÃO ANTONIO,
FLAVIANA, MARCELO...
em momentos diferentes e a sua maneira, cada um tem sua participação
especial na novela dessa tese;

A MARQUIANA e ao EMERSON; a MARLI e a ADRIENE e; a CIDA e a
ELIZA ("novos" amigos de Guarapuava)...
o cuidado que vocês tiveram comigo foi fundamental. Foi bom poder
contar com vocês;

A FÁTIMA, SOLANGE, SILVANÍDIA, JUSSARA, LEANDRO e DANIEL (orientandos da graduação)...
pelo carinho e pela vontade de aprender que me fizeram muitas vezes
deixar a tese de lado para atendê-los;

A PAULA, EVA, e EMERSON (orientandos do *Lato Sensu*)...
pela ajuda nas entrevistas, pelas caronas, mas muito mais pela paciência,
carinho, pela troca de idéias e pela ajuda no aprendizado sobre
Guarapuava;

A ELAINE e ao CELSO
(amigos há menos tempo, mas que eu tanto admiro)...
obrigada pela participação tão profícua que vocês tiveram, não na tese,
mas na minha vida, sendo amigos nas alegrias e angústias pelos
corredores da UNESP;

A SANDRA VIDEIRA...
pela amizade sincera iniciada com a convivência em Guarapuava (coisas
que só o coração explica);

A "marrom" SILVIA (minha outra amiga do coração)...
pelo tempo morando juntas, por me fazer ser "menos séria" e por me
ensinar que é possível fazer tese e tomar chope até os garçons nos
"expulsarem" do *shopping*;

À JOELMA (minha 'amiga-irmã' de sempre)...
pelo ombro para chorar, mas muito mais pelos momentos para sorrir;

Ao MÁRCIO...
pelo apoio, pelo incentivo e pela presença constantes já há mais de cinco
anos. Se não fosse você ao meu lado não sei se eu teria dado conta das
diversas batalhas para a conclusão deste trabalho;

A SANDRA, HENRIQUE, CAÍQUE e MAYUME (que entenderam o
porquê da minha ausência)...
que vocês também possam ter momentos tão especiais quanto este;

A LOURDES E DEUSDETE (meus pais queridos)...

que bom saber que posso contar com vocês para tudo;

Gostaria de agradecer também, de forma especial:
Aos COLEGAS DO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA...
que, apesar das dificuldades, souberam entender, alguns mais, outros
menos, alguns porque já passaram por isso e outros porque não tem
ainda a dimensão das dificuldades, o quanto é importante ter um
momento somente para se dedicar à qualificação. Agradeço, em especial,
ao PAULO NOBUKUNI, ao ADALTO GONÇALVES, ao CARLOS DE
BORTOLI e a MARISA EMMER pela ajuda prática, não só no discurso;

Ao LUCIANO GALVÃO, pela lapidação dos esquemas, sociogramas e
mapas constantes no trabalho;

Aos funcionários da FCT, pela atenção, especialmente à LÚCIA, à
MÁRCIA, a IVONETE, a ERYNAT, ao WASHINGTON e ao CHICO;

A UNICENTRO pela possibilidade de afastamento para a conclusão da
pesquisa;

Ao CNPq, pela bolsa de estudos que me permitiu o primeiro ano de
estudos;

AOS QUE RELATARAM SUAS HISTÓRIAS nas entrevistas;
A todos que cederam material e informação para a conclusão desta.

Obrigada DEUS!!!

LISTA DE SIGLAS

ACIG	Associação Comercial e Industrial de Guarapuava
ADESG	Agência de Desenvolvimento de Guarapuava
CAIs	Complexos Agroindustriais
COAMIG	Cooperativa Agropecuária Mista de Guarapuava Ltda
COAMO	Cooperativa Agropecuária Mourãoense
COCAMAR	Cooperativa dos Agricultores e Agropecuaristas de Maringá
COMICRO	Cooperativa de Micros e Pequenos Produtores Rurais de Guarapuava e Região
COOPAVEL	Cooperativa Agropecuária de Cascavel
COOPERSUL	Cooperativa Central Agropecuária Campos Gerais
COOPERVALE	Cooperativa Agropecuária Mista do Vale do Piquiri
COPACOL	Cooperativa Agrícola Consolanta
DETRAN	Departamento Nacional de Trânsito
EMATER	Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAPA	Fundação Agrária de Pesquisa Agropecuária
FCT	Faculdade de Ciências e Tecnologia
FIEP	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
GAsPERR	Grupo Acadêmico Produção do Espaço e Redefinições Regionais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
OCEPAR	Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná
PAN	Partido dos Aposentados da Nação
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Progressista

PPS	Partido Popular Socialista
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SEAB	Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná.
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-Oeste
MDB	Movimento da Democracia Brasileira
ARENA	Aliança Nacional Renovadora
ONU	Organização das Nações Unidas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano

LISTA DE FIGURAS

01	Esquema interpretativo: questionamentos que conduziram à pesquisa.....	25
02	Guarapuava: Matriz.....	37
03	Paraná: processos de ocupação do território.....	49
04	Paraná: áreas de campos, divisão em planaltos e rios principais.....	53
05	Guarapuava: Esquema interpretativo dos grupos de poder político.....	185
06	Grau de centralidade do Partido Progressista (PP).....	213
07	Grau de centralidade da Empresa Repinho Reflorestamento e Compensados Ltda.....	215
08	Grau de centralidade do Partido Liberal (PL).....	216
09	Grau de centralidade do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).....	217
10	Grau de centralidade do Partido Popular Socialista (PPS).....	218
11	Grau de centralidade da Cooperativa Agrária Mista de Entre Rios Ltda.....	219
12	Grau de centralidade do Grupo Superpão Ltda.....	220
13	Esquema interpretativo centrado no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB): com quem mais se relaciona?.....	226
14	Esquema interpretativo centrado no Partido Progressista (PP): com quem mais se relaciona?.....	228
15	Esquema interpretativo centrado no Partido Popular Socialista (PPS): com quem mais se relaciona?.....	229
16	Esquema interpretativo centrado no Grupo Superpão Ltda: com quem mais se relaciona?.....	231
17	Guarapuava: sociograma da rede social.....	234
18	Guarapuava: sociograma da rede com grau de centralidade das conexões superior a 0,50.....	237
19	Guarapuava: sociograma da rede com grau de centralidade das conexões	240

	inferior a 0,50.....	
20	Guarapuava: sociograma da rede social centrada nas empresas.....	242
21	Guarapuava: sociograma da rede social centrada nos partidos políticos.....	244
22	Guarapuava: esquema interpretativo dos territórios conservadores de poder	247

LISTA DE TABELAS

01	Guarapuava – Dinâmica demográfica (1940-2000).....	95
02	Paraná – Estabelecimentos Agropecuários segundo os grupos de área total (ha) (1996).....	106
03	Guarapuava – Estabelecimentos Agropecuários segundo os grupos de área total (ha) (1996/2004).....	108
04	Paraná – Uso e ocupação do solo (1996).....	109
05	Guarapuava – Uso e ocupação do solo (1996/2003).....	110
06	Paraná – Posse da terra por condição do produtor (1996).....	110
07	Guarapuava – Posse da terra por condição do produtor (1996).....	111
08	Guarapuava – Perfil das empresas (2004).....	136
09	Guarapuava – percentagem da renda apropriada por extratos da população (1991-2000).....	139
10	Guarapuava: Grau de centralidade.....	211
11	Guarapuava: grau de centralização.....	222

RESUMO

Esta pesquisa, pautada nas relações entre poder e espaço, tem como objetivo principal compreender como se dá a formação dos aqui denominados territórios conservadores de poder. O compilamento de dados secundários, as análises de jornais e das entrevistas, bem como a fundamentação conceitual, direcionaram a pesquisa. Assim, este trabalho, que tem como recorte territorial o centro-sul do estado do Paraná e mais propriamente o município de Guarapuava, aborda três linhas principais, em sentido amplo, que fundamentam a formação desses territórios. A primeira delas diz respeito à ocupação histórico-geográfica que, entende-se, se deu de maneira diferenciada regionalmente. A segunda se motiva nas características sócio-econômicas recentes, produto desse primeiro processo e de outros que ajudaram a evidenciar suas diferenças e similitudes. A terceira linha está motivada na vinculação política e nas relações conservadoras de poder, com elementos referidos às práticas clientelistas, à política sustentada na troca de favores com elevada associação personificada do poder em oposição a pouca ou a nenhuma mediação das instituições. Assim, são duas as abordagens vinculadas ao conservadorismo: uma no sentido de relações economicamente menos dinâmicas e outra no sentido de relações de poder politicamente arcaicas ou tradicionais. Esses aspectos foram considerados segundo a metodologia das redes sociais. Através das redes foi possível observar as articulações dos grupos de poder político locais e dar conta de uma realidade que não se revela de imediato. E se a rede representa a realidade, representa também, aqui, os territórios conservadores de poder, numa articulação que permite confundi-los e concebê-los num misto território-rede. Este trabalho tem como objetivo, ainda, contribuir para o fortalecimento dos estudos das relações entre poder e espaço no âmbito da Geografia, portanto, da Geografia Política.

Palavras-chave: Territórios conservadores; poder local; Geografia Política; Guarapuava.

ABSTRACT

This research, based upon power and space relations, establishes as a main objective to understand how happen the formation of the territories, here named conservative of power. The secondary data compilation, the newspapers and interviews analysis, as well as the fundamentality conceptual, gave direction to the research. So, this work, which has, as a territorial clip, the center south of Paraná State and more appropriate Guarapuava municipal district, approaches three main master lines, in an extensive sense, that justify or substantiate the formation of these territories. The first of them concerns to the historical-geographical occupation that, as understood, happened regionally by a distinguished way. The second motivates itself in the recent social-economic characteristics, as a product of this first process and others which helped to evidence their differences and similarities. The third line is motivated in the political link and power conservative relations, with elements referred to clientele practices, the politics supported by exchange favors, with high association personified of power, in opposite of little or no mediation of the institutions. So, two approaches are linked to the conservatism: one in order to relations economically less dynamics and other in order to power relations politically archaic or traditional. These aspects were considered according to the methodology of social nets. Through the nets was possible to notice the articulations of local politic power groups and show a reality that is not revealed immediately. And if the net represents the reality, it also represents, here, the power conservatism territories, in an articulation that allow to confuse and conceive themselves in a mixture territories-net. This work aims, still, to contribute to strength of studies between power and space relations in the ambit of Geography, therefore, Political Geography.

Key-words: Conservatism territories; local power; Political Geography, Guarapuava.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: DA PROBLEMÁTICA A TEMÁTICA.....	18
1. A problemática.....	19
2. A temática.....	21
3. Por um caminho teórico-metodológico da pesquisa.....	26
I - FORMAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DO PARANÁ E OS TERRITÓRIOS CONSERVADORES DE PODER.....	44
1. O Paraná Tradicional.....	50
1.1. Os campos e os tropeiros no processo de ocupação.....	50
1.2. O papel dos imigrantes no processo de ocupação do Paraná Tradicional	58
2. Ocupação e formação territorial do Norte paranaense.....	63
2.1. O incentivo à industrialização do Norte paranaense.....	70
3. A pequena produção familiar e a modernização agrícola do Sudoeste e do Oeste do Paraná.....	72
4. A formação sócio-espacial da região de Guarapuava.....	79
5. O processo de ocupação e formação territorial do Paraná e os territórios conservadores de poder: considerações finais ao Capítulo 01.....	88
II - REALIDADE SÓCIO-ECONÔMICA E TERRITÓRIOS CONSERVADORES DE PODER NO CENTRO-SUL DO PARANÁ.....	90
1. “A chegada do estranho”.....	91
2. Guarapuava e a estrutura fundiária concentrada.....	105
3. A atividade agropecuária e a economia do centro-sul paranaense.....	112
3.1. A participação dos suábios de Entre Rios no desenvolvimento local.....	116
4. Demais setores econômicos e dinâmica regional.....	130
4.1. O setor industrial paranaense e de Guarapuava.....	130
4.2. Os setores de comércio e serviços em Guarapuava.....	137
5. Alguns indicadores sociais do município de Guarapuava.....	139
6. A realidade sócio-econômica de Guarapuava e a formação dos territórios conservadores de poder: considerações finais ao Capítulo 02.....	144
III - PODER POLÍTICO LOCAL EM GUARAPUAVA-PR: OS DISCURSOS DA RENOVAÇÃO E DA TRADIÇÃO.....	149
1. Poder e grupos políticos em Guarapuava.....	152
1.1. “Renovar é preciso”.....	154
1.2. É preciso consolidar a “renovação”.....	166
1.3. Do “Renovar é preciso” ao “Juntos para mudar” no imaginário social “guarapuavano”.....	175
2. Da idealização no futuro à tradição como pressuposto no imaginário social	

“guarapuvano”	186
Considerações finais ao Capítulo 03.....	194
IV - PODER LOCAL E TERRITÓRIOS CONSERVADORES EM GUARAPUAVA-PR: MAPEANDO REDES SOCIAIS.....	195
1. Redes sociais: algumas considerações.....	196
2. Territórios conservadores de poder: do que estamos falando?.....	204
3. Redes sociais e territórios conservadores de poder em Guarapuava-PR.....	209
3.1. Para se entender as redes sociais: grau de centralidade.....	210
3.2. Para se entender a rede social: grau de centralização/conectividade.....	220
4. A conectividade dos atores: com quem mais se relacionam?.....	224
4.1. A conectividade do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB): com quem mais se relaciona?.....	225
4.2. A conectividade do Partido Progressista (PP): com quem mais se relaciona?.....	226
4.3. A conectividade do Partido Popular Socialista (PPS): com quem mais se relaciona?.....	228
4.4. A conectividade do Grupo Superpão Ltda: com quem mais se relaciona?.....	229
5. Redes sociais.....	232
5.1. Guarapuava: rede com grau de centralidade das conexões superior a 0,50.....	235
5.2. Guarapuava: rede com grau de centralidade das conexões inferior a 0,50.....	238
5.3. Guarapuava: rede social centrada nas empresas	241
5.4. Guarapuava: rede social centrada nos partidos políticos.....	243
6. Redes sociais e territórios conservadores de poder: considerações finais ao Capítulo 04.....	245
GEOGRAFIA E PODER: considerações finais.....	248
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	253

INTRODUÇÃO:

Da Problemática à Temática

Iniciar um trabalho de pesquisa, é preciso lembrar, leva a buscar algo que, de maneira geral, as pessoas evitam: um problema. Sem um problema a resolver não há pesquisa. E é isso que o texto abaixo tenta demonstrar. A procura, o encontro, o namoro, as brigas, as reconciliações com o problema (ou os problemas) da pesquisa. Nele, explico a descoberta do problema e a linha de pensamento que conduziu a tentativa de resolvê-lo. Entretanto, como nas demais questões da vida, as soluções levam a outros problemas ou, por mais que se deseje, muitos ficam sem solução, mesmo que momentânea. Mas não é isso que nos mantém vivos, o encontrar e o resolver problemas?

Expresso-me assim porque essa tese foi, no mínimo, um problema muito bem encontrado, pois me rendeu muitas noites sem dormir e muitos dias de angústia. Mas se não fosse ele, o problema, o que teria sido de mim, que amo a pesquisa? O que teria sido de mim que vivo a “procurar problemas?” É claro que se eu não tivesse outros problemas (como o exercício da docência, por exemplo) teria resolvido o problema da tese de outras formas, por caminhos mais claros ou mais profundos e o resultado talvez fosse outro... Mas como problemas fazem parte do trabalho dos pesquisadores, mesmo defendendo essa tese, terei maior prazer em continuar resolvendo aqueles problemas que teimaram em não ser solucionados. Como na vida!

1. A problemática

O tema central desta pesquisa se fundamenta nas discussões sobre o poder local. Com esse enfoque eu já havia trabalhado na dissertação de mestrado, intitulada “O poder local em Presidente Prudente-SP, o comerciante e suas representações sociais”. Permanece a linha teórico-analítica, mas não a realidade investigada.

Com relação a realidade investigada, comecei a pesquisa praticamente do nada, em consequência de minha mudança para o Paraná. Neste, tudo era (é?) novo. Cheguei no início do ano de 2002, ao passar no concurso público que me

tornou professora da Universidade Estadual do Centro-Oeste, a Unicentro. O Paraná, para mim, até então, era Curitiba, reconhecida até mundialmente por uma série de *slogans*, como a capital ecológica; o Norte do estado, com Londrina e Maringá e a famosa terra roxa e; a mídia citando as grandes produções de soja, trigo e milho, especialmente no Oeste. Ao chegar a Guarapuava percebi que o Paraná era bem mais que isso. E é desse Paraná percebido (mas não divulgado), que gostaria de falar.

A distância que passou a separar o local de trabalho (Guarapuava) e a então área de estudos (Presidente Prudente), me fez pensar em como conciliar as duas situações. Essa dúvida pairou durante o primeiro semestre de 2002, quando iniciei meu trabalho na Unicentro. A primeira experiência profissional, valendo-se de um concurso público, me exigiu dedicação e estudo e, nesse período, não trabalhei com a tese.

Reiniciei (iniciei?) a pesquisa em agosto de 2002 já decidida. Seria impossível continuar a estudar Presidente Prudente. Esse era um problema que eu necessitava resolver para começar a fazer campo, estudar a realidade local etc. Era preciso, a partir da opção por Guarapuava, enxergá-la com outros olhos.

O título/tema de meu projeto era (era porque diretamente abandonei o debate sobre espaço simbólico): “O espaço simbólico e as estratégias de reprodução do poder local em... Guarapuava-PR”. Mas outros elementos na observação mais apurada da realidade me fizeram repensar o enfoque, excluir e incluir outros elementos.

Em Guarapuava, me deparava, freqüentemente, com algumas falas que chamavam à atenção. Ouvia coisas como: “*essa cidade é muito conservadora, basta ver que dois grupos mandam*”. Ou ainda: “*os grandes fazendeiros agropecuaristas é que dominam a cidade há muito*”. Também: “*O conservadorismo aqui não sei se melhorou ou se piorou com a chegada dos alemães de Entre Rios*”; E, “*a sociedade campeira quer ser melhor que os demais guarapuavanos*” etc.

A cidade me pareceu estranha ou no mínimo diferente. Os mais de 160.000 habitantes pareciam ali não morarem. “*Será que estão na área rural?*”, me

perguntava. Não, apenas aproximadamente 14.000 habitantes nela vivem. Onde estariam as pessoas que eu não via circulando no calçadão para as compras e outros? E as falas continuavam me instigando: “A TV Difusora é da família Mattos Leão¹”; “o Luiz Fernando Ribas Carli² é dono das Faculdades Campo Real e de duas emissoras de rádio”. E isso foi me fazendo querer entender como se dava aquele jogo político. Guarapuava era mesmo conservadora? Mas conservadora em que sentido? O que é ser conservador/conservadora? Essas características estavam presentes em outras realidades e nem por isso elas eram consideradas conservadoras! Qual era então a singularidade local?

Na opção por Guarapuava, me parecia que o tema central da pesquisa, o poder local, estava preservado. Além disso, poderia investigar, secundariamente, outros enfoques. A pesquisa teve início verdadeiramente ao verificar que na biblioteca da Unicentro não existiam trabalhos científicos dos cursos de Geografia, História, Economia referentes ao tema ou semelhantes, excetuando-se os estudos aqui citados. Percebi, então, que poderia contribuir. E assim busquei fazer. Mas, como ficou, enfim, a temática?

2. A temática

Pensei o seguinte: vou trabalhar com a hipótese do conservadorismo (a tradição, as relações de tempo lento, a observação cotidiana, certos hábitos de vida, de valores morais etc) “guarapuavano” e da formação de territórios conservadores de poder. Mas o que diferenciava/diferencia Guarapuava (e áreas semelhantes) de

¹ A família Mattos Leão é uma das mais tradicionais na política local. Atualmente possui um deputado estadual, Artagão de Mattos Leão Júnior.

² Luiz Fernando Ribas Carli é bioquímico e atual prefeito de Guarapuava (deixou o cargo de deputado estadual para assumir a prefeitura). É de família tradicional, já que a mãe descende dos povoadores da cidade, os Rocha Loures. Além dos Rocha Loures, tem descendência com os Ferreira, Siqueira, Cortes, Maciel, parentes de Bento e Pedro de Siqueira Cortes, últimos bandeirantes que adentraram e povoaram à região. Iniciou a carreira política como candidato a deputado estadual, em 1986, ficando como suplente.

outras regiões que a caracterizava/caracteriza como conservadora? No meu entender, a resposta estava na composição histórico-geográfica regional e nas próprias relações de poder político, além dos instigadores desses processos, ou seja, as formas de produção e seu viés econômico.

Primeiramente, então, iniciei uma busca, por meio dos processos de ocupação e formação territorial paranaenses, dos elementos constitutivos da região e suas principais especificidades. O que diferenciava Guarapuava/sua região, em termos de formação histórica e de relações político-econômicas do restante do Paraná, a partir de sua gênese?

O estudo da ocupação e da formação territorial paranaenses e suas singularidades regionais demonstraram um grande empobrecimento local e um atraso socioeconômico se comparado, o município, a outros de similar importância regional, mesmo com seus quase 190 anos; uma estrutura de produção tradicional, voltada à pecuária (com início no tropeirismo); o isolamento decorrente da inexistência de vias de transporte adequadas e meios de comunicação até os anos 1970 aproximadamente; uma indústria ainda vinculada ao extrativismo da madeira e da erva-mate, esta última em processo de reestruturação ou de decadência, com baixo valor agregado; bem como aspectos sociais, como índices de mortalidade infantil elevados etc. Para isso, apresento dados de algumas fontes que demonstram a realidade sócio-econômica diferenciada da região. Então, chegou-se a um primeiro elemento. *Conservadoras, como sinônimo de atraso econômico-tecnológico, são algumas formas de produção, reflexo das ações de parte da sociedade, e não a sociedade “guarapuavana”.*

Num segundo momento, complementar ou implícito a questões sócio-econômicas citadas, buscou-se compartilhar elementos vinculados ao poder político e as contradições/disputas existentes entre os principais grupos³ políticos locais

³ A utilização da palavra grupo deve ser entendida no sentido de que as articulações político-econômicas, além de se realizarem entre partidos políticos, se realizam também entre estes e empresas, entre estes e instituições públicas etc. Nesse sentido, o grupo político ou político-econômico, de forma geral, não está sendo trabalhado como um agregado que tem vida própria, que se apresenta em um todo a partir de tradições, valores, bens materiais. Aqui, eles se constituem mais

que, em alguns casos, impedem o desenvolvimento. A sustentação dos mesmos depende da permanência e não da mudança da estrutura existente, por isso buscam conservá-la, mesmo que para isso preguem a mudança, numa contradição “novo” versus “velho” ou transformações versus permanências. Mas, como afirmar que relações conservadoras levam a constituição de territórios conservadores? Os territórios são, então, conservadores por serem apropriados com base em interesses e conflitos de grupos político-econômicos hegemônicos conservadores, estes relacionando concreta ou simbolicamente, com o território, o resultado de suas ações e práticas contraditórias.

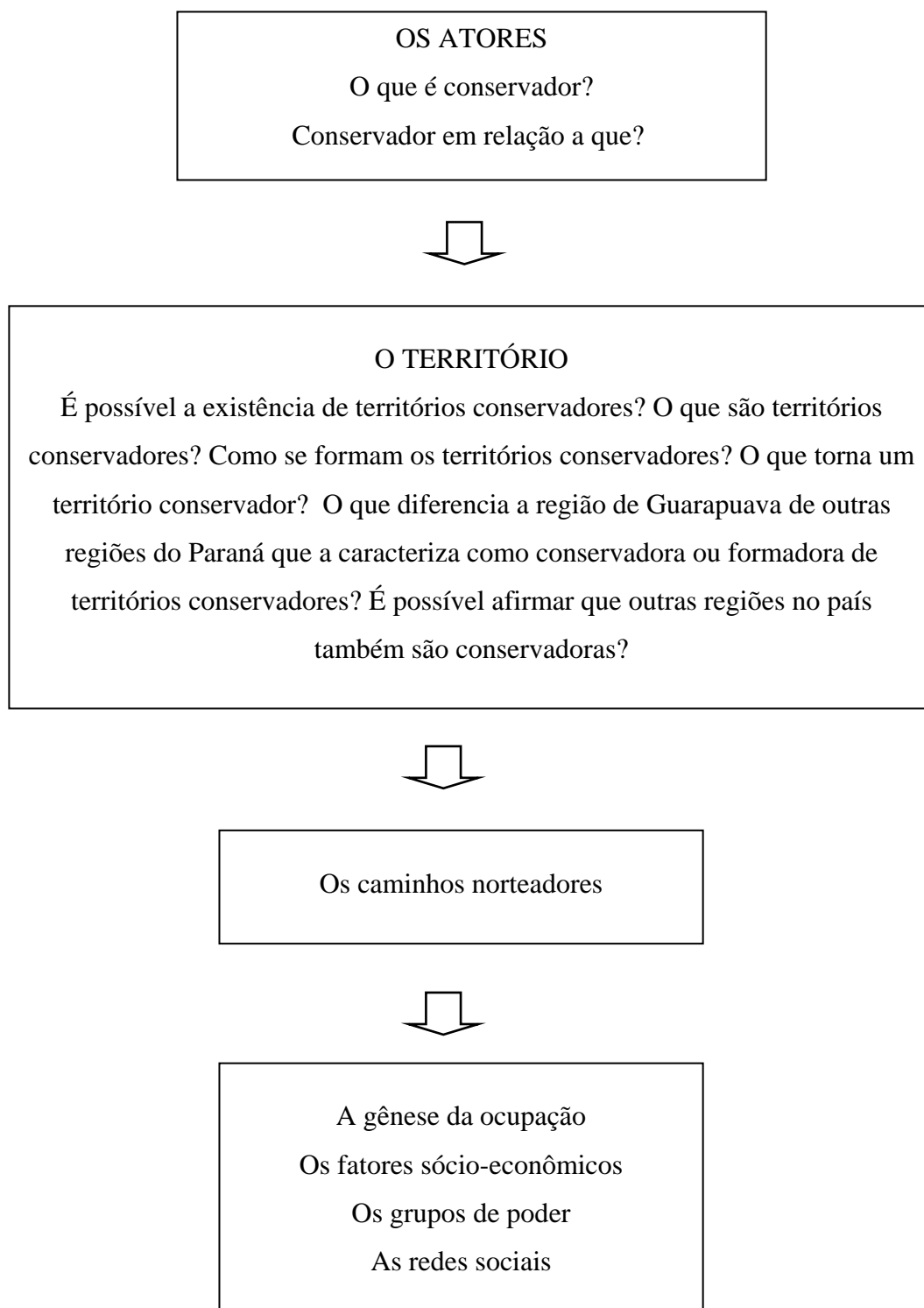
Com isso, além da premissa de que os territórios conservadores se constituiriam historicamente, procedentes de formações sociais mais arcaicas, com fortes tradições rurais (áreas pecuaristas e agrícolas pouco modernizadas ou modernizadas recentemente), são justificados, também, por relações políticas conservadoras, cuja articulação pode ser representada por meio de redes sociais de poder. Então, chegou-se a um segundo elemento. *Conservadoras são as relações políticas e não a sociedade “guarapuavana”*.

Nesse ínterim, a pesquisa tem por objetivo compreender a formação de territórios conservadores de poder, identificados a partir das condições históricas de ocupação e formação territorial, das características sócio-econômicas daí decorrentes e dos grupos de poder político locais e seus discursos legitimadores de ideologias e de práticas sociais determinadas. A organização desses grupos pode ser observada pela análise das redes sociais, representativas de alianças e de dissidências dos atores políticos hegemônicos. Estes, no entanto, devem ser vistos como agentes sociais produtos de contradições que os identificam, cada um deles, a um determinado grupo em oposição a outros grupos sociais, e não isoladamente, como se a sociedade e a dinâmica local a eles se restringissem.

como uma vinculação para cumprir determinado interesse ou objetivo comum e, após o cumprimento desses, muitas vezes se desfazem. Por outro lado, em alguns momentos, a utilização da palavra grupo realmente refere-se a um agregado que tem vida própria, o que é apontado distintamente no texto.

Abaixo (Figura 01) é possível acompanhar a linha de pensamento que trouxe inquietações e permitiu a estruturação da hipótese. As respostas aos questionamentos apontados confirmaram a tese. O caminho teórico-metodológico apresentado, na seqüência, direcionou sua construção.

FIGURA 01 – Esquema interpretativo: questionamentos que conduziram à pesquisa



3. Por um caminho teórico-metodológico da pesquisa

O Paraná, mesmo sendo um estado bastante estudado, inclusive pela Geografia, é carente em pesquisas (geográficas e de outras ciências) referentes as regiões do centro-sul⁴ do estado, como as de Guarapuava, de Campo Mourão, de União da Vitória, abordadas apenas secundariamente nas pesquisas. Os destaques ficam por conta das regiões Norte do estado e Metropolitana de Curitiba. Constituem-se exceções, com estudos sobre o centro-sul, no entanto, os clássicos da História e da Geografia paranaenses (e outros trabalhos citados ao longo do texto), como as obras de Rui Wachowicz e Brasil Pinheiro Machado, os artigos do Boletim da Universidade Federal do Paraná, de Altiva Pilatti Balhana, de Maria Cecília Westphalen e do Boletim de Geografia, especialmente os trabalhos de Nilo Bernardes e Lysia Cavalcanti Bernardes, mas estes discutem um Paraná ainda em formação, já que suas pesquisas mais significativas não ultrapassam a década de 1950⁵. A realização desse trabalho é uma forma de contribuir para a superação dessa lacuna.

O estudo aqui apresentado teve por fundamento, a partir da temática e da problemática expostas e das fontes utilizadas, dois momentos justapostos, que possibilitaram melhor entender parte desse Paraná pela formação dos territórios conservadores de poder: um na construção dos Capítulos 01 e 02 e outro na construção dos Capítulos 03 e 04.

⁴ A utilização do termo centro-sul do Paraná não significa limites rígidos como o recorte delimitado pelo IBGE para a mesorregião Centro-Sul. Apesar da utilização de dados e informações dessa delimitação, o recorte territorial em estudo não segue prioritariamente seus limites, até porque os territórios conservadores de poder são trabalhados em escalas diferenciadas, nos diversos momentos da análise, desde a abrangência sócio-econômica para o centro-sul do estado até a restrição das redes sociais para Guarapuava.

⁵ Com exceção de Ruy Wachowicz. Seus trabalhos, realizados até os anos 1980, também se tornaram clássicos e, com certeza, são leituras obrigatórias a quem se propõe embarcar nessa multiplicidade de culturas, valores, costumes, sotaques, climas, etc que é o Paraná.

No primeiro momento, a fundamentação se deu graças a uma análise histórica dos processos de ocupação e formação territorial do Paraná, bem como de análises sócio-econômicas regionais mais recentes, delimitando os períodos ou as articulações temporais mais significativas na “busca” pelos territórios conservadores de poder. Com isso, alguns “saltos” históricos foram inevitáveis, privilegiando-se, pelo delineamento do próprio recorte analítico, alguns momentos em detrimento de outros. Como o território paranaense está regionalizado, histórico e geograficamente, tendo por base diferentes metodologias e aportes teóricos, a análise das especificidades sócio-econômicas, através de dados de fontes secundárias (IBGE, SEAB, INCRA, IPARDES, EMATER etc) do estado e, mais especificamente, da região de Guarapuava, se deu em virtude das diferentes formas de olhar de seus pesquisadores. Nesse caso, sobrepunham-se ao menos três leituras.

Pelo modelo de Brasil Pinheiro Machado (1951), o processo de ocupação completa do território paranaense ocorreu pelo deslocamento de três frentes pioneiras ou pela história das migrações, com o Paraná Tradicional (Litoral, Curitiba e Campos Gerais), a ocupação nortista, resultado das migrações paulista e mineira para o Nordeste, o Norte e o Noroeste do estado, e as migrações gaúcha e catarinense para o Sudoeste e o Oeste. Sob uma ótica temporal, os processos de ocupação vão constituir o que se poderia chamar de “Paraná antigo” e de “Paraná moderno”, *“este surgindo a partir da desagregação da sociedade campeira do Paraná Tradicional, no final do século XIX”* (SERRA, 1992). Essas três expansões, apesar de diferenciadas, completaram a ocupação territorial do estado e configuraram sua estrutura sócio-econômica. Elas também foram denominadas por Balhana, Machado e Westphalen (1969) de “Comunidades Autônomas Paranaenses” e também por Machado (1981) de “Comunidades Históricas”.

Outra forma clássica de regionalização é a proposta por Reinhard Maack (1947). Maack dividiu o estado do Paraná em unidades geomorfológicas em razão de cinco paisagens naturais predominantes: o Litoral (limitado a leste pelo Oceano Atlântico e a Oeste pelos flancos orientais da Serra do Mar), a Serra do Mar (conjunto montanhoso dominado pela Serra do Mar), o Primeiro Planalto ou Planalto de Curitiba (limitado a leste pelos flancos ocidentais da Serra do Mar e a

Oeste pelo *front* da *cuesta* devoniana), o Segundo Planalto ou Planalto de Ponta Grossa (da crista da *cuesta* devoniana até o *front* da *cuesta* jurássica a Oeste) e o Terceiro Planalto (que ocupa dois terços do território paranaense) ou Planalto de Guarapuava (limitado pela *cuesta* jurássica ao leste e pelo talvegue do vale do Paraná a Oeste). Já as regionalizações elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foram diversas. Atualmente, com base em dados de 2000, o estado do Paraná está dividido político-administrativamente em 399 municípios e 705 distritos formadores de 10 mesorregiões divididas em 39 microrregiões homogêneas.

Estas regionalizações delimitaram áreas diferenciadas, inclusive na produção de dados oficiais, o que dificultou a compilação e análise dos mesmos para a pesquisa. Mas, como também para esta não foi traçado, a priori, um recorte territorial nítido, apenas o centro-sul paranaense (ou o núcleo central do estado), a utilização dos dados foi sendo ajustada à construção dos diversos tempos da abordagem.

O segundo momento da pesquisa (Capítulos 03 e 04) foi construído a partir das análises em jornais locais e de entrevistas⁶ como elaboração de uma justificativa mais de cunho político-sociológico para a formação dos territórios conservadores de poder.

Em relação aos jornais, foram pesquisados aqueles com circulação periódica (diária ou semanal), nos períodos pré e pós-eleições municipais de 1988, 1992, 1996, 2000 e 2004. Assim, foram averiguados, para os anos de 1988 e 1992, o semanário Esquema Oeste⁷; para o ano de 1996 o também semanário O Repórter;

⁶ A metodologia descrita, em especial a análise de jornais, além das finalidades da própria pesquisa, vem contribuir para o aporte de estudos realizados na linha “Atores políticos e suas representações sociais”, do “Grupo Acadêmico Produção do Espaço e Redefinições Regionais” (GAsPERR), vinculado a FCT/UNESP de Presidente Prudente-SP, linha que busco reforçar com este trabalho.

⁷ O jornal Esquema Oeste foi fundado por Leonel Júlio Farah, ex-vice-presidente do Partido da Frente Liberal (PFL) local e diretor do jornal até a sua extinção.

para o ano de 2000 o Diário de Guarapuava (diário) e O Repórter e; para 2004 o Diário de Guarapuava e a Tribuna Regional do Centro-Oeste (semanário)⁸.

Para explorar a imprensa como fonte de pesquisa é preciso concebê-la, primeiramente como um meio que concentra uma grande capacidade de produzir significados hegemônicos; em segundo lugar, é preciso considerar que ela possui interesses próprios, fruto de sua posição como importante instrumento de poder, devido às fortes relações existentes entre os proprietários destes meios de comunicação e as elites políticas e econômicas. (SILVA, 2002, p. 203)

Justificando a análise acima, dentre os jornais citados, o Esquema Oeste circulou por aproximadamente trinta anos, com oscilação de tiragem, ao longo do tempo, coincidindo justamente com as alianças políticas realizadas entre seu proprietário e os políticos do poder executivo local. Por um determinado período, publicou os diários oficiais da Prefeitura Municipal. Além dele, o jornal Folha do Oeste, não utilizado na pesquisa, também publicou os diários da prefeitura. Como explica Silva (2002, p. 204):

A publicação desses diários oficiais no jornal Folha do Oeste ocorreu no período de atuação política do Sr. Nivaldo Krüger e seus companheiros políticos, vinculados à elite campeira e às instituições locais de poder (...), nas quais o proprietário desse jornal era atuante. O jornal Esquema Oeste foi favorecido pela publicação dos diários oficiais durante a gestão do ex-prefeito Fernando Ribas Carli e dos sucessores políticos do mesmo partido, sendo que seu proprietário foi Secretário Municipal de Comunicação e coordenador de várias campanhas políticas eleitorais do grupo político do ex-prefeito municipal. Ambos os jornais entraram em crise econômica com a interrupção das alianças políticas estabelecidas,

⁸ A utilização desses jornais ocorreu por serem os únicos de circulação local periódica.

evidenciando as relações de dependência das elites políticas que lhes davam sustentação econômica.

Nos oito anos da administração de Vitor Hugo Ribeiro Burko⁹ os diários foram publicados pelo jornal O Repórter e, posteriormente, pelo Boletim Oficial do Município. Assim, é preciso ficar atento para o que estes jornais reproduzem, a quem protegem e a quem aniquilam. Nesse sentido, a análise procura ver e entender os jornais enquanto veículos de divulgação e peças importantes no jogo do poder, já que proporcionam aspirações, comportamentos e valores diversos, bem como levam a referências de grupos sociais pelas imagens e idéias que divulgam e pelos discursos que reproduzem, “*pois suas matérias exaltam alguns indivíduos, como rechaçam outros*” (SILVA, 2002, p. 64).

Além desse elemento, a investigação deve propiciar uma abordagem interdisciplinar histórica e geográfica, demonstrada a partir do momento em que os jornais apontam a perspectiva através da qual o próprio campo de prática social passa a emprestar a voz que consubstancia o conhecimento produzido. Como o jornal apresenta certo grau de autonomia que o faz sujeito histórico, revela, através do discurso que formula, uma rica trama social.

Mesmo sem tratar a postura político-ideológica dos mesmos,¹⁰ a escolha pela pesquisa em jornais se justifica por serem, eles, meios de expressão de parte da sociedade, revelando, em sua materialidade, a voz daqueles que, de alguma forma, podem exteriorizar seus pensamentos, como um caminho para entender a história vivida, apesar do acesso aos mesmos ainda restrito¹¹.

⁹ Vitor Hugo Ribeiro Burko é natural de Guarapuava, advogado, professor universitário e empresário. Foi vereador em 1989-1992 (pelo PL) e prefeito em 1996 (pelo PSDB), reeleito em 2000. Retornou ao PL, no qual se encontra atualmente.

¹⁰ Sobre o assunto, ver: MELO, Jayro Gonçalves. **Imprensa e Coronelismo**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1995 (Série Ideologia e Poder, n. 1); MELO, Jayro Gonçalves. **A Voz do Povo e a “Revolução de 30”**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1998 (Série Ideologia e Poder, n. 2).

¹¹ É importante lembrar que o jornal é visto além mercadoria, mesmo reconhecendo que, como tal, o objetivo é que seja comercializado.

Além dos jornais, e apesar de não ponderados como fontes para a pesquisa, os meios de comunicação oral, de abrangência mais ampla, como o rádio e a TV¹², têm papel muito importante como formadores de opinião, sendo um modo poderoso de criar e fazer circular conteúdos simbólicos. De acordo com o médico e ex-vice-prefeito Antonio França de Araújo¹³, os meios de comunicação, localmente, podem ser considerados o quarto poder.

Existem grupos políticos formados já para terem essa roda viva no interesse econômico e no interesse político juntos, principalmente na área de comunicação. Mantêm-se rádios, porque a rádio é um veículo de formação de opinião e, ao mesmo tempo, é um veículo de recepção de recursos públicos. A partir do momento em que você tem um vínculo político com um poder maior de alcance, vai gastar suas verbas de comunicação exatamente naquelas rádios, nos jornais daquelas pessoas vinculadas politicamente ao grupo. Isso então vira uma roda viva. A rádio divulga, defende o nome e ao mesmo tempo é um elemento de recepção de recursos interessante, já que o rádio, o jornal, manipulam a opinião pública. Então o que a gente vê é um mecanismo assim quase que inquebrantável. É praticamente impossível uma liderança nova poder participar sem que tenha que dizer amém para esses grupos. A partir do momento em que ela tenta se contrapor a eles, pode enfrentar, por exemplo, um mecanismo de difamação pública que quase não tem como escapar. Por mais que você vá à justiça, a justiça é lenta e a

¹² Em Guarapuava, o prefeito Luiz Fernando Ribas Carli é proprietário das rádios Guairacá e Cacique e a família Matos Leão das rádios Difusora e Atalaia, além da TV a Cabo Difusora.

¹³ Entrevista concedida à Márcia da Silva, em 25/06/2004, as 10 h e 30 min., no consultório do entrevistado. Antonio França de Araújo, além de médico e ex-vice-prefeito na primeira administração Vitor Hugo Burko (1996-2000), é de família tradicional de Guarapuava, com vínculos com os pioneiros. Seu bisavô, Manoel Elias de Araújo chegou ao município com as tropas colonizadoras de Diogo Pinto de Azevedo Portugal, sendo beneficiado (esse e outros familiares, segundo ele) com sesmarias doadas pelo Império. Por isso, há vínculo com as atividades rurais em toda a família.

rádio é rápida. Em Guarapuava é impressionante o poder que tem os meios de comunicação na formação de opinião.

Em relação às entrevistas, elas vêm sendo utilizadas intensamente em diferentes áreas da ciência, e de maneira inovadora, como afirmam Thompson (1992), Janotti (1993) e Hall (1992), consubstanciando-se na principal técnica dos estudos da história oral. O próprio Hall (1992), no entanto, alerta para alguns elementos que precisam ser considerados quando da utilização dessa metodologia, já que ela se fundamenta em estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos, portanto, das experiências de vida que devem ser respeitadas. Mas há formas mais específicas de estudos pela história oral, como a que aqui é utilizada. Esta se restringe ao estudo de um tema ou a uma parte da experiência de vida do entrevistado. Neste caso, a história oral é denominada de história oral temática¹⁴ (MEIHY, 1994 e 1996).

As entrevistas foram realizadas entre os meses de maio e novembro de 2004. Por ter cunho mais pessoal, e o tema demandar um certo receio nos entrevistados em exporem lacunas do discurso que sustentam suas falas, foram diversas as dificuldades em realizá-las, desde o aceite em ser entrevistado (que, pelos políticos, foi sendo facilitado com a proximidade das eleições municipais e, pelos empresários, foi dificultado), até a de conduzir as entrevistas de forma a que as pessoas pudessem falar o máximo possível de suas relações políticas sem a desconfiança que o tema induz e que essas relações, muitas escusas, propiciam. Os critérios para a escolha dos entrevistados e para a condução das entrevistas foram assim organizados:

Os entrevistados foram escolhidos: 1) por serem considerados formadores de opinião e, portanto, com papel social relevante; 2) por terem participação política importante junto aos poderes político-econômicos-sociais

¹⁴ A história oral se divide, além da temática, em história oral de vida e tradição oral. Para um estudo mais aprofundado dessa metodologia, observar, no Brasil, os grupos que trabalham diretamente com história oral, como o Núcleo de Pesquisas do Rio Grande do Sul (NUPERGS) e o Núcleo de Estudos em História Oral, da USP.

locais e/ou; 3) por terem algum tipo de ligação (na atualidade ou no passado), com a política local. Assim, foram entrevistados: 1) empresários locais atuantes no comércio, nos serviços e na indústria, com empresas consideradas de grande porte (o critério foi o número de funcionários)¹⁵ e de capital local, de preferência, mas não exclusivamente, em virtude do número inexpressivo das mesmas; 2) proprietários rurais de porte médio-grande, tanto os considerados latifundiários tradicionais, como os “novos”, dentre estes os Suábios do Danúbio¹⁶, avaliados como responsáveis pela modernização da agropecuária da região (apesar de também serem responsáveis por uma recente concentração de terras) e migrantes sulistas; 3) pessoas que ocuparam/ocupam cargos políticos no município (como ex e atuais prefeitos e ex e atuais vereadores) ou em outras escalas, como os deputados estaduais (ex e atuais) e os deputados federais (ex e atuais); 4) algumas pessoas foram entrevistadas, ainda, por constarem na lista oficial da Justiça Eleitoral, do

¹⁵ Informação obtida na Associação Comercial e Industrial de Guarapuava (ACIG).

¹⁶ Os Suábios do Danúbio formam o grupo de “alemães” das Colônias de Entre Rios, distrito de Guarapuava. As guerras austro-húngaras contra os turcos, ocorridas entre 1683 e 1718, resultaram na expansão territorial e na emigração de alemães de suas terras, dentre eles os moradores do estado da Suábia e atuais Suábios do Danúbio, que então se estabeleceram no baixo Danúbio (o Danúbio atravessa as atuais Áustria, Bulgária, Croácia, Alemanha, Hungria, Moldávia, Eslováquia, Romênia, Ucrânia, Sérvia e Montenegro) por mais de 250 anos. A Suábia é uma região histórica da Alemanha (de dialeto suábio) e que, nesse período, localizava-se onde está, atualmente, grande parte da Suíça e da Alsácia (França), Considerados excelentes agricultores, ali, transformaram uma terra inóspita em um celeiro agrícola. Com a 1ª Grande Guerra a região do baixo Danúbio foi dividida entre Hungria, Iugoslávia e Romênia, dividindo também esses povos. Na 2ª Grande Guerra, com o avanço do Exército Vermelho, novamente perderam suas terras e o lugar de vivência, tornando-se expatriados. Com isso, muitos fugiram. Alguns permaneceram na Europa e outros foram ajudados a mudar de país, sendo o caso do grupo chegado ao Brasil e a Guarapuava, que assim o fizeram a partir de um programa do governo alemão de repatriamento (COOPERATIVA AGRÁRIA, s/d). A interessante e até certo ponto sofrida história dos Suábios do Danúbio está expressa em livros, pesquisas acadêmicas, documentários e outros trabalhos da e sobre a região. Um exemplo é: ELFES, Albert. **Suábios do Paraná**. Curitiba: Banco Lar Brasileiro, 1971.

município, como colaboradores das campanhas para prefeito e outros, notadamente os empresários do setor madeireiro.¹⁷

Apesar de abertas, as entrevistas foram norteadas por um rol de questões que obrigatoriamente deveriam ser feitas, quais sejam, aquelas que serviram de “matéria-prima” para a caracterização e a compreensão das relações entre os grupos político-econômicos locais e para a detecção das redes sociais. O objetivo era o de fazer com que a rede, como aporte metodológico, ajudasse a explicar a problemática aqui estabelecida, a da formação de territórios conservadores de poder, pela sua representação, tanto a partir do estudo dos vínculos (e da intensidade dos mesmos) entre os grupos político-econômicos, quanto no interior dos grupos e nas suas relações imediatas (políticos, empresas privadas e órgãos representantes desses grupos), bem como na rede em conjunto.

Assim, as entrevistas tiveram o objetivo de: 1) identificar a formação das redes sociais, o que foi possível através da indicação, pelos entrevistados, de três a cinco nomes de pessoas as quais tivessem vínculos mais estreitos, tanto profissionais quanto pessoais, espontaneamente por meio de uma lista por nós fornecida, com nomes de atores indicados a partir dos critérios mencionados acima. Cada nome citado (e que não estava na lista) era incluído à lista, o que permitiu que, a cada entrevista, o número de participantes fosse elevado, demarcando os relacionamentos dos atores¹⁸; 2) traçar as características da política e dos grupos político-econômicos do município e suas inter-relações (formação, conflitos, alianças, dissidências etc), procedimento este realizado mediante questionamentos mais abertos.

¹⁷ Dentre os nomes de empresas citadas como colaboradoras estão: Guaratu Indústria e Comércio de Madeiras e Compensados Ltda (de propriedade do esposo da juíza do Tribunal de Justiça e do Tribunal Eleitoral), Coralplac Compensados Ltda, VCP Florestal S.A., Ibema, Companhia Brasileira de Papel, Compensados Fauna Brasil Ltda, Aracruz Celulose S.A., e mais a Associação Paranaense de Empresas de Base Florestal (TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL, 2004).

¹⁸ Em um certo momento, no entanto, os nomes começaram a se repetir (muitos se repetiam sempre), o que, para nós, indicou um certo “limite” da rede ou das relações.

Tomando por fundamento, então, esses critérios, foi possível a construção de uma matriz (Figura 02), onde estão demonstrados os contatos diretos e indiretos dos atores e suas vinculações institucionais, por meio dos graus de centralidade¹⁹ e de centralização²⁰. A matriz, assim, é o resultado dos vínculos citados por cada ator. Mas como foi elaborada? A matriz foi elaborada tendo por base os passos que se seguem:

1. As pessoas citadas pelos entrevistados (84 nomes) foram associadas a instituições (chegando-se a um total de 24: dez partidos políticos, nove empresas e cinco outras instituições, constantes da Figura 02), já que o objetivo era o de traçar relações por elas (as instituições) mediatizadas, evitando que o estudo ocorresse na dimensão pessoal;
2. Das 24 instituições, uma foi selecionada, aleatoriamente, à qual foi atribuída a letra A (para facilitar o preenchimento da matriz). Assim procedeu-se sucessivamente com as 24 instituições, até a letra Z, atribuída à última instituição;
3. As instituições, por intermédio de suas referidas letras, foram inseridas na matriz nas linhas e nas colunas, já que a matriz implica a formação de pares. Assim, se A se relacionava com B, punha-se o número 1 na intersecção das duas letras e assim até o final dos

¹⁹ O grau de centralidade varia de zero a um. Para calculá-lo é preciso dividir o total de conexões existentes para cada ator pelo número de conexões possíveis. No caso em estudo, apesar de 24 atores, somente 23 conexões são possíveis, já que os atores não se conectam com eles próprios. Quanto mais próximo a 1 (um), mais central é o ator na rede.

²⁰ O grau de centralização é calculado a partir da soma das conexões possíveis e efetivamente realizadas, diretas e indiretas. Na rede aqui trabalhada são 552 conexões que, divididas por dois, já que são pares (A com B é igual a B com A; D com G é igual a G com D etc.), chega-se a 276 conexões possíveis. Procedeu-se, então, utilizando-se regra de três. Se 276 é igual a 100%, as 52 conexões do PMDB equivalem a 18,84% das conexões possíveis, por exemplo, e assim sucessivamente.

demais vínculos institucionais citados por A: com C e com D, por exemplo. Ao findar a formação dos pares de A, iniciaram-se as vinculações de B. B com A, com C, com D, por exemplo, e assim até o total das instituições citadas por B e pelas demais instituições/letras;

4. Se qualquer uma das instituições/letras foi citada por uma segunda, terceira ou sexta vez, ao invés de se colocar o 1 (um) na intersecção, insere-se o 2 (duas pessoas dizem que possuem vínculos com A e C, por exemplo) ou 3 ou 6, enfim, sempre somando-se mais 1 (um) no cruzamento das instituições/letras, quantas vezes o par (porque são dois pontos a serem ligados na rede) fosse citado;
5. Concluiu-se a matriz ao findar a inserção de todas as instituições/letras nas linhas e nas colunas. Então foram realizadas as análises do Capítulo 04.

FIGURA 02 – Guarapuava: Matriz

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V	X	Z	Grau de Conexões	Grau de Centralidade	Total de Conexões	Grau de Centralização (%)
A	x	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	1	1	-	1	1	-	1	09	0,39	09	3,26
B	1	x	7	1	-	5	2	2	2	-	2	3	5	3	-	1	1	7	2	4	2	1	1	19	0,83	52	18,84	
C	-	7	x	-	2	4	2	2	1	1	4	2	2	3	2	1	1	1	7	3	1	2	2	1	21	0,91	51	18,48
D	-	1	-	x	-	1	-	-	1	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	06	0,26	07	2,54
E	-	-	2	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	02	0,08	02	0,72
F	-	5	4	1	-	x	3	1	1	1	1	2	-	4	4	1	1	4	1	3	2	1	1	19	0,83	41	14,85	
G	1	2	2	1	-	3	x	-	1	-	2	2	2	3	-	-	-	1	1	-	1	2	1	-	14	0,61	23	8,33
H	-	2	2	-	-	1	-	x	1	-	1	1	1	2	2	3	-	-	1	1	2	1	1	-	15	0,65	22	7,97
I	-	2	1	1	-	1	1	1	x	-	1	2	1	1	2	2	-	-	1	1	-	1	-	-	16	0,70	20	7,25
J	-	-	1	-	-	1	-	-	-	x	1	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	1	-	-	07	0,30	07	2,54
K	-	2	4	-	-	1	-	1	1	1	x	1	2	2	2	2	1	-	2	6	3	2	1	18	0,78	36	13,04	
L	-	3	2	2	-	2	1	2	-	1	2	x	1	3	3	1	-	-	2	1	1	2	1	18	0,78	31	11,23	
M	-	-	2	-	-	-	-	1	1	-	2	1	x	1	1	1	-	-	1	1	-	1	-	-	12	0,52	14	5,07
N	1	5	3	-	-	4	2	2	1	-	2	3	1	x	5	2	-	1	5	3	3	4	1	1	19	0,83	49	17,75
O	1	3	2	1	-	4	3	2	2	-	2	3	1	5	x	2	-	1	3	2	3	4	1	1	20	0,87	46	16,66
P	-	-	1	-	-	1	-	3	2	-	2	1	1	2	2	x	-	-	1	1	1	1	-	-	14	0,61	20	7,24
Q	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	x	-	-	-	1	-	-	-	05	0,22	05	1,81
R	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	x	-	1	1	-	-	-	09	0,39	09	3,26
S	1	7	7	-	-	4	1	1	1	1	2	2	1	5	3	1	-	-	x	3	1	5	2	1	19	0,83	49	17,75
T	-	2	3	-	-	1	-	1	1	1	2	1	1	3	2	1	-	-	3	x	3	2	1	-	16	0,70	28	10,14
U	1	4	1	-	-	3	1	2	-	6	1	-	3	3	1	1	1	1	1	3	x	2	-	1	17	0,74	35	12,68
V	1	2	2	-	-	2	2	1	1	1	3	2	1	4	4	1	-	1	5	2	2	x	2	1	20	0,87	40	14,49
X	-	1	2	-	-	1	1	1	1	-	2	1	1	1	1	1	-	2	1	-	1	-	x	-	15	0,65	18	6,52
Z	1	1	1	-	-	1	-	-	-	1	1	1	-	1	1	-	-	1	1	-	1	2	-	x	13	0,57	14	5,07

Legenda:

- A - Partido Humanista da Solidariedade (PHS)
- B - Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)
- C - Partido Progressista (PP)
- D - Partido Democrático Trabalhista (PDT)
- E - Partido da Frente Liberal (PFL)
- F - Cooperativa Agrária Mista de Entre Rios Ltda
- G - Santa Maria Papel e Celulose Ltda
- H - Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP)
- I - Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)
- J - Flabel Construção Civil Ltda
- K - Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)
- L - Grupo Gelinski
- Partidos políticos ● Empresas ● Outras instituições
- M - Grupo Lacerda Cia. Ltda
- N - Grupo Superpão Ltda
- O - Repinho Reflorestamento e Compensados Ltda
- P - Partido dos Trabalhadores (PT)
- Q - Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB)
- R - Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)
- S - Partido Popular Socialista (PPS)
- T - Associação Comercial e Industrial de Guarapuava (ACIG)
- U - Sociedade Rural
- V - Partido Liberal (PL)
- X - Coralplac Compensados Ltda
- Z - Grupo Trajano Ltda

Fonte: Entrevistas

Org. Márcia da Silva

Por representar os vínculos dos atores em um determinado tempo, a matriz é um recorte da realidade e, como tal, deve ser analisada apenas como um momento. A matriz possibilita a elaboração de formas (esquemas interpretativos e sociogramas) de interpretar a rede que, como a própria matriz, não é uma constante. A rede também é formada a partir de relações em um determinado momento. Mas é preciso estar alerta. A matriz, por si só, não é a rede. A rede vai além. A rede são os silêncios, os acordos tácitos, quase nunca confessos, já que sua análise permite enxergar mais que a intersecção de números. A rede, então, é uma forma, também pela fragilidade do tema, de avaliar, sem que seus atores se constranjam, suas relações mais próximas, aqui as de caráter profissional e político. Assim, a rede é o não demonstrado, mas o percebido.

Na rede de Guarapuava, o que se destaca é a presença de um grupo seleto de políticos e empresários locais²¹ que se “auto-ajuda” para a manutenção do poder ou para a sua conquista, mesmo que suas relações sejam bem mais amplas, como é o caso dos políticos e suas vinculações com os eleitores. Mas, nesse território de lutas e conflitos, as batalhas são travadas muito além da dimensão política e da dimensão econômica. As batalhas são também simbólicas, como aquelas ocorridas no “campo de batalhas” de Bourdieu.

A proposta, então, é a de construir uma metodologia para a análise dos grupos de poder, na Geografia Política, que permita representar as relações entre os mesmos, seus vínculos mais estreitos e os atores centrais ou que possuem maior capacidade de comunicação e informação, portanto de poder, na rede. Nesse ínterim, a análise da rede desvenda a realidade, sendo sua representação.

E se a rede representa os acordos e os conflitos das relações de poder, representa, também, nesta abordagem, os territórios conservadores de poder, já que estes são formados tendo por fundamento o universo simbólico conservador que os institui. Assim, pode-se afirmar que há uma relação interativa entre rede e território.

²¹ A utilização de nomes ficou condicionada aos ocupantes de cargos políticos importantes (do presente e do passado) e de empresários que, pelo porte de seus empreendimentos, seriam, de alguma forma, identificados pelo leitor.

A rede social dos grupos de poder político, em Guarapuava, é composta, internamente, por aproximadamente quatro grupos. Nos grupos e na rede, o que fazem seus atores é buscar assegurar funções, influenciar, se aproximar e fortalecer primeiramente seu grupo, sua rede imediata e, somente num segundo momento, a rede em conjunto. Mas a existência, na rede, é também primordial para os mesmos pois, em sua maioria, somente através dela se mantém enquanto grupo (e no contato com os outros grupos da rede) com participação efetiva na rede. Essa leitura pode ser apreendida com as entrevistas.

Nosso objetivo, assim, ao entrevistar ou conversar com as pessoas, foi o de ampliar a possibilidade de registrar o fato desconstruí-lo no seu próprio tempo, descobrindo situações novas, não no sentido de apontar o excepcional, mas de se chegar ao que era inatingível, pelo menos pelas outras formas de olhar. “*Neste caso, percebe-se a história oral como uma manifestação coerente com o tempo em que vivemos, como forma de captar um instante da nossa própria história*” (MEIHY 1994, p. 54).

O aporte metodológico abordado remete a um outro elemento analítico fundamental, especialmente nos casos como o aqui trabalhado, o discurso. Este se faz presente, de forma perspicaz, nos objetos de divulgação social, se manifestando através de diferentes formas de poder, e se transformando, convenientemente, através do tempo. A análise dos jornais e as entrevistas com políticos e empresários locais e seus círculos de contato, assim, foram importantes no sentido de desvendar o que expressam (ou ocultam) seus discursos, dependentes, na forma e no conteúdo, do poder político-econômico ou simbólico por eles acumulado. Assim, é o discurso do poder que o concebe como verdadeiro, sustentando-se no ocultamento do contra-discurso. Entenda-se, portanto, que o poder é constituído e legitimado pelo discurso.

De acordo com Silva (2000), se é o discurso que assegura ao poder legitimidade, ao trabalhar com um conjunto desses discursos, faz-se necessário pensá-lo além inscrito, ouvido, sentido. Como os discursos apreendem a realidade, possibilitando o “refazer” do passado, assume-se que exercem papel fundamental

nas práticas sociais. Importa, então, saber como vão produzindo efeitos de poder e controle, fazendo com que as coisas sejam pensadas de um jeito e não de outro.

A revelação de contra-discursos, inerentes aos discursos elaborados pelos grupos ou indivíduos ocorre na análise de suas práticas e ações, já que, a priori, não há uma divisão entre discursos aceitos e não aceitos ou discursos dominantes e dominados. O que há é uma multiplicidade de elementos discursivos que atua ora em razão de uma estratégia ora em razão de outra, independentemente do grupo que os elabora. E aí é possível lembrar Bakhtin (1992), que afirma que o homem aprende a ver o mundo pelos discursos que assimila. Então é pelos valores incorporados de seu mundo que o sujeito é orientado em sua ação, individual ou coletiva. Mas é preciso ficar atento, pois evidencia-se, quase sempre, o discurso dos grupos ou dos atores dominantes.

Através desse caminho foi possível construir a abordagem para a formação dos territórios conservadores de poder, sendo elaborado o trabalho que aqui se apresenta. Na análise, do Paraná Tradicional, os campos de Curitiba e os Campos Gerais são outros. É neles que o “moderno” se encontra com o “tradicional”; dos campos de Guarapuava e de Palmas, no entanto, permanecem relações políticas conservadoras e economia com baixo dinamismo, baseada, prioritariamente, na agropecuária e na extração e algum beneficiamento da madeira. O Paraná “moderno” chegou com a urbanização, resultado da concentração fundiária e da modernização agrícola que produziu novas relações de produção e de trabalho no campo e expulsou seus moradores, e aí são exemplos tanto o Norte, com Londrina e Maringá, como o Oeste, com Cascavel.

Convém lembrar que esse é o Paraná divulgado pelos seus governantes, pela mídia e até mesmo pelos paranaenses. O Norte pujante e dinâmico e a capital, conhecida e reconhecida mundialmente por uma série de melhorias que atendem, na verdade, a poucos. É o Paraná da soja, do trigo e do milho produzidos para a exportação e do terceiro maior parque industrial do país. A imagem expressa por um símbolo, o da modernidade. Assim, esses espaços tornaram-se simbólicos, posto serem “vendidos” através de uma imagem construída, real para poucos. O

Paraná contado nesse trabalho está à sombra do Paraná divulgado, e dispõe-se em forma de quatro capítulos apresentados abaixo.

O capítulo 01 apresenta uma reflexão histórico-geográfica dos processos de ocupação e formação territorial paranaenses. Discute-se, primeiramente, a organização do Paraná Tradicional, cuja história confunde-se com o início do povoamento que se deu de acordo com a vontade colonial portuguesa. O limite temporal dessa primeira análise é o da chamada colonização “moderna”, efetuada pela frente nortista, aquela atraída pela terra roxa para o plantio do café, e pelas frentes sulistas em direção ao Sudoeste e ao Oeste, aqui também abordadas. A especificidade do processo de ocupação de Guarapuava, como reflexo da ocupação do Paraná Tradicional, complementa o capítulo. Assim, entenda-se o estudo histórico e de alguns aspectos têmporo-espaciais no conjunto do território paranaense como uma busca de elementos que caracterizem e justifiquem a formação dos territórios conservadores de poder neste recorte territorial, o centro-sul do Paraná.

O Capítulo 02 tem como objetivo principal apresentar algumas características sócio-econômicas que identifiquem as diferenças e as similitudes da região de Guarapuava por meio de uma série de dados de instituições como o IBGE, o INCRA, o IPARDES, a SEAB etc. A partir destes dados foram analisadas a estrutura fundiária local e a mudança na propriedade (agora também em mãos de outros grupos sociais, além da sociedade tradicional campeira²²) e no uso da terra (substituição do latifúndio pecuário pelo latifúndio agrícola). Apontam-se também alguns aspectos dos demais setores econômicos. É o caso do setor industrial, que tem como ramo principal a indústria madeireira que, regionalmente, ainda não foi capaz de instigar um maior dinamismo econômico, caracterizando-se pela baixa

²² De acordo com Abreu (1986, p. 2), a denominação de sociedade tradicional “*indica os descendentes do branco-português, negro e índio*”. Já a sociedade campeira faz referência à sociedade composta por aqueles que se dedicavam à pecuária, como criadores e invernadores do gado vindo do Sul. Ao longo do tempo, o termo passou também a agregar toda a sociedade originária desses pecuaristas, mesmo aquela que teve sua atividade econômica diversificada. A sociedade tradicional campeira, então, é o misto dessas definições.

geração de empregos e renda. Pelas informações de caráter social foram destacadas as condições precárias de vida em que se encontra parte da população, em decorrência deste e de outros processos. Essa análise, por fim, aponta um conjunto de características que demonstra que o centro-sul pode ser considerado *economicamente menos dinâmico* que às demais regiões paranaenses. E esse também se constitui num argumento relevante para a formação dos territórios conservadores de poder.

No Capítulo 03 a finalidade é a de contar e explicar, por intermédio de algumas categorias de análise, como as de imaginário social (Backzo, Carvalho), poder simbólico (Bourdieu), discurso (Chauí, Meihy) e ideologia (Chauí), a história política recente de Guarapuava, mediante o estudo dos principais grupos de poder político e seus discursos de “renovação” e da tradição, como forma de apoderar-se do imaginário social para a permanência ou para a conquista do poder. A partir daí a proposta é a de atribuir uma relação mais de essência entre o poder local e os territórios conservadores já que, no nosso entender, apesar dos elementos histórico-econômicos apresentados em sua formação, é na vinculação política e nas relações conservadoras que se torna possível sua existência. Conservadora, então, é a política sustentada por práticas clientelistas, na troca de favores, com elevada associação personificada do poder, sem ou com pouca mediação das instituições, bem como no desejo de preservar a “ordem” estabelecida, em valorizar a “sabedoria” dos ancestrais etc.

O Capítulo 04 apresenta um estudo das relações dos grupos político-econômicos locais e de suas articulações em redes sociais como forma de manter-se ou de conquistar poder. As relações de poder conservadoras desses grupos configuram, onde são constituídas, um universo simbólico que faz com que se delimitem territórios também conservadores. A abordagem foi realizada utilizando-se da rede como aporte metodológico, mas também como uma forma de leitura da realidade investigada. Na análise dos grupos de poder e dos territórios conservadores, a rede pode ser, então, fortalecedora do território, numa junção território-rede.

Além de evidenciar esse Paraná, desconhecido para muitos, também por ser pouco estudado, esse trabalho tem por objetivo contribuir com os estudos de Geografia Política, disciplina muitas vezes negligenciada nos cursos de Geografia, como o são as abordagens do político para parte da sociedade. A pretensão, então, é a de manifestar a importância dos estudos das espacialidades e organizações constituídas com base em relações de poder, neste caso conservadoras²³, para a compreensão da realidade, tanto pela metodologia das redes sociais, como pela leitura dos territórios conservadores de poder por ela representados para a compreensão da realidade.

²³ Não foram abordadas, aqui, questões mais específicas e de cunho teórico sobre relações conservadoras/conservadorismo político-econômico em razão de o tema estar sendo abordado de maneira ampla. No nosso entender não se trata apenas de um conservadorismo político, mas de um conservadorismo impregnado em outras relações, como as religiosas, as valorativas, como se traduz ao longo do texto.

CAPÍTULO I
FORMAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA
DO PARANÁ E OS TERRITÓRIOS
CONSERVADORES DE PODER

As discussões sobre poder ou poder local²⁴, elemento essencial nesta pesquisa, não se constituem tradição na Geografia, apesar de serem realizadas há muito por estudiosos de outras áreas científicas. Afirma Raffestin (1993, p. 5) que isso ocorre em função da Geografia ter sido quase sempre “*rebelde à introdução de noções que não são objeto de uma tradução espacial imediata*”. Fato que, entende-se, tem se transformado nas últimas décadas.

No trabalho aqui desenvolvido a hipótese é a de que as relações que ocorrem na sociedade supõem um sistema no qual circula o poder. Sendo “*consubstancial a toda relação (...) o poder não é uma categoria espacial nem uma categoria temporal, mas está presente em toda ‘produção’ que se apóia no espaço e no tempo*” (RAFFESTIN, 1993, p. 6). É em consequência de premissas como esta que a discussão da formação de territórios conservadores de poder, núcleo central de análise, se fundamenta. Afirma-se, com isso, que o poder se reproduz espacialmente e, portanto, está presente também nas formas espaciais.

Assim, os estudos sobre poder, mesmo o poder local, não devem limitar-se a fronteiras político-administrativas, embora sendo nelas, com a existência de diversos poderes legitimados, como o próprio poder público, as associações de municípios, por exemplo, que o poder político é mais bem estruturado. Nesse sentido, para Davidovich (1993), a viabilidade de uma escala local de poder está, mesmo numa economia capitalista e ainda que articulada a

²⁴ A Sociologia e a Ciência Política desenvolveram três linhas explicativas principais das dinâmicas políticas e das políticas locais: a teoria das elites, o pluralismo e o marxismo. Cronologicamente, a teoria das elites (investigada a partir dos métodos posicional ou reputacional) foi a primeira a se destacar, com o estudo de Floyd Hunter (1953) sobre o governo urbano na cidade de Atlanta (EUA). Em contraposição a ela se desenvolveu, ao longo dos anos 1950, a perspectiva pluralista (investigada a partir do método decisional), com Robert Dahl (teoria publicada em 1961). A teoria marxista se constitui na terceira vertente, compreendendo a sociedade não como elites e massa, passivas entre si, com a existência de conflitos apenas no interior das elites, mas como conjunto de relações entre grupos/indivíduos dominantes e dominados, ou seja, a partir de duas classes antagônicas que conduzem, por meio de contradições, o cerne do movimento histórico. Essas teorias, assim, enfocaram fenômenos particulares e atores específicos, por isso representam visões difíceis de se conciliarem em termos teóricos.

outras instâncias de dominação, no suporte de bases sociais locais, sustentado pelas elites (como na teoria das elites)²⁵, grupos econômicos, políticos e instituições.

Essas bases interferem na organização e na construção do espaço em seu conjunto, levando-se em conta que suas ações estão inseridas no contexto mais dinâmico de relações de poder. Como Davidovich, Daniel (1988, p.30) discorre que os grupos dominantes locais

se representam como portadores da tradição local e do esclarecimento, razão pela qual se percebem como responsáveis pela condução do município e pelo seu futuro. (...) Na medida em que sua constituição se dá no nível simbólico [são formados] por agentes sociais de raízes heterogêneas: profissionais liberais, membros do empresariado local, das classes médias assalariadas do município, etc.

Mas o fundamental para o controle político hegemônico de alguns grupos nem sempre se encontra no interior desses limites e, muitas vezes, não tem nem existência física nos mesmos, muito embora sua influência seja decisiva.

Assim, este capítulo tem como objetivo abordar, historicamente, o processo de ocupação e a formação territorial do Paraná, especialmente a partir de sua criação, em 1853, como divisão da Província de São Paulo. Um alerta, entretanto, é necessário. O que se buscou foi contar alguns momentos da constituição histórico-geográfica do Paraná, não havendo a pretensão de fazê-la como um todo. Com isso há, na análise, um “vai e vem” temporal e uma despreocupação com a linearidade histórica, apesar desta abordagem se fazer

²⁵ A teoria das elites foi desenvolvida a partir da definição clássica de elite, que afirma que em toda sociedade existirá sempre uma minoria que é detentora de poder em contraposição a uma minoria que dele está privada, de Gaetano Mosca (1896). A partir de Mosca surgiram os trabalhos de Vilfredo Pareto (Itália), Robert Michels, Harold Lasswell e Wright Mills (EUA). Este último com o clássico “A elite do poder”, no qual afirma só haver três grupos de poder comandando os Estados Unidos, ligados aos setores da economia, do exército e da política (MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962). (BOBBIO, 2002).

importante por explicitar o processo de constituição territorial do estado e, por consequência, da região centro-sul e de Guarapuava. Foi através da releitura histórica que se pode perceber a ocupação diferenciada, sócio-economicamente, da região em estudos. O capítulo, então, está dividido em quatro partes: as leituras sobre os três processos de ocupação (Paraná Tradicional, Norte e Sudoeste/Oeste) e uma última análise, mais específica, sobre o processo de ocupação de Guarapuava, como extensão da ocupação do Paraná Tradicional, o que não implica que o município, necessariamente, tenha as mesmas características.

Anteriormente à emancipação política, o território paranaense havia sido ocupado por diversas frentes colonizadoras, bem como disputado por poderes e interesses de vários grupos. A mais significativa dessas frentes foi a que o adentrou pelo litoral, chegando aos campos de Guarapuava, conforme as Figuras 03 e 04. Segundo estudiosos da história paranaense, essa ocupação formou o chamado Paraná Tradicional²⁶, território colonizado, então, dentro da lógica colonial portuguesa, diferentemente dos outros dois processos ocupacionais do estado.

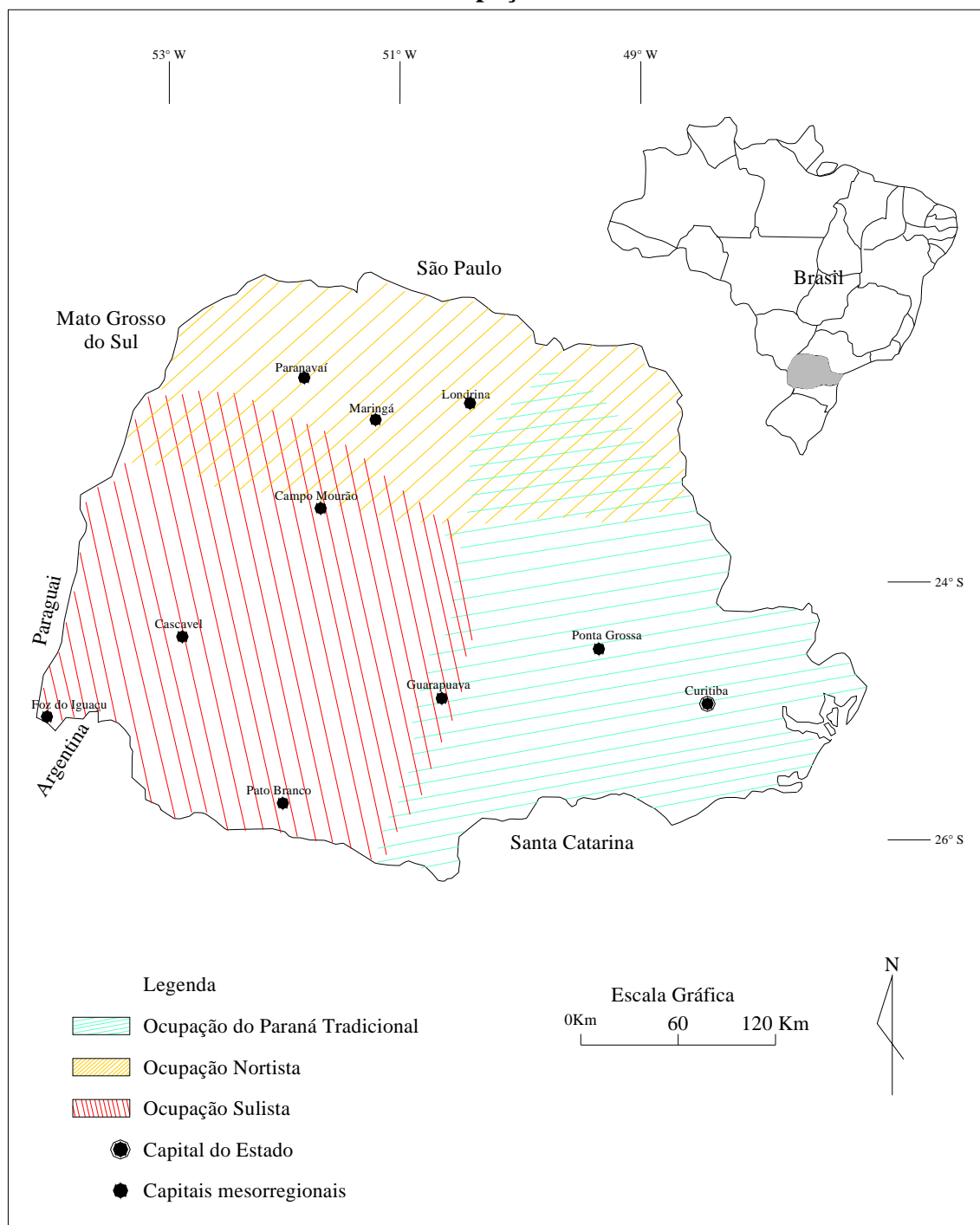
A partir da segunda metade do século XVIII o contexto internacional, marcado por grandes transformações nos campos social, político e econômico, alterou as relações até então existentes entre as diversas nações, influenciadas, mormente, pelas duas revoluções, a industrial e a francesa, modificando também as relações de poder político vigentes. Foi o período em que o sistema capitalista se consolidou, transformando a história mundial, golpeando o antigo regime feudal-absolutista na Europa.

No Brasil, com a independência política, foram os concessionários (aqueles que receberam concessões de terras), que assumiram o poder político, base da formação das oligarquias regionais, acentuando os laços patriarcais da estrutura social. No Paraná, além da frente colonizadora tradicional, citada acima, outras

²⁶ O Paraná Tradicional é uma denominação dada às primeiras áreas ocupadas do estado, ou seja, as áreas de campos, e constitui-se um recorte espaço-temporal consagrado na historiografia. Também é entendido como o recorte formado pelo litoral e pelo Primeiro e Segundo Planaltos, limitando-se ao Norte Pioneiro, ao Norte, e a Palmas, ao Sul, sendo destacado o seu ponto limite, a Oeste, em Guarapuava, no início do Terceiro Planalto. Observar as Figuras 03 e 04.

duas, posteriormente, foram fundamentais para a consolidação da ocupação do território. A denominada frente cafeeira paulista (com paulistas, mineiros e nordestinos), ao Norte, e a denominada frente sulista (catarinenses e gaúchos descendentes de imigrantes, em especial italianos e alemães), mais recentemente chegada ao Sudoeste, que avançou no sentido Oeste até completar a ocupação do estado, encontrando-se com a frente nortista, como demonstrado na Figura 03 e aprofundado na abordagem a seguir.

FIGURA 03 – Paraná: Processos de ocupação do território



Fonte: Adaptado de: BALHANA Alvia P.; MACHADO, Brasil P.; WESTPHALEN, Maria C. Comunidades paranaenses. **Boletim do Conselho de Pesquisas da Universidade do Paraná**. Curitiba: Departamento de História/UFPR, n. 7, 1968.
Org.: Márcia da Silva

1.1. Os campos e os tropeiros no processo de ocupação

Ao longo dos primeiros séculos de ocupação do território brasileiro as populações, após explorarem as áreas litorâneas, direcionaram-se ao interior do país. Para Prado Júnior (2000), os fatores principais que determinaram a penetração desse povoamento foram à mineração e o gado (as fazendas de gado), com especificidades em algumas áreas. No entanto, ao passo que a primeira destinava-se a exportação, o segundo teve grande importância também como alimento e comercialização do couro e do charque, numa forma de abastecer o mercado interno. Os dois sistemas, porém, se desenvolveram à margem das necessidades da sociedade brasileira, impedindo a generalização do cultivo de uma policultura de subsistência abundante e a formação de pequenas propriedades rurais a ela destinada.

Assim, a inserção do território que hoje se constitui o Paraná na economia colonial brasileira ocorreu em apoio à atividade principal da metrópole, a mineração do ouro, associada à segurança e a expansão das terras portuguesas na América Latina. Como a produção do ouro, no Paraná, não auferiu sucesso, “*cessando em breve o surto de progresso em Paranaguá*”, instalou-se a pecuária como economia complementar à atividade mineradora de outras áreas produtoras do país (WACHOVICZ, 2000, p. 127).

Tanto a mineração quanto as monoculturas de exportação como o açúcar caracterizaram, no Brasil colonial, a existência de latifúndios. No Paraná, as áreas dos Campos Gerais²⁷ até o Império e, a partir daí, os campos de Guarapuava e de Palmas (Figura 04) são citados, por Prado Júnior (2000), como as mais importantes de criatórios do Brasil, juntamente com os sertões do Norte, a parte meridional de Minas Gerais e as planícies gaúchas. A ocupação populacional do interior do Paraná teve a atividade como fator primordial.

²⁷ “*Entende-se por Campos Gerais, uma estreita e alongada faixa de terra no 2º Planalto Paranaense, formada de campos e entremeada de pequenos bosques de matas que se estendem de Jaguariaíva até a margem direita do rio Negro, passando pela Lapa*” (WACHOVICZ, 2000, p.79), como demonstrado na Figura 02.

São do século XVII os primeiros indícios de ocupação do território paranaense, pelo litoral, realizada com vicentistas (São Vicente) e sertanistas (originários de outras áreas litorâneas, como Cananéia, Iguape e Santos) que encontraram o primeiro ouro no Brasil nos aluviões do sopé da Serra do Mar, dando origem à procura desse e de outros metais preciosos, com os suportes à sua produção localizados em Paranaguá. Havia um interesse da Coroa portuguesa em ocupar as regiões desprotegidas do Sul do Brasil, já que suas populações viviam em constantes conflitos com os castelhanos. Esse Paraná, denominado pela historiografia de Tradicional, é o do ouro de lavagem, do tropeiro, da erva-mate e da madeira (WACHOVICZ, 2000).

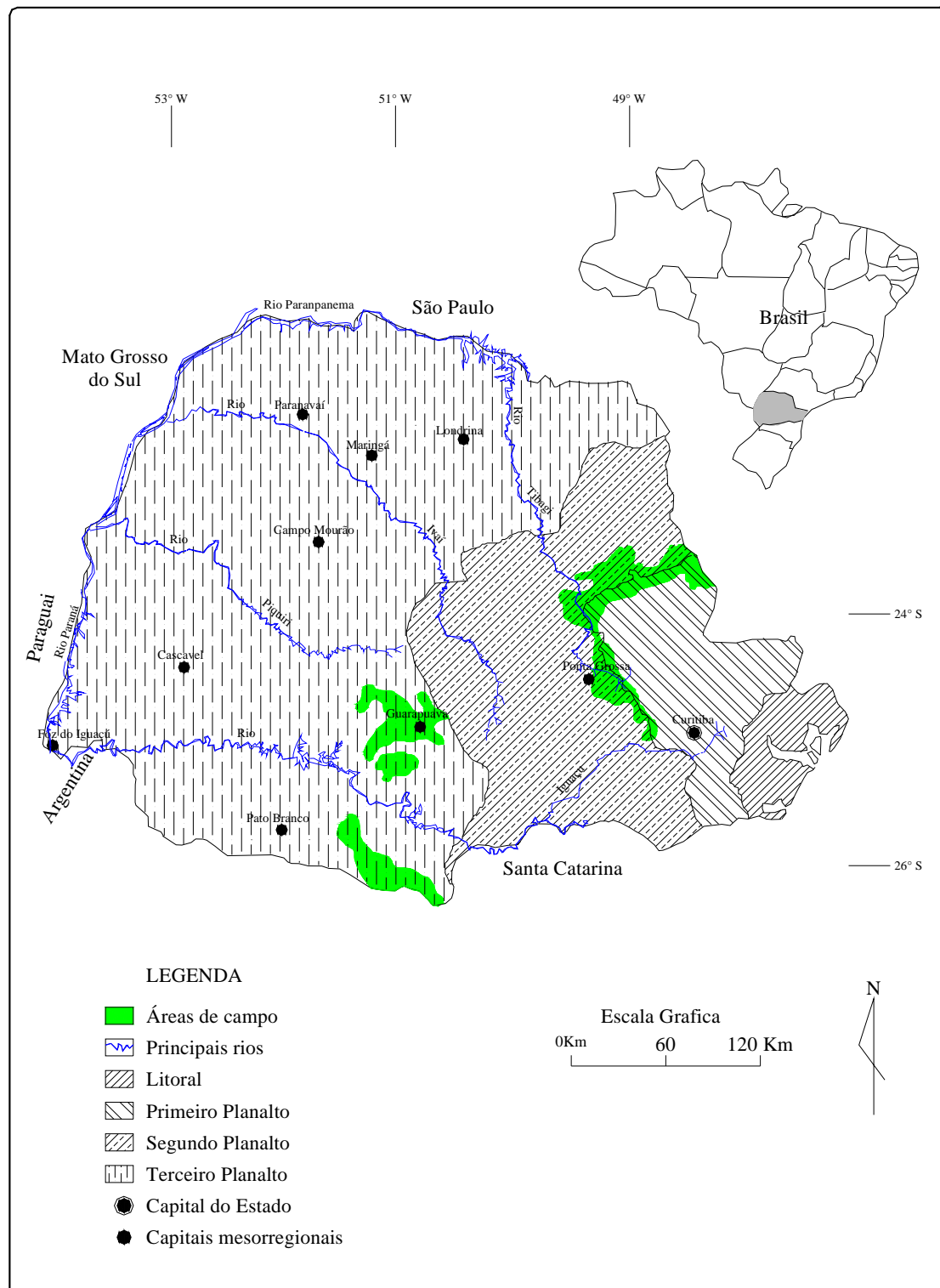
Posteriormente, mas ainda nesse século, os vicentistas, juntamente com outras populações, romperam a Serra Geral, composta por grandes muralhas, e foram habitar as imediações da atual Curitiba, no Primeiro Planalto (WACHOVICZ, 2000). A criação de gado passou a ser a principal atividade econômica do período no lugar. A integração mais intensa à economia colonial somente foi estabelecida, no entanto, com a invernação e a rota boiadeira, que levava o gado proveniente sobretudo de Viamão, no Rio Grande do Sul, à Feira de Sorocaba, em São Paulo, onde era comercializado, posteriormente chegando as Minas Gerais. Era o tropeirismo, que consistia no movimento de tropas de gado levadas das zonas produtoras aos centros consumidores, nos quais sua comercialização provia a alimentação e o transporte pessoal e de cargas.

Foi mediante o comércio do gado, ainda, que teve início a ocupação do Segundo Planalto (ou Planalto de Ponta Grossa) e de parte do Terceiro Planalto (ou Planalto de Guarapuava), ou seja, das áreas de formações predominantemente campestres do Paraná. A população estabelecida nessas áreas passou também a se dedicar à atividade, constituindo-se, posteriormente, na chamada sociedade tradicional campeira, caracterização que parece ter sido incorporada por essa sociedade com orgulho, algo que a coloca como importante na construção material, bem como identitária do Paraná. No final do século XVIII:

No planalto, sob outras condições naturais, mudou o eixo da economia: a ‘batéia’ foi sendo suplantada pelo ‘laço’, o ‘curral’ sucedeu a ‘lavra’, os ‘arraiais’ foram desaparecendo. Os mineiros que, renunciando à ambição do ouro não participaram do êxodo para as novas minas, tornaram-se sedentários e transformaram-se em criadores de gado e tropeiros. (BERNARDES, 1952, p. 433)

Essa mudança na base econômica, em parte só foi possível porque os campos paranaenses (Figura 04) possuíam condições naturais propícias à criação, como uma topografia levemente ondulada que, para Prado Júnior (2000, p. 203), “*se vence sem esforço*”, vegetação equilibrada entre ervas rasteiras e matas de araucária, “*com seus pinhões que alimentam, e sua madeira, a mais aproveitável no Brasil para construção. A água também não faltava, e ela corre, cristalina, em leitos de pedra*”.

FIGURA 04 – Paraná: áreas de campos, divisão em planaltos e principais rios



Fonte: Adaptado de: WONS, Iaroslav. **Geografia do Paraná**. Curitiba: Ensino Renovado, 1982; PARANÁ (Estado). Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). **Indicadores e mapas temáticos para o planejamento urbano e regional**: IPARDES. Curitiba, 2003a. (CD-ROM)

Org. Márcia da Silva

Mas não somente desta atividade vivia a população paranaense. Para abastecer os residentes na região litorânea, nas imediações dos núcleos em urbanização e outros, havia a produção de gêneros de primeira necessidade, como arroz, feijão e milho. Apesar do cultivo desses produtos em terras mais interioranas, somente ali se fazia o comércio mais rápido do excedente, mesmo com as dificuldades impostas pela Serra do Mar e pela Mata Atlântica fechada (WACHOWICZ, 2000).

A conquista dos campos naturais de Guarapuava²⁸ e de Palmas foi realizada somente no início do século XIX, por iniciativa oficial e particular, sobretudo por influência de suas posições geográficas estratégicas de proximidade à fronteira das colônias espanholas (não firmemente delimitadas)²⁹ e da expansão da atividade tropeira que, como mencionado, dava suporte à mineração do ouro em outras regiões do país. E foi com a expansão da sociedade campeira para o Terceiro Planalto, através também do sistema de sesmarias³⁰, que se ocupou a região. Assim, é possível afirmar que os grupos pecuaristas da região de Guarapuava nada mais são do que os descendentes dos antigos tropeiros das fazendas dos Campos Gerais.

Dentre os povos que alcançaram estes campos, muitos, além dos tropeiros, eram antigos vaqueiros que acumularam gado nas estâncias dos Campos

²⁸ Todas as terras do Oeste e do Sudoeste do atual estado do Paraná e Oeste do atual estado de Santa Catarina (região da Guerra do Contestado) eram consideradas “guarapuavanas” até final do século XIX (MARCONDES, 1998).

²⁹ No século XVIII quase todo o território paranaense era dominado pelos espanhóis, expulsos pela ação dos bandeirantes.

³⁰ O sistema de sesmarias, assentado na monocultura, no latifúndio e na escravidão, pelo qual a terra pública passava a ser particular, foi estimulado, pela Coroa portuguesa, no Paraná. A primeira concessão ocorreu em 1614 e a ela seguiram várias outras. Para a aquisição, bastava o requerente ter poder político e econômico, pagar o dízimo à Ordem de Cristo, bem como cultivar efetivamente a terra e formar moradia no prazo de cinco anos da concessão. Com essas exigências, somente poucos privilegiados com trânsito junto ao poder central (e muitos sem a intenção de cultivar verdadeiramente a terra) foram beneficiados (SERRA, 1992). Este era o sistema de posse da terra utilizado em Portugal no século XVI, quando o Brasil foi descoberto. No Brasil foi extinto oficialmente em 1822.

Gerais, descendentes dos estancieiros. A aquisição do gado se fazia por um sistema denominado “quarta”, ou seja, o quarto bezerro nascido na propriedade de responsabilidade do peão, era seu. Com isso, ele formava, aos poucos, sua própria tropa (SILVEIRA, 2003).

De acordo com Wachowicz (2000), a passagem do Paraná a categoria de Província ocorreu graças ao crescimento econômico, em função do criatório e tropeirismo e da erva-mate, especialmente na região dos Campos Gerais, de Guarapuava e de Palmas. O desdobramento da manufatura ervateira, com mão-de-obra escrava, pode ser demonstrado com o considerável número de fábricas existentes, no estado, em 1853. Eram cerca de 90 delas, tornando a atividade uma das mais importantes da época. É que, ao se espalharem às fazendas de gado ao longo e para fora das estradas de tropas, a erva passou a ser colhida nas matas.

Como era muito consumida pela população local, primeiramente era reservada quantidade suficiente para atender essa necessidade e, só secundariamente, para a venda. Além dos fazendeiros e seus agregados, os índios, os caboclos e os posseiros (ocupantes das terras sob exigência de manutenção de habitação e culturas) dela também se utilizavam, adentrando as florestas e, com isso, ocupando o território. Apesar de ser nativa na região e ter, no período, pouco valor no mercado interno, com o passar do tempo sua produção foi realizada mais sistematicamente, tendo grande importância no início do século XX, com a exportação para a Argentina, o Uruguai e o Chile.

Outra atividade econômica importante para a ocupação do território foi a madeireira. A região chamava a atenção por ser rica em algumas espécies (cedro, imbuia, canela preta, sassafrás, carvalho, peroba etc.). Após 1900 a madeira também passou a ser exportada, ganhando expressão econômica, apesar dos períodos de crise, em função das matas então descobertas às margens dos rios Iguçu e Paraná (BALHANA, MACHADO e WESTPHALEN, 1969).

Assim, essa formação social se expandiu, pela própria estrutura econômica, para além dos limites campestres, adentrando as matas que misturavam araucárias e ervais, sob a forma de pequena produção cabocla, o que assegurou a

expansão do território também em outras direções, como aos atuais municípios de Cascavel, Pitanga, Ortigueira, Faxinal, enfim, a outras áreas do estado.

Em relação ao tropeirismo, Wachowicz (2000) e outros estudiosos da história paranaense afirmam que ele teve um importante papel na ocupação e integração territorial do Paraná, como ocorreu em diversas partes do país. O trabalho dos tropeiros e o denominado “ciclo das tropas” foram intensificados entre os séculos XVIII e XIX, incentivando a criação de gado e de muares transportados também de Curitiba e Ponta Grossa até os campos de Guarapuava e de Palmas e, destes, as fronteiras do Rio Grande do Sul e da Argentina (WACHOWICZ, 2000).

Além do fator econômico, a falta de investimentos, pela Coroa portuguesa, em transportes, desde o início do processo de ocupação do Brasil, fez com que os chamados “caminhos”³¹, por onde transitavam as tropas de gado bovino, muares e cavaleiros, fossem as únicas opções de contato entre os povoados. Diversos caminhos interligavam-se, formando uma espécie de rede viária rudimentar, pela qual era realizado todo tipo de transporte.

Com a chegada de imigrantes à região, muitos foram colocados ao longo desses caminhos para que se formassem pequenos vilarejos com estúbulos, pousadas etc., mas poucos vingaram (SILVEIRA, 2003). Na verdade, os indígenas foram os precursores na abertura dos mesmos, em seguida alongados e consolidados pelos tropeiros. Os pontos de parada das tropas também tornaram-se núcleos urbanos, deles emergindo cidades como Curitiba, Ponta Grossa, Lapa, Palmas, Guarapuava, Jaguariaíva, Castro etc. O maior movimento dos mesmos, também, fazia com que se disseminassem notícias, mais rapidamente, de um povoado a outro.

³¹ Vários são os caminhos do tropeirismo, citados por Wachowicz (2000), que passavam pelo Paraná: o Caminho de Peabiru, que partia de São Vicente, no litoral paulista, e chegava ao litoral peruano, com várias ramificações; o Caminho da Graciosa, ligando Curitiba a Antonina; o Caminho de Itupava, entre Curitiba e a Escarpa do Mar (Porto de Cima); o Contrato de Canoas, entre Morretes e Paranaguá; o Caminho do Arraial, entre Arraial Grande (São José dos Pinhais) e o litoral (Porto do Rio do Pinto); a Estrada da Mata (Caminho de Viamão), ligando os campos do Rio Grande do Sul, desde Viamão, até a tradicional feira paulista de Sorocaba, dentre outros.

A decadência da atividade tropeira, porém, em razão de uma conjunção de fatores, não pode ser evitada. Dentre eles, foram decisivos a diminuição do mercado de muares (com o surgimento de outros meios de transportes, como as ferrovias), a crescente importância de Curitiba como centro administrativo e econômico estadual (com base em outras atividades e grupos econômicos, como os industriais), a perda do mercado de criatórios do Rio de Janeiro e de São Paulo para outras zonas de criação, a queda da produção de gado etc. Nesse contexto, os grupos hegemônicos campeiros, aos poucos, foram também perdendo seu poder econômico advindo dessa atividade (WACHOWICZ, 2000).

O declínio permitiu, entretanto, mesmo que em poucos casos, já que os tropeiros, em sua maioria, se descapitalizaram, que parte do capital acumulado ou de giro, até então empregado na atividade tropeira, passasse a ser empregada em outros setores, como na economia ervateira, que comandava as exportações da Província (segunda metade do século XIX), na industrialização da madeira (matas de araucária), que ganhou expressão no fim do século XIX (WESTPHALEN, MACHADO e BALHANA, 1968), além de outras atividades industriais, instigadas pelos imigrantes europeus e acompanhadas por esses novos investidores do setor. Alguns fazendeiros diversificaram suas atividades, além meio rural, investindo, por exemplo, em casas de comércio nos núcleos urbanos.

Outros, apesar da crise, viam como saída o envio de seus filhos para estudar em São Paulo e até mesmo fora do país. Ao retornarem bacharéis, envolviam-se em cargos públicos e representações políticas, dando continuidade ao poder (mesmo que somente simbólico) de suas famílias.

Assim, parte dos latifundiários dos Campos Gerais tornou-se letrada e, mesmo com irrisórias riquezas, além de terras, se afirmava com o título de doutor, com o casamento ou o compadrio com outros domínios. Além da política, muitos passaram, também, a exercer cargos de juizes e magistraturas afins e, no executivo, como delegados de polícia etc, em parte recuperando-se da crise do tropeirismo. Mas outros fatores foram decisivos para a recuperação, senão dos tropeiros ou dos pecuaristas, da economia do Paraná Tradicional, ao final do século XIX e início do século XX.

1.2. O papel dos imigrantes no processo de ocupação do Paraná Tradicional

Além dos tropeiros e pecuaristas, outro elemento foi fundamental para a ocupação dos “vazios demográficos” (no discurso português, porque a região já era ocupada pelos indígenas) e à supressão da falta de mão-de-obra, a partir da proibição do tráfico de escravos, em 1850, no Paraná: os imigrantes estrangeiros.

De acordo com Silveira (2003), os imigrantes chegados à região Sul do Brasil passaram por um programa de fixação diferenciado daqueles enviados às fazendas de café de São Paulo. No Sul do país foram assentados em propriedades de 25 a 30 hectares, aproximadamente, concorrendo diversamente para o crescimento econômico local. Para o autor, as levas colonizadoras estrangeiras (primeira, segunda e terceira levas) contribuíram, nas regiões onde se instalaram, diferentemente, de acordo com o momento histórico e as técnicas trazidas, por eles, da Europa.

Para o autor, a primeira leva de imigrantes estrangeiros foi a de açoreanos e madeirenses (século XVII), para fins de ocupação estratégica, nas regiões sulistas em disputa; a segunda se constituiu notadamente de alemães e alguns poucos italianos (primeira metade do século XIX), instalando-se ao longo dos caminhos de gado (pois nessas áreas de matas, mesmo com a erva-mate, a ocupação não se fazia espontaneamente, como nos campos); a terceira, também de italianos e alemães, formou colônias economicamente importantes, como Joinville (1851), Blumenau (1850), Caxias do Sul e outras (segunda metade do século XIX).

Fixados, conseguiram produzir para a subsistência e gerar um certo excedente para a comercialização. Com isso, muitos acumularam capital, investido, posteriormente, na produção manufatureira-artesanal, até alcançar a indústria moderna. No setor comercial também ocorreu o mesmo processo, com as casas comerciais de armazéns, secos e molhados etc. se transformando, ao longo do tempo, em importantes lojas comerciais.

No Paraná, de acordo com Bernardes (1952) e Waibel (1958), a partir de 1827, as dificuldades foram diversas em relação à colonização estrangeira (alemães, italianos, poloneses, ucranianos, holandeses, russos, austríacos,

franceses, suíços e até mesmo japoneses), desde as geográficas à ausência de incentivos do governo federal e mais tarde paranaense, fazendo fracassar diversas colônias.

Assim, esse povoamento, de acordo com Bernardes (1952 apud SILVEIRA, 2003), foi estruturado com algumas peculiaridades, em três fases principais, algumas ocorrendo simultaneamente: a primeira foi a localização oficial a leste dos Campos Gerais, repovoando o litoral; a segunda foi a localização oficial a Oeste dos Campos Gerais e áreas próximas e; a terceira foi a expansão espontânea dos imigrantes e seus descendentes, mais tarde, para o Sudoeste e para o Oeste.

Além dos objetivos governamentais em ocupar os “vazios demográficos” das fronteiras e de trabalhar na edificação de obras públicas, os imigrantes, nesse estado, foram responsáveis por uma série de características da atual sociedade, já que lançaram as bases para o surgimento de uma classe média urbana e rural. Mas isso se deu, mais efetivamente, somente no início do século XX, quando esses contingentes ganharam importância, correspondendo, em 1900, a 13,6% da população.

Dentre as realizações dos imigrantes, pode-se citar: ciclo rodoviário próprio (carroção eslavo e carroça polaca que substituíram os lentos carros de bois e os muares); difusão dos ofícios manuais de ferreiro, carpinteiro, marceneiro, arriador, alfaiate, barriqueiro etc; utilização do arado de ferro, da pá móvel, grade, ancinho, rastelo etc, proporcionando uma “revolução agrícola”; introdução, na alimentação, de centeio, trigo, batata inglesa; fornecimento de mão-de-obra para a abertura das estradas da Graciosa e em direção ao Mato Grosso, instalação de bondes em Curitiba, introdução da energia elétrica e construção de ferrovias no interior; além de costumes e valores que tornaram o Paraná um estado com considerável influência européia (WACHOWICZ, 2000).

A presença dos imigrantes fez surgir, ainda, e como desdobramento destas atividades, uma estrutura industrial mais desenvolvida, nas áreas dos Planaltos de Curitiba e de Ponta Grossa. Curitiba, como capital da Província, exerceu papel importante como atrativo para o surgimento das primeiras indústrias.

Essa realidade, porém, não se fez presente no Planalto de Guarapuava, que só recentemente, pelo núcleo agroindustrial suábico de Entre Rios, tem modernizado a estrutura produtiva, além das indústrias madeireiras, antigas, mas em processo de modernização, como se observa no Capítulo 02.

O Paraná constituiu-se, então, com uma colonização étnica muito variada, a princípio com menos imigrantes que os demais estados do Sul, que iniciaram sua colonização a partir da década de 1820 (WAIBEL, 1958 apud SILVEIRA, 2003). Posteriormente, a partir das primeiras décadas do século XX, entretanto, recebeu descendentes de alemães e italianos originados das antigas colônias do Rio Grande do Sul (Caxias do Sul, Santa Maria, São Leopoldo, Bento Gonçalves, Novo Hamburgo etc.) e do Oeste e Meio-Oeste de Santa Catarina, em direção ao Oeste do Paraná³².

Nestas áreas, adquiriram terras de colonizadoras particulares, se empenhando na agricultura e na pecuária e obtendo, aos poucos, considerável capitalização. Muitos, num contínuo processo de migração, inseriram-se e/ou formaram as frentes de expansão agropecuária em direção ao Centro-Oeste e as áreas do Nordeste e do Norte do país. Mas alguns não conseguiram acompanhar as transformações das relações de trabalho e de produção, perdendo seus meios de subsistência, tornando-se assalariados, vivendo em regime de auto-suficiência ou até mesmo tornando-se sem-terra ou sem-teto no campo e nas cidades.

Mas, mesmo com a participação de imigrantes mais dispersamente pelo estado, bem como de outros grupos populacionais, não havia se formado, até o século XIX, em outras áreas do território paranaense, sociedades político-economicamente fortes. Com isso, é possível dizer que é do Paraná Tradicional que emergia o poder político da época, sobretudo a partir dos luso-paranaenses

³² Waibel (1958 apud SILVEIRA, 2003) demonstra que em 1934, que no Rio Grande do Sul, existiam 510.000 alemães, 405.000 italianos e 120.000 eslavos, representando 33% da população riograndense (em 1940 – 3.320.689 pessoas). Em Santa Catarina eram 235.000 alemães, 100.000 italianos e 28.000 eslavos, representando 30% da população catarinense (em 1940 – 1.178.340) e no Paraná eram 100.000 alemães, 53.000 italianos e 92.000 eslavos, sendo 20% da população (em 1940 – 1.236.236 pessoas).

fazendeiros, como aponta Wachowicz (2000, p.281): “*Até o advento da República, o poder político no Paraná foi exercido de forma oligárquica, tendo por base o latifúndio e a estrutura patriarcal das principais famílias criadoras de gado dos Campos Gerais.*”

Esses grupos representavam, não só regionalmente, mas em parte do país, e com características específicas a cada uma delas, o caráter patrimonialista, clientelista e oligárquico das relações políticas, nas quais os cargos públicos eram nada mais do que uma extensão dos interesses privados. Mesmo com a República e até aproximadamente os anos 1930, esse fenômeno político pouco se alterou.

Nessa época e com a “Revolução de 1930” os industriais e os comerciantes, especialmente de São Paulo, além dos latifundiários (pecuaristas e agricultores do Sul, juntamente com os do Nordeste e de Minas Gerais), formaram a principal base de apoio a Getúlio Vargas. De certa forma é para esses grupos, unidos em um “pacto de poder” (RANGEL, 1981), que Vargas governou. Assim, substituiu importações, incentivando a indústria nacional (e acertou as contas com os industriais) e deu início ao chamado desenvolvimentismo-nacionalista.

Quanto aos latifundiários, tanto pecuaristas como agrícolas, foram beneficiados, por Vargas, especialmente a partir da resistência às pressões dos trabalhadores rurais não proprietários para a realização da reforma agrária, impedindo que ela se consumasse. Mas, apesar do apoio federal na questão, muitos latifundiários, com as transformações pós 1930, perderam poder econômico e acesso ao poder político garantido, até então, inclusive em âmbito nacional. A maior parte deles, porém, manteve o poder político regional e a base de sustentação eleitoral (para si próprio ou para os candidatos por eles apoiados), fatores primordiais para a possível permanência, mesmo que territorialmente restrita, no poder.

Ao passar do tempo, no entanto, também esse poder político foi se deteriorando, basicamente em função da sociedade tradicional ter que compartilhá-lo com novos grupos, aos poucos fortalecidos, de outras regiões do estado, como os comerciantes, os industriais do ramo madeireiro e os proprietários de terras voltados à produção agrícola, e não somente a pecuária etc.

Em algumas regiões, no entanto, especialmente em áreas de colonização antiga, nas quais a estrutura fundiária se sustentou em grandes propriedades, além de outros aspectos, esse confronto pouco existiu. São os casos dos planaltos latifundiários do Paraná, como os de Guarapuava e suas imediações. Em Santa Catarina são exemplos os planaltos de Lages e Norte e, no Rio Grande do Sul, os pampas e a campanha gaúcha, na depressão central, todos domínios da pecuária (SILVEIRA, 2003).

Com a última expansão populacional da sociedade tradicional paranaense ao longo dos anos 1930, aproximadamente, em direção ao Tibagi, no Norte do estado, essa sociedade foi obrigada a se sustentar sem a incorporação de novas áreas, sem a exploração das matas e sem a reprodução de seus valores e costumes, inclusive políticos. Ali, foi barrada pela frente pioneira³³ paulista.

A comunidade que historicamente se formou no litoral paranaense e no planalto curitibano, ocupou todas as terras de campo que, em largas faixas cercadas por imensas florestas, vão desde Curitiba, pelos Campos Gerais, campos de Guarapuava, campos de Palmas até as atuais divisas entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Explorou ervais e as florestas de araucárias a ela associadas. Baseada nos latifúndios campeiros da criação de gado, nos engenhos de beneficiar erva-mate, nas serrarias de pinheiros, formou a sociedade paranaense tradicional que criou o sistema de Província monárquica e do Estado republicano. Mas não chegou a ocupar todo o território do Paraná. (WESTPHALEN, MACHADO e BALHANA, 1968, p. 2)

A frente nortista constituiu-se numa das duas correntes povoadoras que disputaram a efetivação da ocupação do território paranaense, oferecendo novas características a sua formação sócio-espacial. Além dessa, considerada originária

³³ De acordo com Martins (1995), a frente pioneira representa o deslocamento populacional para áreas desocupadas ou pouco ocupadas do território, com a inserção de transformações de cunho espacial e social.

da expansão cafeeira paulista, a sulista, originária das antigas zonas coloniais ítalo-germânicas, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, ao Sudoeste e ao Oeste do estado mudaram, a partir deste período, a história econômica, social e política do Paraná (WESTPHALEN, MACHADO e BALHANA, 1969).

2. Ocupação e formação territorial do Norte paranaense

De acordo com Graziano da Silva (1982), com o efetivo processo de industrialização nos anos 1960, constituiu-se, também, a implantação da denominada modernização agrícola,³⁴ que possibilitou a posterior industrialização da agricultura. Ainda conforme este autor, o processo de modernização da agricultura fora incompleto, pois parcial (se limitou a algumas regiões do país e a alguns produtos específicos), conservador (não rompeu com a concentração fundiária) e doloroso (expulsou milhares de famílias do campo). Para o autor (1982, p. 134), ele

é parte do processo capitalista de desenvolvimento a que está submetido o nosso país, e se exprime de maneira contraditória pela riqueza e pela miséria que gera: de um lado, pelo crescimento da produção e da produtividade, de outro, pelos resultados perversos do ponto de vista de suas implicações sociais, tais como o crescente êxodo rural, as longas jornadas de trabalho, a concentração da propriedade e da renda etc.

Esses elementos, ademais, estavam condicionados ao contexto de estruturação da economia nacional, tendo em vista as mudanças ocorridas na agricultura e na indústria, nos períodos imediatamente anteriores, com a política de substituição de importações e, com a abertura econômica, que designou incentivos

³⁴ O processo de modernização da agricultura brasileira foi amplamente discutido por autores como Ignácio Rangel, José Graziano da Silva, Ângela Kageyama, Geraldo Müller, dentre outros.

para a indústria e para a agricultura, o que se fez sentir no chamado “milagre econômico”.

Além de observar as conseqüências socioeconômicas desse processo, é preciso entender que as transformações foram motivadas por alterações na base técnica da produção agropecuária. O Sul do Brasil foi uma das regiões que mais nitidamente passaram por esse processo, com repercussão sobre a estrutura produtiva local/regional e uma maior integração à economia nacional.

No estado do Paraná, com atividade econômica sustentada na agropecuária, houve a substituição do café pela pastagem, pela produção do binômio soja-trigo e pela cana-de-açúcar. Apesar da riqueza daí proveniente, a concentração da renda e da terra fez com que parte da população rural se transferisse para as cidades e outra parte deixasse o estado (MORO, 1998). De acordo com o IBGE, na década de 1970, deixaram de existir 100.385 estabelecimentos agropecuários no estado.

Mas antes de se chegar a essa realidade, ao Norte do estado, outros acontecimentos temporalmente anteriores, foram fundamentais. Segundo Wachowicz (2000, p. 281-2), “*ao contrário do que comumente se aceita, o início da colonização do Norte não foi obra da expansão da economia do café*”. Sua colonização é de 1850, quando fazendeiros mineiros e proprietários de latifúndios decadentes lançaram-se ao tropeirismo de gado bovino e de muars do Rio Grande do Sul para revendê-los em São Paulo e em Minas Gerais. Foram os primeiros a adentrar o chamado Norte Velho, povoando suas terras entre os rios Itararé e Cinzas.

De acordo com Muller (1956 apud SERRA, 1992), o povoamento também se deu com as missões religiosas instaladas por jesuítas espanhóis, missões essas inteiramente aniquiladas pelos bandeirantes paulistas, restando apenas algumas ruínas nos municípios de Vila Rica e Jesus Maria (no vale do Ivaí), e Loreto e Santo Inácio (no vale do Paranapanema). Somente posteriormente é que a região despertou o interesse de paulistas, mineiros, paranaenses, imigrantes e descendentes de japoneses, italianos, sírio-libaneses etc, para explorar a floresta e a agricultura, em virtude da terra roxa extremamente produtiva. Estudos históricos

afirmam que essa ocupação se deu como uma continuidade da expansão paulista e sua lavoura cafeeira ou como consequência da dinâmica econômica mais ampla do Centro-Sul, que transformou a economia do país.

A chamada ocupação moderna do Paraná realizou-se, então, associada a essa atividade. A ocupação da qual o Norte do estado é exemplo, também existiu, como citado, em períodos anteriores, como nas chamadas fases do ouro, do tropeirismo, da erva-mate e da madeira, elementos que caracterizaram, historicamente, um Paraná atrelado economicamente ao rural.

Os primeiros núcleos urbanos, na região, formaram-se na década de 1860. Paulistas e mineiros ricos e estrangeiros deram origem à Colônia Mineira (atual Siqueira Campos), em 1862 e, a partir dela, de várias outras: São José da Boa Vista e Venceslau Brás, em 1867; Santo Antônio da Platina, em 1866; Jaboticabal (atual Carlópolis), a primeira cidade com predominância populacional paulista e Tomazina, em 1865 e; Santa Ana do Itararé.

Segundo Wachowicz (2000), esses núcleos urbanos mais antigos, do Norte Velho, não se caracterizaram pela produção de café, mas sim pela policultura, fornecendo cereais, sobretudo arroz e milho, para São Paulo, Curitiba e outras cidades. Na virada para o século XX, outras atividades econômicas se destacaram, como a suinocultura, que passou a ser a atividade mais importante, com a instalação do frigorífico Matarazzo (Jaguariaíva), após a chegada da ferrovia (partindo de Ourinhos, São Paulo) e, mais tarde, da rodovia do Cerne.

Para Bernardes (1952), fatores de ordem física, como o solo, o clima menos propício a geadas, a mata latifoliada, rica em madeira de lei, além da proximidade de centros maiores em São Paulo, favoreceram o crescimento econômico regional.

São do século XIX, também, as tentativas de colonização impetradas pelo governo paranaense, tendo em vista fins militares. Criaram-se as Colônias de Jataí, em 1855, e os aldeamentos de São Pedro de Alcântara (atual Jacarezinho), em 1900, e de São Jerônimo da Serra.

Além desses, com o surgimento de Cambará, em 1904, de Bandeirantes, em 1921 e de Cornélio Procópio, em 1924, as reservas de solos

virgens foram tomadas pelas fazendas de café, que avançaram pela terra roxa em direção ao Oeste, num processo lento. Mesmo com a chegada da ferrovia, pouco se avançou até aproximadamente 1940 (BERNARDES, 1952). A fase de ocupação espontânea teve fim no início do século XIX, quando o governo estadual, além de estimular a colonização privada, assumiu, ele próprio, a colonização da região.

A Oeste do rio Tibagi (área de pinheirais), a colonização se deu também pelo Sul, por Queimadas (atual Ortigueira) e Faxinal do São Sebastião, com caboclos e ex-colonos que estabeleceram espontaneamente suas roças e, posteriormente, pela colonização particular, que fundou Primeiro de Maio (1923) e Sertanópolis (1924). Esses núcleos atraíram uma frente pioneira, de Oeste para Leste, formadora de pequenas e médias propriedades (CAVALCANTI BERNARDES, 1953).

A proibição de novos cafezais pelo governo de São Paulo contribuiu para que alguns produtores deixassem o estado em busca de novas terras para o cultivo. No Paraná, *“essa proibição não existia, seu governo, sem recursos para promover a colonização das terras virgens de sua região Norte, encontra a solução na venda de terras à iniciativa privada, a custos simbólicos, estimulando o povoamento”* (MORO, 1998, p. 08).

Em 1929, apesar dos fatores que envolviam a crise, um novo surto de povoamento se processou, em virtude dos trabalhos de loteamento iniciados pela Companhia de Terras Norte do Paraná. Essa Companhia organizou a ocupação efetiva do Norte e de parte do Oeste, após o rio Piquiri, num dos maiores empreendimentos privados ocorridos no país até então. O ótimo desempenho da empresa, que repartiu as terras em pequenos e médios lotes para a venda, foi responsável pelo surgimento de várias cidades e pela entrada, no estado, de uma quantidade muito grande de migrantes, no período (WACHOWICZ, 2000).

Para que o empreendimento auferisse sucesso foi planejado, meticulosamente, todo o processo de fixação, como o traçado das estradas de ferro e de rodagem, a disposição das cidades, a instalação de água e de energia etc, o que favorecia, além de outros, o beneficiamento mais rápido dos produtos agrícolas, levando ao cultivo e à venda de vários produtos, como arroz, milho, batata,

algodão, e à criação, ampliando o espaço econômico de acumulação, determinando sua modernização, tanto no que diz respeito à diversificação da economia regional quanto ao crescimento e a dinamização dos centros urbanos.

Em 1935, os trilhos da estrada de ferro chegaram a Londrina, “*a primeira cidade fundada além do Tibagi (1930)*” (BERNARDES, 1952, p. 449), o que facilitou as comunicações e o escoamento da produção agrícola. Várias cidades foram sendo criadas pela frente pioneira da Companhia. A ocupação foi se dando atingindo o espigão entre o Paranapanema e o Ivaí. Eixos de comunicação, com rodovias vicinais, precediam os cafezais.

Além disso, o objetivo da Companhia de Terras, de acordo com Westphalen, Machado e Balhana (1968, p. 19), não era o de formar grandes fazendas nos moldes paulistas, mas sim o de estabelecer um regime de pequenas propriedades, com a formação de uma vida regional intensa. “*Até o ano de 1943, a Companhia de Terras Norte do Paraná vendera cerca de 117 mil alqueires. Dez anos depois, em 1953, havia sido vendidos 400 mil alqueires, divididos em cerca de 26 mil lotes agrícolas, cuja área média era de 15 alqueires*”.

O governo estadual, em função do sucesso dos empreendimentos particulares e por ser proprietário ainda de grandes áreas devolutas, também promoveu a colonização oficial, ao final dos anos 1930. Surgiram, desse processo, as cidades de Içara (1941), Paranaíba (1942), Jaguapitã (1943), Centenário (1944), Interventor (1950) e Pagu (1950). As terras, em geral, foram vendidas em pequenos lotes agrícolas a povoadores brasileiros, mas também a italianos, portugueses, alemães, espanhóis, japoneses, ucranianos, poloneses etc.

Afora essas terras, as pertencentes à Companhia de Terras Norte do Paraná continuaram sendo vendidas, cada vez mais ao Oeste. Maringá foi o marco, fundada em 1947. A partir daí, chegando a Paranaíba, os solos arenosos freieram a colonização com base cafeeira (BERNARDES, 1952). Mas além de Maringá, cidades como Cambé, Rolândia, Arapongas, Mandaguari, Apucarana, Jandaia do Sul, Cianorte e Umuarama são produto da mesma companhia, todas localizadas a no máximo 100 km de distância uma das outras (WACHOWICZ, 2000).

Com o sistema de pequena propriedade, muitos ex-colonos, assalariados ou parceiros, puderam comprar seu pequeno sítio, tendo como base o trabalho familiar. Os vales, não muito propícios ao café, foram ocupados com produções complementares para subsistência, geralmente cultivados por essa população (MORO, 1998).

Ali, outras companhias colonizadoras também inseriram o sistema de pequenas e médias propriedades. A Companhia Tokushoku Kaisha – Bratac e a Nambei Tochi Kubushiri foram responsáveis pela colonização com imigrantes japoneses e seus descendentes, fundando, respectivamente, Assaí e Uraí, na década de 1930. Nelas, a atividade econômica baseava-se na cotonicultura e na policultura de subsistência. Nas décadas seguintes a produção agrícola atraiu agroindústrias em busca de matérias-primas. São exemplos a Anderson Clayton, a Sanbra, a Companhia Reunidas Matarazzo, a Cargill, a Braswey e outras (MORO, 1998).

Padis (1981) afirma que a maioria das cidades ao Norte do estado foi beneficiada com diversos investimentos, frutos direta e indiretamente dos lucros agrícolas, como escolas, agroindústrias, armazéns, indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas etc, além de atividades no setor terciário, como bancos, empresas comerciais, transportes, grande parte investimentos provenientes do lucro com o café e das metas da Companhia de Terras Norte do Paraná. Daí decorre, ainda, o adensamento populacional da região.

O governo federal, via interventor Manoel Ribas (no poder de 1932 a 1945), favoreceu o processo com a melhoria das vias de comunicação e com a abertura de estradas para o escoamento da produção. O crescimento econômico, a partir daí, não se deu somente no campo, mas também nas cidades que surgiram aos poucos, e pelos investimentos, em infra-estruturas, do poder público.

Apesar de iniciada na década de 1930, aproximadamente, foi somente nos anos 1960 que o Paraná ganhou destaque na produção cafeeira nacional, quando a produção ainda era escoada pelo Porto de Santos, via Estradas de Ferro São Paulo-Paraná e Sorocabana. Com a construção da Estrada do Cerne, pelo governo paranaense, ampliou-se o escoamento da produção para o Sul, em direção

ao Porto de Paranaguá, mais tarde pela Rodovia do Café (1961) e, logo após, pela Estrada de Ferro Ponta Grossa-Apucarana, como aponta Wachowicz (2000).

Nesse período, mas fortemente nas últimas quatro décadas, a produção de grãos (soja, trigo e milho), cana-de-açúcar e outros em menor proporção, mudaram o quadro agrícola do Norte, mas também do Oeste e, em menor intensidade, das demais regiões paranaenses. O café, aos poucos, foi perdendo mercado em consequência de fatores internos e externos, tornando-se inviável o seu plantio. As pequenas e médias propriedades foram desaparecendo, causando uma grande concentração fundiária, assim como agudo êxodo rural.

As atividades absorvedoras de mão-de-obra, como o café e a policultura, foram substituídas pela produção em alta escala e pelo uso intenso de mecanização e tecnologia que, para tal, necessitam de grandes áreas. Essas mudanças nas estruturas produtiva e fundiária levaram a algo mais amplo, ou seja, a mudanças na estrutura social Norte-paranaense, bem como de outras regiões do estado.

Assim, a composição e a distribuição da população se alteraram. A atração populacional, não somente desta região, mas do conjunto do estado, dos anos 1960, se transformou em êxodo nos anos seguintes, especialmente em direção à nova fronteira agrícola no Centro-Oeste do país. A taxa de crescimento foi decaindo sensivelmente, de 102%, na década de 1960, para 10% na de 1970 e negativamente em boa parte dos anos 1980. Internamente, o êxodo para os centros urbanos pulou de 36%, na década de 1960, para 55% na de 1980 (MAGALHÃES, 2001).

O desempenho decorrente do fortalecimento econômico de grupos agropecuaristas e industriais da região fez com que seus atores se envolvessem na política e, conseqüentemente, surgissem novos grupos de poder político no estado. Estes passaram a exercer oposição aos grupos tradicionais ou campeiros do Sul, aqueles que dominavam exclusivamente as relações com o poder central.

2.1. O incentivo à industrialização do Norte paranaense

O setor industrial, no Paraná, historicamente vinculado ao beneficiamento de produtos agrícolas como a erva-mate, a madeira, o café e, mais recentemente, a soja, o trigo, o milho e a cana-de-açúcar, foi o incentivador da modernização econômica de algumas regiões do estado, no pós-anos 1960.

De acordo com Magalhães (2001), anteriormente, tanto o herdeiro político de Manoel Ribas quanto seu opositor, Moysés Lupion (1947-1951 e 1956-1961) e Bento Munhoz da Rocha Netto (1951-1956), respectivamente, acompanharam os ideais dos governos federais dos períodos em que estiveram no governo e enfatizaram o incentivo à industrialização como objetivo de suas administrações, mas ainda com destaque à agroindústria.

Com Ney Braga e Paulo Pimentel, ambos ligados especialmente a Curitiba e ao Norte cafeeiro, houve algumas mudanças, com um incremento ainda maior à industrialização em relação a essas regiões. Com isso reproduziram o processo iniciado por Juscelino Kubitschek, em nível federal, de atração industrial, tendo o próprio governo como indutor da mudança. Assim, criaram-se diversos órgãos públicos estaduais no período, como a Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR), afora a destinação de investimentos ao setor de infra-estruturas, especialmente ao elétrico e ao rodoviário. Os investimentos deram resultado, numa posterior associação com a questão agropecuária. Com isso, o Paraná tornou-se um estado bem sucedido no ramo de agroindustrialização, além de ter elevado a produção industrial em conjunto. Parte desse crescimento também se deve ao sistema cooperativo, que será abordado mais adiante.

Em meados da década de 1970, a participação do Estado no setor industrial passou de pouco mais que 18% para quase 33%. Esse estímulo, no entanto, se restringiu a algumas regiões, aquelas que se tornariam os centros industriais do Paraná: Londrina e Maringá, Ponta Grossa, Curitiba e sua região metropolitana.

O surto industrial da década de 1970 contou com uma agricultura que se modernizava, exigindo dinamismo de outros setores, além da existência de infra-estrutura econômica e da presença de mecanismos institucionais em processo de modernização e consolidação. (FERREIRA, 1986, p.118)

Ao Norte, além dos ramos industriais tradicionais, se consolidaram novos, como a metalurgia, a mecânica, os materiais elétricos, equipamentos agrícolas e de transporte (como pontos de apoio à agroindústria), além da impulsão ao setor de confecções.

Mais recentemente, algumas cidades transformaram-se em centros industriais especializados, valendo-se, em sua maioria, de capitais locais. Arapongas tornou-se grande produtora de móveis e o segundo parque da região Sul do Brasil, perdendo apenas para São Bento do Sul, em Santa Catarina. As 142 indústrias, em 1996, geravam 5 mil empregos diretos e quase 70% do ICMS do município. Já Apucarana especializou-se na produção de bonés, com 70 indústrias responsáveis por 60% da produção nacional do produto. A terceira, Cianorte, é grande produtora de confecções, com 7.000 empregos diretos (MAGALHÃES, 2001). Além destas, outras se destacam com atividade industrial variada, e aí são exemplos Londrina e Maringá.

A modernização do Norte paranaense, então, está associada à agricultura capitalista e a indústria tecnologicamente inovativa, apesar dessa região concentrar, ainda, algumas áreas com atividades economicamente tradicionais, fato comum num país com extremas desigualdades econômicas, sociais etc. Além da questão econômica, o Norte é a segunda área mais urbanizada do estado e na qual encontram-se grandes cidades, como Londrina e Maringá, também pólos de dispersão cultural e científica. É ali, ainda, que se mantém boa parte dos indicadores socioeconômicos favoráveis do estado, como pode ser observado no Capítulo 02.

3. A pequena produção familiar e a modernização agrícola do Sudoeste e do Oeste do Paraná

Wachowicz (2000), em seus estudos, aponta que o processo de ocupação do Sudoeste e do Oeste paranaenses iniciou-se pelos Campos de Palmas e pelo rio Uruguai. Na verdade, para esse autor, a ocupação se deu em dois momentos: de 1820 a 1845 e de 1945 a 1960. No primeiro deles, a economia se fundamentava na pecuária e no extrativismo (erva-mate e madeira), sendo este explorado por empresas estrangeiras como a Compañia Maderas del Alto Paraná e a Companhia Matte Laranjeiras. Como a contribuição para o povoamento do território foi pequena, as áreas ainda desocupadas permaneciam chamando a atenção. Já no segundo momento, a finalidade era a obtenção de terras, coincidindo com preocupações em relação a definição das fronteiras do estado.

Na região mais a Oeste, descrita amplamente por Wachowicz (2000) como o “*território compreendido entre os rios Guarani, Iguaçu, Paraná e Piquiri*”, as tentativas de colonização foram feitas por particulares, com os núcleos de Sol de Maio e Santa Helena, que não progrediram, em especial pelo isolamento e pela ausência de mercado para trocas. Também os argentinos, em virtude do contrabando da erva-mate, ajudaram na colonização, mas não o suficiente para por fim a escassez populacional. Com isso, os interesses econômicos nessa área, especialmente pela dificuldade de comunicação com o leste, se deram mediante o comércio exterior com a Argentina e com o Paraguai (BERNARDES, 1952).

As tentativas oficiais de colonização do território ocorreram, efetivamente, com as colônias militares, a fim de assegurar sua posse nos limites com os dois países (Argentina e Paraguai). A instalação da colônia Chopin (1882) e da base militar de Foz do Iguaçu (1888), então, foi um incentivo para que a região recebesse um contingente significativo de pessoas, mas por tempo determinado. Na década de 1890 cessaram-se as iniciativas e somente mais uma colônia foi criada, logo após a Primeira Guerra Mundial, a de Bom Retiro (1918), atualmente Pato Branco. Com isso, afirma Cavalcanti Bernardes (1953), progredia-se lentamente o povoamento do Sudoeste e do Oeste do estado até então.

Bernardes (1952) aponta que a ocupação espontânea do Sudoeste e do Oeste (no início do século XX) se fez por três eixos principais:

um é a estrada que saindo de Ponta Grossa atinge Guarapuava e vai ter a Foz do Iguaçu; outro é a estrada que de União da Vitória vai ter a Palmas; segue depois para Clevelândia, ramifica-se na zona de Pato Branco e continua para Barracão, na fronteira Argentina; enfim o terceiro é constituído pela estrada de Guarapuava a Campo Mourão. (BERNARDES, 1952, p. 443)

Nesse processo não faltou a especulação nos negócios da terra, mormente nas públicas que, apesar da existência de posseiros, passaram a ser colonizadas oficialmente pelo governo, obrigando a desocupação ou a regularização da situação dos mesmos. Quando a regularização não era possível, fato bastante comum, a retirada nem sempre ocorria de forma pacífica. Diversos conflitos, assim, se deram: entre dois ou mais pretensos proprietários da mesma terra, com intrusos (ocupantes ilícitos de terras), com grileiros (ocupantes com base em títulos falsos de propriedade) e outros³⁵ (WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA, 1968).

Dentre esses conflitos, um de grande repercussão ocorreu na área contestada entre Paraná e Santa Catarina. A disputa entre os dois estados se resolveu pela repartição da área contestada, após vários anos de negociações, com conflitos intensificados entre 1912 e 1916. Mas, na região em litígio, em todo o período e após, diversos conflitos se deram em virtude da valorização das terras e do abandono ao qual foi submetida a população cabocla ali residente.

A permissão para continuar a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul e do ramal Ponta Grossa-Guaíra foi atribuída à Empresa *Brazil*

³⁵ Nos conflitos existentes no Paraná, basicamente pela posse da terra que se valorizava assustadoramente e dos recursos naturais, muitos ficaram na história pelas proporções que tomaram, como os do Contestado e de Palmas, no Oeste, os de Jaguapitã e de Porecatu, no Norte e os de Pato Branco e de Vitorino, no Sudoeste (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1968).

Railway Company, tendo como pagamento glebas de terras, posto o governo brasileiro alegar não possuir outros recursos. De acordo com Wachowicz (2000), as terras, muitas com residentes, iam sendo ocupadas por trabalhadores americanos da ferrovia (e também por luso-brasileiros), levando a outros conflitos.

Segundo o autor a população, além de abandonada pelo governo federal, era subjugada pelos coronéis, os “papa-terras” (como eram denominados os grandes latifundiários da região) que, apesar do bom relacionamento até então com os caboclos, com a valorização das terras passaram a hostilizá-los, a fim de se apoderarem das mesmas. Nesse contexto, diversos conflitos surgiram, já que os caboclos se sentiam abandonados, pois nem o governo lhes dava atenção. Assim, buscaram outros meios de organização e tiveram vários líderes, como os chamados monges, que os conduziram nos conflitos. Várias vidas foram perdidas em batalhas até se dispersarem, pela capacidade muito maior de combate das forças oficiais. Mais de 20.000 pessoas morreram num misto de causas políticas, sociais e religiosas.³⁶

Ao final da década de 1930, foi realizada, pelo governo estadual, mais uma tentativa de colonizar as terras devolutas e as antigas concessões da região, “fundando na margem esquerda do Piquiri, as colônias Piquiri, Cantu, Goio-Bang e Goio-Erê e, à margem direita do Ivaí, as colônias Manoel Ribas, Muquidão e Mourão” (WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA, 1968, p. 20).

Nessa região, mais ao Sudoeste, ainda de acordo com Westphalen, Machado e Balhana (1968), foi possível detectar a superposição de dois movimentos: um de ocupação espontânea e outro de colonização dirigida, sendo este promovido tanto por empresas privadas de colonização como pela iniciativa oficial, bem como pela ocupação simples de terras devolutas ou de particulares.

Nos anos 1940 a ocupação oficial criou a Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), atual Francisco Beltrão, com o objetivo de ocupação e produção de agricultura cuja primeira função era alimentar. Mais de 8 mil famílias

³⁶ Há diversos estudos específicos sobre a Guerra do Contestado Paraná e Santa Catarina, o que dispensa, aqui, uma análise mais aprofundada. Dentre eles: Queiroz (1966); Lemos (1977); Bernadet (1979); Queiroz (1980); Tota (1983); Auras (1984); Thomé (1992) etc.

foram cadastradas para a ocupação, em sua maioria do Rio Grande do Sul. Paralelamente aos assentamentos dos colonos, outros projetos foram desenvolvidos para a colonização, tanto pela iniciativa de agentes do Estado como pela iniciativa de particulares (SERRA, 1992).

Na verdade, Serra (1992, p. 35) aponta que *até a década de 1940 não havia uma motivação econômica que despertasse ali efetivo interesse pela posse e exploração da terra*. Para esse autor, apenas duas categorias de ocupantes mantinham-se, os madeireiros e ervateiros e o campesinato marginal.³⁷

Outro acontecimento, porém, foi preponderante para a colonização e a dinamização do Sudoeste e do Oeste paranaenses. Em 1943 (em decorrência da Constituição de 1937) o governo federal, através da geopolítica pensada pelo getulismo, transformou uma parte do Paraná e de Santa Catarina em Território, com o fim de se contrapor às pretensões expansionistas dos países vizinhos, em especial a Argentina. Com o decreto presidencial, todo o Sudoeste paranaense e boa parte do Oeste catarinense foram desanexados desses estados e passaram a compor o Território Federal do Iguazu, que só foi extinto três anos mais tarde. Com isso, a frente pioneira foi intensificada na indução da “marcha para o Oeste” e a região foi ocupada velozmente por migrantes oriundos das zonas de ocupação antiga (Rio Grande do Sul e Santa Catarina), movimento que perdurou intenso até os anos 1960.

O interesse do governo era o de ocupar os “vazios demográficos”, objetivando o desenvolvimento de áreas de todo o país consideradas externas ao contexto nacional de integração regional, discurso altamente invocado pelo Estado Novo. A corrente povoadora adentrava por Pato Branco e dispersava-se pelos vales dos rios Chopin, Piquiri e Paraná, constituída, sobretudo, por agricultores italianos e alemães e seus descendentes. No momento em que esses colonos chegaram, entretanto, pelo afã dos negócios da terra, com eles inseriram-se também a violência da grilagem e as empresas de colonização, dispostas a sucumbi-los.

³⁷ De acordo com Velho (1979 apud SERRA, 1992) os campesinos marginais eram indivíduos conhecidos como caboclos e caipiras que produziam basicamente para o consumo, buscando apenas a auto-sobrevivência e, por isso, vistos como desinteressados.

Esses agricultores ofereceram grande impulso econômico ao local, tanto por meio da pequena agricultura como dos latifúndios empresariais, muitos administrados familiarmente. Ali adquiriram terras desbravadas pelos caboclos e até mesmo desbravaram suas próprias terras. A atividade econômica baseava-se, inicialmente, na plantação de cereais e na criação de suínos, juntamente com a exploração da erva-mate e da madeira, realizada pelos caboclos (WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA, 1968). Mas o contato das diferentes idéias e costumes também motivou conflitos pela posse (condição não legalizada, com poder de fato e não de direito) da terra. Atualmente, são grupos consolidados, com parte vivendo da produção de grãos para exportação.

As novas frentes de ocupação foram sustentadas, economicamente, pela agricultura de mercado interno e externo, ao contrário da primeira frente (1820-1845) que teve nas pastagens a sua atividade econômica predominante, vinculada ao regime de sesmarias, ao sabor das disponibilidades e da qualidade de recursos naturais como a erva-mate e a madeira. O preço das terras era o fator de maior atração. A venda de poucas terras, no Rio Grande do Sul, propiciava a compra de grandes extensões de terras no Paraná, o que intensificou o deslocamento populacional.

A pequena propriedade colonial familiar de economia de subsistência e, posteriormente, a mercantilização dos excedentes produtivos marcaram a estrutura fundiária e agrícola da região até os anos de 1970. A partir daí a modernização agrícola inseriu o modelo do complexo agroindustrial. Este, juntamente com os solos férteis, a experiência dos colonos em atividades agropecuárias (cereais e suínos) e o intenso sentimento associativo, fizeram com que a região tivesse progresso econômico muito rápido (MORO, 1998).

Assim, em pouco mais de 20 anos, de acordo com Padis (1981), a transformação foi tão intensa que fez surgir mais de 40 cidades, resultantes dos fluxos migratórios do movimento ocupacional do Norte (levando consigo o café) e, em número muito maior e surpreendente, o decorrente do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Essas populações fundaram e estabeleceram-se em vários núcleos

como Dois Vizinhos, Santo Antonio do Sudeste, Medianeira, Santa Helena, Toledo, Marechal Cândido Rondon etc. (WACHOWICZ, 2000).

De região esparsamente ocupada até 1940, só existindo os municípios de Mangueirinha e Clevelândia e os distritos de Pato Branco e Chopinzinho, transformou-se, no decorrer dos anos 1950 e posteriores, numa das regiões mais recortadas do estado, com desmembramento desses municípios em vinte e três outros municípios e três distritos.

As colonizações oficial e empresarial privada, então, provocaram o encontro com a frente Norte por volta dos anos 1950, completando a ocupação do Noroeste (SERRA, 1992). Com a valorização das terras, grupos políticos e econômicos viam na sua apropriação um meio fácil de enriquecimento e de ascensão, o que, ainda de acordo com Serra (1992), provocou diversos conflitos.

Na história de ocupação das terras do Sudoeste e do Oeste paranaenses alguns acontecimentos foram decisivos. Como exemplo pode-se citar a “Revolução de 1930” e a Segunda Grande Guerra. Com a primeira, muitas concessões foram anuladas pelo governo e, com a segunda, as concessões de terras de fronteiras foram nacionalizadas, como forma de garantir a segurança interna. Assim, várias das empresas estrangeiras possuidoras de terras passaram para a administração de brasileiros, como foi o caso da Companhia Maderas del Alto Paraná (WESTPHALEN, MACHADO e BALHANA, 1969), modificando as relações de produção e de trabalho na região.

Abramovay (1981) afirma que a ocupação recente do Sudoeste e do Oeste paranaenses é produto de dois processos: o de quase extinção da economia cabocla por parte dos imigrantes europeus e seus descendentes de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, e da luta destes contra o latifúndio e os latifundiários. Isso decorre de um movimento, existente não só nessa região do Paraná, mas em boa parte do Brasil, qual seja, o de eliminação do ocupante em benefício do proprietário. É o latifúndio como sólida base que, quase sempre, impede as possibilidades de transformação social, afirma o autor.

Exceção, nesse caso, a parte dos próprios pequenos proprietários sulistas que prosperaram na região, transformando-se em grandes agricultores e proprietários de terras, especialmente com o advento dos grãos.

Na década de 1960, porém, todo o Estado do Paraná está com o seu território ocupado, desaparecendo as frentes pioneiras e os grandes problemas de terras. Encontram-se e começam a confundir-se as três ondas de povoamento, a do Paraná Tradicional que se expandia desde o século XVII, de Paranaguá a Curitiba, pelas regiões de campos, com a criação de gado, e depois com a indústria da erva-mate e da madeira de pinho; a do Paraná moderno, aquela da agricultura tropical do café que, pela origem e interesses históricos, ficaram mais diretamente ligados a São Paulo e; a dos colonos da agricultura de subsistência, plantadores de cereais e criadores de suínos que, pela origem e interesses históricos, se ligaram mais intimamente ao Rio Grande do Sul. Cada uma dessas três ondas criou seu próprio tipo de economia, formou um tipo de sociedade e fundou as suas próprias cidades. (BALHANA, MACHADO e WESTAPHEN, 1969, p. 264)

Desses processos, o centro-sul paranaense ficou excluído, sofrendo apenas seus reflexos, sem um impulso interno que gerasse fatores positivos a sua transformação econômica. Mas o estado do Paraná, a partir do processo de ocupação explicitado, chegou à década de 1980 com um desafio socioeconômico primordial: reverter o êxodo rural intenso e a concentração de terras. Os anos 1990 terminaram e pouco se resolveu.

Em termos econômicos, em algumas áreas tradicionalmente mais modernizadas, como partes do Norte do estado, despontam diversas atividades, combinando setores ainda arcaicos (alguns) com setores tecnologicamente inovativos (vários). Em outras, por sua vez, deu-se a superação das formas tradicionais de exploração das atividades econômicas por uma expressiva modernização tecnológica, inclusive nos setores agrícola e pecuário, ganhando impulso as indústrias ainda atreladas a esses setores, mas também outras de maior

valor agregado. Esse é o caso de parte dos municípios do Oeste e do Noroeste e suas plantações de grãos altamente tecnificadas.

Outras áreas, no entanto, permanecem em sua quase totalidade vinculadas a atividades tradicionais, ficando economicamente atrasadas e pouco integradas à dinâmica econômica mais geral, em níveis estadual e nacional dadas, especialmente, em função das características estruturais da base produtiva, de acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2003b). Esse é o caso do centro-sul paranaense, com Guarapuava e outros municípios constituídos a partir de uma estrutura fundiária de base latifundiária, da pecuária ainda tradicional (apesar de áreas de modernização) e de um setor industrial cuja principal atividade é a exploração primária da madeira (corte simples para a comercialização), como pode ser observado, juntamente com outros fatores, na seqüência.

4. A formação sócio-espacial³⁸ da região de Guarapuava

A região de Guarapuava integra, de acordo com estudos da historiografia sobre o estado, o extremo limite do Paraná Tradicional (e uma ampla área do Terceiro Planalto), cuja ocupação remonta ao século XVII e atravessa os prolongados ciclos econômicos hegemônicos, temporalmente do tropeirismo, da erva-mate e da madeira, mas não se constituiu apenas como tal, já que apresenta características distintas daquelas pelas quais se desenvolveu a porção mais a leste desse Paraná, como demonstram os apontamentos do Capítulo 2.

Assim, a organização do espaço esteve sempre vinculada a atividades econômicas de cunhos extensivo e extrativo, concentradas nas vastas áreas de campos naturais. Inicialmente apoiada na criação de muares e de gado, a economia

³⁸ Apesar de considerar importante a análise da formação sócio-espacial na Geografia como uma derivação da categoria marxista de formação econômica e social, não se fará, aqui, uma análise desse meta-conceito (nas palavras de Roberto Lobato Corrêa), desenvolvido e aprofundado, no Brasil, por Milton Santos (em nível nacional) e Armem Mamigonian (em nível regional).

regional, paulatinamente, direcionou-se à invernagem (aluguel das pastagens) e engorda do gado transportado pelos tropeiros, incorporando, em paralelo, a extração da erva-mate e, mais tarde, da madeira, esta com auge após a segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, convém sublinhar que, de forma geral, a economia da região esteve sempre associada a exploração de algum recurso da natureza, que foi utilizada muitas vezes de forma predatória e rudimentar.

Adicionalmente, as sucessivas atividades econômicas predominantes no Centro-Sul basearam-se, via de regra, em grandes propriedades rurais, que praticavam, também, uma agricultura de subsistência, sempre com o recurso da mão-de-obra escrava e do trabalho familiar. A junção de todas essas características da sociedade campeira – tradicional, patriarcal e latifundiária, fundada sobre bases econômicas estreitas e de baixo dinamismo – a uma quase total ausência de vias de comunicação funcionou, por um longo período, como um mecanismo de entrave à integração viária da região com outras áreas mais dinâmicas do estado, freando a ocupação regional em larga escala e mantendo escassa sua população. (IPARDES, 2003a, p. 17)

Apesar de discorrer sobre alguns elementos característicos da ocupação e da formação da sociedade local anteriormente a emancipação política do município de Castro, em 1871³⁹, é a partir dela que se centram as discussões aqui apresentadas, que têm como fontes principais as obras de cunho regional das historiadoras “guarapuavanas” Gracita Gruber Marcondes e Alcioly Therezinha Gruber Abreu.

Decorrente do processo de ocupação das áreas campestres, as fundações de Guarapuava e de Palmas completaram o processo de ocupação territorial do Paraná Tradicional. A efetiva ocupação da região se deu pela distribuição de sesmarias, poucos anos após a chegada da expedição colonizadora

³⁹ Guarapuava foi elevada à vila em 1849, com o estabelecimento da primeira Câmara Municipal em 1853 e a criação da comarca em 1859.

comandada pelo sargento-mor Diogo Pinto de Azevedo Portugal e pelo Padre Chagas (capelão da expedição), em 1809. Julgando a região como importante para a segurança e para a incorporação dos “sertões” à economia então mais pujante de outras áreas da colônia, foi incentivada sua ocupação militar, que resultou em dois processos principais: o extermínio de muitos índios e a distribuição de sesmarias (a partir de 1818).

De acordo com Abreu (1986), além das grandes porções de terras, também foram distribuídas algumas poucas pequenas sesmarias a povoadores pobres, sendo as primeiras concessões realizadas a acompanhantes da expedição e a fazendeiros da região que ajudavam com bois de corte, cargueiros etc. Iniciavam-se, aí, as características de favorecimento e troca entre os poderes público e privado. No período de 1822 a 1850, as terras foram adquiridas mediante ocupação ou posse, levando ao estabelecimento de latifúndios ainda maiores em Guarapuava e em todo o país. Para se ter noção, entre 1853 e 1863, 19,3% da população era dona de todas as propriedades do município.

As concessões de terras visavam, além de interesses particulares, o aproveitamento daquelas que se encontravam ociosas e a regulamentação das devolutas, via ocupação, estimulando o povoamento. Os resultados, no entanto, não foram muito satisfatórios, já que as terras concedidas “*formaram latifúndios que vieram a se somar aos já existentes; o que houve foi apenas a transferência do domínio do Estado para as mãos de particulares*” (ABREU, 1986, p.74).

O sistema de sesmarias deu origem a praticamente todas as posteriores propriedades rurais da região e, ainda hoje, descendentes de diversas famílias da cidade são possuidoras de terras daí remanescentes, como a família do médico e político Antonio França de Araújo⁴⁰ e do prefeito eleito em 2004, Luiz Fernando Ribas Carli⁴¹. De acordo com o último: “*Minha família tinha várias propriedades. Porque era fácil. Vinha de lá com o título para assumir as terras.*”

⁴⁰ Entrevista concedida a Márcia da Silva em 25/06/2004, as 10 h e 30 min., no consultório do entrevistado.

⁴¹ Entrevista concedida à Márcia da Silva, em agosto de 2004, as 11 h, na residência do entrevistado.

Com a lei de 1850 (conhecida como Lei de Terras), o registro das terras passou a ser obrigatório. Como a região de Guarapuava (e diversas outras no Brasil) não possuía órgão público competente para efetuar-lo, o registro das propriedades foi realizado pela igreja católica, sob o sistema do “Registro do Vigário”. O sistema dava plenos poderes aos vigários para agir como cartorários e, então, lavrar as escrituras nos livros de registros, por eles próprios abertos, numerados, rubricados e encerrados (ABREU, 1986).

Quanto a economia local, de forma geral, nas grandes e médias propriedades realizava-se a criação de gado e, nas pequenas, a lavoura de subsistência. Além destas, estabeleceram-se, também, as fazendas de invernagem, que se desenvolveram, no Paraná Tradicional, em três áreas, incluindo-se a de Guarapuava: “*os campos de Curitiba, de 1668 em diante, em pequenos currais; os campos Gerais, a partir de 1730, com a abertura do caminho de Viamão e; os campos de Guarapuava, a partir de 1810, com sua expansão aos campos de Palmas, a partir de 1839*” (PIERUCCINI, 1995, p. 24).

Nesse contexto, grandes áreas das fazendas passaram a ser reservadas aos tropeiros e, com isso, a invernagem tornou-se a principal fonte de renda e, concomitantemente, motivo de formação de uma classe de proprietários de gado e de seus comerciantes composta por famílias que adquiriram o mais alto *status* na sociedade local e se tornaram responsáveis pelas decisões, tanto políticas como econômicas regionalmente.

O isolamento (inclusive pelos ataques constantes de índios) incentivou uma economia auto-suficiente, por via de trabalho bastante rudimentar e realizado por escravos, familiares e/ou populações caboclas. Produzia-se açúcar, café, feijão, milho, mandioca, batata e legumes, pomares, hortas, lã, sapatos etc. para o abastecimento da população das fazendas. As vias de comunicação (e os meios de transportes) resumiam-se aos caminhos dos índios e depois das tropas. Afirmam as historiadoras Abreu e Marcondes que esse fato constituiu-se em elemento fundamental para a reprodução da cultura local, arraigada às origens e às tradições.

Com isso, aqui e em outras áreas agropecuaristas brasileiras, muitas fazendas ficaram entregues a pessoas de confiança dos proprietários, os chamados

capatazes, ao passo que os proprietários e suas famílias residiam em centros mais prósperos ou em outros estados. O baixo consumo dos capatazes e da maioria da população residente (também em função da produção de praticamente todos os produtos de subsistência), não atraía muitos investidores à região, sendo este um dos elementos considerados quando se explica o insignificante crescimento econômico de outras atividades ou das atividades urbanas no período.

As análises do registro de terras ou “do vigário” feitas por Abreu (1986) demonstram que, a partir de 1850, com a Lei de Terras, esse quadro começou a se reverter, com parte dos proprietários passando a residir em suas fazendas. Isso se deveu, especialmente, ao estreitamento das comunicações, via Caminho das Missões, integrando o município ao comércio sulino de gado, bem como à emancipação política, já que os fazendeiros (grupo dominante) passaram a utilizar suas riquezas para influenciar nos pleitos eleitorais, “*verdadeiras guerras de afirmação social*” (ABREU, 1986, p. 116). Os donos do poder econômico passaram, ao final do século XIX, a ser detentores também do poder político local.

Com o tropeirismo introduzido intensamente na região entre os anos 1850 e 1880 (nesta última década entrou em crise), a pecuária local foi praticamente abandonada, pois o comércio de gado oferecia mais lucros, bem como mais *status* (era praticado por pessoas abastadas economicamente). Apesar dos benefícios, o tropeirismo criou (como também a pecuária) uma barreira ao alargamento da agricultura mais comercial, posto os maiores investimentos a ele se destinarem.

Com relação especificamente a esse tema (atividade tropeira em Guarapuava) e seus impactos na economia, na segunda metade do século XIX, vale citar o trabalho de Vecchia (2000). Para a autora, no auge do tropeirismo, na região, as atividades econômicas passaram a vincular-se à prestação de serviços aos tropeiros e às tropas. Por outro lado, a economia deixava de ser auto-suficiente pelos contatos com outros centros, via tropeiros, mudando alguns hábitos de consumo da população, em especial da mais remediada economicamente, com a introdução de novas mercadorias, bem como de novos costumes e valores. Também o “*crescimento demográfico concretizou-se graças ao aumento da*

produção da pecuária local e ao comércio de gado sulino que transformou muitos fazendeiros da região em tropeiros e abastados comerciantes de animais” (ABREU, 1986, p. 93). Mas a composição étnica estava ainda fundamentada em brancos de origem luso-brasileira, portugueses, índios (que se reduziam aos poucos nos conflitos com os fazendeiros) e negros ex-escravos e seus descendentes, como lembram Abreu e Marcondes (1991).

O gado, como visto, era comprado nas regiões sulinas e platinas, engordado nas invernadas de Guarapuava e revendido em Sorocaba. Nesse período, eram comercializadas aproximadamente 15.000 cabeças anuais (incluindo o distrito de Palmas) em 72 fazendas, 46% do total do estado, já que, no Paraná, existiam 156. Do total de cabeças (132.000) de gado *vacum* (vacas, bois e novilhos) do estado, 57.600 estavam em Guarapuava, sendo seus criadores os mais importantes representantes da elite local (RELATÓRIO DA CÂMARA MUNICIPAL, 1958). Mas a atividade tropeira causou também uma divisão interna entre os próprios fazendeiros, criando novas escalas na estrutura social. Havia aqueles vinculados ao comércio de gado (então mais ricos) e os que não conseguiram essa inserção, geralmente mais empobrecidos (ABREU, 1986).

Mesmo com essa estratificação, não é difícil entender que o fazendeiro pecuarista e/ou o comerciante de gado era a figura central das redes de interdependência de então, como afirma Silva (2002, p. 48-49), já que ele

concentrava a posse da terra, captava a riqueza nela produzida, explorava o trabalho de quem estava excluído da condição de proprietário e, além disso, mantinha o poder político legitimado pela sociedade da época. A autoridade mantida nas relações de dominação não era resultado apenas da força física ou econômica, mas estas eram acrescidas por motivos afetivos, valores morais, religiosos e comportamentos sociais que constituíam a capacidade de obtenção da legitimidade da autoridade e domínio da aristocracia fazendeira.

Como resultado do ocorrido em quase todo o Paraná Tradicional, também no município os ganhos com o tropeirismo foram, em parte, revertidos em investimentos ao meio urbano, inclusive nas atividades de comércio e indústria (manufaturas). Alguns fazendeiros passaram a adquirir residência na cidade como forma de *status*, tanto que as mesmas só eram abertas em ocasiões especiais, como nas festas da padroeira, batizados, casamentos, nos períodos eleitorais (para que o mesmo acompanhasse mais de perto os trabalhos pela sua candidatura ou as de seus correligionários) ou para realizar negócios.

De acordo com Abreu (1986), as transformações no urbano, naquele momento, também ocorreram por intermédio do poder público, com a construção do prédio da Intendência (Câmara Municipal) e do Mercado Municipal, pela instalação do telégrafo (1887) e da iluminação pública (1912), do calçamento rudimentar de algumas ruas, além de outras melhorias.

Mas, como dependente de vinculações locais e extralocais, os ganhos com o tropeirismo chegaram ao fim na região. Diversos acontecimentos, já citados para o Paraná Tradicional, levaram ao declínio a atividade tropeira em Guarapuava. Como fator paliativo, o gado passou a ser vendido na feira de Ponta Grossa, mas não foi o suficiente para recuperar a atividade, abalada ainda pela crescente concorrência. Com isso, a economia regional entrou em definhamento (ABREU, 1986).

O isolamento do município por falta de vias de comunicação é ainda um dos argumentos apontados por Abreu (1986), Abreu e Marcondes (1991 e 1992) e Marcondes (1998) para a decadência econômica da região. Silva (2002) cita, fundamentada nas pesquisas acima, que o fracasso da implantação de núcleos de colonização de outras etnias também contribuiu para o atraso regional e para a hegemonia⁴² da sociedade campeira.

⁴² Para Gramsci, de acordo com Gruppi (1978), o conceito de hegemonia caracteriza a liderança cultural-ideológica de uma classe sobre as outras. Assim, as formas históricas da hegemonia nem sempre são as mesmas e variam conforme a natureza das forças sociais que a exercem. “A hegemonia, portanto, não é apenas política, mas é também um fato cultural, moral, de concepção de mundo” (GRUPPI, 1978, p. 73). Assim, a utilização desse conceito não significa pensar na luta

Passada a euforia do comércio de gado, a criação novamente foi introduzida aos campos de Guarapuava (já em meados dos anos 1890 e lentamente a partir de então), que viveram longo período apenas da engorda considerada, como visto, mais lucrativa e de prestígio. Aos poucos os investimentos voltaram, apesar das dificuldades de integração ao sistema nacional (restringindo os mercados consumidores) e da mudança de mentalidade, dos pecuaristas, para um possível melhoramento das raças, contratação de pessoal mais qualificado, compra de medicamentos, sem contar a baixa qualidade dos rebanhos etc.

Comparação realizada por Abreu (1986), informando o número de cabeças de gado no município em 1870 e 1934, comprova o quanto a invernagem era importante no primeiro período e sua decadência no segundo, mesmo com o retorno do criatório. Em 1870 existiam 80.000 cabeças de gado bovino, 40.000 cavalares, 30.000 suínos e 200 muares. Em 1934 menos de 9.000 bovinos, 11.000 suínos, 226 cavalares e 115 muares.

Como atividades paralelas e também importantes naquele momento, os fazendeiros do município passaram a investir na coleta e industrialização da erva-mate. Especificamente, o cultivo da erva passou a ser muito importante para a economia regional no início do século XX. Mas esse alargamento produtivo se sustentou apenas até os anos 1930, aproximadamente, em função da concorrência, em especial das *Misiones*. Mesmo com o crescimento, ao final do século XIX, de acordo com Barthelmess (1962 apud SILVA 2002), a extração da erva-mate ainda era desempenhada por uma população à margem do sistema tropeirista, aquela que não alcançou grande ascensão econômica e social neste ramo, ganhando expressão apenas no início do século XX.

Quanto a atividade madeireira, pelo fato de ser administrada por elementos externos ao município e seus lucros, conseqüentemente, serem empregados fora do mesmo (LUZ, 1980), bem como pela ausência de estradas para o transporte dos produtos (as vias de comunicação só chegaram, com precariedade, após 1900), esta não foi capaz de dinamizar a economia local, fato que só ocorreu entre blocos rígidos e consolidados. Referimos-nos, sim, ao jogo entre atores políticos pela disputa do poder a partir de diferentes mediações sociais.

em virtude da recuperação e da consolidação da extração e industrialização da própria madeira, mas aí já por volta dos anos 1940-1950.

Assim, no final do século XIX e início do XX, a madeira extraída era exportada *in natura*, com exploração mais predatória. Na verdade, de acordo com Luz (1980), foram sobretudo os grandes grupos econômicos estrangeiros (argentinos e ingleses) que monopolizaram sua industrialização, ocasionando uma evasão de capitais do estado, no período.

Abreu (1986) conclui, portanto, que a exploração dessas duas últimas atividades localmente, bem como da agricultura de subsistência e da pecuária extensiva, foi em decorrência do tipo de vida adotado pela sociedade tradicional campeira de Curitiba e dos Campos Gerais que teve, nessa última, seu principal fator econômico. Assim, reproduziu-se, em Guarapuava, “*o mesmo estilo de vida patriarcalista baseado na aristocracia fazendeira das regiões de Curitiba e de Ponta Grossa de outrora. A infra-estrutura daquele sistema, baseado no latifúndio, perdura ainda nos dias atuais*” (ABREU, 1986, p. 123).

Com isso, na primeira metade do século XX houve um empobrecimento gradativo da região (ABREU, 1986), levando muitos fazendeiros a dividirem suas terras em lotes para a venda. Outros, que anteriormente já as havia repartido pelo desdobramento de suas famílias, não conseguiram praticar sequer a pecuária extensiva, e também se desfizeram das terras ou as arrendaram, mudando-se para a cidade ou para outros estados.

A oferta de terras baratas atraiu muitos compradores e arrendatários, em particular do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que adquiriram, em maioria, pequenas propriedades. Nestas, a princípio, praticaram a lavoura e a pequena criação. Assim, além de ao redor do centro urbano, os minifúndios passaram a existir também no interior do município.

Além destes migrantes, é a partir da realidade regional pouco povoada que há a fixação de imigrantes para a produção agrícola, a fim de melhor ocupar e dinamizar a economia. Esse fato (e o desempenho do setor madeireiro), mais as transformações das décadas de 1960 e 1970, no Brasil e no Paraná, serviram como indutores de mudanças sócio-econômicas.

5. O processo de ocupação e formação territorial do Paraná e os territórios conservadores de poder: considerações finais ao Capítulo 01

O objetivo deste capítulo foi o de abordar os processos de ocupação e formação territorial paranaenses como fundamentos ao enfoque central deste trabalho que é o de buscar identificar, nesta realidade, o que se denomina de territórios conservadores de poder. Na verdade, foi uma espécie de “caça ao tesouro” a partir dos fatores históricos que levaram a ocupação das diferentes regiões do estado, até a verificação de elementos diferenciadores ou singulares que caracterizaram especificamente a ocupação da região, sendo eles suporte para o desenvolvimento (ou a ausência de) desde então.

Nessa busca, entenda-se oportuna, já que havia apenas alguns indicadores da formação desses territórios na região quando do início da pesquisa, portanto apenas uma hipótese, foram destacados os aspectos da gênese ocupacional da formação dos chamados “Três Paranás” ou do conjunto do estado. Nesse processo, percebe-se diferenciada a ocupação do centro-sul, já que, apesar de mais antiga, não se desenvolveu como as outras regiões. Mais recentemente, inclusive, parece ser apenas o respaldo das dinâmicas econômicas dessas, sem um projeto próprio de desenvolvimento.

E quais foram os aspectos diferenciadores e singulares? Até aqui foi possível apontar: a histórica concentração fundiária; a chegada tardia de imigrantes estrangeiros; a ausência de comunicação mais estreita com outras regiões; a dinâmica econômica vinculada a pecuária extensiva; a indústria extrativa e pouco expressiva economicamente; a política vinculada a práticas conservadoras, personalistas, de poder familiar, especialmente ligada a propriedade da terra etc. Outros aspectos serão abordados na sequência, complementando os apontamentos expostos. Entenda-se o texto acima, com isso, como investigação e premissa para a identificação primeira da formação dos territórios conservadores de poder, mas não como seu aspecto fundamental.

A tese desenvolvida nesta pesquisa, então, é a de que a região de Guarapuava e mais propriamente esse município (os dados empíricos, em sua

maioria, são discutidos a partir dele), apresentam características políticas e econômicas, refletidas em valores sócio-culturais, que levam a formação de territórios conservadores de poder, posto a existência de relações e de práticas conservadoras. Cabe agora uma análise mais recente da região centro-sul e de Guarapuava para o estudo mais verticalizado da realidade, a partir de dados socioeconômicos, como complemento aos aspectos apresentados acima.

CAPÍTULO II
REALIDADE SÓCIO-ECONÔMICA
E TERRITÓRIOS CONSERVADORES DE
PODER NO CENTRO-SUL DO PARANÁ

É objetivo, neste capítulo, trabalhar com alguns dados empíricos que demonstrem as especificidades socioeconômicas recentes (a partir de 1950) do município de Guarapuava e do centro-sul do estado do Paraná. As especificidades ali presentes também são fundamentais para as análises sobre os territórios conservadores de poder. Dentre as questões abordadas, estão: à mudança no uso do solo, com a substituição do latifúndio pecuarista⁴³ pelo latifúndio agrícola (mas não a diminuição deste)⁴⁴; a mudança na propriedade da terra (não mais exclusivamente restrita a sociedade tradicional campeira); a permanência da agropecuária como base econômica local em detrimento de setores com maior capacidade de geração de empregos, como a indústria, com reflexos nas estruturas econômica e social; alguns indicadores socioeconômicos que demonstram a pobreza de parte da população, como expressão destes e de outros fatores. Esses aspectos ora se referem a Guarapuava ora se referem ao centro-sul paranaense, numa mescla de dados e informações que têm como objetivo traçar um perfil mais atual da realidade constituída a partir dos elementos abordados no Capítulo 01.

1. “A chegada do estranho”

Os anos 1950 constituem o marco, de acordo com os dados e os estudos compilados por Abreu (1986, p. 3), da “*mudança da estrutura agrária, levando-se em consideração a posse e o uso da terra nos séculos XIX e XX*”, de Guarapuava. Diversos fatores, de acordo com a autora, fizeram com que a prática da pecuária

⁴³ A mudança no uso da terra não se deu de maneira uniforme. Muitos fazendeiros, inclusive descendentes da sociedade campeira, continuam a trabalhar com a pecuária, por diversos fatores considerados por eles positivos, como: tradição, segurança (riscos menores) e investimentos realizados em tecnificação e melhoramentos, fazendo com que a atividade seja mais lucrativa.

⁴⁴ O latifúndio, na nossa maneira de entender, é um impedimento à entrada de capitais mais dinâmicos (industriais e comerciais) e ofertadores de postos de trabalho, sem contar a sua função anti-social, impedindo o acesso a terra de outros segmentos populacionais. Na verdade, faz-se necessária uma urgente e ampla discussão, entre governo e sociedade, das diversas questões relacionadas ao latifúndio no Brasil.

extensiva e da agricultura tradicional fosse substituída, em parte, por uma pecuária mais racional e pela produção de grãos para o consumo interno e para a exportação.

Para ela, essa “nova fase” se deu em função da ocupação das áreas de campos para o plantio, até então realizado nas áreas de matas; pela chegada da ferrovia (1952) e pelo asfaltamento da BR 277 (1968)⁴⁵, que facilitaram o escoamento da produção; pelo uso mais intenso da madeira, em virtude da organização de diversas serrarias e indústrias madeireiras (a partir da década de 1940, com o esgotamento da madeira nos Primeiro e Segundo Planaltos), oferecendo maior dinâmica à economia local e regional, absorvendo mão-de-obra e, sobretudo; em virtude da imigração estrangeira e das migrações internas (gaúchos e catarinenses, em especial).

Num contexto mais amplo de dinâmicas regionais, os governos federal e estadual buscaram reocupar o território com populações que se voltassem à produção agrícola. Os imigrantes, chegados ao município em 1951, são considerados o grande diferencial apesar de, se comparado a outras regiões, tardio, nas relações socioeconômicas locais. Compunham-se de 500 famílias descendentes de alemães, iugoslavos, romenos, húngaros, seus membros denominados de Suábios do Danúbio, atualmente em forte processo de miscigenação na região.

Com a ajuda do país de origem construíram colônias que formam o distrito de Entre Rios⁴⁶, mediante a compra de grande quantidade de terras, nas quais implantaram uma agricultura das mais modernas, além de importante infraestrutura e equipamentos urbanos (ABREU, 1986).

Vários aspectos confluíram para o desenvolvimento do grupo como os provenientes, na época, de uma conjuntura nacional favorável, com política

⁴⁵ Pohl da Silva (2000) trabalha com o simbolismo contido no desejo da população pela chegada da estrada de ferro e do trem, e pelo asfaltamento da BR 277, vistos como a “entrada” para a modernidade. Os jornais locais, segundo a autora, foram os porta-vozes desse discurso ao longo de anos.

⁴⁶ Entre Rios é distrito de Guarapuava, como já mencionado, e está localizado a 15 Km da sede do município, entre os rios Jordão e Pinhão. Possui uma área de 95.000 hectares e população próxima a 10 mil habitantes, dos quais cerca de 2.500 são de origem suábia, distribuídos em cinco principais colônias: Vitória, Jordãozinho, Cachoeira, Samambaia e Socorro.

agrícola de incentivo à produção de gêneros alimentícios para exportação e para suprir as necessidades do mercado interno, associada a incentivos estrangeiros, já que as terras e outros bens foram adquiridos com a ajuda financeira e creditícia alemã (ELFES, 1971), e também pela maior experiência no manejo agrícola trazida da Europa.

A modernização dos sistemas produtivos dos suábios provocou “o conflito da competição, que resultou na expansão da grande propriedade rural com muitos hectares de terras cultivados, com melhoria dos rebanhos e pastagens e o emprego de equipamentos modernos e créditos bancários”, que tornaram a região grande produtora agrícola, com base em produtos para exportação (ABREU, 1986, p. 159). A fixação dos imigrantes, bem como as melhorias por eles introduzidas trouxeram, também, a absorção das médias e pequenas propriedades pelas grandes em função da substituição da agricultura tradicional e da pecuária, em parte, pela agricultura capitalista, consolidando o processo de revalorização das terras e sua concentração.

Mas o processo de concentração fundiária não ocorreu somente na região de Guarapuava, e sim em quase todo o Paraná e em outras áreas do Brasil desde os anos 1960. Em Guarapuava, nesse período, as terras ainda estavam nas mãos das famílias tradicionais descapitalizadas, desvalorizando-se. Sem recursos financeiros, a venda das terras passou a ser, para estes, a melhor opção de recuperação econômica, mesmo que o fato tenha proporcionado crises de valores e de identidade.

Mais tarde, para 1975, os dados do Censo Agropecuário do IBGE demonstram forte diminuição do número de propriedades até 50 hectares, na região e em todo o Estado. Entre 1944 e 1978 houve, ainda, nas oito principais culturas do município (milho, soja, feijão, trigo, arroz, batata inglesa, aveia e cevada) um crescimento de 1.522 hectares para 176.000 hectares e de 630 para 265.952 toneladas, o que confirma o aumento da área plantada e da produção. A taxa de participação desses produtos no total do município, no entanto, ainda não superava a da pecuária, mas já demonstrava mudanças.

Além dos suábios, nos anos 1950 e posteriores, outros contingentes populacionais chegaram a Guarapuava vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (descendentes de alemães e italianos) e de São Paulo e do Norte do Paraná (descendentes de japoneses), atraídos pela abundância de terras e pela política agrícola do governo federal. Antes disso, porém, outros imigrantes já haviam se fixado na região, como poloneses, ucranianos, russos, holandeses etc.

Assim, a sociedade “guarapuavana” atual é aquela formada pela sociedade tradicional campeira⁴⁷ e pelos novos elementos, migrantes e imigrantes. “Na moderna região agrícola passaram a conviver os descendentes da sociedade tradicional campeira, os imigrantes estrangeiros, migrantes de outras regiões do Sul e do próprio Paraná” (ABREU, 1986, p. 247).

A chegada destes e de outros contingentes populacionais, então, fez com que a população do município crescesse no pós-anos 1960. Pelos dados da Tabela 01, mesmo com os desmembramentos territoriais sofridos com a emancipação de vários distritos, é possível observar que a população total do município passou por apenas dois momentos de declínio, de 1940 para 1950 e de 1991 para 2000. Quanto à população rural, sua decadência foi expressiva, num constante desde a década de 1980, notadamente do ano de 1991 para o de 2000, em função dos fortes fluxos migratórios rural-urbano, não só no Paraná ou em Guarapuava, mas também em quase todo o país, levando ao crescimento desordenado das cidades. Em relação ao município, a população urbana também se elevou, num processo intenso desde a década de 1960.

⁴⁷ De acordo com Silva (2002, p. 201), a sociedade tradicional campeira se manteve coesa por diversos fatores, como “pela criação de instituições de sociabilidade locais altamente restritivas, reguladas pelo intenso contato interpessoal possibilitado por um espaço de pequenas dimensões. A redefinição da identidade campeira, que ocorre no processo de aprofundamento das relações capitalistas no sistema produtivo da região, reflete as contradições entre as modernas relações sociais e os comportamentos tradicionais que sustentavam tal identidade”.

Tabela 01 – Guarapuava: Dinâmica demográfica (1940-2000)

Ano	População Total	População Rural	População Urbana
1940	96.235	90.476	5.759
1950	67.436	61.947	5.489
1960	96.947	80.585	16.362
1970	110.903	67.639	43.264
1980	158.585	68.636	89.951
1991	159.573	52.551	107.022
2000	155.161	13.467	141.694

Fonte: Censos demográficos (IBGE): 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Org.: Márcia da Silva.

Entre os anos 1970 e 1980 o município e a micro-região tiveram um incremento de 16,2% em termos de população rural (vide Tabela 01 acima o crescimento para o município). Isso ocorreu, dentre outros fatores, em razão da reocupação dos campos nativos, diferenciados até então pela baixa densidade demográfica. Cabe ressaltar que esse fato destoava do que ocorreu no Paraná durante o mesmo período, já que o estado se caracterizou como expulsor de população.

Os novos habitantes eram reconhecidos como necessários para o trabalho que recolocaria Guarapuava numa melhor situação econômica, mas isso deveria ocorrer com a manutenção do poder do grupo social tradicional. Assim, de posse dos recursos de preservação do poder construídos desde longo período, das relações estabelecidas há gerações e da posse de cargos políticos importantes, criaram uma barreira de autoproteção em relação aos habitantes que poderiam fazer frente ao seu domínio, como as constantes referências ao passado comum, impossíveis de serem comungadas com os “estranhos”. Mas nos setores em que assim não puderam fazê-lo, como naqueles que exigiam maior incremento financeiro-tecnológico, foram suplantados, em grande parte, pelos vindiços.

o grupo social oriundo da aristocracia fazendeira tradicional é coeso pela própria história comum de que fez parte, dos valores compartilhados durante séculos e pelas estratégias de identidade por ele adotadas. Os gaúchos e catarinenses, que

vieram em grande número para Guarapuava de maneira dispersa e desorganizada, mantiveram entre si fraca integração social e, para serem acolhidos na nova sociedade, passaram a incorporar os valores culturais existentes. Os imigrantes de origem germânica, que formam o grupo de imigração organizada, mantiveram-se coesos em seus valores culturais e relativamente isolados da sociedade local.

A agricultura comercial, com melhorias genéticas, correção do solo, máquinas e equipamentos, e a pecuária mais racional, com técnicas de inseminação artificial, confinamento, incrementadas por esses contingentes, trouxeram elementos renovadores ao município e à região, mais recentemente. Mas em termos de transformações estruturais, como apregoa Abreu (1986), são ainda limitados os benefícios. É neste sentido que também se compreende que as mudanças ocorridas a partir dos anos 1950 modificaram a ocupação e o uso do solo, portanto do que se produz, como afirma a autora. Transformou-se, também, o elemento geral apontado por Abreu (1986), ou seja, a estrutura agrária entendida como formas mais amplas de exploração da terra. Quanto a concentração da terra, em nada foi amenizada, já que foi justamente a partir desse período que houve uma reconcentração da mesma. Em contrapartida, o acesso a terra foi diversificado para além da sociedade campeira. Assim, outros grupos, como os imigrantes e os migrantes (a maioria também descendente de imigrantes), dela passaram a se apoderar, mas nada que tenha superado sua apropriação pela sociedade tradicional, dona da terra historicamente.

A atividade madeireira, por volta da quarta década do século XX; a agricultura mais capitalista, nos anos 1950; a industrialização (via indústrias madeireiras, notadamente) e; os desdobramentos favoráveis desses processos ao longo do tempo, fizeram surgir, mais no imaginário social que na prática (a partir de diversos discursos propícios a esses determinados momentos), uma idéia de progresso associada a essas atividades, mas que não se concretizou efetivamente.

Elementos como esses são observados por Kobelinski (1999, p. 16) em pesquisa realizada sobre o “*marketing*” (especialmente dos aspectos do urbano) da

cidade de Guarapuava. O autor afirma que, apesar da lentidão dos acontecimentos, “os discursos asseguravam um ritmo de modernidade” (KOBELINSKI, 1999, p. 16).

No campo, as mudanças foram mais efetivas. Dentre os levantamentos realizados por Abreu (1986), um deles demonstra que, no registro de terras de 1855 a 1857, não se verificou nenhum nome de origem estrangeira como proprietário rural. Em 1975, por sua vez, entre os 5.914 proprietários rurais, 2.384 eram descendentes de alemães, italianos e eslavos (40,32%), 131 naturalizados brasileiros (2,22%) e 214 estrangeiros (3,62%), totalizando 2.729 ou 46,16%. Pode-se deduzir, então, que, apesar da diversificação da origem dos proprietários, muitas terras continuavam em mãos dos descendentes da sociedade tradicional campeira⁴⁸ e de outros imigrantes.

Pensando em contribuir para a atualização desses dados, realizou-se, junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), um levantamento⁴⁹ a fim de identificar com quem se encontra a maior parte das terras do município de Guarapuava⁵⁰. O resultado (até certo ponto surpreendente, já que localmente e com base no senso comum, apregoa-se que a maior parte das terras encontra-se em mãos dos suábios) demonstrou, a partir de alguns critérios⁵¹, a

⁴⁸ Para manter a propriedade da terra houve muitos casamentos entre familiares. “Fechou-se à sociedade para algumas coisas, para que as terras ficassem nas mãos das mesmas pessoas ou de poucos. Era preciso manter o domínio” (Gracita G. Marcondes, em entrevista concedida a Márcia da Silva, em 22/06/2004, as 14 h, na residência da entrevistada).

⁴⁹ O levantamento foi realizado no cadastro de certificados de imóveis rurais para o exercício 2000-2002. A pesquisa terá continuidade, no corrente ano, com Paula Cristiane Saldan, orientanda do curso de pós-graduação *Lato Sensu* em Geografia.

⁵⁰ Os proprietários foram divididos em três grupos étnico-sociais (sociedade tradicional campeira; descendentes de imigrantes japoneses, italianos, poloneses, ucranianos, alemães e ingleses e; suábios e descendentes) mais as empresas ou pessoas jurídicas. Para confirmar a origem do sobrenome e proceder a classificação foram efetuadas ligações telefônicas a cada um dos proprietários ou parentes mais próximos.

⁵¹ Foram selecionados os proprietários (pessoas físicas e empresas) que possuem, em uma só propriedade ou na soma de várias delas (minifúndios, pequena e média propriedades), uma área

seguinte conclusão: a sociedade tradicional campeira ainda detém a maior parte das terras, com um total de 46,6%; aos descendentes de imigrantes japoneses, italianos, poloneses, ucranianos, alemães e ingleses pertencem 18,26%; 14,68% são dos suábios e; as empresas possuem 20,55% das terras.

Claro que, proporcionalmente, como os suábios não ultrapassam um total de 2.500 pessoas, pode-se considerar que a maior parte das terras realmente a eles cabe. Outros dois fatores devem ser lembrados: os suábios possuem diversas propriedades fora do município (nos municípios vizinhos, como Candói, Pinhão, Campina do Simão etc e no Centro-Oeste do país) e a Cooperativa Agrária, a eles pertencente, é detentora de parcela considerável das mesmas, cerca de 4.500 hectares ou 5,86% do total das terras localmente.

Essa análise demonstra que, apesar de todas as transformações socioeconômicas pelas quais o país e a região passaram, os dados da pesquisa realizada por Abreu (1986), para o ano de 1975, continuam ainda muito atuais, já que essas transformações não foram capazes de modificar (e sim diversificar) a propriedade da terra e muito menos amenizar a sua concentração. Claro que a pesquisa mais recente se restringe a um extrato dos proprietários, mas, sem dúvida, o extrato que mais terras possui, já que não foram pesquisados apenas os pequenos e médios proprietários e os minifundiários que não atingiram a soma de 500 hectares no conjunto de suas propriedades.

A questão da propriedade da terra evidenciou, em alguns momentos da história local, um contraste cultural constituído pelos descendentes dos fundadores e povoadores e pelos grupos emergentes, os suábios de Entre Rios, mas também os industriais madeireiros e os comerciantes, de diversas origens. O ideal de aristocracia, tão valorizado pelos que já haviam acumulado riquezas no tropeirismo e na criação de gado era, inclusive, desvalorizado por esses novos grupos. No caso dos suábios, a “ideologia do trabalho” é a forma mais apreciada de crescer economicamente.

mínima igual ou superior a 500 hectares. Como nesse extrato, segundo a Tabela 02, está a maior parte das terras do município, 31,4%, entenda-se a pesquisa como representativa da realidade.

Na verdade, o que houve, por um longo período, foi um certo estranhamento, como aquele trabalhado por José de Souza Martins em seu livro “A chegada do estranho” (1993). Estranharam-se tanto os que vieram de fora quanto os que os receberam em seu meio. Aqueles, pertencentes à outra realidade social, sofreram com o reclamo “*natural de uma sociedade de tradição corporativa, carregada de preconceitos sociais, que não passou pelos processos revolucionários que, em outros lugares, levaram à disseminação da igualdade, da contratualidade nas relações sociais e da cidadania*” (MARTINS, 1993, p. 11). Estes perceberam que sua condição hegemônica poderia ser ameaçada.

Assim, afirma o autor, temos dificuldades em reconhecer e aceitar o outro, de ambas as partes, “*diferente e igual*”. Em Guarapuava, a interação entre a sociedade tradicional campeira e os imigrantes suábios passou por algo semelhante. Uma das explicações está no fato de que os imigrantes europeus (evidência que se aplica aos oriundos das correntes migratórias sulistas) agora compartilham o domínio ou a propriedade da terra, deixando esta de ser privilégio da sociedade campeira. Mesmo assim, essa sociedade,

com o processo de modernização produtiva e os contatos com outros grupos sociais, foi levada a redefinir sua identidade social criando nova estrutura social. No processo de redefinição da sua identidade, a sociedade campeira construiu padrões de conduta que serviram ao mesmo tempo de elemento distintivo em relação aos outros grupos sociais e como modelo a ser seguido, mantendo assim sua posição de poder e prestígio social. (SILVA, 2002, p. 60)

Além das transformações (e permanências) apontadas, a introdução de outras características culturais levou, talvez até involuntariamente e mesmo com o esforço do grupo social tradicional de redefinição de seu *status*, a sociedade local, ou parte dela, a adquirir novos hábitos e costumes. A competição entre suábios e brasileiros contribuiu para que os últimos, por exemplo, investissem mais em suas propriedades, melhorando a produção. Também alguns não proprietários, mas

trabalhadores rurais, passaram a se preparar melhor, qualificando-se como tratoristas, mecânicos etc., para estarem aptos a demanda exigida pelos primeiros.

Mas todo e qualquer processo de mudança, mesmo reconhecido como economicamente proveitoso, para que seja adotado, necessita ser também culturalmente aceito. E é essa a dificuldade que parece intrínseca à região: as pessoas têm resistência à mudança, apesar de sua lenta ocorrência, como nos aspectos apontados acima. E assim, não é sempre que as transformações não são incorporadas por falta de recursos financeiros ou outros recursos.

As mudanças, então, ocorreram (e foram incorporadas) apenas para alguns grupos sociais. Em seu conjunto, mesmo assim, é possível considerá-las fator positivo no sentido de que, em sua trilha, vieram outras, em menor escala, mas que têm sido importantes a segmentos sociais diversos. Exemplo é a repartição de alguns latifúndios locais pelo processo de reforma agrária. Nesse ínterim, é relevante observar que, na mesorregião de Guarapuava, a Centro-Sul, estão 34% dos assentamentos instalados⁵² no estado até 2003 (o que pode ser considerado, apesar dos assentamentos, prova da presença do latifúndio), ocupando uma área de 157.443,30 hectares, com cerca de seis mil famílias assentadas.

Há, portanto, desmembramento de latifúndios, embora ainda irrisório. Mas não só os números confirmam que o latifúndio prevalece. O gerente da Sociedade Rural⁵³ de Guarapuava, Flavécir Ribeiro⁵⁴ confirma: “*Hoje Guarapuava é ainda uma região latifundiária e, por isso, há uma concentração de renda muito grande.*”

⁵² Para saber mais, consultar: PIRES, Ariel José. **Assentamentos de sem-terra em Guarapuava: histórico e cotidiano**. Assis: UNESP/UNICENTRO, 1996. (Dissertação de mestrado)

⁵³ A Sociedade Rural possui 280 associados e foi criada em 1999. “*Congrega empresários do setor agrícola e pecuário dos mais diversos ramos de atuação. São proprietários rurais, pecuaristas, representantes da indústria de equipamentos e insumos agrícolas, entre outros, que tornam a sociedade rural a mais representativa do setor*” (TRIBUNA REGIONAL, 05 a 11/08/2004, n. 17, p. 14).

⁵⁴ Flavécir Ribeiro é gerente administrativo da Sociedade Rural de Guarapuava. Entrevista concedida a Márcia da Silva, em 23/09/2004, as 17 h, na sede da Sociedade Rural.

Apesar dos números acima, as resistências são extremamente fortes. Mesmo sem posições radicais, o presidente da Sociedade Rural, Johann Zuber, deixa transparecer, em sua fala, um sentido contrário à reforma agrária, aparentemente pela forma que tem sido conduzida: “*O nosso comprometimento é com as causas do meio rural, priorizando os interesses da nação; o respeito à propriedade e ao estado de direito*” (TRIBUNA REGIONAL, 05 a 11/08/2004, n. 17, p. 14). Com isso, a região mantém as grandes propriedades e os sistemas produtivos extensivos, impossibilitando transformações econômicas e sociais.

A “*mudança das relações de trabalho, a graduação de filhos de fazendeiros tradicionais em agronomia e veterinária e outras variáveis*” (ABREU, 1986, p. 249), bem como o convívio com outras populações, imigrante e migrante, ocasionou, é inegável, uma nova visão de mundo à sociedade campeira, mas não o suficiente para sua desestruturação. Entende-se, então, que ainda persistem, na região, valores tradicionais, arraigados a um processo de mudança bastante lento. Se “*comparada com outros municípios paranaenses, caminha com muita lentidão. Aqui muito se promete, pouco se cumpre e quase nada se cobra*” (O REPÓRTER, 13 a 20/07/1996, n. 28, p. 2).

Exemplo é a afirmação de que há, no município, uma possível “*vocação econômica agropecuarista*” (para beneficiar quem?), como afirma a reportagem do jornal Tribuna Regional (19 a 25/08/2004, n. 19, p. 2):

Apesar do crescimento de novos tipos de atividades econômicas entre nós, como o ensino superior, o forte de nossa economia, o fator que realmente faz a diferença, que se manifesta mais rápida e claramente no comércio da cidade, é a produção agropecuária (...), o restante é coadjuvante.

Mas o incentivo dado ao setor agropecuário de grande escala, em Guarapuava, é histórico. O grupo político no poder até a década de 1980 a ele

estava vinculado. Nos anos em que Moacyr Júlio Silvestre⁵⁵ e Nivaldo Passos Krüger⁵⁶ (bem como o cunhado deste último, Candido Pacheco Bastos), ficaram no poder executivo (parte das décadas de 1960 e 1980 e toda a de 1970), por exemplo, a política local esteve ligada aos grandes proprietários rurais e, portanto, às atividades agropecuárias, sendo ofertados ao setor diversos incentivos e, até mesmo, favorecimentos, a partir de políticas públicas como o Programa Planalto Verde⁵⁷. Como afirma Antenor Gomes de Lima⁵⁸: *“O boi é o pior atraso que existe, e isso vem da sociedade tradicional, que está associada aos grupos políticos. Isso vem de origem, é histórico e não se mudou ainda.”*

Na verdade, as transformações ocorridas ao longo do tempo em termos político-econômicos não foram capazes de afetar, por completo, os poderes hegemônicos seculares de alguns grupos, que se sustentam na permanência, em ideologias conservadoras, impedindo mudanças. São grupos arraigados as origens como forma de manutenção do poder. Nesse universo, o conservadorismo⁵⁹ é

⁵⁵ Moacyr Júlio Silvestre era gaúcho e empresário do ramo madeireiro. Na política, além de prefeito de Guarapuava, foi deputado estadual.

⁵⁶ Nivaldo Krüger é catarinense e mudou-se ainda criança para Guarapuava. Foi proprietário de jornal e empresário do ramo da madeira, além de prefeito de Guarapuava por três gestões. Possui propriedade rural na qual desenvolve atividades agropecuárias. É filiado ao PMDB desde o início de sua vida política.

⁵⁷ O Programa Planalto Verde objetivava fomentar a geração de empregos e de renda, fixando o homem no campo através da utilização das potencialidades naturais do município, de acordo com o documento que apresentava o mesmo. Esse programa foi o carro-chefe da gestão de Nivaldo Krüger e sofreu muitas críticas. Um exemplo é a matéria publicada pelo jornal Esquema Oeste (6 a 12/08/1988, n. 913, p. 2), na qual Leonel Júlio Farah afirma que a administração de Nivaldo Krüger não teve real interesse no desenvolvimento do município e no processo industrial deste, ficando apenas no “Programa Planalto Verde”, *“um programa fracassado, no qual gastou-se muito e produziu-se pouco”*.

⁵⁸ Entrevista concedida à Márcia da Silva 25/05/2004, as 10 h, na residência do entrevistado. Antenor Gomes de Lima é natural de Guarapuava e foi vereador nas legislaturas de 1997 a 2000 e 2001 a 2004 pelo PT.

⁵⁹ O conservadorismo implica a abordagem de um conceito de difícil natureza e fim, em função de alguns aspectos como a inexistência de uma teoria política comum, a pouca propensão dos conservadores em sistematizar suas idéias e ao simplismo com que se usa o termo, da Psicologia

utilizado como uma forma de proteção, em particular no que se refere a aceitação de outros no grupo ou na sua inserção em novos contextos sociais.

Com isso, seus territórios, já que produtos das decisões tomadas por esses atores, conformam universos simbólicos também conservadores. Mas o fato não significa que a sociedade local seja conservadora. O elemento conservador está presente nas relações de poder estabelecidas por alguns grupos com tradição de domínio localmente, seja política ou econômica. Como afirma Nivaldo Krüger⁶⁰:

Não pode generalizar: “a cidade é conservadora”. Nós temos um grupo cultural de origem histórica que por natureza ou até por tradições, tem um viés conservador. Nós temos uma nítida mentalidade, cultura de insatisfação, nós somos insatisfeitos. Ah, porque Cascavel cresceu, Ponta Grossa cresceu e nós ficamos. As cidades não são iguais. As cidades têm a sua personalidade pelo conjunto de circunstâncias que as envolve (...) Toda cidade tem conservadorismo, mas não podemos confundir conservadorismo com tradicionalismo, com história, com passado. Talvez sim o viver em função deles, aí não pode.

É neste último princípio que se inclui a ideologia conservadora, já que defende uma visão estática da história. Nela, é bom o que dura, como apontou

Social a Ciência Política. Em suas origens históricas (século XVIII), o conservadorismo surgiu como uma resposta às teorias que possibilitavam ao homem sua autocompreensão, mas também a do racional e do livre, o progressismo, o que teria levado ao rompimento com a tradição. Nos séculos XIX e XX, com a divisão do progressismo em várias tendências e movimentos políticos, as idéias conservadoras o seguiram, deixando de lado os conteúdos clássicos (especialmente oriundos de Edmund Burke) e se aproveitando das nuances do progressismo. A partir do século XX, a ciência passa a direcionar a crise dos valores políticos do progressismo-conservadorismo e a convergência de ambos no desenvolvimento econômico-social e demais temáticas semelhantes (BOBBIO, 2002).

⁶⁰ Entrevista concedida à Márcia da Silva, em 23/10/2005, as 8 h e 30 min., na residência do entrevistado.

Burke⁶¹ ao se colocar favorável ao poder dos reis às pretensões dos revolucionários na Inglaterra. Analisando Burke, Bobbio (1985) afirma que a referência à história passada constitui-se um critério de legitimação do poder estabelecido.

Mais recentemente (a partir da década de 1980, especialmente), como em grande parte do Brasil, a já mencionada modernização agrícola expulsou de seus meios de sobrevivência parte da população rural. Esta se direcionou às cidades, que receberam um número grande de pessoas despossuídas que se instalaram nas periferias. Em Guarapuava esse processo não foi diferente. A cidade e sua região têm um dos maiores números de favelas e de outras mazelas sociais de todo o estado.

Além dessa população, alguns fazendeiros também buscaram a cidade, mas com objetivo distinto. Para estes, as transformações que ocorriam instigavam-nos a inserir-se na “moderna” sociedade urbana, mesmo que momentaneamente ou simbolicamente. Então o desenvolvimento mais intenso das funções e das atividades urbanas, como comércio, serviços e até a própria indústria madeireira, trouxe necessidades diversas e novos anseios para a população residente. Politicamente esse fator favoreceu os grupos mais voltados as funções urbanas que, apercebendo-se disso, voltaram seus discursos em defesa também desses setores. O comentário do ex-vice-presidente da ACIG, para um outro momento histórico, mas que, por analogia, pode ser comparado ao anterior, Luiz Maurício Hyczy⁶² confirma: “A cidade, que passou a ser mais urbana também levou os empresários do setor a se envolver na política, deixando um pouco de lado a vinculação direta com o agrário, dos Mattos Leão e de Nivaldo Krüger”.

⁶¹ Edmund Burke (1729-1797) é considerado o maior estudioso do conservadorismo moderno (o conservadorismo clássico ou histórico se fundamenta numa ideologia da nobreza ou da tradição feudal) por seus ataques aos revolucionários franceses e aos seus defensores na Inglaterra (KINZO, 2003). Burke não escreveu uma teoria política, sendo sua obra formada por uma série de cartas, discursos e panfletos.

⁶² Luiz Maurício K. Hyczy é um dos proprietários do grupo familiar Superpão. Entrevista concedida à Márcia da Silva, em 05/06/2004, as 11 h, no escritório do grupo.

Silva (2002) estudou esse processo e afirma que, mesmo com ele, não desapareceram o modo de vida e os valores da sociedade campeira. Para ela, o que houve foi uma redefinição das identidades do grupo nesse novo contexto.

2. Guarapuava e a estrutura fundiária concentrada

As transformações estruturais iniciadas no Brasil a partir de 1930 e fortalecidas no início dos anos 1960, levaram os governos federais a repensar uma série de investimentos públicos, inclusive em infra-estruturas, que atendessem a nova realidade. Em nível estadual, os governos, em sua maioria, também ampliaram a aplicação de recursos, seja provendo, regionalmente, infra-estruturas urbanas e/ou intervindo diretamente no setor produtivo. Esses investimentos, no Paraná, possibilitaram a entrada de capital nacional extra-estadual e estrangeiro em vários setores, como os da indústria têxtil, de máquinas agrícolas, automobilístico, laticínios, fertilizantes e, sobretudo, criaram condições para a modernização do setor agrícola, bem como agravaram os problemas da agricultura de pequena escala que, historicamente, não teve grande atenção no país. Processo que, de acordo com o IPARDES (2003b), levou o Paraná a formar um moderno complexo agroindustrial produtor, processador e distribuidor de produtos agropecuários, e acarretou problemas, em especial às pessoas de baixa renda, tanto no campo quanto na cidade.

Em relação à estrutura fundiária (um dos aportes considerados como constitutivos dos territórios conservadores de poder), em 1996, quando da realização do último Censo Agropecuário do IBGE, sendo este, ainda, a principal referência de dados para o setor, o estado do Paraná era formado em 92,71% por pequenos e médios estabelecimentos (Tabela 02), ou seja, aqueles que possuem até 100 hectares, totalizando 342.925 estabelecimentos. Esse grande número de estabelecimentos, no entanto, representava apenas 38,9% das terras, donde se conclui que os outros quase 62% formavam 26.950 ou 7,3% dos estabelecimentos. Desse total, os estabelecimentos com mais de 500 hectares somavam 1,13%, e

representavam 31,4% em área, ainda conforme a Tabela 02. Percebe-se, assim, que apesar do grande número de proprietários, os pequenos estabelecimentos constituem-se, conjuntamente, numa área praticamente irrisória se comparada a dos grandes estabelecimentos.

Tabela 02 – Paraná: Estabelecimentos agropecuários segundo os grupos de área total (ha) (1996)

Tamanho das propriedades (ha)	Número de Estabelecimentos	Número de Estabelecimentos (%)	Área (%)
Até 10	154.620	41,80	5,00
De 10 a 100	188.305	50,91	33,90
De 100 a 500	22.821	6,17	29,70
Mais de 500	4.129	1,13	31,40
Total	369.875	100,00	100,00

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE).

Org.: Márcia da Silva.

A mesorregião Centro-Sul possuía, em 1996, ainda segundo o Censo Agropecuário, 10,5% do número de estabelecimentos rurais do estado, representando 13,4% em área. Em relação ao Censo Agropecuário de 1985, a mesorregião registrou o desaparecimento de 8.253 estabelecimentos, o que representa uma redução de 17,6%, portanto inferior à média estadual, que sofreu uma perda de 20,7%, mas uma média elevada para a realidade do Sul do país. Além disso, na mesorregião, essa redução ocorreu exclusivamente no menor extrato (menos de 10 hectares), ao passo que na média estadual houve diminuição também nos extratos entre 10 e 100 hectares de área total. Estas mudanças colocaram a região como detentora da mais acentuada concentração de terras⁶³ do estado até os dias de hoje.

⁶³ O índice de concentração da terra da região de Guarapuava é o maior do estado, 0,796, superior à média estadual, que é de 0,752. O índice que mede essa concentração é denominado índice de Gini, e é utilizado para medir o grau de concentração da terra ou de renda, sendo que 1,0 corresponde à concentração máxima e 0,0 à igualdade total.

E isso se repete também no município de Guarapuava. Na Tabela 03, na qual é possível comparar o número de estabelecimentos para os anos de 1996 e de 2004, percebe-se, nos dois anos, um número pequeno de estabelecimentos com mais de 500 hectares (110 e 128) se relacionado ao número de estabelecimentos com menos de 100 hectares (3.086 e 3.123). Mesmo assim, os últimos (até 100 hectares), em 1996, representavam parcela bastante inferior em área, 68.478,60 ou 21,46% e os primeiros (mais de 500 hectares) 131.173,30 ou 41,09%, sem contar os estabelecimentos com área entre 100 e 500 hectares, que estão mais próximos aos grandes estabelecimentos e que passaram de 405, em 1996, para 559, em 2004 (ou 119.539,80 ou 37,45% em área, sendo os dados de 1996), o que reforça a concentração de terras no município e regionalmente. Em termos de área, os estabelecimentos com mais de 100 hectares (todos os extratos) somavam, em 1996, 78,54%, número significativo se comparado com os 21,46% dos estabelecimentos com até 100 hectares.

No Distrito de Entre Rios essa concentração é ainda maior. Cinquenta e dois por cento de seus moradores proprietários são donos de propriedades com 200 ou mais hectares. Com propriedades abaixo de 50 hectares se encontram apenas 17% dos proprietários. Mas esse percentual não se refere somente as terras do município de Guarapuava, já que os mesmos possuem terras fora do município. De acordo com Jorge Karl⁶⁴, a área pertencente aos associados da Cooperativa Agrária, por exemplo, se aproxima dos 140.000 hectares.

Há que se destacar, segundo informações do INCRA (2004), que nos últimos cinco anos tem havido uma nova e crescente concentração de terras no município. Basta observar que os estabelecimentos com menos de 10 hectares diminuíram, de 1996 para 2004, de 1.717 para 1.120 ou 65,23%, um número bastante expressivo. Na verdade, é o único extrato por tamanho da propriedade em que isso ocorreu. A explicação está no alerta incitado no início deste texto, ou seja, na substituição do latifúndio pecuarista pelo latifúndio agrícola com as grandes

⁶⁴ Entrevista concedida a Márcia da Silva, em 28/06/2004, as 14 h e 30 min., na sede da Cooperativa Agrária. Jorge Karl é descendente dos suábios, engenheiro agrônomo e diretor-presidente da Cooperativa Agrária, empresa que iniciou suas atividades em Guarapuava em 1951.

plantações de grãos, que tem levado à incorporação das pequenas propriedades pelas médias e, em menor número, pelas grandes.

Tabela 03 – Guarapuava: Estabelecimentos agropecuários segundo os grupos de área total (ha) (1996/2004)

Tamanho das propriedades (ha)	Número de Estabelecimentos		Área Total (ha)	Área (%)
	1996	2004	1996	1996
Até 10	1.717	1.120	5.987,40	1,88
De 10 a 100	1.369	2.003	62.491,20	19,58
De 100 a 500	405	559	119.539,80	37,45
Mais de 500	110	128	131.173,30	41,09
Total	3.601	3.810	319.191,70	100,00

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE); Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater).

Org.: Márcia da Silva.

Obs: Não foi possível obter, para anos mais recentes, junto aos órgãos de pesquisa, a área dos estabelecimentos e, por consequência, calcular sua percentagem.

Em relação ao uso do solo, segundo os dados da Tabela 04, o Paraná estava, em 1996, assim dividido: pouco menos de 6,7 milhões de hectares destinados a pastagens, 5,1 milhões destinados a lavouras e aproximadamente 2,8 milhões ocupados com matas e florestas naturais ou plantadas. O elevado número de hectares ocupados com pastagens, superando, inclusive, as áreas destinadas às lavouras, demonstra o quanto à atividade pecuária era/é ainda importante para o estado, resquícios do processo de ocupação e da invernagem no período do tropeirismo. Nos últimos anos, no entanto, as pastagens tem sido suplantadas pelas lavouras, até mesmo em função da ampliação da criação por confinamento.

Tabela 04 – Paraná: Uso e ocupação do solo (1996)

Uso do solo	Área ocupada (milhões de hectares)	Área ocupada (%)
Pastagens naturais e artificiais	6.677.313	35,00
Lavouras permanentes e temporárias	5.100.509	29,00
Matas naturais e plantadas	2.794.713	15,00
Outras áreas*	649.143	21,00
Total	15.221.678	100,00

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE).

*Inclusive terras inaproveitáveis, segundo o IBGE (1996).

Org.: Márcia da Silva.

Para o município de Guarapuava, com a possibilidade de uma análise comparativa entre os anos de 1996 e 2003, conforme a Tabela 05, apesar das fontes diferenciadas, o uso e a ocupação do solo se distribui entre as quatro categorias apresentadas mais ou menos equitativamente. Destaca-se, a princípio, a redução do número de área com pastagens (de 62.223 ha para 35.400 ha) o que, além de outros, reflete a ampliação de áreas com outras culturas, como as agrícolas, que passaram de 75.350 ou 24,67%, em 1996, para 84.270 ou 27,59%, em 2003, e as de matas naturais e de reflorestamento, que chegaram a 81.028 ou 26,52%, em 1996 e, em 2003, a 85.667 ou 23,13%, com crescimento das áreas de reflorestamento. Esses dados reforçam a conjectura de que o latifúndio pecuarista está em decadência quantitativamente, mas, de outro lado, vem sendo substituído pelo latifúndio agrícola.

Questões como as históricas e a perda lenta do poder econômico de alguns grupos descendentes da tradicional sociedade campeira em função da não modernização de suas atividades podem, em parte, justificar a hipótese.

Tabela 05 – Guarapuava: Uso e ocupação do solo (1996/2003)

Tipo	Área ocupada (milhões de hectares)		Área ocupada (%)	
	1996	2003	1996	2003
Pastagens naturais e artificiais	62.223	35.400	20,37	11,59
Lavouras permanentes e temporárias	75.350	84.270	24,67	27,59
Matas naturais e plantadas	81.028	85.667	26,52	23,13
Outras áreas*	86.886	100.150	28,44	37,69
Total	305.487	305.487	100,00	100,00

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE); Emater.

*Inclusive terras inaproveitáveis, segundo o IBGE (1996).

Org.: Márcia da Silva.

Em relação a posse da terra, no Paraná, mas ainda com dados de 1996, 76,29% dos estabelecimentos ou ainda 89,54% das terras têm proprietários como responsáveis. Os arrendatários representam apenas 7,29% do total e os outros pouco mais de 16% estão sob a responsabilidade de parceiros e ocupantes, como se observa na Tabela 06.

Tabela 06 – Paraná: Posse da terra por condição do produtor (1996)

Tipo	Total dos estabelecimentos	Total dos estabelecimentos (%)	Área (ha)	Área (%)
Proprietário	282.175	76,29	14.279.371	89,54
Arrendatário	26.945	7,29	799.326	5,02
Parceiro	28.117	7,60	399.357	2,50
Ocupante	32.638	8,82	468.578	2,94
Total	369.920	100,00	15.946.632	100,00

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE).

Org.: Márcia da Silva.

O mesmo indicador, para o município de Guarapuava, apresentado na Tabela 07, demonstra que o número de proprietários de terras é ainda mais elevado (77,26%) que em relação ao estado (76,29%). Regionalmente, o fato reflete uma característica cultural: a compra de terras como fator de preservação de domínio,

bem como de *status*. Apenas 11,07% são ocupantes ou parceiros e os arrendatários representam 11,67% e são, em sua maioria, também proprietários no próprio município ou nas imediações, que arrendam outras terras como complemento para suas atividades agropecuárias.

Tabela 07 – Guarapuava: Posse da terra por condição do produtor (1996)

Tipo	Total dos estabelecimentos	Total dos estabelecimentos (%)	Área (ha)	Área (%)
Proprietário	2.052	77,26	235.451	92,71
Arrendatário	310	11,67	12.577	4,95
Parceiro	26	0,98	1.932	0,76
Ocupante	268	10,09	4.005	1,59
Total	2.656	100,00	253.965	100,00

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE).

Org.: Márcia da Silva.

Observou-se, no decorrer da abordagem, que uma característica socioeconômica importante, localmente, é a substituição do latifúndio pecuarista pelo latifúndio agrícola, o que modificou as condições sociais da população local de baixa renda, direta ou indiretamente dependente desse processo. Em termos econômicos, a mudança de uso da terra acarretou um maior dinamismo à região e, em consequência, uma maior geração de renda a partir dos segmentos sociais mais abastados.

O entrave, no entanto, é a permanência da estrutura fundiária concentrada que reforça problemas sociais, evidenciando a necessidade de mudanças no campo, não só em Guarapuava, mas no Brasil. Sobre o centro-sul paranaense e sobre Guarapuava é possível observar essas e outras abordagens no texto a seguir.

3. A atividade agropecuária e a economia do centro-sul paranaense

As transformações ocorridas no Brasil e no estado pós-anos 1970 associadas à fertilidade natural do solo (e a sua correção, quando necessária), as condições do clima, aos investimentos em tecnologia, treinamento e manejo, a ampliação do uso de sementes melhoradas etc, fizeram com que a produção agrícola⁶⁵ paranaense aumentasse expressivamente. Em 1996, por exemplo, mil estabelecimentos rurais possuíam tratores, num total de 130 mil unidades; eram 24 mil colheitadeiras; uso de fertilizantes em aproximadamente 65% dos estabelecimentos, consumindo 2,2 milhões de toneladas por ano; assistência técnica usufruída em mais de 40% dos estabelecimentos; de acordo com o Censo Agropecuário (1996). Complementando essas informações, mas a partir de dados do IPARDES (2003b), no período de três anos (2001-2003) houve um crescimento de 142% na venda de tratores e de 99,7% na de colheitadeiras no estado.

Mas regionalmente, em termos de incorporação de tecnologias à produção agrícola, o IPARDES (2003, p. 72) afirma que

essa região, apenas marginalmente, foi incorporada a esse processo geral. Tanto que, nos primeiros cinco anos da década de oitenta, o Centro-Sul do Estado funcionou como fronteira interna, recebendo pequenos agricultores deslocados das regiões de agricultura mais dinâmica. As grandes propriedades, com pecuária extensiva e reservas florestais, também condicionaram a constituição das cidades da região.

⁶⁵ No Paraná, dos principais produtos cultivados, o plantio da soja ganhou expressão no início da década de 1970. Nos anos 1990, o estado se destacou como primeiro produtor nacional, com cerca de 25% de participação no total produzido no país. Em 1999 bateu o recorde da safra nacional, com 7,7 milhões de toneladas, o equivalente a um quarto da safra nacional. Na safra 2001-2002 foi o maior produtor de trigo e o terceiro de milho e soja do país, tornando-se o segundo maior estado produtor de grãos, perdendo apenas para o Mato Grosso, de acordo com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB, 2003).

Esses elementos podem ser comparados, diretamente, ao nível tecnológico, considerado pelo IPARDES (2001), através do tipo de força usada nos trabalhos agropecuários. Em termos gerais, há baixa utilização de tração mecânica na região, inclusive em níveis bem inferiores à média estadual. Apenas 36,5% dos estabelecimentos informaram usar tração mecânica em alguma etapa da produção. Para o estado, essa proporção é de 52,3%. Além disso, na região, 30% dos estabelecimentos não informaram o uso nem de força animal, nem de força mecânica, ou seja, só utilizam equipamentos manuais. A força mais utilizada é a tração animal, apontada em 53,2% dos estabelecimentos.

Em Guarapuava, apesar de indicadores melhores que da mesorregião Centro-Sul em seu conjunto, o número de maquinários empregados na agricultura também é baixo se comparado a outros municípios de mesma importância como pólo regional. Aqui, existiam em 2001, 1.088 tratores e 561 máquinas para o plantio. Em Ponta Grossa esse número era de 3.694 tratores e 1.951 máquinas para o plantio e em Cascavel de 6.554 tratores e 4.797 máquinas para o plantio (IPARDES, 2001).

Mesmo com esses números pouco expressivos em relação a municípios de mesma importância regional e, inclusive, competidores agrícolas, a incorporação desses equipamentos ampliou a produção, resultando em ganho de produtividade, especialmente nos anos 1990, se comparados a períodos anteriores, de acordo com a SEAB (2001).

Isso decorre, também, da economia do município, como já indicado, se sustentar na agropecuária desde os seus primórdios. Apesar disso, o setor possui contrastes muito grandes de produtividade e de padrão de vida no campo. Os principais produtos cultivados seguem, em geral, a produção estadual, com soja, trigo e milho. Do total de produtores do município (3.110), segundo a Emater, para o ano de 2003, 2.330 cultivam milho, numa área de 31.500 hectares (produção de 196.480 t). A soja era cultivada por 650 produtores, mas numa área bem maior, de 44.100 hectares (produção de 120.910 t). Já o trigo era cultivado por 180 produtores, numa área de 14.700 hectares (produção de 38.020 t).

Essas culturas asseguram ao município a modernização do campo (com tecnificação rural) e o comércio para exportação, mas também a concentração de terras já que cultivadas, em expressiva maioria, nas grandes propriedades. Em número de produtores, essas culturas ganham, inclusive, das consideradas de subsistência, como o feijão, o arroz e a mandioca, que possuem 2.220 produtores, apesar da sobreposição de agricultores que os cultiva, ou seja, a produção é realizada pelos dois grupos aqui apontados. Estes últimos produtos, no entanto, são cultivados em um total de área infinitamente menor, não ultrapassando os 3.440 hectares.

Assim, apesar das desvantagens apontadas, há considerável número de minifúndios e de pequenas propriedades no município. Elas são, em maioria, as responsáveis pela produção dessas culturas, demonstrando que ainda é possível o crescimento da pequena agricultura. Mas, como o setor agrícola e, em especial, essa modalidade, depende de programas mais amplos, é difícil afirmar que ela venha a se expandir localmente, também porque, no Brasil, a agricultura de pequena escala foi historicamente negligenciada pelos governos. Aliás, essa é uma temática que tem sido destaque nas discussões sobre os rumos não só do crescimento econômico, mas do processo de desenvolvimento da região de Guarapuava.

Além dessas, são muito importantes, no município, as culturas de cevada, aveia, triticale, batata inglesa (esta última com majoritária produção vinculada aos japoneses), erva-mate (produzida também a partir da planta nativa), flores, pinus e eucalipto de reflorestamento.

Quanto à pecuária, o estado possui um efetivo de 9.816.547 cabeças de bovinos (SEAB, 2000). Desses, 65.300 cabeças estão em Guarapuava. Um rebanho significativo se comparado aos de municípios considerados grandes redutos da pecuária paranaense, como Paranavaí, com 151.144 cabeças, Umuarama, com 155.414 cabeças e Ortigueira, maior rebanho do estado, com 160.270 cabeças. Na verdade, como no município as áreas de pastagens estão sendo substituídas pela agricultura, o efetivo de bovinos também tem diminuído, já que o confinamento, na realidade local, ainda é pouco utilizado.

Os rebanhos de leite⁶⁶ e de corte são formados, em especial, pelas raças Charolês, Simental, Nelore, Holandês, Canchim e Limousin. Há um grupo seleta de criadores do Núcleo da Raça Simental e Fleckvieh e do Núcleo Charolês, bem como da Sociedade Rural de Guarapuava, que tem papel importante no aprimoramento da criação, já que importam matrizes, reprodutores, embriões, utilizam a inseminação artificial, rastreamento via satélite, gerência etc, ofertando animais superprecoces e modernizando a atividade. Mas há, ainda, a criação extensiva, na qual não foram incorporados os avanços citados, como informa o Censo Econômico Municipal (2000). Mesmo assim, a criação de gado bovino é uma importante fonte de recursos para o município, apesar de não haver prioridade (por opção ou por falta de incentivos), na agregação de valor ao produto. Com isso, não há frigoríficos ou processos de industrialização da carne bovina, como ocorre em muitas áreas do Mato Grosso do Sul⁶⁷, onde o setor está mais modernizado.

Assim, apesar da grande produção da pecuária de corte, a comercialização da carne (bem como de produtos agrícolas) é feita *in natura*, o que desqualifica a produção. A fala abaixo, do deputado federal Cezar Silvestre⁶⁸, se colocada em prática pode ser um dos caminhos para o processo de industrialização da carne e seus derivados, gerando mais empregos e agregando valor à produção local:

Nós temos um grande potencial genético em função das raças europeias. O que tem que ser feito, então? Agregar valor. Nós estamos produzindo e exportando 100% de produtos *in*

⁶⁶ A Emater desenvolve um programa da bacia leiteira da região de Guarapuava (22 municípios) com participação de 4.414 produtores, sendo produzidos 106.892 litros de leite ao dia (EMATER, 2003). Segundo o próprio órgão, uma alternativa viável de renda aos pequenos produtores.

⁶⁷ Para um estudo mais aprofundado do assunto ver: BENITES, Miguel G. **Brasil central pecuário: interesses e conflitos**. Presidente Prudente: UNESP, 2000.

⁶⁸ Entrevista concedida à Márcia da Silva, em 02/08/2004, as 17 h, na residência do entrevistado. Cezar Silvestre é natural de Guarapuava e formado em engenharia civil. Foi deputado estadual por três vezes, vice-prefeito de Guarapuava de 1989 a 1992 e, atualmente, cumpre mandato de deputado federal.

natura, nós não temos um frigorífico em Guarapuava, nós não temos um curtume, nós não aproveitamos o couro. Se nós tivéssemos um curtume com certeza nós traríamos para Guarapuava o setor calçadista, todo o setor que trabalha com couro e isso infelizmente não está ocorrendo.

Além de bovinos, é satisfatória também a produção de ovinos, caprinos e a suínos, com alguma agregação de valor em função dos trabalhos da Cooperativa Agrária.

Não obstante os números, a realidade da agropecuária é muito díspare no município, como já apontado. Há tecnologia de ponta com alta produtividade, servindo, inclusive, de referência nacional (técnicas de correção do solo etc) e, ao mesmo tempo, produtores que empregam sistemas de exploração tradicionais, não utilizando, sequer, o potencial produtivo do solo em suas propriedades (SEAB, 2003).

Na agricultura, a exemplo da pecuária, do grande volume de produtos cultivados, pouco é transformado, com exceção de trigo, cevada e erva-mate. Percebe-se, assim, que a economia regional e, em particular a de Guarapuava, é sustentada por recursos primários, que vão desde a agricultura de subsistência, passando pela pequena criação à exploração da madeira.

3.1. A participação dos suábios de Entre Rios no desenvolvimento local

A exemplo de todo o estado, que tem nas cooperativas, especialmente nas agroindústrias, aliadas importantes Guarapuava também possui as suas. No estado⁶⁹ são 67 cooperativas agropecuárias e 48 de crédito rural, 110 mil

⁶⁹ O sistema cooperativista é bastante utilizado em estados do Sul do Brasil em função da forte influência dos imigrantes de origem européia. O Paraná não se exclui dessa realidade e possui algumas das maiores cooperativas do país. Dentre elas, pode-se citar: a Cooperativa Agropecuária Mista do Vale do Piquiri (Coopervale), em Palotina; a Cooperativa Agropecuária Mourãoense (Coamo), em Campo Mourão; a Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá

cooperados e faturamento anual de US\$ 7,9 bilhões, sendo as mesmas responsáveis por 67% da soja comercializada no estado, 35% do milho, 85% do trigo, 57% do leite *in natura*, 90% do algodão, 24% do café, 15% dos suínos, 27% das aves, 100% da cevada, 23% da cana-de-açúcar e 5% do feijão, segundo dados do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR, 2003).

As cooperativas são, com isso, fundamentais no setor agroindustrial do estado, pois além de gerarem empregos, contribuem para manter pequenas propriedades agrícolas lucrativas, apesar das mudanças econômicas ocorridas nos últimos anos terem ocasionado também uma mudança do perfil das mesmas, muitas comercializando agora mais com terceiros do que com os próprios cooperados.

Como afirmado, a peculiaridade da agropecuária do município e da região de Guarapuava a elas também está associada. No município existem duas cooperativas mistas vinculadas a agropecuária, a Cooperativa Agrária Mista Entre Rios Ltda, com funções de comercialização mas também produtiva, e a Cooperativa Agropecuária Mista de Guarapuava Ltda (Coamig), vinculada somente a comercialização de leite, tendo o setor de grãos terceirizado⁷⁰. Além dessas, há a Cooperativa de Micro e Pequenos Produtores Rurais de Guarapuava e Região, a Commicro⁷¹, que tem por objetivo, em particular, a comercialização e a assistência técnica aos cooperados.

As cooperativas de Guarapuava, entretanto, estão medianamente integradas aos Complexos Agroindustriais (CAIs), o que as diferencia do sistema cooperativista existente no Norte ou Oeste do estado ou no Centro-Oeste do país,

(Cocamar); a Cooperativa Agropecuária de Cascavel (Coopavel); a Cooperativa Agrária Mista de Entre Rios, em Guarapuava; a Cooperativa Agroindustrial Lar, em Medianeira; a Cooperativa Agrícola Consolanta (Copacol), em Cafelândia, dentre outras. Muitas dessas cooperativas estão instaladas em pequenas cidades e são o motivo de existência das mesmas, gerando a grande maioria dos empregos e dos recursos dos municípios, como o caso desta última, que gera 78% da arrecadação do município de Cafelândia.

⁷⁰ Informação cedida por João Mocelim, gerente da Cooperativa, em 21/10/2004.

⁷¹ A Commicro possui 346 produtores cooperados e outros 28 em associações regulamentadas (TRIBUNA REGIONAL, 21 a 27/10/2004, n. 29, p. 12).

por exemplo. A Cooperativa Agrária é a que mais se aproxima, pelo caráter também produtivo, das cooperativas dessas outras regiões.

Assim, em termos econômicos, é a mais importante delas, agregando os produtores do Distrito de Entre Rios que realizam uma das maiores comercializações de grãos do estado. Com isso, está entre as 500 (em 441º lugar) maiores empresas por venda do Brasil, segundo a Revista Exame de 2003.

A Cooperativa trabalha com soja, trigo, milho, cevada e aveia, agroindustrializando mais de 50% dos produtos recebidos (alimentos e ração animal). Possui moinho de trigo e, com ele, incluiu-se nas grandes indústrias de alimentos do Paraná⁷². Incorporou, em 2002, a Cooperativa Central Agropecuária Campos Gerais (Coopersul), indústria de óleo e farelo de soja, aumentando sua produção e patrimônio. Mantém, ainda, a Fundação Agrária de Pesquisa Agropecuária (FAPA), que realiza pesquisas e desenvolvimento tecnológico em conjunto com empresas brasileiras e transnacionais no setor. Destaca-se, também, na produção do malte cervejeiro, através da Agromalte, principal unidade industrial da Cooperativa e a segunda maior do Brasil em produção (COOPERATIVA AGRÁRIA, 2003).

Além desses empreendimentos, recentemente firmou parceria (*joint venture*) com uma indústria alemã, a *Ireks*, empresa fundada em 1856 e uma das líderes mundiais na produção de pré-misturas para pães, massas e bolos (TRIBUNA REGIONAL, 14 a 20/10/2004, n. 28, p. 5). “*Os nossos grãos vão ser transformados em produtos acabados e sofrer um ‘adicional positivo’ com a transformação de produtos primários como o trigo, o centeio, a linhaça. Guarapuava ganha um investimento de dois milhões de euros para a transformação de grãos em produto acabado*”, afirmou Jorge Karl, presidente da Cooperativa, em entrevista ao jornal Tribuna Regional (21 a 27/10/2004, n. 29, p.

⁷² A Cooperativa possui uma unidade esmagadora de grãos montada junto ao terminal ferroviário da Ferroeste, que passa pelo município, o que facilita o escoamento da produção e dos produtos agroindustrializados, apesar dos custos elevados. Além disso, dispõe de infra-estrutura de armazenamento, com quatro unidades: Unidade Operacional Vitória, Unidade Entreponto Guarapuava, Unidade Entreponto Pinhão e Unidade Agromalte.

6). Em Guarapuava se chamará *Ireks* do Brasil e será responsável por 30 empregos diretos (além de mais 100 indiretos) de imediato, mas a previsão, de acordo com seu presidente, é de elevação desse número (TRIBUNA REGIONAL, 14 a 20/10/2004, n. 28, p. 5). “*Trata-se apenas de mais uma demonstração, ao natural, da pujança dessa instituição que orgulha Guarapuava*”, afirmou o editorial do jornal Tribuna Regional (21 a 27/10/2004, n. 29, p. 2).

Os associados, apesar do pequeno número, um total de 500, garantem à Cooperativa desempenho fundamental na economia do município, bem como a oferta de 950 empregos diretos, 140 terceirizados e aproximadamente 6.000 indiretos⁷³. Além da distribuição entre os cooperados, parte dos lucros da cooperativa é investida na própria estrutura física e cultural da Colônia de Entre Rios e de seus moradores, como por exemplo, áreas de lazer, iluminação, grupo folclórico, planos de saúde, creches, educação básica⁷⁴ etc.

Observando os números e as informações acima, pode-se até imaginar a mudança socioeconômica que possibilitaria essa estrutura se pudesse ser ampliada a outras pessoas, já que são poucos os que têm acesso a novas tecnologias e outros elementos da modernização no campo. “*A força do nosso campo devemos a eles, aos suábios*”, afirma Fernando Ribas Carli⁷⁵. Além do mais, é dessa realidade que surgem os discursos de que a região de Guarapuava tem se modernizado e se desenvolvido. As pesquisas sobre o município incluem esse grupo, fazendo com que os indicadores sejam favoráveis para aspectos verdadeiramente desfavoráveis para a maioria da população, já que essa é a realidade de um grupo específico.

⁷³ A Cooperativa Agrária ganhou o prêmio de Cooperativa do ano de 2004 nas categorias Gestão Profissional e Responsabilidade Social, oferecidos pela Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e pela Revista Globo Rural.

⁷⁴ Informações cedidas por Wienfred Mathias Leh, agrônomo e um dos sócios da Agrária. Seu pai, Mathias Leh, já falecido, foi um dos fundadores e presidente da Cooperativa por 28 anos (de 1966 a 1994). Entrevista concedida a Marli Friedrich em 8/10/2003.

⁷⁵ Entrevista concedida à Márcia da Silva, em agosto de 2004, as 11 h, na residência do entrevistado.

Para se ter uma idéia da pujança econômica do grupo, suas residências e as demais construções das colônias⁷⁶ que formam o Distrito de Entre Rios, por seu alto padrão arquitetônico, servem de atração turística do município. Grande parte dos moradores é proprietária de médias e grandes propriedades rurais, máquinas agrícolas que chegam a custar quase um milhão de reais (utilizadas especialmente na colheita de grãos) e, com isso, possuem qualidade de vida muito acima da maior parte da população do município em seu conjunto. A justificativa, apesar da assistência que tiveram historicamente, é de que a ascensão do grupo se deve a uma política de cooperativismo e de ajuda e empenho mútuos. É inegável, porém, os benefícios por eles impetrados, como o grande número de empregos e outros fatores que os tornam importantes não só para a economia de Guarapuava.

Assim, a reconhecida notabilidade econômica da Cooperativa Agrária e da Colônia de imigrantes faz com que seus membros tenham um poder econômico que possibilite, apesar de não declaradamente, articular a representação política local. Mesmo não participando de nenhum cargo político eletivo atualmente, os suábios, enquanto grupo ou representados pela Cooperativa Agrária, é o que se afirma localmente, estão envolvidos em acordos e alianças com as lideranças políticas locais. As pessoas por nós entrevistadas, porém, são claras em afirmar, inclusive o presidente da Cooperativa, Jorge Karl⁷⁷, que eles não participam, pelo menos diretamente, do “jogo político”.

Não. Até por questões estatutárias a Cooperativa deve permanecer neutra de qualquer partido político ou posição partidária. A Cooperativa não deve ter vínculos, exatamente. E ao mesmo tempo, seria impossível se manter isso, por exemplo, agora a Agrária ter um prefeito. Esses quatro anos passam. Cada pessoa tem o direito a ser livre politicamente. Não convém que a Agrária se envolva.

⁷⁶ Referimo-nos à “parte alemã” das colônias.

⁷⁷ Entrevista concedida a Márcia da Silva, em 28/06/2004, as 14 h e 30 min., na sede da Cooperativa Agrária.

Quando é por nós lembrado, então, do cargo ocupado como Secretário da Agricultura no governo de César Roberto Franco⁷⁸ e de Carlos Leh (sucessores de Luiz Fernando Ribas Carli, apoiados por ele, em 1992), afirmou que, apesar de positiva a experiência, não foi possível realizar um trabalho como se esperava, pois

as coisas são diferentes, não é isso que acontece, porque existe dependência da Câmara Legislativa, Câmara de Vereadores. Mas é lamentável porque se a gente pudesse, por exemplo, como Cooperativa Agrária, sabendo o tanto que nós arrecadamos em valores para os cofres públicos, pudéssemos falar: 'olha, deixa determinado percentual, se fosse lá... 20% ou 25% do que se arrecada, deixa aqui que nós mesmos administramos', nisso nós nos comprometeríamos em aplicar em benfeitorias públicas para o Distrito de Entre Rios. Mas não é assim que acontece...

Na opinião de Fernando Ribas Carli⁷⁹ que é, aparentemente e pelas realizações em conjunto, um dos políticos de Guarapuava mais próximo ao grupo, os suábios

são muito disciplinados, exemplo de trabalho, de dedicação. Eu procurei integrá-los mais quando na minha sucessão eu convidei o Carlos Leh para ser vice-prefeito, uma maneira de atrair, porque eu tive uma afinidade muito grande com as pessoas de lá e tenho ainda. O Carlos Leh foi vice do César Franco. O Jorge Karl foi Secretário da Agricultura no governo César Franco. Fizemos muita coisa em parceria.

⁷⁸ César Roberto Franco é natural de Guarapuava, industriário e atual presidente do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), de Guarapuava. Foi vereador e Secretário de Cultura, Esportes e Turismo na gestão 1989-1992, prefeito de 1993 a 1996 e diretor do DETRAN/PR na gestão do governador Jaime Lerner.

⁷⁹ Entrevista concedida à Márcia da Silva, em agosto de 2004, as 11 h, na residência do entrevistado.

Alguns estudos apontam que o imigrante se preocupa muito mais com o êxito econômico que com o envolvimento político⁸⁰. Citam que o fato se deve, além do aspecto cultural de origem, a aspectos históricos como, por exemplo, às barreiras erigidas pelo regime oligárquico à participação dos mesmos, a falta de instrução formal e de requisitos legais além, é claro, do próprio desconhecimento do jogo de poder existente no Brasil.

Outra dificuldade para a inserção política, não somente dos imigrantes mas também dos migrantes (vide os trabalhos de Rogério Haesbaert sobre os sulistas no Oeste baiano), está no reduzido número de eleitores de mesma origem, impedindo, inclusive, sem os votos de outras populações, a vitória nos pleitos. Mas essas dificuldades têm diminuído ao longo dos anos, sobretudo à medida que famílias de imigrantes tornaram-se socialmente mais integradas e economicamente mais prósperas, como é o caso dos imigrantes de Guarapuava.

Aqui, entretanto, segundo levantamento realizado por Marcondes (1998), dentre os nomes de prefeitos, vice-prefeitos e presidentes da Câmara de Vereadores dos anos de 1892 a 2000, apenas um vice-prefeito de origem estrangeira foi encontrado, exatamente o do suábio Karl Mathias Leh, que ocupou o cargo de 1993 a 1996. Mas a participação desse imigrante, como vice-prefeito ocorreu, de acordo com o imaginário corrente, em consequência de um grande movimento, iniciado alguns anos antes, pela emancipação política do Distrito de Entre Rios. Sua participação, então, teria sido uma estratégia para viabilizar a emancipação.

O movimento, no entanto, foi abafado, e a principal justificativa, além de outras, esteve nas especulações dos futuros candidatos a prefeito, caso o projeto emancipatório viesse a se concretizar. Como a “Vila dos Brasileiros”⁸¹ da Colônia

⁸⁰ Dentre eles, podemos citar dois: FOUQUET, C. **O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil: 1808-1824-1974**. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1974; SEYFERTH, G. **Imigração e Cultura no Brasil**. Brasília: UnB, 1990.

⁸¹ A “Vila dos Brasileiros” é uma área formada a poucos metros da colônia-sede de Entre Rios, a Vitória, composta por remanescentes de escravos (não africanos, mas originários de São Paulo, Curitiba etc e por crioulos - filhos de escravos) e luso-brasileiros. O objetivo principal de sua

possuía um vereador, possivelmente ele seria o candidato, com forte tendência à vitória (já que há um número maior de moradores brasileiros do que suábios nas Colônias, aliás, nas suas periferias), o que fez com que o movimento perdesse força, especialmente entre os suábios. Outros afirmam que o movimento sucumbiu em virtude do apoio ofertado, ao grupo, por Carli e pelo seu sucessor, vitorioso juntamente com o candidato suábio, viabilizando as melhorias desejadas por este grupo sem a necessidade da emancipação. Nas palavras do ex-prefeito Nivaldo Krüger⁸²: *“Quando eles quiseram se emancipar eu fui lá para dizer que não, preparado para ouvir uma vaia. Eles diziam que davam tudo e não recebiam nada. E não é verdade.”* E complementa:

Então eu tenho uma divergência. Onde está minha divergência com esse povo? Ela é conceitual. Eles ganharam a terra, ganharam financiamentos, ganharam perdão de dívidas. Muitas fortunas que estão ali foram feitas com financiamentos utilizados para outras coisas. Financiava 5 mil hectares de arroz, plantava 500 e comprava a fazenda do vizinho com o restante. São poucas as fortunas feitas com sagacidade. Eu descendo de alemães e eu conheço bem os alemães. Quem trabalha mesmo são os brasileiros. E uma das divergências minhas é que os brasileiros vivem em favelas e eles em mansões. Eu fui execrado por eles porque eu passei a ter discordâncias. Eu tenho consciência exata do que é estabelecer um gueto. A participação econômica é positiva. Agora socialmente e politicamente precisa ser conferida. E hoje eles estão ganhando dinheiro aqui e aplicando tudo no Mato

fixação foi à chegada dos imigrantes e a construção da Cooperativa Agrária, demandando mão-de-obra. Nos primórdios da colonização suábia, cada “alemão” tinha em média 20 funcionários trabalhando no cultivo das terras, em sua maioria brasileiros (STEFENON, 2003). Além desta vila, há outras distribuídas próximas às colônias. Ainda hoje os suábios oferecem grande número de empregos (domésticos, carpinteiros, jardineiros, serviços nas lavouras, bem como na Cooperativa Agrária, essa última com alguns empregos mais especializados) aos brasileiros.

⁸² Entrevista concedida à Márcia da Silva, em 23/10/2004, as 8 h e 30 min., na residência do entrevistado.

Grosso. Onde é que tem um empreendimento deles em Guarapuava? Eu não sou um deslumbrado, achar que trabalham mais, eu acho que eles foram privilegiados. Agora é claro que trouxeram uma cultura de dois mil anos e chegaram aqui e encontraram uma cultura mais ou menos estagnada. É a filosofia do Bento, que os colocou aqui, era a de dar exemplos visuais para que houvesse uma influência e os outros também fizessem. E eles foram absolutamente egoístas, fizeram dinheiro e são donos de todas as propriedades. E a nossa gente que era proprietária ficou na miséria.

As duas últimas falas, de Fernando Ribas Carli e de Nivaldo Krüger, exemplificam bem os diferentes posicionamentos de alguns dos representantes políticos locais em relação a esse grupo. Por extensão, pode-se afirmar que essas, guardadas as proporções, são também as opiniões de parte da sociedade local, que os têm como “batalhadores” ou como “exploradores”. E por isso há algumas divergências sócio-culturais entre eles, os suábios, e parte da população “guarapuavana”.

A entrada de imigrantes na política se revela, entende-se, como indicador profícuo das relações de resistência ou de aproximação entre os imigrantes e as diversas elites locais, até mesmo as tradicionais. Para Nivaldo Krüger⁸³, no caso dos imigrantes suábios, “*eles foram usados habilmente pelo Carli*”. Ou então, como afirma Antonio França de Araújo⁸⁴:

Houve uma mudança muito grande no perfil da economia de Guarapuava nos últimos 20 anos com a chegada dos suábios. Houve uma mudança muito grande no proprietário rural. Hoje muitas das propriedades estão nas mãos de alemães. Então, tem muito fazendeiro que perdeu o poder econômico porque existiu uma mudança no agronegócio e eles não

⁸³ Entrevista concedida à Márcia da Silva, em 23/10/2004, as 8 h e 30 min., na residência do entrevistado.

⁸⁴ Entrevista concedida a Márcia da Silva em 25/06/2005, as 10 h e 30 min., no consultório do entrevistado.

acompanharam e se sustentam na questão política. Os suábios, também detentores das terras, eles não têm interesse na participação política exatamente. Esse pessoal, a gente percebe no comentário com eles, que não existe um mínimo interesse na participação política comunitária, na vida comunitária, eles estão preocupados com a atividade econômica deles.

Quanto à relação entre este grupo e o poder público ou entre poder privado e poder público local, os entrevistados afirmam que ela não ocorre, ao menos formal e declaradamente. Afirmam, ainda, que não há relação de cobranças entre grupos ou atores políticos e atores econômicos, ocorrendo, no máximo, alguma pressão no sentido de decisões políticas (e não influências) que possam melhorar (e não beneficiar) as condições dos negócios privados. É importante lembrar que nos estudos clássicos sobre os grupos de interesses, esse discurso é prosaico, já que a maior parte dos atores ou grupos ligados ao setor econômico se diz apolítica (no sentido de participação vinculada a atividade econômica e não enquanto cidadão político). As falas de Fernando Ribas Carli⁸⁵ e do empresário Valdir Fuchs⁸⁶, respectivamente, confirmam o fato.

Do empresariado eu não vejo muito. São poucos que têm ligações com famílias com influência na política. O pessoal de Entre Rios, o Manoel Lacerda. O que existe é aquela estrutura campestre, as pessoas que ainda não avançaram economicamente e estão arraigadas a questão tradicional, mas os empresários mais modernos não, eles tocam suas empresas. Não têm influência política. O que eles querem é que o poder público não os atrapalhe. Se não os ajude não os atrapalhe.

⁸⁵ Entrevista concedida à Márcia da Silva, em agosto de 2004, as 11 h, na residência do entrevistado.

⁸⁶ Entrevista concedida a Márcia da Silva, em 24/09/2004, as 9 h, na sede da Agroplan, empresa de sua propriedade. Valdir Fuchs é gaúcho e chegou a Guarapuava em 1961. É proprietário rural desde 1973, produzindo soja, milho, trigo, triticale e cevada. É sobrinho de Moacyr Júlio Silvestre, ex-prefeito de Guarapuava.

Para você ser político você acaba se vendendo, você acaba não tendo condições de impor tuas idéias. Você tem que negociar com vereador, é com não sei quem, negocia com a associação comercial, é bem complicado, sabe? Então às vezes a gente se omite porque você acaba se machucando se participa. Mas esse não é um problema exclusivo de Guarapuava.

Outra fala sugestiva é a do ex-presidente da Associação Comercial e Industrial de Guarapuava, Júlio Cezar Pacheco Agner⁸⁷:

A bem da verdade, o pessoal não faz um trabalho em nível aparente, eu diria. Sempre prevalece aquela idéia dos bastidores, ninguém sai prestando um apoio político abertamente, eu acredito que isso seja um ranço da época da censura ou da ditadura que acabou perseguindo muito.

Como este, Luiz Maurício Hyczy⁸⁸ afirma:

O apoio político pelos empresários depende muito da época e das circunstâncias. Mas existem sim grupos econômicos ou simplesmente pessoas que acabam influenciando direta ou indiretamente na política local, com apoio financeiro ou institucional.

Já a ex-vereadora Maria Madalena Nerone⁸⁹ afirma algo não assumido por outros colegas então vereadores, mas se diz isenta do processo porque não tem

⁸⁷ Entrevista concedida a Paula Cristiane Saldan, em 08/06/2004, as 13 h e 30 min., na sede da ACIG. Júlio Cezar Pacheco Agner é descendente da família do colonizador Joaquim Manoel Carvalho de Miranda Lacerda, que recebeu sesmarias para ocupar a região, tornando-se também político. Agner foi presidente da Associação Comercial e Industrial de Guarapuava (ACIG) até 2004 e candidato a prefeito derrotado nas últimas eleições municipais, pelo PTB.

⁸⁸ Entrevista concedida à Márcia da Silva, em 05/06/2004, as 11 h, no escritório do grupo.

⁸⁹ Entrevista concedida a Silvanídia Esteche Buher, em 10/06/2004, as 15 h, na Câmara Municipal.

praticamente nada de verba para a campanha, exceto a do próprio partido. “As pessoas que estão hoje no poder naturalmente tiveram apoio econômico, gastam horrores na eleição. (...) acho que quando as pessoas arriscam muito dinheiro é porque elas pensam em tirar proveito do próprio poder”.

Para o ex-prefeito Vitor Hugo Burko⁹⁰:

Aqui os grupos econômicos e os políticos estão dissociados e a política não tem sido determinada por aqueles. Mesmo os meus antecessores você não pode dizer que representavam algum grupo econômico. Eu próprio não tinha dinheiro, mas não tinha empresários me apoiando. Mas os grupos econômicos, é muito comum que estejam próximos de quem está no poder. Quanto aos madeireiros, a Cooperativa Agrária, como grupo, não. Talvez um ou outro isoladamente. Em relação especificamente à Cooperativa Agrária, não os suábios, o que há lá é um sistema socioeconômico e político extremamente arcaico ainda, em que o presidente é quase um reizinho. Então lá as coisas vêm de cima para baixo e isso acaba interferindo, conduzindo parte dos suábios ou funcionários. Mas isso também é reflexo de sua história, já que quando chegaram era preciso a união e o apoio coletivo para sobreviverem, e assim permanecem. Nessa eleição, por exemplo, o apoio a Carli foi quase que aberto.

A contradição na fala de Burko é clara quando afirma que, em Guarapuava, os grupos econômicos estão dissociados, ao mesmo tempo em que sugere sua participação: “os grupos econômicos, é muito comum que estejam próximos de quem está no poder”. Mesmo sem perceber, o ex-prefeito induz a pensar nessa possibilidade que, sabe-se, é prática comum no Brasil.

Apesar do exposto, é possível afirmar que as relações de caráter mais específico entre atores privados e atores públicos podem compor, informalmente,

⁹⁰ Entrevista concedida à Márcia da Silva, em 14/10/2004, as 11 h, na prefeitura municipal de Guarapuava.

redes de poder,⁹¹ com influência sobre decisões políticas e econômicas (resultados políticos ou destino de verbas, por exemplo), mesmo nos casos em que fique evidente que não as determina.

Aqui, como em praticamente todas os municípios no Brasil, o poder legislativo é o que mais sofre influências dos grupos de interesses. Mas esse não é um aspecto que ocorre apenas em nível local. Veja-se, no Congresso Nacional, a pressão (e as conquistas) que faz o grupo ruralista, por exemplo. Para Antonio França de Araújo⁹² há uma reprodução do poder político com vínculo no poder econômico bastante acentuado, ou seja, é notório que somente as pessoas com poder aquisitivo satisfatório ou com apoio dos que o possuem conseguem chegar aos cargos políticos.

Existe notadamente uma característica regional das elites socioeconômicas dominantes. Tivemos, bem no início do século, o pessoal ligado à área agropastoril no domínio da política, desde o Diogo Pinto de Azevedo Portugal, que chegou aqui e dominou (...). A característica de Guarapuava sempre foi o domínio político pelas elites dominantes também nas atividades econômicas. Primeiro agropastoril, depois a madeireira. O grupo Mattos Leão começou a despontar na política, em Guarapuava, por ser um grupo forte na área madeireira. Também o grupo Carollo, depois os Silvestre e o próprio Nivaldo Krüger tinham/tem um vínculo também com o setor madeireiro, embora o Nivaldo Krüger não seja uma liderança nascida em Guarapuava. Atualmente, é o ex-prefeito Vitor Hugo que tem vínculo com esse setor econômico. Então a visão que eu tenho é exatamente essa, um vínculo muito grande das elites dominantes na política e na economia. Você vê aí o Cezar Silvestre é derivado desse grupo Carollo/Silvestre ligado ao setor madeireiro. O que a gente vê,

⁹¹ As redes de poder, de acordo Paulillo (2000), são relações de intercâmbio institucionalizadas entre o Estado e a sociedade.

⁹² Entrevista concedida a Márcia da Silva em 25/06/2005, as 10 h e 30 min., no consultório do entrevistado.

em Guarapuava, é quase que uma insipiência dos poderes, da força política popular organizada, como a sindical, que quase não existe. Eu militei no PT e percebi muito isso, a falta de densidade eleitoral dos grupos que representam as forças populares, ao contrário do que acontece em São Paulo, por exemplo, onde há vínculo das forças políticas. O “guarapuavano” está muito atrelado às tradições locais e prefere não ser radical para mudar.

O final da fala acima expressa bem o percebido ao longo dessa pesquisa, o vínculo com o passado, a valorização de um grupo social porque ele é “tradicional” e “campeiro”, que desbravou os campos para construir Guarapuava. São exemplos da mudança lenta e das transformações apenas como aspectos pontuais.

Com relação à economia, observa-se que, historicamente, o setor agropecuário é um dos mais importantes do município. Mas, percebe-se, também, que há muito ainda a ser feito para melhorias de sua participação tanto na produção quanto na geração de empregos. Mas, tomando como exemplo o trecho acima, questiona-se: há interesse que isso ocorra localmente? As pessoas desejam mudanças? E mudanças que possam melhorar a vida da população mais pobre? É possível ampliar o sistema adotado em Entre Rios (não necessariamente o cooperativismo, mas as oportunidades) a outros produtores? Pelas condições históricas, os “alemães” seriam um caso específico? Como ampliar, então, o sucesso socioeconômico dos mesmos, já que faz parte da realidade local? Essas são questões levantadas no cotidiano “guarapuavano” e de difíceis respostas, tanto pela complexidade intrínseca as mesmas, quanto para a pretensão deste trabalho. Mas é fato que precisam ser discutidas pela sociedade local.

4. Demais setores econômicos e dinâmica regional

4. 1. O setor industrial paranaense e de Guarapuava

Até por volta dos anos 1970 o setor industrial paranaense esteve associado à transformação da erva-mate e da madeira, incluindo-se a capital. Além de indústrias desses ramos, havia, e então mais regionalmente localizadas, as de alimentos, bebidas, confecções, cerâmicas etc, originadas especialmente da imigração européia (MORO, 1998).

Ainda de acordo com o autor, a partir dessa década, em função das novas configurações do setor produtivo, com efeitos visíveis nas dinâmicas econômica, social e espacial, como já mencionado, estima-se que pelo menos um milhão de pequenos proprietários e trabalhadores rurais perderam suas terras e seus empregos, migrando para as cidades.

Houve, assim, uma mudança da estrutura produtiva de diversos segmentos, inclusive do setor industrial, permitindo que esse também se modernizasse. Dessa forma, no Paraná, o novo padrão agroindustrial orientou-se para a produção de bens mais elaborados, havendo a necessidade de reestruturação da indústria tradicional, elemento que está associado a outros, como a estrutura ocupacional e ao próprio dinamismo regional de onde se localiza a empresa (IPARDES, 2003b).

Mesmo com essas transformações o setor permanece, em maioria, voltado à agroindústria (com muitas cooperativas, como visto) como fator significativo de sustentação econômica, especialmente no interior do estado. No entanto, é nítido o esgotamento de sua dinâmica em bases extensivas. Por outro lado, com a modernização da agricultura e a formação dos Complexos Agroindustriais (CAIs), a industrialização também se desenvolveu no campo (apesar das mazelas daí decorrentes). Assim, a indústria entra à montante (insumos e equipamentos) e à jusante do processo produtivo (transformação do produto), ou seja, a produção agrícola está presente nas duas pontas do processo industrial (GRAZIANO DA SILVA, 1990).

O governo do Estado, em suas diversas instâncias, tem discursado sobre o incentivo ao processo industrial, especialmente no que se refere à Curitiba. Projetos como o Cidade Industrial⁹³ englobam, além da capital, o distrito industrial de Ponta Grossa, que tem instalada a mais elevada capacidade de beneficiamento de grãos da América Latina.

Assim como a capital, sua área metropolitana e Ponta Grossa, as regiões de Londrina e Maringá também são importantes pólos industriais. Londrina é a terceira maior aglomeração industrial do estado e manteve, ao longo da década de 1990, participação acima de 8% no valor adicionado da indústria estadual e próximo a 12% no emprego (IPARDES, 2003b). Essa política se espalhou por outras cidades do interior, mas com pouca intensidade, não sendo capaz de modificar/dinamizar regiões tradicionalmente agropecuaristas-madeireiras, como a de Guarapuava.

Segundo, ainda, dados do IPARDES (2003b), devido ao incentivo à economia industrial, algumas mudanças na estrutura ocupacional e o *marketing* de “porta para o Mercosul”, o Paraná recebeu, na última década, nova leva de grandes indústrias, como as de autopeças e as automobilísticas (muitas hoje em crise, já que as expectativas não foram alcançadas). Mesmo restrito a uma porção do território e em meio a crises sazonais, essas indústrias mantiveram, em 2000, cerca de 90 mil empregos. De acordo com dados do IPARDES (2003b), Ponta Grossa e seus arredores se destacaram pelo elevado crescimento na participação do valor adicionado da indústria, que passou de 7,33% (1990) para 13,6% (2000). Além

⁹³ Esse projeto, iniciado em 1973, trouxe ao Paraná a primeira leva de empresas multinacionais de destaque mundial. Até então, o parque industrial do estado era sustentado por empresas familiares que, embora eficientes, grande parte estava voltada apenas ao mercado interno (muitas delas são competitivas e também produzem para a exportação). No Bairro Cidade Industrial, na capital do estado, existem 427 indústrias, cerca de 1.630 estabelecimentos comerciais diversos e outros 2.180 de serviços. Essas empresas geraram, em 2003, 50 mil empregos diretos e 150 mil indiretos, segundo informações da Revista Cidades do Brasil (2003). Para saber mais sobre o processo de industrialização no Paraná e, mais especificamente sobre a desconcentração industrial da região metropolitana de Curitiba, ver os trabalhos de Olga Lúcia C. F. Firkowski.

desses segmentos, outros se sobressaem, como o eletrometalmecânico, bem como os que complementam o setor agrícola, em especial os de máquinas.

Embora venha ocorrendo um dinamismo da indústria paranaense com base nos elementos citados, como a expansão do pólo automotivo, os segmentos responsáveis pela geração de renda e emprego, especialmente das regiões centrais ou do interior do estado, ainda são os segmentos tradicionais da indústria de vestuário, de mobiliário, papel e celulose e de desdobramento de madeira.

Na região de Guarapuava, as áreas de reservas nativas e de reflorestamento favorecem as atividades que têm como base a matéria-prima silvícola (desdobramento, lâminas e chapas, celulose, papel e papelão, artefatos e embalagens, e mobiliário), constituindo sua principal atividade industrial e representando por volta de 75% dos empregos industriais. Em que pesem alguns avanços nestes setores, para o IPARDES (2003b), é o setor madeireiro o que movimenta a indústria da região, com nítida tendência de continuidade nessa matriz industrial.

Com isso, segue a lógica estadual em termos da agroindústria, mas com características mais precárias. O setor industrial⁹⁴, então, no município, é composto, sobretudo, pelos segmentos tradicionais tecnologicamente não-inovativos, como agroindústrias extensivas e extrativas voltadas, além dos gêneros madeireiro e de papel e papelão, ao de alimentos e químico, estes em menor escala⁹⁵ que, embora importantes em termos de emprego, apresentam, na maioria dos casos, tendência a baixa dinamização da economia, tanto pela produção, em nível primário, quanto pelo pagamento de salários irrisórios. A grande maioria da mão-de-obra qualificada e melhor remunerada é importada de outras regiões do Paraná e de outros estados (IPARDES, 2003b).

⁹⁴ As empresas citadas como destaques em diversas atividades, assim o foram em virtude da maior pujança econômica das mesmas, mas, em especial, pelo critério do número de funcionários, obtidos nos dados da ACIG (2004).

⁹⁵ A Brasilac é a maior representante do ramo químico no município, com 150 funcionários (ACIG, 2004).

As indústrias do ramo madeireiro estão vinculadas às atividades de desdobramento e aplainamento da madeira, com algumas indústrias, mais recentemente, redirecionando a produção para atividades mais elaboradas, com algum emprego de tecnologias e mão-de-obra mais qualificada, que elevaram a participação local na geração do valor adicionado industrial do estado, de 4,52%, em 1990, para 20,69%, em 2000⁹⁶, um crescimento bastante significativo.

Além desses segmentos, o de fabricação de esquadrias em madeira também é importante regionalmente. Os itens mais produzidos são molduras, rodapés, meia-cana, batente de cadeiras, portas etc. A Santa Maria Companhia de Papel e Celulose⁹⁷ é a maior empresa no setor, com a produção sendo cem por cento exportada para países da Europa, para o Canadá e para os Estados Unidos.

A produção de papel e papelão também é importante, em especial na geração de empregos. Nesse setor, destaca-se a produção de papel de diversos tipos⁹⁸, de embalagens de plástico⁹⁹ e de papelão liso, cartolina e cartão.¹⁰⁰ A fabricação de diversos artefatos em madeira, palha, cortiça e material trançado também tem se destacado¹⁰¹ (ACIG, 2004).

Pela utilização histórica da madeira como atividade econômica, a lógica seria a de que o município fosse destaque em setores como o moveleiro. Mas isso, infelizmente, não ocorre, sendo o setor pouco expressivo, contando apenas com 20

⁹⁶ No município, as empresas de porte médio e grande do setor são a GVA-Madeirit Indústria e Comércio S/A, com 650 funcionários; a Manasa-Samco Indústria e Comércio Ltda (que também trabalha com desdobramento de madeira) e possui um total de 637 funcionários; a Coralplac Compensados Ltda, que possui 320 funcionários; a Repinho Reflorestamento e Compensados Ltda, com 174 funcionários e a Guaratu Indústria e Comércio de Madeiras e Compensados, com 103 funcionários (ACIG, 2004).

⁹⁷ Essa empresa possui 1.400 funcionários. Dados fornecidos, em entrevista, pelo proprietário da empresa, Manoel Cardoso Lacerda Vieira, em 28/06/2004, as 9 h, na sede da Santa Maria.

⁹⁸ As maiores representantes são a Elias Curi, com 246 funcionários, e a Iberkraft Indústria de Papel e Celulose Ltda, que possui 137 funcionários (ACIG, 2004).

⁹⁹ A Polijuta é a maior empresa do município com 341 funcionários (ACIG, 2004).

¹⁰⁰ A Pinho Past é a maior representante e possui 185 funcionários (ACIG, 2004).

¹⁰¹ A Estilo Palito Indústria e Comércio de Palitos Ltda é a principal empresa do setor e possui 148 funcionários (ACIG, 2004).

empresas. A maioria delas, entretanto, é de empresas caseiras, envolvendo apenas a mão-de-obra familiar e alguns poucos funcionários (CENSO MUNICIPAL DE GUARAPUAVA, 2000).

Em função do controle oficial das áreas de madeiras nativas e de certa conscientização da sociedade em sua preservação tem-se ampliado, localmente, o reflorestamento com pinus e pinheiro, embora muitas unidades ainda sejam cortadas ilegalmente. A área ocupada por reflorestamento, no município, é de aproximadamente 35 mil hectares, dos 85.000 de matas ou 12% da área total dessa vegetação, de acordo com a Emater (vide Tabela 06). Este percentual tem crescido constantemente.

Em entrevista¹⁰², o deputado federal Cezar Silvestre afirma que o setor que deveria ser mais incentivado em Guarapuava é o da madeira plantada. Para o deputado, o setor *“não está em decadência, mas se reestruturando, em função do fim da madeira nativa e das dificuldades para reflorestamento. Será um caos social se a madeira entrar em decadência no município”*. O setor madeireiro, assim, demonstra ter potencial de crescimento no âmbito municipal. Esse potencial, no entanto, possivelmente seria mais expressivo se vinculado a atividades de maior valor agregado (ACIG, 2004).

Outra fonte importante em termos de geração de renda a alguns pequenos proprietários da região, no setor agroindustrial, é a produção¹⁰³ e a transformação da erva-mate, que se dá a partir de seis pequenas indústrias que absorvem a matéria-prima dos produtores, não só do município, mas também de toda a região (ACIG, 2004). Sua industrialização gera uma série de produtos, como a erva-mate verde, a erva-mate amarela, o chá e o tereré/chimarrão, que são muito consumidos localmente, em função da tradição cultural repassada e continuada pelos gaúchos. Além desses produtos, é utilizada na área farmacêutica, química etc.

¹⁰² Entrevista concedida à Márcia da Silva, em 02/08/2004, as 17 h, na residência do entrevistado.

¹⁰³ Em Guarapuava, segundo a Emater (2003), são 380 produtores nativos e 210 com cultura plantada.

Segundo Antonio Schier¹⁰⁴, “a região de Guarapuava tem um dos melhores sabores de erva-mate do Brasil, pela altitude, pela acidez do solo, pelo clima frio. Na região tem muitos produtores, muitas pequenas propriedades que vivem da erva-mate. Nós compramos e industrializamos”.

Uma avaliação do perfil das indústrias e das empresas em Guarapuava é possível através da observação dos dados da Tabela 08. Nela, verifica-se que o setor industrial é o menos participativo dentre os setores econômicos, tanto em quantidade de empresas (599 ou 9,70%), como em número de empregos, com 9.095 ou 26,01%. Mesmo assim o município contribui com mais de 1% do valor adicionado fiscal do estado, no setor.

¹⁰⁴ Antonio Schier é catarinense, proprietário rural e possui uma indústria de beneficiamento do mate, a Erva Mate 81, há 30 anos, sendo a maior representante do setor, com 132 funcionários. Entrevista concedida à Márcia da Silva, em 24/08/2005, as 8 h, na sede da empresa.

Tabela 08 – Guarapuava: Perfil das empresas (2004)

Atividade	Quantidade	%	Funcionários	%
Setor				
Indústria	599	9,70	9095	26,1
Comércio	2578	41,70	9317	26,7
Serviços	3008	48,60	16466	47,2
Forma				
Formal	3838	62,1	31294	89,7
Informal	2347	37,9	3584	10,3
Porte				
Micro	5719	92,3	12853	37,0
Pequena	390	6,3	9768	28,0
Média	67	1,1	7387	21,0
Grande	9	0,3	4870	14,0
Tipo				
Pública	392	6,3	6889	19,8
Privada	5793	93,7	27989	80,2
Total	6185	100	34878	100,00

Fonte e organização: Associação Comercial e Industrial de Guarapuava (ACIG).

O fator preponderante, no entanto, são os salários baixos, já que grande parte da mão-de-obra é desqualificada, o que impede um poder de consumo e de geração de riquezas maior para a população e para o município. Isso se deve, como já comentado, aos investimentos irrisórios realizados pelas empresas e pela quase que inexistência de incentivo do poder público, que parece omisso perante tal realidade, mesmo considerando o fato de que Guarapuava saiu de um patamar de 2,7 mil empresas, em 1998, para 6,1 mil, em 2004, em sua totalidade. Quanto aos demais setores econômicos citados na Tabela 08, nenhum deles, ainda, foi capaz de tornar dinâmica à economia municipal, injetando renda e agregando valor, como pode ser observado na discussão na seqüência.

As instituições que poderiam contribuir gerando mudanças na estrutura socioeconômica para a superação dessa realidade, como as Faculdades e a

Universidade Estadual, a Unicentro, ainda não conseguiram assim fazê-lo em razão de sua pequena articulação com o poder público e com a comunidade em geral. Fator que vem sendo superado lentamente nos últimos três anos.

4.2. Os setores de comércio e serviços em Guarapuava

Os setores de comércio e de serviços, em termos de número de empresas e de empregos ofertados, são os mais preponderantes em Guarapuava. A prestação de serviços se destaca com 3.009 empresas ou 48,60%, sendo responsável por 16.466 ou 47,2% dos postos de trabalho na cidade¹⁰⁵, um número bastante expressivo, conforme se verifica na Tabela 08.

Apesar do pouco dinamismo observado facilmente em uma caminhada pelo calçadão da cidade em dia de pagamento do funcionalismo público estadual ou municipal, por exemplo, a atividade comercial do município emprega 9.317 ou 26,7% da população em suas 2.578 empresas¹⁰⁶ ou 41,70% do total.

É importante destacar que, apesar de certa atonia, Guarapuava é um centro prestador de serviços e comércio para a sua região, com hospitais, algumas clínicas especializadas, laboratórios, universidades, colégios, comércio de automóveis e redes de lojas de eletrodomésticos (que vendem grande diversidade e quantidade de móveis, impedindo o crescimento das vendas das pequenas empresas de fabricação local), supermercados, materiais de construção etc. São destaque também o comércio e os serviços voltados a agropecuária, como comercialização

¹⁰⁵ As empresas mais expressivas do setor são a Essete Serviço Efetivo Ltda, de agenciamento de mão-de-obra, que possui 253 funcionários; a Flabel Construção Civil Ltda, com 165 funcionários; além da Unicentro; das duas faculdades particulares; dos hospitais; bem como dos serviços relacionados ao setor público municipal e estadual (ACIG, 2004).

¹⁰⁶ As maiores empresas do setor são o grupo supermercadista Superpão, que possui filiais (13 lojas no total) em outras cidades do Paraná, inclusive Curitiba, com aproximadamente 400 funcionários em Guarapuava; pela Agrícola Cantelli Ltda, intermediários do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos; e pelo Grupo Gelinski, de comércio varejista de ferragens, ferramentas e produtos metalúrgicos (76 funcionários) (ACIG, 2004).

de caminhões novos e usados, peças, máquinas agrícolas, oficinas mecânicas especializadas, transporte por caminhões etc.

Mas ainda com base na Tabela 08, é possível observar que, do total de 6.185 empresas, apenas nove são consideradas grandes, empregando 14% da mão-de-obra, incluindo os setores formal e informal (este último representando mais de um terço das empresas). Percentual bastante singelo para um município com aproximadamente 160.000 habitantes e uma população economicamente ativa de 77.549 ou 49,4% (IBGE, 2000). As micro e pequenas empresas, como em todo o país, são em número expressivo, ultrapassando as 5.100 unidades, empregando 65% do contingente populacional em atividade econômica. De acordo com dados do IPARDES (2003b), do total da população economicamente ativa, 12,2% está na agropecuária, 26% na indústria, 20,5% no comércio e 40,6% no setor de serviços.

Percebe-se, assim, que em termos socioeconômicos, há singularidades (como em todo lugar), na dinâmica local, podendo-se chegar a alguns indicativos. A aparente preocupação com o desempenho econômico, questões históricas e culturais e o próprio desinteresse “afastam” dos cargos eletivos da política um dos grupos mais importantes para a economia do município, os imigrantes “alemães”. Por outro lado, a sociedade tradicional campeira, historicamente ligada à atividade agropecuária¹⁰⁷, participa mais assiduamente da política ou da concorrência a esses cargos e oferece a política a mesma importância dispensada pelos suábios às questões econômicas. Mas é preciso deixar claro que esse posicionamento é amplo o bastante para não se aplicar ao grupo enquanto tal, mas às opções de alguns de seus atores. Além disso, essa é uma análise generalizada, sem um aprofundamento requerido por pesquisas sobre o assunto, mesmo com os apontamentos aqui citados.

Por isso, concorda-se com Silva (2002, p. 60): “*No processo de compatibilização entre o moderno e o tradicional, elementos se perderam, outros persistiram ou foram transformados através do jogo de forças entre os diversos elementos dessa nova configuração*”, que não deve ser entendida como estática ou valendo para todo o grupo, mas sem dúvida é o que os representa no coletivo. O

¹⁰⁷ Nem sempre essa é a única atividade ou a atividade principal. Na verdade, muitos deles investem em um misto de atividades econômicas.

resultado dessa configuração, então, relacionado a questões sociais mais pontuais, é apresentado abaixo.

5. Alguns indicadores sociais do município de Guarapuava

O baixo dinamismo da economia local até mesmo em seus setores com maior empregabilidade (serviços e comércio), faz com que as condições de vida de parte da população de Guarapuava seja precária. Há, na região, uma enorme desigualdade social, que tem crescido nos últimos anos, como demonstra o índice de Gini para a concentração de renda, que passou de 0,61, em 1991, para 0,64, em 2000. A média salarial local, apesar da considerável melhoria nos últimos 10 anos, saindo dos R\$ 202, 83, em 1991, para R\$ 292, 10, em 2000, ainda é uma das mais baixas do estado. Do mesmo modo, a proporção de pobres¹⁰⁸ também é grande, 28,8% da população (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2000).

Ainda segundo a mesma fonte, a renda apropriada por extratos da população apresenta enormes disparidades, conforme Tabela 09. Em 1991, os 80% mais pobres da população do município se apropriavam apenas de 34,2% da renda, enquanto os outros 65,8% ficavam com os 20% mais ricos. O pior é que, apesar da divulgada modernização do município e as possíveis melhorias na distribuição de renda e no acesso ampliado à educação, por exemplo, esse quadro só se agravou uma década mais tarde, com os 80% mais pobres se apropriando de uma porção ainda menor da renda (31,7%), enquanto os 20% mais ricos reforçaram a apropriação, que chegou a 68,3% em 2000, numa nítida demonstração de que os discursos de mudança e desenvolvimento são, até mesmo, forjados. Se o

¹⁰⁸ A taxa de pobreza indica o percentual de famílias com renda familiar mensal *per capita* até 1/2 salário mínimo, em relação ao número total de famílias residentes na área em estudo (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2000).

crescimento econômico não vem acompanhado de distribuição de renda e melhorias sociais não há desenvolvimento.

Tabela 09 – Guarapuava: percentagem da renda apropriada por extratos da população (1991-2000)

Extratos da população	1991	2000
20% mais pobres	3,10	2,30
40% mais pobres	9,10	7,80
60% mais pobres	18,40	16,80
80% mais pobres	34,20	31,70
20% mais ricos	65,80	68,30

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2000).

Org.: Márcia da Silva.

Parece ser o que ocorre em Guarapuava, onde o desenvolvimento socioeconômico é mais ilusório do que realidade. Investe-se em alguns programas sociais, de crescimento econômico e de geração de renda pontualmente (mas o alarde é de que atinge os “guarapuavanos” carentes em sua maioria), mas esses não têm sido suficientes para uma mínima equidade na melhoria da qualidade de vida. É fato que o problema não é apenas do poder público local ou só desse município, mas é preciso que o poder público seja fomentador de soluções, o que, de forma geral, não tem se visto.

Para além desses números, o PIB *per capita* é o reflexo da desigualdade de renda. Nesse indicador, Guarapuava supera os demais municípios com o perfil de centro regional. Aqui, o PIB é de US\$ 3.692,67, enquanto em Cascavel é de US\$ 3.466,23 e em Ponta Grossa de US\$ 3.144,50. Se o grande número de pobres do município, em 2000, se apropriava de apenas 31,7% da renda, e se o PIB, por pessoa, era de valor superior a 3.400 reais, não é difícil deduzir que a diferença que estes não receberam foi apropriada pela minoria mais rica, extremando as desigualdades de renda e social locais. Esse fato é confirmado com algumas informações do IPARDES de 2001, que assinalam que as situações mais graves

quanto as disparidades de rendimentos e de outros indicadores sociais ocorrem, sobretudo, em municípios da parte central do estado, onde se localiza Guarapuava.

Dentre esses indicadores, no município, estão a renda dos chefes de domicílios. São 28,37% da população ganhando até um salário mínimo, índice bastante superior aos de municípios como Londrina (16,96%) e Cascavel (19,93%).

Outros indicadores sociais, como os de anos de estudos formal, revelam o nível baixo de instrução da população, o que se reflete em inexpressiva consciência política e capacidade de organização etc. Em Guarapuava, 78% da população possuía, em 1991, menos de oito anos de estudos, ou seja, não chegaram sequer a completar o ensino fundamental. Daí até o ano 2000 esse índice foi abrandado, mas ainda permaneceu alto, já que 69,3% da população de então se encontrava com essas características na educação formal, o que se repercute na média de anos de estudos da população local, que é de apenas 5,5 anos. No que tange à frequência ao ensino fundamental obrigatório (até 14 anos), a média verificada no estado é de 95,7% de concluintes, média esta não atingida por Guarapuava que, apesar de um número expressivo, permanece abaixo dos 90%, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2000).

Já o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) constitui-se em outro índice revelador das condições de vida. Este, além da análise de alguns dos elementos mencionados, utiliza-se de outros, como o de esperança de vida ao nascer, o de esperança de vida, a taxa de alfabetização de adultos etc. A partir dele, é possível também fazer uma leitura mais verticalizada da mesorregião Centro-Sul paranaense. Apesar do exposto, a variação do índice entre 1991 e 2000 foi bastante positiva para o conjunto dos municípios, acompanhando o desempenho favorável do Estado, sem, contudo, representar mudanças mais significativas, uma vez que, em sua maioria, estes continuam ocupando as posições mais baixas do *ranking* estadual. Internamente à região, no entanto, o índice de Guarapuava (0,773) é o que se encontra mais próximo da média do Paraná (0,787), o que não lhe garante paridade com outros pólos regionais, como Ponta Grossa (0,803) e Cascavel (0,810), com índices bem mais satisfatórios.

Não é difícil enxergar, a partir do apresentado acima, o retrato de um município pobre, com população pouco instruída, logo facilmente manipulável. Para não distorcer a realidade ou as melhorias, é importante afirmar que as taxas de analfabetismo vêm decaindo e que o município não se encontra com a pior média (7,85%) se comparada a de outros municípios de mesmo porte e importância regional. Os melhores indicadores, contudo, estão em Cascavel (5,19%) e União da Vitória (5,40%) (IPARDES, 2000a).

Algumas iniciativas, públicas e privadas, no entanto, tem tido relevante importância no sentido de modificar essa realidade. A criação da Agência de Desenvolvimento de Guarapuava (ADESG) é uma delas. A Agência surgiu a partir de reuniões de estudos com a finalidade de realizar um levantamento dos principais problemas do município (e tentar intervir nos mesmos).

Um dos pontos mais discutidos, de acordo com o jornal Tribuna Regional (17 a 23/06/2004, n. 10, p. 2) é “*o já batido paradigma do negativismo da política local, como um dos mais importantes fatores de estagnação. Mas há outros*”. O grupo Paradigmas, por exemplo, um dos grupos de estudos da Agência, constatou alguns elementos¹⁰⁹ presentes na sociedade ou na vida “*guarapuavana*” que retratam também algumas das abordagens aqui realizadas.

Dentre eles, afirma-se que:

em Guarapuava parece que tudo é mais difícil de acontecer; a velocidade de respostas para mudanças de cenário e oportunidades é lenta; as pessoas não se juntam em ações associativas; há comodismo e falta de atualização de vários empresários locais; há uma visão extrativista (erva-mate e madeira); percebem-se muitas coisas para serem feitas mas parece que as pessoas estão em estado letárgico; as relações são de bastante desconfiança; as pessoas que estão vindo de fora estão se empenhando mais que os naturais de Guarapuava; as lideranças não se consolidam; há

¹⁰⁹ Os elementos citados estão registrados em um pré-relatório das reuniões do grupo e a nós cedido pela professora Gracita G. Marcondes, uma das participantes do mesmo.

comportamento centralizador na condução das coisas e um sentimento de isolamento político-econômico.

Cabe aqui, no entanto, um adendo a um deles: aquele que afirma que as pessoas chegadas de fora, a Guarapuava, se empenham mais pela cidade do que os próprios “guarapuavanos”. São possíveis duas leituras para essa constatação. Primeiro: há os que não admitem que isso aconteça e vêem como um contra-senso, pois os “estranhos” não conhecem a cidade, sua história e não devem aparecer com soluções para o que desconhecem ou, se participarem, é preciso que haja um comando de “guarapuavanos” e não daqueles, convencionalismo apresentado pela própria agência que afirma querer lutar justamente pelo oposto a esse tipo de atitude. Segundo: há os que valorizam o trabalho dos “estranhos”, entendendo que as pessoas têm que ajudar a construir ou reconstruir a cidade que agora lhes pertence. Mas, mesmo esses muitas vezes admitem afirmações (para ficar no âmbito desta pesquisa) de que algumas relações de poder são conservadoras, que não há crescimento econômico; ou, ainda, que há inconsistência de desenvolvimento local.

No fundo, muitas preferem aceitar a imagem de prosperidade e de modernidade divulgada, especialmente pelos políticos (no poder) ou seus representantes e pela mídia, em parte a serviço dos mesmos. Cabe destacar, ainda, que o próprio fato de apontar a questão como um “problema” já levanta preconceito em relação ao trabalho dos vindícios. Para o grupo da ADESG, os “guarapuavanos” deveriam se empenhar mais que os “estranhos” para melhorar as condições de vida na cidade. Mas o que interessa saber quem faz e provoca melhorias? O importante é que sejam feitas, com o objetivo de atender o número maior possível de pessoas.

Em contrapartida, o jornal *Diário de Guarapuava* (29/09/2000, n. 464, p. 02) aponta:

A solução concreta dos problemas virá tanto quanto lideranças empresariais e políticas, e até da própria imprensa, forem deixando para o campo dos anacronismos históricos o

conceito de que Guarapuava é um local geograficamente isolado dos grandes centros paranaenses e que a cidade gira só em torno do eixo de seus desafetos e cismas partidários, e se propuserem, em parceria, a concretizar todas as possibilidades econômicas de conjuntura geral.

Em meio a essas abordagens, é possível constatar que convivem, no município, territorialidades mais tradicionais, de ritmos mais lentos, previamente constituídas, em estreita relação com redes de fluxos mais rápidos que conectam a região diretamente a centros mais modernos, inclusive em nível mundial, via exportação, utilização de equipamentos e máquinas agrícolas de última geração, parcerias em projetos etc. Enxerga-se, aí, uma economia moderna com grupos que não se envolvem aparentemente na política local, pelo menos na disputa a cargos políticos, e uma economia mais periférica e arcaica agregada aqueles grupos mais tradicionais, esses sim, vinculados ao político como meio de se fortalecerem também economicamente. Claro que essa relação não é regra, percebendo-se trocas constantes entre os grupos e os atores, independentemente do “lado” em que se encontram.

Em termos de vinculação com os territórios conservadores de poder, veja-se como importante esta análise, posto, eles, apesar de serem explicados a partir das relações conservadoras constitutivas do poder político local, não podem ser justificados, também, sem as especificidades de fatores econômicos, históricos, geográficos (e até culturais) que sustentaram e sustentam essas relações.

6. A realidade sócio-econômica de Guarapuava e a formação dos territórios conservadores de poder: considerações finais ao Capítulo 02

As análises apontadas, neste capítulo, tiveram como objetivo expor a formação sócio-econômica recente e, a nosso ver, diferenciada no conjunto do estado, do município de Guarapuava e, por extensão, do centro-sul (e não da

mesorregião Centro-Sul) do Paraná e que, a partir das características da gênese histórica, são reveladoras ou justificam a formação dos territórios conservadores de poder. Abaixo, algumas considerações que sintetizam essa realidade.

A primeira delas está relacionada diretamente ao processo de ocupação e formação territorial, de colonização antiga luso-brasileira, já que essa porção do território não foi miscigenada, em sua origem, com a presença de imigrantes estrangeiros. Esse fato impediu o contato com outras culturas e modos de vida no processo de constituição da sociedade, que teve como modelo apenas a sociedade escravista e o mando senhor-escravo. Assim, Guarapuava e o interior do Paraná Tradicional ou o centro-sul do estado têm uma história diferenciada das outras regiões. Na verdade, pela sua inserção tardia, as populações migrante (sulistas, também descendentes de imigrantes) e imigrante, apesar de ajudarem a transformar diversos aspectos da vida local, não foram capazes de romper algumas barreiras já solidificadas na sociedade tradicional, que optou por manter seus valores, percebendo os das demais populações como “estranhos”, mas, em particular, como uma ameaça a sua hegemonia político-econômica. Naturalmente e ao longo do tempo, no entanto, essa barreira vem sendo quebrada.

O segundo elemento também está vinculado a ocupação e a formação territorial, já que esse processo, tanto na região como em boa parte do Brasil, se deu via concessão de grandes extensões de terra, as sesmarias, permitindo a composição de latifúndios e impedindo ou restringindo o acesso à terra de camadas populacionais pobres. Nesse sentido, o singular, aqui, é a permanência (não obstante as mudanças por fatores internos e externos ao longo do tempo) das grandes propriedades em detrimento das pequenas porções de terra (também existentes, mas em número insuficiente para uma distribuição social mais justa)¹¹⁰ e dos problemas decorrentes da presença do latifúndio.

O terceiro aspecto é o que diz respeito ao uso e a ocupação do solo, ou seja, as formas de exploração da terra, que sempre deixaram de lado os desprovidos dos meios de produção, posto a ocupação histórica pelo gado não permitir uma

¹¹⁰ Claro que além do acesso a terra, é preciso que se dêem condições de cultivá-la.

participação maior destes, contribuindo, assim, para o empobrecimento regional. Mais recentemente, as monoculturas ou culturas para exportação, apesar de induzirem a uma dinâmica econômica mais intensa, exaurem o latifúndio pecuarista, mas ampliam o latifúndio agrícola, mantendo, da mesma forma, a estrutura fundiária concentrada.

O último fator a ser destacado está associado aos outros setores da economia, em geral pouco dinâmicos, como a indústria madeireira, a mais expressiva atividade industrial da região. Ligada aos ramos tradicionais, comercializada praticamente sem agregação de valor, a atividade é pouco geradora de renda e empregos se comparada aos setores de comércio e serviços (que, apesar dos empregos, também são pouco dinâmicos). Na indústria, ainda, a maioria dos empregos é de mão-de-obra desqualificada e os salários baixos. Esses aspectos justificam, em parte, o fato de a região vir alcançando, já há algum tempo, os índices da mais empobrecida do estado. Mas espera-se que essa realidade possa ser transformada o mais urgente possível. E que as transformações possam ser instigadas tanto pelo poder público quanto pela sociedade. Este trabalho, também, espera-se que seja compreendido, no mínimo, como um alerta sistematizado da realidade local. Mas conhecimento dos problemas parece que quase todos têm, restando apenas atitudes para suas soluções. Esses elementos apontados, no entanto, são também característicos de regiões as quais há a formação de territórios conservadores de poder, sendo, inclusive, necessários para a constatação da existência dos mesmos.

Pensando a partir daí, e para continuar justificando a abordagem, é preciso questionar: as diversas regiões do Brasil, empobrecidas econômica e socialmente, com disparidades nos níveis de renda e com grandes desigualdades sociais, com presença de latifúndios desde sua gênese e sem um processo de industrialização efetivamente estabelecido, podem ser consideradas, então, territórios conservadores de poder? A hipótese aqui abordada é válida para além do caso específico do centro-sul paranaense?

Na verdade, estes, os territórios conservadores, se constituem mediante relações e idéias que se transformam em ações conservadoras. São elas, então, que

fazem com que os territórios formados a partir daí se tornem, também, simbolicamente conservadores. Mas os territórios podem ser conservadores, ainda, em virtude de algo mais amplo (que também justifica sua formação em outras regiões do país), vinculado ao próprio processo de formação patrimonialista do Estado brasileiro¹¹¹ e das relações políticas daí decorrentes, como o clientelismo¹¹², a troca de favores¹¹³, a dominação tradicional de base patrimonial e o oligarquismo. É que, como afirma Martins (1994), no caso da sociedade brasileira, as transformações sociais e políticas são lentas, mesmo se considerando a “juventude” do Estado brasileiro. As estruturas, as instituições, as concepções, os valores do passado com elas se reproduzem, não permitindo que o novo o seja verdadeiramente.

Com isso, os territórios conservadores não se constituem especificamente como atraso econômico ou como todo e qualquer tipo de atraso, e sim como aqueles simbolicamente construídos a partir de valores arraigados à tradição das relações, em especial, as político-econômicas. E essas relações ganham ainda mais expressividade ao serem mediatizadas por redes sociais que permitem aos grupos de poder sustentação, como pode ser observado no Capítulo 04.

¹¹¹ O maior estudioso das relações patrimonialistas no Brasil foi Raymundo Faoro.

¹¹² O clientelismo, na concepção de Martins (1994, p. 29), “sempre foi e é, antes de tudo, preferencialmente uma relação de troca de favores políticos por benefícios econômicos, não importa em que escala. Portanto, essencialmente uma relação entre os poderosos e os ricos e não principalmente uma relação entre os ricos e os pobres”.

¹¹³ A troca de favores pode ser um conselho fraternal ou, para ajustar-se aos termos, um conselho paternal. Exemplo é dado pelo vereador Hamilton Carlos de Lima, do PP, que afirmou receber em seu gabinete pessoas necessitadas de conselhos, providências com doentes, documentos e outros. “Mas não peço para que mostrem o título”, afirma ele. Além disso, mesmo com o rigor da Lei Eleitoral, o jornal a Tribuna Regional (07a13/10/2004, n. 27, p. 5), traz alguns exemplos. Muitos “mandaram ver na compra de votos”. “Compraram as minhas placas, os cabos eleitorais e o voto do eleitor”, afirma um candidato entrevistado pelo jornal. Na mesma edição o jornal informa: “Aliás, comentários nos bastidores pós-eleições dão conta que quatro candidatos ‘deitaram e rolaram’ no dia das eleições. Eram valores entre R\$ 10,00 e R\$ 50,00. Foram eleitos”.(TRIBUNA REGIONAL, 07 a 13/10/2004, n. 27, p. 5).

Entenda-se a afirmação, então, de que os territórios conservadores são mais comuns do que se supõe em países como o Brasil. Mas, como tal, é preciso que se leve em consideração outros elementos fundamentais para a sua caracterização, como as relações de poder conservadoras dos grupos político-econômicos. Esses grupos se articulam em redes e, elas, ao representarem essas relações conservadoras, representam, também, os territórios conservadores, confundindo-se com eles, permitindo uma análise a partir do que Haesbaert denomina de território-rede.

Importa destacar, ainda, que apesar das abordagens relativas aos e entre os grupos de poder político, há a compreensão de suas relações também como vinculadas ao poder do Estado. A presença e a ação de grupos de interesses estão mediadas por instituições vinculadas (ou não) a ele. É a temática que se segue no Capítulo 03.

CAPÍTULO III
PODER POLÍTICO LOCAL EM
GUARAPUAVA-PR: Os Discursos da
Renovação e da Tradição

Para que se pudesse esclarecer o enredo que dá vida a esta pesquisa, foi necessário compreender as relações e os conflitos existentes entre os grupos políticos (reflexo das contradições sociais) do município de Guarapuava como forma de melhor explicitar o objeto. A análise, por intermédio do poder local, permitiu a interpretação da realidade a partir dos grupos de poder no estabelecimento de vínculos com fatores indispensáveis para entendê-los em seus embates, como os econômicos e os simbólicos/ideológicos.

Analisar, no entanto, o poder, um campo de investigação com imensas diversidades teórico-metodológicas, é uma tarefa complexa, independente de sua escala, mesmo considerando “*relações concretas, socialmente construídas e territorialmente localizadas – a chamada análise do local*” (FISCHER, 1992, p. 106). Assim, para a compreensão do local e das relações de poder nele existentes, não basta identificá-lo apenas ao poder político. É preciso expressá-lo como poder exercido econômico, social, cultural e simbolicamente. Nas palavras de Fischer (1992, p. 106):

A noção de ‘local’ contém duas idéias complementares em um sentido e antagônicas em outro. Se o ‘local’ refere-se a um âmbito espacial delimitado e pode ser identificado como base, território, microrregião e outras designações que sugerem constância e uma certa inércia, contém igualmente o sentido de espaço abstrato de relações sociais que se deseja privilegiar e, portanto, indica movimento e interação de grupos sociais que se articulam e se opõem em relação a interesses comuns. E, assim, invariavelmente a análise do ‘local’ remete ao estudo do poder enquanto relação de forças, por meio das quais se processam as alianças e os confrontos entre atores sociais, bem como ao conceito de espaço delimitado e à formação de identidades e práticas políticas específicas. No entanto, se o espaço local tem um fundamento territorial inegável, não se resume a este, como, aliás, assinalam os geógrafos ao nos dizerem das muitas maneiras de se construir os espaços, refutando fronteiras institucionais e reconstruindo-as em função de problemáticas adotadas.

Concorda-se, ainda, com a autora (1992, p. 106), que o poder local “*alude-se ao conjunto de redes sociais que se articulam e se superpõem, com relações de cooperação e conflito, em torno de interesses, recursos e valores, em um espaço cujo contorno é definido pela configuração desse conjunto*”. Assim, “*como objeto de investigação, o local não é, portanto, apenas fisicamente localizado, mas socialmente construído*” (FISCHER, 1992, p. 107).

Deve-se registrar que a abordagem adotada quer encontrar a sua lógica na interseção entre o concreto (como resultantes dos processos político-econômicos) e o simbólico (o imaginário social, o poder simbólico e as ideologias). O recorte territorial, o centro-sul paranaense e, mais especificamente o município de Guarapuava, deve ser entendido como o local expressando o geral em sua singularidade, mesmo cientes de que as realidades se particularizam conforme os contextos históricos e culturais de que fazem parte.

É objetivo deste capítulo, então, discorrer sobre a história política recente de Guarapuava através do estudo de seus principais grupos de poder político¹¹⁴ e suas articulações, alianças, dissidências e novas alianças, bem como o papel do discurso em consolidar ou rechaçar idéias e práticas. Esses discursos unem elementos aparentemente díspares, mas que, na prática política, não o são. Além disso, a proposta é a de atribuir uma relação mais de essência (complementada no Capítulo 04, com a análise das redes sociais), entre o poder local e os territórios conservadores. Compreende-se, apesar dos elementos apresentados como efervescência à existência desses territórios, que é na vinculação política e na relação com o simbólico que ocorre concisamente a sua formação. Deve-se deixar explícito, porém, que esta é uma dentre as várias leituras possíveis da realidade local, contando com o auxílio das fontes.

O capítulo está dividido em duas partes. Na primeira são apresentados os grupos do poder político em Guarapuava, de 1988 a 2004, traçando um parâmetro entre as estratégias de conquista do imaginário social (e a aceitação ou não dessas estratégias, voluntária ou involuntariamente), neste caso representado

¹¹⁴ A separação, aqui, entre grupos políticos e grupos econômicos é apenas analítica e não deve ser considerada de forma estanque, como se fosse possível, no real, tal desvinculação.

pelo eleitorado local. A segunda parte aborda os discursos produzidos pelos grupos políticos na relação tradição e “renovação”, como meio de ancoragem para a sustentação ou a conquista de poder.

O tema poder político local, assim, requer tratamento mais aprofundado quanto aos aspectos da investigação da realidade, tendo como exemplo Guarapuava. Essa abordagem, no entanto, será realizada com reservas, já que apresenta uma problemática que procura a si própria na encruzilhada de diversas disciplinas e, na Geografia, se difunde pelos aspectos econômicos, políticos, sociais e ideológicos, a do poder local. O estudo iniciou-se pela identificação dos grupos políticos a partir da verificação de suas contradições internas e da dominação que exercem na esfera política local.

1. Poder e grupos políticos¹¹⁵ em Guarapuava

Muitos sobrenomes ainda permanecem. Alguns se tornaram híbridos pelos diversos casamentos por que passaram as gerações. Em nove de abril de 1854 ocorria a posse da primeira Câmara Municipal de Guarapuava, presidida por Manoel Marcondes de Sá.¹¹⁶ Se a data não fosse informada, seria possível até pressupor que o ano seria o de 1990 ou de 2000 ou ainda de 2004, já que diversos sobrenomes das pessoas que então ocupavam os cargos de vereadores ainda permanecem gravitando (alguns não só gravitando) na política “guarapuavana”. Tomaram posse, além do citado, Francisco Ferreira da Rocha, Antonio de Sá

¹¹⁵ Em relação ao estudo dos grupos de poder político locais, gostaria de esclarecer que, em nenhum momento a intenção aqui é a de discutir pessoas. O objetivo, sim, é o de desvendar alguns discursos e práticas por eles (os grupos) desenvolvidos. Ademais, trata-se de um trabalho de cunho estritamente científico sobre a realidade política local (área de pesquisa pouco explorada pelos estudiosos da Geografia) e sua contribuição para a formação do que se está denominando de territórios conservadores de poder.

¹¹⁶ Nesse período o presidente da Câmara exercia as funções de um prefeito.

Camargo e Joaquim José de Lacerda, tendo como suplentes Hermenegildo Alves de Araújo, Francisco José dos Santos e Pedro de Siqueira Cortes.

Analogias à parte, o poder político em Guarapuava se constitui por uma mescla de grupos político-econômico-familiares, com características tradicionais de dominação. Não há, é verdade, um poder político familiar que tenha se reproduzido ao longo de muitos anos ou até os dias atuais, com mandatos repassados de pais para filhos ou parentes próximos. As exceções são os três governos de Nivaldo Krüger (mas seu poder não se reproduziu por outras gerações da família), a família Mattos Leão, que se encontra no poder político local desde os anos 1940, com a eleição para prefeito de José de Mattos Leão e, em menor proporção, a família Silvestre, passando pelos cargos municipais e até federais, mais recentemente, desde quando Moacyr Júlio Silvestre foi prefeito pela primeira vez, em 1960. Excluindo-se essas famílias, a política local está vinculada a grupos que se unem por meio de uma liderança, optando-se muito mais pelas pessoas que pelas instituições, como os partidos políticos, por exemplo. Mesmo assim, como afirma Antenor Gomes de Lima¹¹⁷: “*O poder político em Guarapuava é cíclico, sempre o mesmo grupo, da atividade agrária aos empresários que foram se modernizando economicamente.*”

Nessa relação, o voto reafirma, a cada eleição, o poder dos grupos e das famílias tradicionais na política local, mesmo que isso não represente uma participação do grupo ou da família enquanto tal, mas apenas de alguns de seus membros, legitimando ou desestruturando atores coletivos.

Como recortes temporal e analítico são sempre necessários para que não se desvirtuem os caminhos da investigação, optou-se por entender o processo tendo como marco as últimas duas décadas, ou as eleições de 1988, chegando até a atualidade ou as eleições de 2004, com a consolidação de alguns grupos e a decadência de outros, o que, na política, é prosaico. Isso porque o poder tem “*um caráter relacional recíproco, mas também sugere desequilíbrio no momento em que há atores que exercem o poder, enquanto outros a ele se submetem. O*

¹¹⁷ Entrevista concedida à Márcia da Silva, em agosto de 2004, as 11 h, na residência do entrevistado.

exercício do poder é um jogo de forças antagônicas em que há dominação eventual, mas que supõe uma margem de liberdade e de possibilidades de ação” (FISCHER, 1992, p. 107).

Procurou-se, por isso, buscar nos grupos de poder político locais aqueles que influenciaram “*em decisões municipais, tendo como base material um conjunto de instituições*” (DANIEL, 1988, p. 30). Eles se incumbiram de disseminar idéias que sustentaram e que serviram e servem para identificá-los, fortalecendo-se pela utilização de ideologias e do imaginário social como meios de ancoragem de interesses, mascarando conflitos políticos e desigualdades sociais.

1.1. “Renovar é preciso”

De acordo com Marques (2003), os grupos de interesses que se encontram constantemente em conflito em virtude de objetivos divergentes, mas também comuns, formam, fundamentalmente, o poder local. Esses grupos são constituídos, amplamente, pelos membros do poder público, pela classe política em geral (mesmo as momentaneamente excluídas do poder público) e pelos capitais privados, ligados ou não ao poder público. Neste sentido, problematizar as questões políticas das quais fazem parte interesses diversos, requer identificar tanto seus conteúdos simbólicos como os materiais, numa articulação da função política com outras dimensões da sociedade.

Na história recente da política de Guarapuava, ou no período imediatamente anterior ao recorte analítico aqui delimitado (1988-2004), o grupo que conduzia o poder político local tinha como ator principal, legitimado por esse grupo e no imaginário social, Nivaldo Krüger e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), em oposição ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), localmente representado pelo grupo da família Mattos Leão; pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) e; outros partidos que se constituíam ou se firmavam no pós-militarismo.

A partir da metade da década de 1980 há alteração e introdução de outros atores no conflito, já que um “novo” grupo emerge para as eleições de 1986 e de 1988, impetrando a idéia de que “Renovar é preciso”. Essa idéia surgiu possivelmente em razão de um movimento mais amplo, o *Muda Brasil*. Este movimento tinha por fundamento principal denunciar as relações arcaicas, assim consideradas àquelas que se apoiavam em uma ordem que o discurso democrático procurava eliminar, como o clientelismo político, a tradição política familiar e a troca de favores.

Esse grupo era liderado, em Guarapuava, por Fernando Ribas Carli, presidente do Clube Guaíra, instituição tradicional e elitizada da cidade. Nesse período, era filiado ao PMDB e secretário do partido, mas abandonou-o, sendo candidato, já em 1986, pelo PDT¹¹⁸. “*Quero dizer que é fácil deixar um partido quando este não tem o poder nas mãos, mas o PMDB estava no poder. Saí do situacionismo em busca de um espaço autêntico, sério e esse espaço me foi oferecido inicialmente pelo PDT.*”

Historicamente, o MDB/PMDB esteve no poder, em Guarapuava, carregado e carregando o grupo de Nivaldo Krüger. Este era oposição ao grupo da ARENA liderado, desde sua constituição, pela família Mattos Leão. Os dois grupos revezavam-se na disputa pelo poder local (não nos cargos, já que os Mattos Leão sempre optaram pelos legislativos estadual e federal, sem concorrer a cargos municipais), numa oligarquia Krüger/Leão, vencida, na maioria das vezes, pelo primeiro.

Em entrevista¹¹⁹, Nivaldo Krüger afirmou que o objetivo do PMDB e de seus participantes era preservar a liberdade, conquistada há pouco.

¹¹⁸ Fernando Ribas Carli foi filiado ao PMDB, ao PDT (1988 foi eleito prefeito e 1994 deputado federal), ao PPB (em 1998 foi eleito deputado estadual e, em 2002, reeleito) e ao Partido Progressista (PP), nova sigla do PPB, pela qual foi eleito prefeito de Guarapuava, em 2004.

¹¹⁹ Entrevista concedida à Márcia da Silva, em 23/10/2004, as 8 h e 30 min., na residência do entrevistado.

Nossa luta era pela liberdade, pela tese da liberdade. E ela se materializa no processo democrático. Instrumentos como rádio, TV, carro de som, etc. são manipulados pelo poder econômico. Então a liberdade deixa de existir quando a massa é manipulada por eles, então ela é condicionada. Eu tinha uma rádio, virei prefeito e vendi a rádio porque ela vivia com contratos da prefeitura e eu entendi que não ficava bem eu, prefeito, ter uma rádio. Quando meu sucessor assumiu, a primeira coisa que fez foi comprar uma rádio e por nessas rádios elementos... (...). Tinha um grupo que queria defender a ditadura e nós queríamos a liberdade. Mas essa liberdade foi usurpada pela manipulação. E eles chamam isso de política. O que nós passamos a viver daquela época em diante foi uma manipulação.

O início da década de 1980 e as mudanças na política nacional, com o PMDB se responsabilizando por parte do processo de redemocratização do país, levaram a uma reviravolta, conseqüentemente, na política local, com a união de Nivaldo Krüger (e do PMDB) aos Mattos Leão, seus ex-adversários políticos, que se filiaram ao PMDB.

O objetivo, presume-se, era o de que unidos teriam mais força e seriam praticamente imbatíveis. Mas, a princípio, isso não ocorreu. A junção levou o PMDB a dissidências internas. De acordo com Carlos Milazzo¹²⁰, peemedebista que se transferiu, em virtude dessa união, ao PSDB, “*os Mattos Leão e Nivaldo foram adversários ferrenhos. Nivaldo, uma liderança expressiva e incontestável em Guarapuava e municípios vizinhos, ensinou seus amigos e correligionários a rejeitar os Leão*” (MILAZZO, 1988, p. 3).

Nas eleições de 1986, então, Fernando Ribas Carli se lança à política como candidato a deputado estadual. Em Guarapuava eram Carli e mais cinco candidatos, todos em oposição ao governo do PMDB, que também lançou os seus, vários eleitos, ao passo que a oposição não elegeu nenhum. O *slogan* utilizado pela

¹²⁰ Carlos Milazzo é advogado, foi vereador pelo PMDB (1983-1988), candidato a prefeito derrotado em 1993, e presidente do PSDB local.

primeira vez por Carli, “Renovar é preciso”, tornou-se símbolo da campanha do mesmo, ganhando identidade instigada pelo grupo adversário e acirrando a rivalidade entre ambos.

De acordo com o jornal Esquema Oeste (6 a 12/12/1986, n. 844, p. 5), nas eleições daquele ano, Nivaldo Krüger ordenou a colocação de *outdoors* pela cidade lembrando a Carli que o PMDB, além do candidato local, havia eleito outros no Paraná, e a oposição nenhum. Diziam então os cartazes: “*Renovar era preciso: elegemos Álvaro Dias, José Richa, Alfonso Camargo, Aragão de Mattos Leão, Cândido Bastos e Artagão de Mattos Leão.*”

A incorporação de mensagens como essa acontece, e não somente em Guarapuava, porque os períodos eleitorais são ricos na produção de imaginários sociais, o que se deve ao conflito de idéias e opiniões e aos avanços e recuos tanto para o medo quanto para a esperança. Imaginário este que se consubstancia no universo da pessoa ou do grupo num dado tempo, refletindo o conjunto de imagens que se interagem na subjetividade e na intersubjetividade (produção ideológica, valores, idéias).

Para Castro (1997, p. 167), “*desvendar o imaginário significa, pois, revelar o substrato simbólico das ações concretas dos atores sociais, tanto no tempo como no espaço (...) enquanto substantivo da imaginação produtora, ou seja, a mediação entre o mundo interior e o exterior, entre o real e o imaginário, supõe a utilização de símbolos, signos e alegorias*”. Concorde-se, então, com a perspectiva de que a realidade pode ser criada pelo imaginário social e não ser apenas uma representação das imagens e reflexos do real. Por isso o estudo do imaginário também possibilita a compreensão dos meios utilizados pelos atores sociais para organizar seu território, suas relações sociais e seu modo de vida, adjetivando-o a partir de cada realidade e momento histórico.

Além disso, como afirma Bourdieu (2000), o imaginário coletivo de uma sociedade se constitui no conjunto de representações que esta elabora. Na análise aqui realizada isso ocorre a partir de um desejo de mudança, mas também de permanência de situações específicas para parte da sociedade.

Com efeito, o imaginário social informa acerca da realidade, ao mesmo tempo em que constitui um apelo a acção, um apelo a comportar-se de determinada maneira. Esquema de interpretação, mas também de valorização, o dispositivo imaginário suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos da sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade, arrastando os indivíduos para uma acção comum (BACKZO, 1985, p. 311).

Por isso, reforça Backzo (1985), é através dos imaginários que uma coletividade constrói sua identidade (delimita um território e suas relações com o meio e com os outros), elabora uma certa representação de si e imprime, conjuntamente, crenças e valores comuns.

Esses elementos podem ser observados na reportagem do jornal Esquema Oeste (25/05 a 07/06/1988, n. 907, p. 3) a seguir:

Está na hora de mudar. As forças políticas e comunitárias que se opõem a esse estado de coisas têm que se unir em torno de idéias novas – e fazer dessas idéias uma proposta de trabalho que tenha como base a visão do poder como instrumento da realização do bem comum. Não existe outra saída. “Renovar é preciso”. Ou nos unimos ou deixamos tudo como está.

Por serem uma “*das forças reguladoras da vida coletiva*” ainda segundo Backzo (1985, p. 309), os imaginários sociais tornam-se eficazes também no exercício do poder. Para o autor, é no centro do imaginário social que se encontra a legitimação do poder. Legitimação essa que é um bem simbólico raro e duramente disputado, constituindo-se em objeto de conflitos e lutas entre os grupos, sobretudo os políticos.

O conhecimento do mundo social e, mais precisamente, as categorias que os tornam possível, são o que está, por excelência, em jogo na luta política, luta ao mesmo tempo

teórica e prática pelo poder de conservar ou de transformar o mundo social conservando ou transformando as categorias de percepção desse mundo. (BOURDIEU, 2000, p. 142)

O que estes grupos almejam, então, são dispositivos reais que os possibilitem a permanência no domínio dos imaginários. É que a crise de um poder pode ocorrer, dentre outros, pela intensificação de imaginários adversos. Assim, *“as épocas de crise de um poder são também aquelas em que se intensifica a produção de imaginários sociais concorrentes e antagônicos, e em que as representações de uma nova legitimidade e de um futuro diferente proliferam e ganham difusão e agressividade”* (BACKZO, 1985, p. 310).

No conflito da realidade “guarapuavana” há uma batalha simbólica pelo novo, já que o grupo até então no poder apresentava desgastes, o que era percebido pela população e por seus próprios membros, mas não admitidos, naquele momento, como afirmou Nivaldo Krüger.¹²¹ Em meio a esse aspecto, o grupo opositor soube muito bem aproveitar o que era uma constatação para alguns, mas que só foi fortemente percebido pela população a partir do chamamento de que “Renovar é preciso”. Para Carvalho (1995, p. 10-11),

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas também (...) por símbolos, alegorias, rituais, mito (...).

¹²¹ Entrevista concedida à Márcia da Silva, em 23/10/2004, as 8 h 30 min., na residência do entrevistado.

O imaginário social, assim, é constituído também como resultado dos objetos de divulgação social, tornando-se inteligível pela produção dos discursos. Nestes, as representações coletivas se efetuam pela linguagem ou pelas linguagens, como a religiosa, a política, a visual-arquitetônica. Mas, porém, o que “*faz o poder das palavras e das palavras de ordem poder de manter ou de subverter, é a crença da legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia*” (BOURDIEU, 2000, p. 11). Há, então, uma outra dominação, que só se faz eficaz pelo controle dos meios que difundem a dominação, como jornais, rádios, TVs etc.

Mas, para a elaboração e a reelaboração de elementos no imaginário social é preciso o exercício de um poder que não se constitua “*meramente em acrescentar o ilusório a uma potência ‘real’, mas sim em duplicar e reforçar a dominação efectiva pela apropriação dos símbolos e garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio*” (BACKZO, 1985, p. 298-9).

É por isso que, para Bourdieu (2000), o simbolismo reveste toda e qualquer dominação, numa relação entre sistemas simbólicos e os sistemas de classes/grupos, e a composição de poder daí decorrente. Para o autor, é através dele (do simbolismo) ou do poder simbólico, que se desempenha essa dominação, já que a função do símbolo é também a de introduzir valores, moldando os comportamentos individuais e coletivos, indicando as possibilidades ou não de êxito.

Assim, além de serem formados por processos discursivos, os sistemas simbólicos são formados, também, a partir da interação social, das múltiplas relações, segundo as culturas, os modos de produção e os momentos históricos que constituem as sociedades e seu interagir com o espaço. Aliás, no espaço estudado por Bourdieu, o espaço social francês e, por analogia, dos países desenvolvidos, como ele próprio afirma, insere-se também o espaço simbólico.

Em “A distinção” (1979), texto que retrata a realidade francesa dos anos 1970, Bourdieu explica que a diferença, a qualidade, a propriedade relacional do espaço só existe em relação a outros espaços. Então, o espaço é um conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas uma em relação às outras por sua exterioridade mútua e por relações de proximidade,

vizinhança ou distanciamento. Esse espaço, que é social, constitui-se por grupos que estão, de alguma forma, hierarquizados, mesmo que grosseiramente.

É um espaço multidimensional¹²², um conjunto de campos relativamente autônomos, mas subordinados, em especial, quanto ao funcionamento e às transformações no aspecto particular da produção econômica. No interior de cada espaço ou sub-espaço, os atores ou grupos estão sempre envolvidos em lutas, tanto antagonicamente, como em alianças ou pactos de poder para imporem a definição do mundo conforme os seus interesses (BOURDIEU, 1996). Mas é preciso que se considere as diferenças, contradições, conflitos existentes em sua análise e a presença ou ausência desses elementos nos países pobres ou em desenvolvimento, como o Brasil.

Para o autor, o espaço simbólico ou social existe com base em princípios de diferenciação entre esses atores e/ou grupos e sua maior ou menor apropriação dos diversos poderes. Enquanto o poder econômico é conquistado pela apropriação dos meios de produção, localizando-se nas estruturas, o poder simbólico é o valor a mais dado aos outros poderes, como a reputação, a honra, a inteligência, sendo a consagração ou a revelação de coisas que já existiam e que a partir de então ganham destaque. Na leitura relacional do espaço são considerados, assim, além dos aspectos econômicos (bens materiais possuídos), as categorias de

¹²² No espaço estudado por Bourdieu os atores estão distribuídos em dimensões, por isso o espaço multidimensional, como o próprio nome sugere. Na primeira dimensão esses atores estariam distribuídos a partir do volume global de capital (dos dois tipos considerados por ele fundamentais, o econômico e o cultural) que possuem. Na segunda dimensão, distribuem-se de acordo com o nível de seu capital, ou seja, “*de acordo com o peso relativo dos diferentes tipos de capital, econômico e cultural, no volume global de seu capital*” (BOURDIEU, 1996, p. 19). Para o autor, que alerta que essa distinção pode ser realizada em razão de outros critérios (e aí a possibilidade de estudos para países pobres, estudos políticos etc), os possuidores do capital global, empresários, profissionais liberais, professores universitários opõem-se, na primeira dimensão, aos do mesmo desprovidos, como os operários não qualificados. De uma outra perspectiva, do peso dos seus capitais econômico e cultural, os professores opõem-se aos empresários, pois estes possuem relativamente mais capital econômico que cultural, presente substancialmente nos primeiros (BOURDIEU, 2000).

percepção, opiniões expressas, idéias, enfim, práticas subjetivas, constituindo-se numa forma de produção do espaço então simbólico (BOURDIEU, 2000).

A partir daí há uma aproximação com um campo de possibilidades de investigação em que é fecunda a inter-relação estratégica entre espaço e poder simbólico, formulada por diversos atores, dentre eles as instituições, os grupos, os indivíduos etc. Em “O Poder Simbólico” (2000), Bourdieu demonstra a participação deste (do poder simbólico) na legitimação do poder de um grupo em relação a outros, quando o poder econômico, sozinho, não pode mais fazê-lo.

Poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isso significa que o poder simbólico não reside nos ‘sistemas simbólicos’ em forma de uma *‘illocutionary force’* mas que se define numa relação determinada - e por meio desta - entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. (BOURDIEU, 2000, p. 14-15)

Investir a realidade de funções simbólicas concentra nela aspirações de uma vida diferente, outra. Assim se deram os efeitos do “Renovar é preciso” ou do “Juntos para mudar” ou ainda do “Pra frente é que se anda” no imaginário social “guarapuavano”, todos presentes como símbolos de mudança, de “renovação”, muito além do que as próprias frases traduzem. Se a ação tem que se basear no convencimento é freqüente a imposição de símbolos. Além das palavras escrita e falada, utilizadas abundantemente em jornais, panfletos, TVs, igrejas, discursos públicos, empregam-se também os simbolismos das imagens e dos ritos, meios diferentes de buscar convencer, em conjunto, a população, os que têm e os que não têm acesso aos meios de divulgação mais restritos (CARVALHO, 1995, p. 13). Nesse sentido, têm papel importante os coordenadores das campanhas políticas no lançamento de *slogans* que venham a atender as expectativas geradas pela população e que retratam esses símbolos.

Em 1988, percebendo a decadência do PMDB nacional frente à crise pelo fracasso do Plano Cruzado e, localmente, pelo desgaste de seus longos anos comandando o poder, no município (mesmo com o fortalecimento do partido no estado, com a eleição de Álvaro Dias, para governador, em 1986, ou do grupo formado agora por Nivaldo Krüger e pelos Mattos Leão), criou-se uma “frente de oposição” aos mesmos, frente essa liderada por Fernando Ribas Carli.

Para a oposição, o povo estava “*decepcionado com o PMDB nacional e cansado de ver sempre as mesmas caras no comando da política guarapuavana (...). Por isto, em vez de nos dispersar, fizemos uma união. É importante que se diga que foi feita uma união, e não um conchavo ou um simples ajuntamento*” (FARAH¹²³, 1988, p. 3).

A união oposicionista era justificada pela necessidade de “renovação” do quadro político, posto quatro dos prefeitos eleitos em Guarapuava, no período militar, serem do PMDB. Foram três gestões de Nivaldo Krüger (1965-1968; 1974-1977; 1984-1988) e uma de Candido Pacheco Bastos (1978-1983). O jornal Esquema Oeste (30/07 a 05/08/1988, n. 912, p.5) afirmou que, em 1988, “*o PMDB (era) a imagem de um partido desgastado pelos seus longos anos de permanência à frente do poder municipal*”.

A disputa de Carli, em 1988, com Aragão de Mattos Leão (candidato do PMDB) foi travada, no imaginário social, muito mais pela busca do novo do que pelas propostas que esses grupos poderiam ter. Naquele momento, de acordo com Farah (1988, p. 3), Aragão de Mattos Leão aparecia perante a população como a personificação de tudo o que precisava ser renovado, de tudo o que se desejava mudar. Sua imagem era associada ao poder econômico (família muito rica) e,

¹²³ Leonel Farah fez parte do grupo da “renovação” de 1988, mas rompeu com Fernando Carli algum tempo depois. Em 1996, como oposição ao mesmo, foi responsável por um dos motivos da derrota de Carli à prefeitura. Como proprietário do jornal Esquema Oeste, publicou, durante a campanha, uma matéria denominada “República dos Primos”. A matéria trazia a foto de vários parentes de Carli que ocupavam cargos na prefeitura desde o seu primeiro mandato, em 1988, até o de Franco, que se encerrava em 1996. Acusado de nepotismo por seus adversários, amargou a derrota pessoal e do projeto da “renovação” naquele ano.

segundo Farah, “sua presença na política [era] vista como um produto do jogo de interesses”.

Os discursos do grupo oposicionista¹²⁴ em comícios e entrevistas aos meios de comunicação, enfatizavam a necessidade de mudança. Em seu discurso de apoio, Carli

lançou mão de lembranças, em que as situações aflitivas comuns no cotidiano da cidade, como a baixa qualidade de vida, a falta de empregos, a evasão dos jovens para outros centros, a fim de sensibilizar os eleitores. Era necessário que os receptores desse discurso fossem convencidos das “verdades” transmitidas em sua mensagem (POHL DA SILVA, 2000, p. 122)

Ou como na declaração de César Franco ao Esquema Oeste (14 a 20/11/1987, n. 876, p. 3): “Durante anos ficamos estacionados no tempo, e hoje vemos que a realidade exige transformações. Precisamos de indústrias. Se hoje tivéssemos um grande parque industrial, talvez não ficássemos tão assustados com a possibilidade de Entre Rios emancipar-se.” Ou ainda,

Guarapuava talvez não conheça bem as condições do candidato Fernando Ribas Carli. Mas conhece bem o candidato Aragão de Mattos Leão. O primeiro, até porque nunca exerceu mandato, significa esperança. O segundo, já foi deputado estadual, deputado federal e agora deputado Constituinte, já demonstrou a que veio. Recentemente, em 1986, pediu aos “guarapuavanos” que lhe confiassem a missão de falar por Guarapuava na constituinte. Deu no que deu: um dos mais faltosos. (MILAZZO, 1988, p. 2)

¹²⁴ O principal instrumento de difusão do discurso da frente oposicionista e de Fernando Carli foi um pequeno caderno intitulado “Fernando sim. Uma proposta de renovação”. Na primeira página perguntava-se: “quem é esse Fernando?”, dando ênfase ao fato do mesmo ser “guarapuavano” de nascimento, ao contrário de Nivaldo Krüger.

A motivação apresentada nos discursos se dá porque os “*imaginários sociais operam ainda mais vigorosamente na produção de visões futuras, designadamente na projeção das angústias, esperanças e sonhos colectivos sobre o futuro*” (BACKZO, 1985, p. 312), o que foi explorado naquele momento.

Vencedora, a “frente oposicionista” teve como vice Cezar Silvestre e como líder do prefeito na Câmara de Vereadores outro nome tornado importante, o de Vitor Hugo Ribeiro Burko. Formava-se, aí, um grupo político coeso ligado, desde pós-eleições de 1986, aparentemente por um único interesse comum: pôr fim à hegemonia (que já trazia sua legitimação em decadência) do PMDB local, o que implicava anular Nivaldo Krüger e os Mattos Leão.

Pelo triunfo de uma diferença de quase 20 mil votos, já que Carli recebeu 38.809 ou 54,4% e Leão 19.150 ou 26,9%, os jornais estamparam mensagens de otimismo e esperança, especialmente os oposicionistas a Leão, como o Esquema Oeste: “*Fernando Carli vence: começa o novo tempo*” ou “*Prenuncia-se agora o início de um novo tempo. Um tempo de renovação. Um tempo de esperança no futuro*” (19 a 25/11/1988, n. 928, p. 6).

Esta foi uma eleição para ficar na história. De um lado, o mito do PMDB invencível, detentor do mando municipal por 16 anos consecutivos, tendo como seu candidato a prefeito o deputado Aragão de Mattos Leão Filho, apoiado pelo prefeito Nivaldo Krüger, os deputados estaduais Cândido Bastos e Artagão de Mattos Leão, 15 dos 21 vereadores, toda a oligarquia política “*guarapuavana*”, duas emissoras de rádio AM, um jornal diário, a máquina do governo do Estado e a cobertura do governo federal. Sem contar que estava fortemente estribado no poder econômico (ESQUEMA OESTE, 19 a 25/11/1988, n. 928, p. 6).

Para Milazzo (1988, p. 3), os grupos políticos demonstraram ter aprendido as lições anteriores, dando “*um exemplo de unidade jamais visto entre as forças aposicionistas gurapuavanas*”, já que seus líderes de maior projeção, que

poderiam ter pleiteado suas próprias indicações aos cargos de prefeito ou vice, segundo ele, abriram mão de qualquer postulação.

Há cerca de 30 anos eles não deixavam surgir novas lideranças, e o “Renovar é preciso” (*slogan* da campanha) era um grito de liberdade que a gente de nossa terra tinha preso em sua garganta. O povo ansiava por uma renovação, tanto é verdade que em 15 de novembro o povo votou no “Renovar é preciso”. (CARLI, 1988, p. 6)

Mas para Nivaldo Krüger,¹²⁵ a vitória do grupo tem outra explicação. “*Surgiu um moço na política local e disse que ‘Renovar é preciso’ e que os velhos estavam ultrapassados. E aí o povo se encantou como se encantou com o Collor, bonito, cheiroso...*”

1.2. É preciso consolidar a “renovação”

A união criada e consolidada junto aos grupos políticos locais com o “Renovar é preciso”, em 1988, pouco perdurou. Nas eleições municipais de 1992, a “fogueira das vaidades” fez com que o grupo, então símbolo da mudança, se rompesse. Aliás, antes disso. Um ano aproximadamente após as eleições de 1988, Vitor Hugo Burko abandonou o grupo por divergências com Carli. Nas palavras do próprio Burko¹²⁶: “*fui líder dele no primeiro ano de governo na Câmara. Rompi com ele ao final desse primeiro ano por não concordar com uma série de coisas, e passei a liderar a oposição*”. Assim, a política local, no cenário eleitoral de 1992-1994, deixa de ser bipolarizada para ser tripartide (POHL DA SILVA, 2000).

¹²⁵ Entrevista concedida à Márcia da Silva, em 23/10/2004, as 8 h e 30 min., na residência do entrevistado.

¹²⁶ Entrevista concedida à Márcia da Silva, em 14/10/2004, as 11 h, na prefeitura municipal de Guarapuava.

Com os arranjos para as eleições de 1992, Cezar Silvestre¹²⁷ também abandonou a “renovação”. O rompimento de Silvestre e Carli consolidou-se na convenção do PSDB, quando, de acordo com Carlos Milazzo,¹²⁸ Cezar Silvestre, que estava no PSDB, articulou a sua candidatura e a união de rivais históricos do PMDB, inclusive Nivaldo Krüger, contra César Franco, do PDT. Ainda segundo o jornal, o assédio desses partidos a Silvestre teve como objetivo provocar o rompimento entre ele e Carli, enfraquecendo o movimento de “renovação”. *“Mas poucos acreditavam que a ruptura pudesse levá-lo a aliar-se com o ex-prefeito Nivaldo Krüger – considerado um arqui-rival político da família Silvestre”* (ESQUEMA OESTE, 27/06 a 03/07/1992, n. 1113, p. 4).

Nesse pleito surgiu, a partir desses dois dissidentes, outros grupos por eles comandados, apesar de ainda instáveis na política local. De aliados, Cezar Silvestre e Vitor Hugo Burko passaram a adversários políticos de Fernando Ribas Carli. Anteriormente a desvinculação, nas eleições de 1990, Carli apoiou Cezar Silvestre, então seu vice, como candidato a deputado estadual (eleito) e também elegeu, com seu apoio, um deputado federal, Elio Dalla Vecchia, reforçando ainda mais sua rede de poder.

Já nas eleições municipais, Fernando Ribas Carli, pela impossibilidade de reeleição (ainda não permitida), optou pelo nome de César Franco para seu sucessor. Saem como adversários deste, Vitor Hugo Burko (é nesse pleito que este surge com maior ênfase) e Carlos Milazzo, o último apoiado por Cezar Silvestre.

A escolha de César Franco se deu em virtude da possibilidade de manutenção, no imaginário social, da “renovação” que, segundo seus apoiadores, com mais quatro anos seria consolidada. O discurso era o de que a “renovação” teria prosseguimento se a pessoa escolhida também tivesse características que

¹²⁷ Originado de família com tradição na política, como visto, Cezar Silvestre é o líder de grupo de poder local que mais mudou de partido, sendo filiado ao PFL (1988 foi eleito vice-prefeito), ao PDT (1990 foi eleito deputado estadual), ao PSDB (1994 foi eleito deputado estadual), ao PTB (1998 foi eleito deputado estadual) e ao PPS (2002 foi eleito deputado federal).

¹²⁸ Informação verbal, por telefone, concedida a Emerson Roberto de Freitas, em 14 de março de 2005.

expressassem esse sentimento e que se comprometesse com a continuidade do trabalho desenvolvido por Carli. Necessitava-se, assim, segundo o discurso do grupo, de um jovem que demonstrasse vigor e capacidade de prosseguir os trabalhos até então realizados.

Por outro lado, no entanto, havia o temor da rejeição ao novo. “*Sendo jovem, solteiro e não pertencente a nenhuma das famílias socialmente dominantes, César Franco não chega a aparecer, em princípio, como alguém que se enquadre no figurino imaginado por setores mais conservadores da comunidade*” (ESQUEMA OESTE, 27/06 a 03/07/1992, n. 1113, p. 3). Mas, esquecia-se que, apesar do discurso renovador, protegendo Cezar Franco encontrava-se o representante dessas famílias e dos “setores conservadores”, Fernando Ribas Carli.

Aquela campanha, então, foi toda construída com o argumento da continuidade da “renovação” que, pretensamente, somente a vitória de Cezar Franco não interromperia. Mas essa estratégia passou, indiretamente, a ser usada também pelos grupos adversários. O fato de serem lançados candidatos jovens e sem um histórico político de peso demonstra isso. Naquele momento, porém, candidatos jovens apareciam por todos os lados seguindo o exemplo do presidente Fernando Collor de Melo.

César Franco venceu as eleições. Sua vitória foi entendida, então, como uma aceitação ou como consolidação da administração que “renovava” Guarapuava. Para Carli, segundo declaração ao jornal Esquema Oeste (31/10 a 06/11/1992, n. 1131, p.11), o fato demonstra que a “renovação” era resultado de idéias, valores e obras, por isso faria história. Nas palavras de Carli: “*um jovem de 30 anos e solteiro – rompemos definitivamente com o conservadorismo que imperou em Guarapuava*”. E o jornal Esquema Oeste, na edição de 10 a 16/10/1992 (n. 1128, p. 05) estampava a frase: “*Povo consagra renovação: 14, dos 21 vereadores eleitos, são aliados.*”

Para César Franco, em entrevista ao mesmo semanário (27/06 a 03/07/1992, n. 1113, p. 05), a continuidade do programa de Carli era um fator lógico, porque além de, segundo ele, aprovado pela população, constituía a base da “renovação” político-administrativa. “*Isso não traduz que não tenha idéias*

próprias a implementar no município. E eu, com minha juventude, minha integridade, minha força e energia, sou a continuação da renovação.” A vitória de César Franco, assim, intensificou o poder do grupo de Fernando Ribas Carli, mesmo com os desfalques de líderes então já importantes, como Cezar Silvestre.

Percebe-se, assim, que nas disputas políticas, muitas vezes há a superação do grupo de origem pelo grupo “novo” ou dissidente. Na realidade local, no entanto, afirmou um dos maiores empresários do município, Manoel Lacerda Vieira:¹²⁹ *“Eles brigam, brigam e se acertam juntos. Eles sempre estão no mesmo barco, está entendendo?”* Nessa formação/eliminação de grupos de poder locais, Júlio Cezar Pacheco Agner¹³⁰ afirma:

O que a gente vem observando é que nos dois grupos dominantes e que têm origens bem antigas, as pequenas mudanças que aconteceram durante esse período são aquelas em que um grupo se dissolve, mas deixa um fio de onde se origina outro. (...) Um deles sem dúvida é o grupo Mattos Leão e outro o do Nivaldo Krüger que se desdobraram em vários outros.

Na opinião de Alcebíades Clemente Virmond¹³¹, a política local *“é bipolarizada, coronelista, envolve jogos de interesse pelo poder, os quais são prejudiciais à sociedade, pois o candidato perdedor tende a se excluir e não mais*

¹²⁹ Manoel Lacerda Cardoso Vieira é proprietário da Santa Maria Cia. de Papel e Celulose, empresa que iniciou suas atividades em Guarapuava em 1974. Além do setor madeireiro, no qual está há muito tempo, é produtor rural de trigo, soja e milho. Entrevista concedida à Márcia da Silva, em 28/06/2004, às 9 h, na sede da empresa.

¹³⁰ Entrevista concedida a Paula Cristiane Saldan, em 08/06/2004, às 13 h e 30 min., na sede da ACIG.

¹³¹ Alcebíades Clemente W. Virmond foi vereador de 1989 a 1992 e é um dos proprietários do Hospital Santa Thereza de Guarapuava. Entrevista concedida a Carlos Augusto Righi, em 09/06/2004.

contribuir na solução dos problemas locais”. Antonio França de Araújo¹³² vai mais longe e afirma que isso se dá pela ausência de mobilização da população que pode mudar. “*O que me deixa muito preocupado em Guarapuava é que, por exemplo, a classe estudantil é muito avessa à política. Há um desinteresse desse pessoal que poderia mudar a história.*” O conteúdo da fala de Araújo pode ser estendido ao Brasil como um todo, já que consiste em uma problemática nacional o desinteresse pela política, e diga-se, não somente dos jovens, mas de significativa parcela da população.

Comentando os constantes abandonos de alguns adversários de Carli, o atual deputado federal Cezar Silvestre afirmou ao jornal Tribuna Regional¹³³ (15 a 21/07/2004 n. 14, p. 5): “*a prática política de Carli tem sido essa ao longo de sua vida pública, descartando as pessoas que não lhe são mais úteis*”. Nesse sentido, ainda, faz duras críticas a Carli um outro ex-aliado, Élio Dalla Vecchia¹³⁴.

Eu havia combinado com Fernando Carli que quando vencesse meu mandato eu colocaria a disposição dele e que não estava disposto a deixar minha esposa ‘presa’ por mais quatro anos num apartamento em Brasília. Mas conversa vai conversa vem, Fernando Carli e sua esposa Ana Rita acabaram fazendo a minha cabeça e concordei em lançar minha candidatura novamente. Passado quinze dias, em Brasília, fiquei sabendo, através de meu filho, que o Fernando Carli havia lançado a candidatura de seu primo, Mário Boese, para deputado estadual. Então resolvi chamar o Fernando, exatamente nesta sala, e lhe perguntei o que havia acontecido, se estava acertado que eu seria o candidato para o referido cargo. Ele me respondeu que precisava ajudar o primo, que estava numa pior, pois sua firma havia quebrado e por aí afora. Não me consta que um deputado estadual ou federal se

¹³² Entrevista concedida a Márcia da Silva em 25/06/2005, as 10 h e 30 min. no consultório do entrevistado.

¹³³ O jornal Tribuna Regional esteve aparentemente inserido ao grupo Cezar Silvestre para as eleições de 2004.

¹³⁴ Entrevista concedida a Márcia da Silva, em setembro de 2004, em seu escritório.

eleja para arrumar sua vida e sim pelo bem da coletividade. Hoje em dia eu acho que ele é um homem que não merece fé, é um homem que não cumpre a palavra empenhada, usa de subterfúgios. Para mim não serve. Eu tenho cansado de dizer por aí que se ele depender do meu voto para salvar a vida, ele vai morrer.

Fica claro, na trama desenhada, que Franco chegou ao governo, mas não ao poder. Esse, sem dúvida, continuou nas mãos de Fernando Ribas Carli e seu grupo, do qual Franco é componente e foi peça chave naquele momento, mas não o suficiente para tornar-se um dos líderes políticos locais.

Ao findarem as eleições de 1992 e 1994, confirmava-se a existência de quatro grupos, mesmo com a decadência política (mas ainda influente) de Nivaldo Krüger e o repouso aparente dos Mattos Leão.¹³⁵ Em 1996, Fernando Ribas Carli, hegemônico no poder político local até então, perdeu as eleições municipais para Vitor Hugo Burko, também reeleito em 2000 (novamente na disputa com Carli), tendo como vices Antonio França de Araújo e Ney Caldas, respectivamente (nomes desconhecidos até então na política local). Eleição e reeleição vencidas por Burko, no entanto, por diferença de votos extremamente pequena. Era a demonstração de que “*assim como ocorreu nas eleições de 96, os dois nomes [permaneceram] sendo as principais lideranças políticas de Guarapuava*” (DIÁRIO DE GUARAPUAVA, 03/10/2000, n. 466, p. 1). Em relação a Fernando Ribas Carli, parte de sua trajetória política, contada por ele¹³⁶, confirma o fato.

Em 1992 eu havia terminado meu mandato e o Jaime Lerner tinha terminado o mandato dele como prefeito de Curitiba e aí ele me convidou e nós fundamos o Instituto Jaime Lerner. Através deste fizemos a pré-campanha do Lerner e eu fui o coordenador político e corria todo o estado fazendo adesões. Aí ele foi candidato a governador em 1994 e eu fui candidato a deputado federal. O Jaime se elegeu e eu também e ele me

¹³⁵ O último mandato de um Mattos Leão havia sido em 1988, com Aragão de Mattos Leão.

¹³⁶ Entrevista concedida em agosto de 2004, as 11 h, na residência do entrevistado.

convidou para compor o secretariado e eu fui ser chefe da Casa Civil. Mais tarde eu reassumi meu mandato na Câmara dos Deputados.

Naquele ano (1996) as discussões e o resultado das eleições municipais se deram a partir da emancipação de um dos distritos de Guarapuava, a Palmeirinha. Cezar Silvestre, Vitor Hugo Burko, Nivaldo Krüger e seus correligionários eram favoráveis. Franco, então prefeito, e Carli, eram contra. Carli perdeu a eleição por uma margem muito pequena de votos (2.100), tendo sua derrota atribuída ao veto, dado por César Franco, quase às vésperas das eleições, do plebiscito que decidiria a emancipação. *A vitória de Vitor Hugo Burko (PMDB, PSDB, PL e PSB), várias vezes aqui representada como uma batalha entre Davi e Golias, foi a vitória da coragem, da ousadia e do modernismo, fortalecida pelo amor e pelo carinho a Guarapuava* (O REPÓRTER, 26/10 a 02/11/1996, n. 42, p. 2). Isso porque se dizia que a campanha de Carli era milionária e a de Burko de centavos. Justificando, então, a “miséria”, Vitor Hugo Burko afirmou ao jornal O Repórter (29/06 a 06/07/1996, n. 27, p 3): “*muitos têm telefonado, oferecendo ajuda de várias formas, desde gasolina até dinheiro*”.

Nessa campanha, a vitória se deu em favor de uma “Guarapuava para todos” em detrimento do “Coração Guarapuavano”. O primeiro *slogan* chama a atenção para a construção de uma cidade para todos e que pudesse ser governada por todos, em uma alusão a duas frentes: uma referente ao possível autoritarismo e arrogância de Carli que, segundo os adversários, queria uma cidade “para si”; a outra como uma proposta do Partido dos Trabalhadores (PT), no qual o vice de Vitor Hugo Burko, Antonio França de Araújo, havia militado, e prometia um governo com a participação popular.

Mas, de acordo com o próprio Burko¹³⁷, depois de perder três eleições.

¹³⁷ Entrevista concedida à Márcia da Silva, em 14/10/2004, as 11 h, na prefeitura municipal de Guarapuava.

Por fim, em 1996, fui eleito prefeito pela primeira vez e reeleito em 2000. Fui eleito com um grupo bastante amplo. Na verdade uma grande união de forças que se formou para enfrentar o poder vigente. Um grupo bastante heterogêneo, gente de todas as tendências, um verdadeiro nicho ecológico. Em 2000 eu já estava mais maduro, enfim, com um grupo mais definido.

Carli, na nossa leitura, nesses dois pleitos, foi vítima do próprio veneno lançado em 1986 e consolidado em 1988, o “Renovar é preciso”. Em 1996 a população também queria renovar, derrubando-o após “oito anos de poder”, já que governou praticamente por dois mandatos.

Nesse período, entretanto, Carli foi eleito deputado estadual e federal, demonstrando estar ainda “vivo” no círculo político e no imaginário social. Silvestre também se consolidou no terceiro mandato como deputado estadual. Nas eleições de 2002, Fernando Ribas Carli elegeu-se deputado estadual (mandato abandonado para ocupar a prefeitura)¹³⁸ e Silvestre deputado federal (mandato que ainda cumpre). No cenário político ressurgiu a família Mattos Leão, que elege Artagão de Mattos Leão Júnior¹³⁹, sobrinho do histórico Aragão de Mattos Leão, falecido nos anos 1990, deputado estadual.

Parte dessa disputa pelo poder político local, em Guarapuava, nos anos 1990, foi contada por um de seus atores, Fernando Ribas Carli¹⁴⁰ (claro que com a sua interpretação da história), como exposto no longo, mas importante trecho abaixo.

Em 1988, pelo PDT, coligado com o PFL e o PL eu estava preparado. A população queria uma mudança e eles [a

¹³⁸ Aliás, essa é uma característica da política local, com deputados que deixam temporariamente seus cargos para concorrerem à prefeitura. Em âmbito de Brasil o fato é igualmente comum, e o contrário no abandono dos cargos também é verdadeiro (deixam as prefeituras para concorrer a outros cargos).

¹³⁹ Artagão de Mattos Leão Júnior está em seu primeiro mandato.

¹⁴⁰ Entrevista concedida em agosto de 2004, as 11 h, na residência do entrevistado.

população] se prepararam para isso. O Cezar foi o vice-prefeito. Foi uma eleição fantástica. Até hoje nenhum candidato alcançou essa marca. O Vitor Hugo foi candidato a vereador começando conosco. Eu sempre dizia: vamos colocar mais gente nova. O César Franco também se elegeu vereador conosco. Chamei o César Franco para uma secretaria, foi secretário de Cultura, Esporte e Turismo. Coloquei o Vitor Hugo como líder do prefeito na Câmara. O César Silvestre ficou como secretário executivo. O César me pediu para colocar um irmão, o Celso, como Secretário de Obras, e eu o coloquei. Em 1990 nós lançamos dois candidatos pelo PDT, o Cezar Silvestre (deputado estadual) e o Elio Dalla Vecchia (deputado federal) e os dois foram eleitos. Em 1992, na minha sucessão, se deu a briga. Todo mundo queria sair candidato. Então eu disse não, espera lá, nós fizemos um acordo, quem saísse candidato a deputado em 1990 não seria candidato a prefeito porque nós temos que dar oportunidade para outros participarem da eleição. Fizemos uma pesquisa e o nome que saiu foi o do César Franco. Muitos não gostaram, mas foi o escolhido. O Cezar Silvestre, não aceitando, fez uma dissidência. Vitor Hugo foi candidato a prefeito em 1992 e perdeu a eleição para o César Franco. Eu já rompi com o Vitor Hugo no primeiro ano de mandato porque ele começou a brigar com o Celso Silvestre, que atendia, claro, os interesses do irmão. Ele apresentou um projeto na Câmara totalmente comprometedor para a administração e eu soube através de uma rádio (a Difusora). Então afirmei que se fosse verdade ele estaria exonerado. A partir daí ele saiu e tornou-se nosso adversário. Em 1996, na sucessão do César Franco, perdi a eleição para o Vitor Hugo e em 2000 também. (...) Se você fizer uma análise dos nomes aos cargos que estão em disputa hoje, todos eles começaram com o movimento de renovação que eu lancei em 1986 quando fui candidato a deputado e não me elegi e depois em 1988 quando fui eleito prefeito, inclusive meu *slogan* era “Renovar é preciso”. E surgiram várias pessoas. Se você fizer uma análise a partir do momento em que nós fizemos esse movimento houve uma oxigenação

muito grande. Se você fizer uma retrospectiva vai ver que existiam poucos nomes até então.

De 1986 a 2004, como percebido, as articulações se deram em torno dos mesmos grupos/atores políticos que se alternaram no poder. Esse jogo, característico da política brasileira, nada mais é do que a busca por formas de dominação e controle, através das quais os elementos que detém o poder não só mantêm sua posição como também garantem condições à continuidade das relações de poder existentes, ou seja, a sua manutenção no poder, mesmo que isso implique mudanças constantes de posicionamentos, discursos, grupos e partidos políticos.

1.3. Do “Renovar é preciso” ao “Juntos para mudar” no imaginário social “guarapuavano”

As eleições de 2004¹⁴¹ revelaram o retorno das estratégias utilizadas para as eleições de 1988, mas num outro prisma. Dessa vez, ao contrário daquele ano, os dois grupos políticos formados pela dissidência do “Renovar é preciso”, mais o grupo Mattos Leão, uniram forças justamente contra suas origens políticas, ou seja, o grupo de Fernando Ribas Carli. A união desses grupos não permitiu uma proposta ou estratégia de campanha como fora a de Carli em 1988, com ênfase no novo, porque contou com a presença do grupo do prefeito em exercício em 2004, no cargo há oito anos. A estratégia, então, foi a do bom relacionamento dos partidos apoiadores do candidato Cezar Silvestre e do governo do Estado, Roberto Requião.

Entretanto, mais uma vez Carli soube explorar a conjuntura histórica local que trazia em seu bojo, para a oposição, o elemento mudança, em razão dos

¹⁴¹ Nas eleições de 2004, os partidos mais importantes do município de Guarapuava obtiveram o seguinte desempenho (prefeitos eleitos), em nível estadual: PMDB: 120; PSDB: 49; PDT: 44; PP: 37; PPS: 34; PT: 28; PFL: 25; PTB: 24; PL: 10 (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2004).

dois mandatos de Burko¹⁴². Desta vez, “Renovar era preciso” sim, mas com todos “Juntos para mudar”. Juntos para mudar o município e sua vida política, como indica Carli, na fala abaixo, ao semanário O Repórter (06 a 13/04/1996, n. 15, p. 3)

Eu já disse por diversas vezes que sempre estou a disposição dos meus amigos, dos meus companheiros de partido e principalmente estou a disposição da gente da minha terra, porque eu faço política por Guarapuava, então quem determina minha vida política, quem dá o destino, quem aponta o rumo que devo tomar é a gente de minha terra.

A união da situação se deu em função do grupo do deputado federal Cezar Silvestre, num conjunto composto por 13 partidos políticos¹⁴³, doze dos então vereadores e o apoio do governo estadual¹⁴⁴, todos em oposição a Fernando Ribas Carli ou “o outro lado”, como cita o jornal Tribuna Regional. Carli teve apoio apenas de um partido político de porte grande, além do seu (Partido

¹⁴² A opção pela mudança tem sido uma tendência, no período pós-reeleição, não só em Guarapuava, mas em quase todo o Brasil.

¹⁴³ Para Nivaldo Krüger, por exemplo, o excesso de partidos prejudicou César Silvestre e não o ajudado.

¹⁴⁴ Aliás, esse foi um aspecto bastante lembrado, no período de campanha, como uma barreira, se Carli ganhasse as eleições, ao futuro relacionamento entre ele e Roberto Requião, já que os dois são declaradamente contrários um as idéias do outro, também porque Carli sempre foi um dos braços direitos do ex-governador Jayme Lerner, oposição a Requião. Exemplo disso está na fala do atual deputado estadual Artagão Júnior (PMDB), afirmando que durante os primeiros dois anos do governo Requião cerca de R\$ 21 milhões foram carreados para o município de Guarapuava em obras e recursos. “A metade desse investimento aconteceu graças à harmonia entre a administração atual e o governo do Estado a partir do nosso trabalho” (TRIBUNA REGIONAL, 07 a 13/10/2004, n. 27, p. 05). Mas o contrário também é verdadeiro. Basta observar a fala de Carli: “O Requião é um déspota. Vale só a verdade dele. Para ele tudo que ele diz é verdadeiro, o que os outros dizem não tem valor. Só ele é serio, os outros todos são malandros. Então o que ele diz não deve ser considerado. Dizem que ele é louco, mas no meu entender ele tem a carteirinha de louco para ter imunidade” (Entrevista concedida em agosto de 2004, as 11 h, na residência do entrevistado).

Progressista - PP), o PSDB¹⁴⁵ (os outros eram PSB, PMN e PAN, partidos com mínima representatividade local), sendo ambos ignorados pelos demais grupos políticos. Aliás, sobre os partidos políticos, afirma Nivaldo Krüger:¹⁴⁶

Excesso de partidos. Temos tantos que não os temos. Foi o que aconteceu. Esse enfraquecimento vai levar a descrença na democracia. De repente um sujeito que não fez nada pela vida pública ganha a eleição sendo o mais votado do município porque possui um programa de rádio. E eu entendo a massa, manipulada. Mas ainda acredito que só é possível o exercício democrático pelos partidos políticos.

Nos bastidores da campanha política muito se especulou, como acontece em todo o país. No município, mais uma vez, os comentários pré-eleitorais, inclusive noticiados constantemente pela imprensa, davam conta de que as novas candidaturas, de fora do circuito dos dois grupos tradicionais que se revezam no poder municipal, “*pela primeira vez mostram cacife. Mesmo que não cheguem lá na primeira participação, a boa votação das chamadas ‘pesquisas internas’ aponta que estes podem ser indícios do fim da bipolarização, em curto, mas ainda futuro, espaço de tempo*” (TRIBUNA REGIONAL, 03 a 09/06/2004, n. 10, p. 2.

Até o momento, porém, sugerem ainda os editoriais do jornal Tribuna Regional:

Ao menos que se solte uma bomba no cenário político de Guarapuava, o paço municipal será disputado pelos mesmos de sempre, apenas com a mudança de alguns peões no

¹⁴⁵ O PFL, outro partido da base aliada do PP ou de Fernando Ribas Carli, se retirou da coligação no último momento. A decisão foi tomada em função da não escolha do vereador e presidente do partido, João Bosco Pires, como candidato a vice-prefeito. “*Analisei toda uma história de fidelidade e companheirismo junto ao Fernando e não esperava essa atitude dele*”, afirmou o mesmo ao Diário de Guarapuava (14/07/2004, n. 1401, p. 3).

¹⁴⁶ Entrevista concedida à Márcia da Silva, em 23/10/2004, as 8 h e 30 min., na residência do entrevistado.

tabuleiro desse xadrez que tem algumas pedras imutáveis (24 a 30/06/2004, n. 11, p. 2).

Nas candidaturas a prefeito, ainda não é dessa vez que Guarapuava vai viver um fato novo. A decisão de sair com candidatos próprios, do PT e do PTB, não deverá afastar uma nova polarização entre dois candidatos fortes, ambos firmados em amplas coligações (01 a 07/07/2004, n. 12, p. 2).

As citações acima confirmam que, a cada eleição, é comum a formação de dois “blocos de peso” com os mesmos líderes na política local, se extraído do processo alguns grupos pouco articulados político-economicamente (ou que ainda não conseguiram convencer) ou com propostas e ideologias que, a princípio, não permitem amplas coligações, como é o caso do PT, pelo menos no âmbito municipal, ao contrário do que ocorre no governo Luís Inácio Lula da Silva. Aliás, em termos partidários, no Brasil, há coligações ideologicamente as mais absurdas. Em Guarapuava, por exemplo, todos os principais líderes locais na atualidade foram vinculados em termos partidários.

O então prefeito Burko, quando indagado¹⁴⁷ sobre os grupos políticos locais, foi categórico em afirmar que o PMDB faz parte de seu grupo, que há o grupo de Carli e que “o grupo do Silvestre é mais a pessoa e não propriamente um grupo, que em determinados momentos está de um lado e depois está de outro. Não definiu ainda qual o papel dele dentro desse contexto, está solto, com um projeto muito mais pessoal do que de grupo”. Lembre-se que ele e Silvestre foram aliados na última eleição (2004). Na verdade, o Partido Liberal (PL) apoiou o Partido Popular Socialista (PPS). Burko, no entanto, não declarou ser correligionário de Silvestre.

Para Antonio França de Araújo¹⁴⁸, no entanto, todos eles são produtos dos mesmos grupos políticos. “Hoje em Guarapuava se você for avaliar os líderes

¹⁴⁷ Entrevista concedida à Márcia da Silva, em 14/10/2004, as 11 h, na prefeitura municipal de Guarapuava.

¹⁴⁸ Entrevista concedida a Márcia da Silva em 25/06/2005, as 10 h e 30 min., no consultório do entrevistado.

que estão despontando, os que ainda estão com chance de ganhar a eleição, são líderes exatamente iguais aos que eram em 1960, da mesma corrente política, não mudou.” Apesar disso, acredita que, futuramente, há possibilidades de mudança das lideranças.

Temos o PTB, com o Júlio Agner surgindo, ainda não para essa eleição, mas acredito que é uma liderança que possa ter um papel importante lá na frente. Talvez nessa eleição ainda não porque Guarapuava é muito devagar, essa mudança das lideranças, é lenta. A tendência é sempre ficar nos mesmos já consolidados.

As indefinições no processo de escolha dos candidatos, para esse pleito, perduraram até o último momento em função das expectativas de até aonde iria o “então inimigo da maioria”, Fernando Ribas Carli. Assim, os laços se estreitaram para a composição de um grupo forte (em termos político-econômicos e partidários), capaz de desbancá-lo. Reportagem da Tribuna Regional (01 a 07/07/2004, n. 12, p. 2), informa que esse processo teve um pano de fundo sombrio, preocupante, assustador. *“O medo do ‘do outro lado’. O ‘outro lado’ é aquele que acredita que ‘água mole em pedra dura tanto bate até que fura’ e se acredita o mais legítimo representante da modernidade, obviamente”*, numa clara alusão às duas últimas candidaturas frustradas, a prefeito, de Carli, e a “renovação”.

Observa-se, entretanto, ao falar de partidos, que estes se “acotovelaram” em busca de um lugarzinho ao sol. Em quase todos eles houve uma parte que queria unir-se a qualquer candidato forte do ‘lado de cá’, outra, unir-se ao ‘outro lado’. *“Mesmo aquele que até agora era considerado o partido ‘puro’, que preferia entrar para perder, mas não abria mão de seus princípios, agora já procura o ‘outro lado’ para sondar possibilidades de aliança”* (TRIBUNA REGIONAL, 01 a 07/07/2004, n.12, p. 2). Isso demonstra que a filosofia de cada partido quase nunca é o elemento mais importante em uma eleição. A participação depende da conveniência de interesses mais amplos, inclusive pensando-se sempre nas “próximas” eleições.

Aliás, apesar de chamado de partido “puro”, é quase impossível ser do PT em Guarapuava. Aqui o partido é formado por alguns ditos intelectuais (e outros nem tanto, mas esse é o lado fraco do partido) que mais buscam promoção pessoal, com nome e imagem na mídia (o que também é importante para o conhecimento do candidato, mas não só isso), do que trabalhar em prol das idéias do Partido. O PT, em Guarapuava, quer ser elite intelectual e, com isso, fica longe do povo, da base, do companheiro. Até o PC do B apoiou outro candidato.

Muitos, inclusive, nas entrevistas realizadas para esta pesquisa, afirmaram que a “desunião” política torna-se um dos entraves ao desenvolvimento local, como aponta o título de uma matéria da Tribuna Regional de 17 a 23/06/2004 (n. 10, p. 6). *“Falta de união entre políticos e de qualificação profissional lideram o ranking dos problemas apresentados pela Agência de Desenvolvimento Econômico de Guarapuava.”* E complementa: *“em todas as pesquisas há uma unanimidade nas reclamações contra a rivalidade, a arrogância, a desunião política, que impedem o desenvolvimento do município.”*

No pós-eleições, entretanto, a constatação é a de que aqueles que se aventuraram a sair “sozinhos”, os denominados novos grupos políticos, despertaram ainda pouco a atenção do eleitor. Nesta leitura, compreende-se, são ainda muito elitizados, criticam os tradicionais, mas se constituíram de grupos muito restritos, como o do ex-presidente da ACIG, Júlio Cezar Pacheco Agner que, apesar da coerência das propostas, da desvinculação dos grupos mais antigos, veio à tona mediante apoio de alguns empresários dessa instituição.

No executivo municipal, a sempre esperança da renovação mais uma vez passou ao largo. O desgaste natural do segundo mandato trouxe apenas a alternância entre os mesmos. Até que os tão reclamados candidatos alternativos dessa vez apareceram, e bons, mas o povo os ignorou. À vontade do povo, ou falta de, continua soberana. Para o bem e para o mal, é a democracia. (TRIBUNA REGIONAL, 07 a 13/10/2004, n. 27, p. 2)

E assim, como afirma Antonio França de Araújo¹⁴⁹, mais uma vez “os mesmos já consolidados” se estabilizaram ainda mais. Fernando Ribas Carli ou o “outro lado” ganhou as eleições com mais de 10 mil votos de diferença do segundo colocado, Cezar Silvestre. Carli, passadas as eleições, afirmou que “*só existe um partido: Guarapuava*” (TRIBUNA REGIONAL, 07 a 13/10/2004, n. 27, p. 1). Ou ainda: “*passado o momento político, agora vem o momento da união, de esquecermos as diferenças e pensarmos na nossa cidade, pensarmos nos nossos irmãos que precisam do nosso atendimento*”, frisando que “*a cidade precisa de todos para construir um futuro melhor*” (DIÁRIO DE GUARAPUAVA, 5/10/2004, n. 1460, p. 3.).

Para Nivaldo Krüger¹⁵⁰, a vitória de Carli se justificou porque “*o Carli e o Silvestre são farinhas do mesmo saco aí ficou confuso para o povo. Este, como vice, não fez nada, o outro, como prefeito, fez. Por outro lado o Burko também é farinha desse saco. E daí o que aconteceu? O povo teve uma certa cansaça do segundo mandato do Vitor*”.

Ao falar do apoio ao novo prefeito como forma de unir forças para o desenvolvimento do município, o então prefeito Vitor Hugo Burko, de acordo com o jornal Diário de Guarapuava (5/10/2004, n. 1460, p. 2.), anunciou que ele “*e o deputado estadual Artagão de Mattos Leão Júnior (PMDB) estão dispostos a colocar os filiados dos seus partidos políticos a trabalhar em favor da administração, pois Carli possui, teoricamente, apenas quatro, dos 12 legislativos*”.

Já o deputado federal Cezar Silvestre assinalou que sua oposição “*será na área de propostas. Vamos cobrar o cumprimento das propostas feitas pelo prefeito eleito para o município*” (DIÁRIO DE GUARAPUAVA, 7/10/2004, n. 1462, p. 3). E complementa:

¹⁴⁹ Entrevista concedida à Márcia da Silva, em 25/06/2004, as 10 h e 30 min., no consultório do entrevistado.

¹⁵⁰ Entrevista concedida à Márcia da Silva, em 23/10/2004, as 8 h e 30 min., na residência do entrevistado.

Eu já fui adversário político do Carlos Alberto (Gomes, candidato à vice-prefeito pela coligação) e hoje somos bons amigos. O que eu puder fazer para ajudar a próxima administração, vou fazer. Porém dentro de uma oposição responsável, cobrando o cumprimento das promessas e fazendo fiscalização às ações realizadas. (SILVESTRE, 7/10/2004, n. 1.462, p. 3)

Declarou, também, no entanto, que a população queria eleger alguém que fosse oposição à atual administração municipal “*e os adversários bateram bastante nesta questão de termos apoio do partido do prefeito Vitor Hugo Burko (PL)*” (DIÁRIO DE GUARAPUAVA, 7/10/2004, p. 3, n. 1462).

Desde que cumpriu o mandato como prefeito (1989-1992), Fernando Ribas Carli vinha tentando se reeleger. Após as duas derrotas (1996 e 2000), ao contrário do que aconteceu em sua primeira candidatura a prefeito, ganhou o pleito praticamente isolado em termos de apoios de lideranças políticas locais. Também como em sua primeira efetiva experiência política, foi eleito com uma margem grande de votos, o que pode ser entendido como um desejo da população de mudanças. Mas desejo de mudanças significa que, então, poderia ser qualquer outro candidato? Pelo contexto, apesar da impossibilidade em prever, é possível que não. Carli significava a esperança para alguns, como o fora outrora.

Em sua fala, Fernando Ribas Carli considera salutar a disputa política que vem se travando no município a partir da dissidência daqueles que o apoiaram em outras disputas, especialmente os dissidentes do “Renovar é preciso”. Em suas próprias palavras:¹⁵¹

Eu acredito ser muito salutar, sabe. Mas podem dizer: você foi prejudicado. Mas eu lutei sempre contra o coronelismo. O que o fulano faz tem que ser só ele que faz? O início de nossa luta foi contra isso, até pela cultura que nós tínhamos. Então é salutar. Se nós queremos aprimorar a democracia tem que

¹⁵¹ Entrevista concedida em agosto de 2004, as 11 h, na residência do entrevistado.

haver isso. No momento que você começa a tolher possíveis lideranças a coisa começa a se complicar.

Nesse sentido, abre-se a necessidade de se considerar o tratamento das relações de poder como resultado da tensão entre duas ou mais forças, entre dois ou mais grupos políticos, incluindo-se o próprio eleitorado e a população a ser “conquistada” por esses grupos. A trama de relações dos principais grupos se caracteriza, no plano político, pela expressão de semelhança entre grupos ligados por interesses afins, por relações pessoais, bem como, num sentido mais amplo, pela relação entre outros grupos ou indivíduos de categorias sociais diferentes.¹⁵²

Isso não significa, porém, que estes grupos ou os atores que os compõem não se sustentem em virtude de um poder formalmente instituído. Nesse ínterim, lutam constantemente para obter ou para manter um poder político local de relevo, via postos eletivos de vereadores, prefeito, deputados (estadual e federal) ou indicados como secretários etc. Se não diretamente em cargos políticos em uma das instâncias do Estado, vinculam-se, em razão de suas conexões em rede, a cargos de confiança e, quando se trata do poder econômico, como fornecedores de informações e de bens materiais ligados a esses atores ou aos membros desses grupos. Com isso, amplia-se a presença do poder privado relacionado à esfera pública e esta, por sua vez, vincula-se a interesses privados.

É nesse jogo político de contradições, conflitos e uniões que se destacam os grupos do poder político local. São as ideologias e as demagogias de um processo que, apesar de democrático no sentido do direito de escolha, demonstra condutas do individualismo, do poder pessoal e de um grupo em detrimento da grande maioria. É o chamado personalismo político que, juntamente com o patrimonialismo trabalhado por Raymundo Faoro, ainda vigora na política brasileira, com a proeminência do traço pessoal sobre as disposições estatutárias, bem como sobre as de caráter ideológico. Com isso, seu estudo (dos grupos de

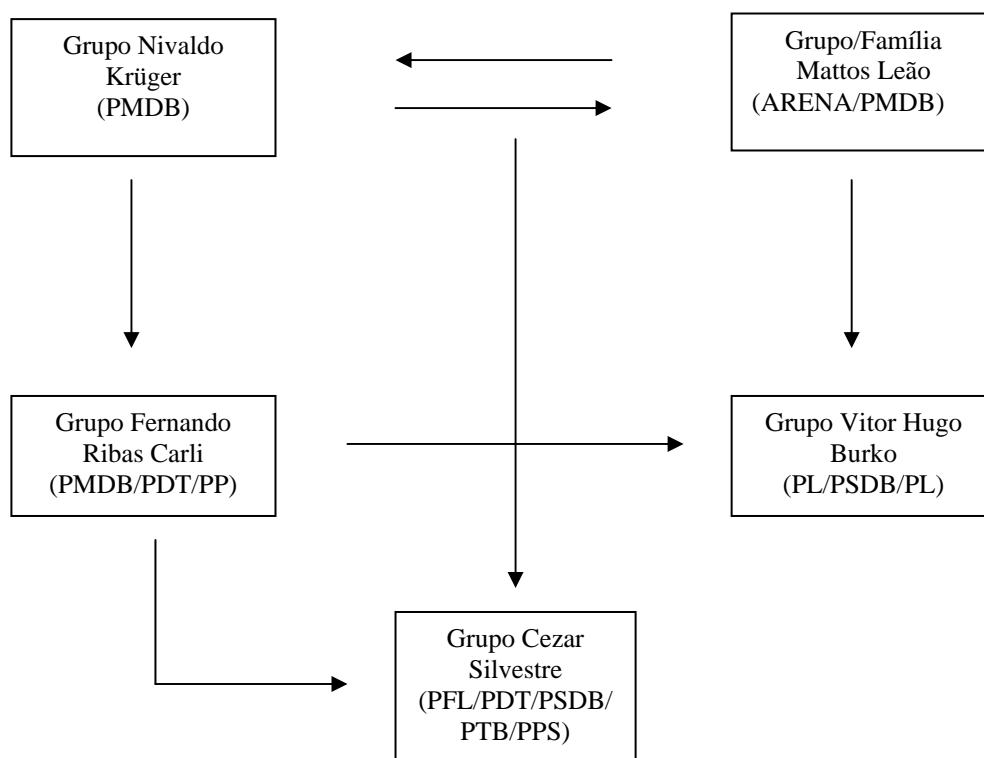
¹⁵² Vale dizer que a composição sindical em Guarapuava é ainda muito frágil em diversos setores, especialmente como fruto da inexperiência de uma população oriunda do campo, sem tradição em lutar por seus direitos, demonstrando uma certa fragilidade na organização social.

poder político) torna-se fenômeno essencial na compreensão do comportamento e das relações de poder.

O poder político é marcado por uma pluralidade de grupos, facções, partidos e outras instituições formais e informais, mas no conflito de idéias e de alianças que se desfazem hoje e se constituem amanhã, como em praticamente todo o país, vide o exemplo do governo Lula. Isso porque o ideal do poder “*é ver sem ser visto*”, afirma Raffestin (1993, p. 203). Ver sem ser visto pode garantir sua eficácia, e por isso, transita de uma instância a outra, camuflando-se.

Abaixo o esquema interpretativo (Figura 05) da formação dos principais grupos políticos locais. Alerta-se, porém, que é apenas uma forma um pouco mais didática de compreensão dos mesmos, já que a delimitação dos grupos enquanto grupos é praticamente impossível, inclusive para o texto acima. Por isso, o esquema aponta as junções e as dissidências mais aparentes, sem um comprometimento maior em definir quem é quem nesse jogo do poder. Na seqüência, apresentam-se algumas questões mais diretas do discurso político aqui demonstrado. É a “renovação” que reafirma a tradição. É o discurso conservador, que bem lembrou Raymundo Faoro, não é imobilista, mas circunstancial, se adequando a partir das necessidades do grupo que representa ou do qual faz parte. O texto a seguir é um exemplo.

FIGURA 05 – Guarapuava: Esquema interpretativo dos grupos de poder político



Legenda:

→ Vinculação político-partidária

2. Da idealização do futuro à tradição como pressuposto no imaginário social "guarapuvano"

Muitas vezes, e parece que este é o caso, os grupos de poder (econômico, político, simbólico) legitimam suas idéias e ações e parecem tornar-se, pelo menos por um período, quase que insubstituíveis. Isso se deve à representação que adquirem, aos valores que disseminam, às idéias que imprimem como verdades, pelo menos para parte da população. A tradução desse processo se dá em anos e anos no poder político ou em outros poderes por eles ou por suas práticas sustentados.

Em Guarapuava (e no centro-sul paranaense), município antigo, com quase 200 anos de história, a relação com a tradição, com os mitos e as lembranças, inclusive dos heróis que ocuparam e fundaram o que consideram “terra de bravos”, é muito presente no cotidiano das relações sociais. Para os “guarapuavanos” ou parte deles, e para os descendentes da sociedade definida como tradicional e campeira, estes (os descendentes) trouxeram consigo, ao longo do tempo, o pressuposto espírito guerreiro de seus antepassados. Isso serve de motivo para que os mesmos busquem perpetuar aquelas glórias como se também lhes pertencessem, legitimando-as a seu favor.

Assim, há um processo de incorporação e legitimação da hegemonia através da socialização de práticas desse grupo para o conjunto da sociedade. Essa socialização, no mais das vezes, se faz pela reificação da memória de homens ilustres e de suas realizações¹⁵³, transformadas em “manual de conduta”. Esse processo ocorre por duas frentes: de parte da sociedade de Guarapuava descendente das famílias colonizadoras¹⁵⁴ denominada, como já explicitado, de sociedade

¹⁵³ A preservação da memória local tem se dado pelas lembranças dos feitos dos antepassados, mas sua preservação material (construções e espaços de memória) não ocorreu. A justificativa está no fato de que uma “cidade moderna” necessita de uma arquitetura que represente essa modernidade. Com isso, parte significativa dos prédios históricos foi destruída.

¹⁵⁴ Alguns exemplos de famílias pioneiras e consideradas tradicionais de Guarapuava são: Rocha Loures, Chagas Lima, França, Mendes de Araújo, Caldas, Mendes, Abreu, Siqueira Ribas, Martins,

tradicional campeira e; de grupos não pertencentes a essa sociedade, mas que têm reproduzido, localmente, esse discurso, já que por ela cooptados. Faz-se necessário esclarecer, entretanto, que é impossível delimitar seus membros, preferências políticas ou atividade econômica. A sociedade campeira é um misto e, com isso, pode fazer-se representar na maioria dos grupos político-econômicos aqui estudados, inclusive naquele que prega a “renovação”. Aliás, em especial, nele. Veja-se a origem de seu representante mais relevante, Fernando Ribas Carli. Como explicar, então, os apegos ao passado e os reclamos pela “renovação”? Há aí um recorte. A “renovação” é político-partidária, do poder público local. É isso que o grupo de Fernando Carli busca quando lança candidatos a prefeitos e a outros cargos públicos.

Por isso é uma “renovação” das forças políticas e não da pretensa hegemonia dessa sociedade. As condutas, assim, como as do “Renovar é preciso”, não significam abolir este passado de conquistas, mas o grupo político adversário, pertencente ou não a sociedade tradicional campeira. Invocar o passado, dito promissor, serve apenas como mais uma forma de conquista do imaginário social que deve ser reafirmado com a certeza de que o passado realmente assim o foi, como também de que o futuro será ainda melhor. Com isso, engana-se, afirma Martins (1994), quem acredita que o pensamento conservador é imobilista. Ele é, diz o sociólogo, ativo e transformador, pois constitui estratégia para se manter no poder.

Uma dessas estratégias está no estabelecimento de meios objetivos e imaginários para a legitimação desse passado e dessa sociedade. Assim, há a criação, por ela, de uma auto-imagem diferenciada e constantemente recriada e reafirmada através das instituições¹⁵⁵ das quais faz parte, bem como pelo poder

Lopes Branco, Ayres, Silvério, Sampaio, Gonçalves, Almeida, Guimarães, Ferreira Maciel, Werneck, Queiroz, Cleve, Santa Maria etc (MARCONDES, 1998).

¹⁵⁵ Em sua pesquisa, Silva (2002, p. 30) aponta que o exercício do poder da sociedade tradicional campeira do município foi possibilitado pela apropriação e/ou criação de instituições locais de prestígio e pelos cargos de importância ocupados por seus integrantes em um contexto social e espacial profundamente marcado por relações pessoais. Para a autora, essas instituições são a Igreja

econômico (aliás, em muitos casos em decadência), resultando (e resultado) em valores aceitos socialmente como importantes e que devem ser preservados. O ponto de articulação está no fato de os discursos políticos incorporarem essa idéia como ponte para invocar um futuro semelhante, também dinâmico e de progresso, renovador em relação à administração dos adversários.

Seguindo os discursos dos governantes do Brasil e do Paraná a partir dos anos 1960 que, diz Kobelinski (1999), foram diferenciados em diversos aspectos, mas comuns na implementação da modernidade e do progresso econômicos, os governos locais também enfatizaram essa idéia, que veio se reproduzindo desde então. O diferencial está no fato de a modernidade se fundamentar no passado, na tradição das realizações dos colonizadores que deram vida à região. Assim, historicamente, a dedicação, a tenacidade e a luta destes e de seus descendentes servem de inspiração, sendo difundidos valores que, presume-se, tiveram os antepassados da tradicional sociedade “guarapuavana”, como a honra e a bravura. O passado dá o exemplo de como agir no futuro, em meio à responsabilidade que sentem pela cidade, por seus avanços (e pouco pelos recuos), como fruto das batalhas e das vitórias ao longo da história.

Se forem comparadas as falas de Antonio Lustosa de Oliveira (1954, p. 5), destacando esse aspecto, e do ex-prefeito Vitor Hugo Burko¹⁵⁶, respectivamente, observa-se que o discurso de acreditar no futuro tendo como pressuposto o passado, apesar dos 50 anos que os separam, é o mesmo.

Guarapuava será, em futuro próximo, a mais rica e importante comuna deste Paraná, que se agiganta e marcha para a conquista da liderança econômica entre os Estados da Federação Brasileira, graças a essa brava gente que a desbravou com empenho e a deixa como espelho.

Matriz Nossa Senhora do Belém, o Clube Guaíra, o Rotary Club e a Maçonaria, responsáveis também por “*uma rede de relações simultaneamente institucionais/pessoais*”.

¹⁵⁶ Entrevista concedida à Márcia da Silva, em 14/10/2004, as 11 h, na prefeitura municipal de Guarapuava.

Os índices da ONU dizem tudo. Nós estamos no mapa de desenvolvimento humano como uma das cidades que, se continuar no mesmo ritmo de desenvolvimento, em 16 anos, terá o melhor IDH do país. É ou não é um exemplo de luta que vem desde os antepassados? Mas a luta não pode parar.

A cidade, que tem um “passado inesquecível” e um “presente dinâmico” (pelas realizações daquela administração pública), é um orgulho e exemplo de prosperidade, por isso permite vislumbrar melhorias futuras. É o discurso político e a recorrência entre o passado, o presente e o futuro como fator de valoração de realizações, mediatizadas pelos elementos simbólicos, físicos ou não, e as imagens do lugar.¹⁵⁷ Nesse sentido, o pensamento conservador tem na tradição, aquela constituída por formas de poder mantidas pela herança (econômica, política, cultural), a possibilidade de utilizar esse passado como exemplo ao porvir. A tradição, ao final, representa sabedoria acumulada, experiência que foi servindo de modelo para as demais gerações.

Essa sociedade, então, composta por pessoas que, de certa forma, atravessaram juntas os momentos de construção daquela realidade, se sente diferenciada, parte integrante da cidade, não admitindo algumas mudanças, como aquelas verificadas anteriormente quando se mencionou a ADESG, no Capítulo 02. Com isso, a sociedade tradicional se fortalece na história vivida em comum, já que esta permite compartilhar lembranças, aversões, afeição, pensar no que é melhor para “Guarapuava”, enfim, direcionar seus rumos. Há um esforço induzindo a permanência da imagem de valoração e até de superioridade.

¹⁵⁷ A mensagem pelos 167 anos de Guarapuava, assinada pelo então prefeito Nivaldo Krüger, no jornal Esquema Oeste (6 a 12/12/1986, n. 844, p. 16), é um exemplo disso. Ocupa uma página inteira e é circundada por diversas imagens de edifícios de construção recente da área central da cidade, que demonstrariam seu desenvolvimento e sua modernidade. Associando imagem e discurso, evoca, com isso, perspectivas positivas presentes e futuras. “*Guarapuava prepara-se para um futuro, mas, realiza o presente. Há de assegurar elevados padrões de bem-estar aos que escolheram-na como centro de vida. Há de existir oportunidade para todos. Esperança para os jovens, trabalho e oportunidade de realização para os adultos e tranquilidade para os idosos*”.

Para que isso ocorra e suas idéias e ações então se tornem eficazes servem-se da mídia, dos mitos, das religiões, do poder simbólico, das ideologias. Aliás, concorda-se com Guimarães e Melo (1997) quando eles afirmam que poder e ideologia são inseparáveis. Para Micele (1999, p. 46), a ideologia se “*constitui uma prática no sentido estrito de que transforma as relações sociais entre os homens (matéria-prima do trabalho ideológico) em um discurso (enquanto sistema articulado), seja sob a forma de um mito (na linha de Sorel via Gramsci), seja sob a modalidade de um sistema*”. Já Chauí (1989, p. 12) a considera como um discurso racional de uma parte da sociedade sobre o todo social. “*Através da ideologia, são montados um imaginário e uma lógica da identificação social com a função precisa de escamotear o conflito (entre as classes sociais), dissimular a dominação e ocultar a presença do particular, dando-lhe a aparência de universal*”.

Ainda segundo a autora, as ideologias expressam-se no imaginário de uma coletividade, para que, como experiência vivida, possam cimentar as convicções e motivar a entrega política dos indivíduos à causa social, relacionando-se com o imaginário de idéias sentidas, capazes de confirmar o discurso conceitual ideológico. Com isso, a ideologia é uma imagem simplificada do mundo, tomada como certa e incorporada às convicções individuais ou coletivas, guiando comportamentos.

Por ser uma forma específica do imaginário social, a ideologia “*é a maneira necessária pela qual os atores sociais representam para si mesmos o aparecer social, econômico e político*” (CHAUÍ, 1980, p. 3). É o discurso com explícita orientação política, no qual o sujeito vem para o centro da análise.

Esse aparecer não é uma ‘aparência’ no sentido de que seria falso, mas é uma aparência no sentido de que é a maneira pela qual o processo oculto, que produz e conserva a sociedade, se manifesta para os homens (...). É o momento no qual pretende fazer coincidir as representações elaboradas sobre o social e o político com aquilo que o social e o político seriam em sua realidade. (CHAUÍ, 1980, p. 19-20)

Embora o fenômeno político e o seu significado se encontrem disseminados por todo o social, para se trabalhar nesse campo, pela análise do poder local, é preciso limitar o horizonte ao discurso que remete àquilo que o poder tem efetivamente de político. A tese é a de que o domínio político é construído através do discurso e de uma rede de relações e de significados que circulam e são apoderados, voluntária ou involuntariamente, pelo imaginário social, gerando desígnios comuns, solidariedades e exclusões diversas. Para Backzo (1985, p. 297), *“as ciências humanas punham em destaque o facto de qualquer poder, designadamente o poder político, se rodear de representações colectivas. Para tal poder, o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico”*.

Isso ocorre, localmente, em momentos como os expostos na fala de Fernando Ribas Carli.¹⁵⁸

De todas as realizações que nós conseguimos, de todas as obras, de todas as benfeitorias, a maior delas foi a de devolver a auto-estima ao “guarapuavano”. O “guarapuavano” estava com a auto-estima muito em baixa e nós conseguimos, com as ações da prefeitura, fazer com que o pessoal readquirisse sua auto-estima. As pessoas começaram a falar bem da cidade porque o “guarapuavano” é muito orgulhoso de sua cidade. Eu sempre digo que a maior conquista foi essa, porque quando as pessoas estão com a auto-estima bem elevada elas são capazes de promover as grandes mudanças.

É possível perceber, no trecho acima, o otimismo como forma simbólica de poder, disseminando a possibilidade de acreditar em si e nos outros, seus semelhantes, todos “guarapuavanos”, que tiveram sua auto-estima, sua vontade de “vencer na vida” recuperados com a vitória desse candidato. Isso porque ele foi capaz de transformar a vida das pessoas, diluir as diferenças, tornando todos orgulhosos de serem “guarapuavanos”, num forte sentimento de união, de solidariedade. É a igualização do que não é igual.

¹⁵⁸ Entrevista concedida em agosto de 2004, as 11 h, na residência do entrevistado.

Ou ainda, na fala de Cezar Silvestre:¹⁵⁹ *“a política só vale a pena quando você a exerce com uma finalidade. No meu caso, para servir a minha comunidade. É uma missão que eu aceitei, e faço questão que isso fique muito claro não só pelas minhas palavras, mas também através de atos, para melhor, é claro”*.

As falas como essa expressam a mudança, a busca pelo moderno, pela transformação e pela “renovação”. Ao mesmo tempo, porém, valorizam o passado, pelas realizações de uma sociedade histórico e simbolicamente construída como importante, já que seus membros colonizaram e fundaram a cidade (e o município) onde hoje “todos moram” e da qual apenas alguns são descendentes. Reforça-se, aqui, a leitura de que esses discursos, da tradição e da mudança, têm por objetivo mascarar desigualdades, como as apontadas no Capítulo 02, e também suplantar as diferenças. Todos “guarapuavanos”. Mas há os “gurapuavanos” da sociedade tradicional campeira e “os outros”. São falas que expressam o discurso do poder que se manifesta como verdadeiro a partir dos grupos dominantes que disseminam essas e outras idéias.

Em relação à sociedade tradicional campeira, porém, conclui-se que tem havido, nos últimos anos, uma crise de identificação da mesma e com a mesma, tendo em vista as diversas transformações pelas quais a sociedade local passou, com o reflexo de fatores externos e internos ao local. Por isso, já é possível detectar pequenos e periféricos movimentos que defendem novas posturas político-econômicas, pela chegada de outras pessoas e profissionais, em especial em virtude da vida universitária, que tem se dinamizado regionalmente.

Além disso, as mudanças se devem, como elementos particulares: à perda gradativa do poder econômico de fazendeiros descendentes do grupo social tradicional, bem como, em alguns casos, da perda de poder político; à ampliação da propriedade da terra e a divisão do *status* do domínio, agora também em mãos de outros grupos (imigrantes e migrantes, estes em menor proporção); às transformações na base produtiva, com a substituição do latifúndio pecuarista pelo

¹⁵⁹ Entrevista concedida à Márcia da Silva, 02/08/2004, as 17 h, na residência do entrevistado.

latifúndio agrícola, que seus membros têm menor tradição; à divisão do “comando” da cidade com os “novos” grupos que, pelas realizações, têm adquirido legitimidade; ao já perceptível esfacelamento, em curso, de alguns grupos, inclusive familiares, amparados no grande latifúndio pecuarista e os aportes que os mantêm; às transformações capitalistas ocorridas na região e não acompanhadas por seus membros etc.

O estudo por nós realizado, tendo como enfoque a análise dos grupos de poder político, constitui-se, é importante lembrar, num recorte analítico e não significa a inexistência, em Guarapuava, de outros grupos de poder (ou de poderes sobrepostos). O fato de se analisar apenas alguns grupos de poder não significa, assim, que só há conflitos no interior desses, estando os demais passivos diante da realidade. Entende-se, isso sim, a existência de um conjunto de relações entre diversos grupos antagônicas, que conduzem, a partir de contradições, o cerne do movimento histórico.

O estudo das relações políticas conservadoras, através dos grupos de poder que formam os territórios conservadores expressos na rede social de Guarapuava não significa que outros grupos não estejam organizados em associações, preferências partidárias, sendo também agentes do processo político e político-partidário local. Eles apenas não estão aqui presentes.

É nesse embate de relações, de idéias e de conflitos que se compreende a legitimação dos territórios conservadores de poder, formados, então, a partir de um universo político-simbólico que, apesar de induzir a mudanças, sustenta-as em relações arcaicas. Assim, como afirma Martins (1994, p. 30), a “*modernização se dá no marco da tradição, o progresso ocorre no marco da ordem (...) o novo surge sempre como um desdobramento do velho*”. Isso porque se entende que mudar é perigoso. Implica na revisão de valores e, em última análise, na revisão do próprio indivíduo ou do coletivo. Gera, portanto, medo, insegurança.

Resta, agora, analisar, por meio das redes sociais, a trama que sustenta esses grupos político-econômicos no poder e que os mantêm enquanto grupo em relações muito restritas, já que há poucos atores no interior da rede social de Guarapuava, mas todos muito interligados, se relacionando apenas entre eles

próprios (apesar da rede social ter, a priori, ausência de limites), sem deixar lacunas à entrada de outros participantes. Ao se apropriarem de recortes nos quais possam colocar em prática essas e outras idéias e ações, formam, igualmente, territórios conservadores de poder, na rede social representados.

Considerações finais ao Capítulo 03

No Capítulo 03 foi abordada parte da história recente da política de Guarapuava (1988-2004), através do estudo da constituição (e o porque dela) dos grupos/atores políticos locais e suas lutas e embates. As relações políticas entre esses grupos e o poder por eles exercido formam um universo ideológico conservador que delimita e é delimitado por uma apropriação, além de concreta, também simbólica e identitária do território. Essa apropriação, então, demarca territórios igualmente conservadores, já que resultado das relações e disputas conservadoras de poder.

Num segundo momento abordou-se o contraponto entre discurso da “renovação” e seus vínculos com a tradição ou com o passado. Nos discursos, as lembranças das lutas dos colonizadores, os responsáveis pela existência da cidade e formadores da sociedade tradicional campeira servem como ensinamento ao porvir, indicando a necessidade de tê-los sempre como modelo. Com isso, seus descendentes também se sentem importantes, diferenciados na condução do “progresso” do município. Esses discursos, então, são incorporados e criados pelos políticos no sentido de conquista do imaginário social que, por meio de ideologias, admira a história dessa sociedade.

CAPÍTULO IV
PODER LOCAL E TERRITÓRIOS
CONSERVADORES EM GUARAPUAVA-
PR: Mapeando Redes Sociais

O objetivo deste capítulo é o de demonstrar, por meio da metodologia das redes sociais, a articulação analítica entre a rede social dos grupos político-econômicos de Guarapuava e os territórios conservadores de poder, articulação esta que pode ser entendida, também, como território-rede. Com isso, a rede está sendo considerada como enfoque metodológico e analítico. O capítulo inicia-se com uma breve abordagem sobre essas duas temáticas. Em seguida, demonstram-se os resultados da metodologia de análise de redes sociais para o estudo dos grupos de poder, o que é feito por meio de esquemas interpretativos (de alguns atores individualmente, mas com relação ao conjunto da rede) e sociogramas.

Na rede, os atores se encontram extremamente conectados uns com os outros, ficando praticamente impossível delimitar a quais grupos os mesmos pertencem (aliás, o pertencer a este ou àquele grupo é muito relativo, em política, como mencionado). Com isso, a rede deve ser analisada em conjunto, apesar do estudo individualizado de seus atores mais significativos. O que o todo da rede social representa? Como opera em termos de conjunto? De que maneira e por que os pontos estão interligados?

Cabe dizer que a rede aqui trabalhada, a rede social, se forma e é construída em razão de um objetivo comum, o da conquista do poder político, econômico e/ou simbólico. Assim, a intenção é a de demonstrar os sistemas interativos de relações, sejam grupos de atores ou instituições, e não indivíduos isolados, apesar da importância também destes. Por isso, o que importa, na abordagem que se segue, são os fluxos de relações que determinam o posicionamento de cada ator dentro da rede, mas em especial a rede em seu conjunto.

1. Redes sociais: algumas considerações

Em texto publicado em 1999, Roberto Lobato Corrêa apresenta cinco elementos, segundo ele fundamentais, para a análise das redes na Geografia. O principal deles é o de que o geógrafo estuda as redes geográficas e, com isso, sua

análise se diferencia da dos demais cientistas sociais, que devem estudar outros tipos de redes, as sociais, por exemplo. A rede geográfica, então, “*é um caso particular de rede, sendo definida como o conjunto de localizações sobre a superfície terrestre articulado por vias e fluxos*” (CORRÊA, 1999, p. 65). Para o autor, a espacialização, assim, é a característica principal que distingue a rede geográfica das redes em geral. Uma segunda característica é a condição de portadora de atributos universais (que se repetem em todas as redes) e singulares (aqueles que não se repetem em nenhum outro lugar), bem como de particularidades (atributos de um mesmo tipo, classe ou gênero).

Essas características, afirma o autor, demonstram que a rede possui uma historicidade, a qual revela o desenvolvimento de forças produtivas e relações sociais em momentos determinados. E é por isso que há, segundo ele, uma infinidade de redes geográficas, “*distintas entre si segundo diversos atributos organizacionais, temporais e espaciais*” (CORRÊA, 1999, p. 68). Dentre elas, e como última destacada pelo autor, está a rede urbana, sintetizadora de grande parte das redes.

Apesar da dimensão geográfica ou territorial ser um aporte basilar ao trabalho do geógrafo (como aponta Corrêa para o estudo das redes), fazendo parte de sua constituição epistemológica, o estudo das redes sociais, aqui, estrutura-se na intersecção de relações em outros níveis, inclusive escalares, e com outras ciências sociais, as quais não possuem, em seu fundamento, relação espacial. Então, concorda-se com Raffestin (1993, p. 150) que “*malhas, nós e redes não sejam sempre diretamente observáveis, pois podem pura e simplesmente estar ligados a decisões*”. Assim, a rede “*pode ser abstrata ou concreta, invisível ou visível*” (RAFFESTIN, 1993, 156). Perceba-se, portanto, que as redes não pontualmente dispersas no espaço também podem ser geográficas.

Souza (1995) indica que há, do ponto de vista metodológico, uma utilização simultânea, para o estudo das redes, de elementos de campos disciplinares e de aportes teóricos diversos. Com isso, sua análise torna-se complexa suscitando, obrigatoriamente, delimitações e clareza de objetivos. Nessa perspectiva, a reflexão metodológica e epistemológica do tema se torna cada vez

mais premente. Nesta pesquisa esse instrumental é diverso já que há, ainda, na Geografia, poucos trabalhos desenvolvidos utilizando-se da metodologia das redes sociais e, menos ainda, utilizando-se dela para o estudo dos grupos de poder político-econômicos. É que a temática, no Brasil, adquiriu expressão nos últimos anos.

A rede composta ou formada a partir de relações sociais enfatiza as conexões diretas e indiretas existentes entre seus membros. É o que se chama, na Sociologia, de “sociologia relacional”.¹⁶⁰ Há uma valorização das relações sociais (contatos, vínculos e conexões dos atores entre si) e não dos atributos individuais (características ou qualidades dos atores). De acordo com Marques (2003, p. 11), essa rede é “*composta por relações de vários tipos – pessoais, profissionais, institucionais e políticas*”.

Além do mais, a rede nasce, a partir de algumas relações, num dado lugar e para um dado lugar, mas com duração nem sempre determinada, afirma Raffestin (1993). É por isso que a abordagem relacional é complexa e, conseqüentemente, difícil. Mesmo que nela descrevam-se primeiro as relações bilaterais, não se pode esquecer que se trata de uma abstração no sentido de que, na maior parte do tempo, as relações são multilaterais. E tem mais: “*o poder nasce por ocasião da relação*” (RAFFESTIN, 1993, p. 53). E, nesse ínterim, para que o poder não seja revelado, quase sempre se mascara como a relação se dá, já que é a relação que oferece a chave para a compreensão do poder ou da capacidade de poder. Assim, é possível que as relações estabelecidas na rede sejam “*capazes de tornar inteligíveis o poder político e suas manifestações*” (RAFFESTIN, 1993, p. 32).

É que as relações de poder político, como outras relações, são decorrentes de interações intencionais ou fortuitas (pessoais e institucionais) entre diversos atores que “*definem instrumentos de poder diferenciados para os atores políticos potenciais, tornando alguns deles mais capazes de fazer valer seus interesses do que outros, além de conduzir alguns atores potenciais em direção à irrelevância*” (MARQUES, 2003, p. 47). Percebe-se, com isso, que a relação não

¹⁶⁰ Sobre o assunto ver: MARQUES, Eduardo César. **Estado e redes sociais: permeabilidade e coesão nas políticas...** Rio de Janeiro: Revan, 2000.

está presente apenas nas trocas concretas. Ela “*é co-extensiva e co-fundadora de toda relação social*” (RAFFESTIN, 1993, p. 32).

Mas, nesse sentido, a rede só é real, efetiva, quando utilizada no processo da ação. Não pode ser nada enquanto não for praticada, acessando recursos e pondo em movimento intenções coletivas. Dessa forma, uma ação em rede é algo que necessita se redefinir o tempo todo, demonstrando capacidade de se auto-avaliar, porque a rede não é, a rede está.

Santos (1996), em sua “Geografia das Redes”,¹⁶¹ apresenta três momentos da produção e da vida das redes em relação a técnica: o império dos dados naturais, no qual o homem estava limitado às contingências da natureza, tendo as redes uma espontaneidade com o consumo limitado e a lentidão do tempo social; o *desenvolvimento da técnica* objetivando o controle do território, tendo por marco a modernidade capitalista e a ampliação do consumo através do comércio internacional; o *período técnico-científico-informacional* (ou o da pós-modernidade): neste, os suportes das redes encontram-se parcialmente no território e nas forças recentemente elaboradas pela inteligência e contidas nos objetos técnicos.

Mas o autor (1996, p. 209) confirma: “*as redes são técnicas, mas também são sociais, portanto mistas, já que incluem materialidade e ação*”. E é por isso, complementa ele, que não se deve ignorar o poder ideológico que circula pelas redes técnicas, aparentemente desprovidas de significação política.

Para Santos (1996), as definições de redes se multiplicam constantemente, mas é possível detectar duas grandes vertentes de apoio à discussão: “*a que apenas considera o seu aspecto, a sua realidade material, e uma outra, onde é também levado em conta o dado social*”. Não se nega, então, que “*a rede é também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a freqüentam*”.

Marques (2000), na mesma linha de discussão de Santos (1996), especifica o tema e apresenta três usos possíveis de redes no campo das ciências

¹⁶¹ SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: espaço e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

sociais. A primeira delas é a rede como metáfora, isto é, *aquela em que entidades, indivíduos e mesmo idéias estão, de alguma forma, conectados entre si*. A segunda tem caráter normativo, determinando certas configurações de maneira a alcançar objetivos específicos, sendo mais utilizada na área de administração de empresas. A terceira é a que diz respeito especificamente à análise de redes sociais, utilizando-as “*também como método para a descrição e a análise dos padrões de relação nela presentes*” (MARQUES, 2000, p. 31-32). Nessa perspectiva, a análise das redes sociais

parte do princípio de que inúmeros fenômenos sociais e políticos podem ser analisados à luz dos padrões de relação entre indivíduos, grupos e organizações presentes em uma dada esfera da sociedade (e do Estado). Esses padrões constituem redes de diferentes tipos de vínculos em constante transformação, que se apresentam para os atores sociais tanto como constrangimento quanto como possibilidade, induzindo o comportamento dos atores e suas estratégias (...) (MARQUES, 2003, p. 153)

O autor assegura que, nessa área, a literatura internacional sobre o tema é ampla e diversificada, mas que, no Brasil, os estudos ainda são tímidos. Segundo ele, isso ocorre aqui em função da frequência das relações pessoais, sendo os estudos nelas fundamentados, diferentemente da literatura internacional, apoiada basicamente em relações institucionais e em organizações. Mas observa, também, que as relações pessoais de natureza institucional ganham frequentemente mais destaque. A intermediação de interesses¹⁶² tem ocorrido de forma disseminada por inúmeros e dispersos contatos pessoais entre os integrantes do Estado e dos interesses privados, o que faz com que as fronteiras entre ambos sejam cada vez mais tênues.

¹⁶² Karl Deutsch (1970) explica que o conceito de interesse é bastante ambíguo, mas antecipa que este implica uma pretensão ou expectativa de recompensa.

Nas ciências sociais, uma das autoras consideradas pioneiras nos estudos das redes sociais, no Brasil, é Ilse Scherer-Warren.¹⁶³ Merece atenção, para nossa problemática, muito mais pelo direcionamento que oferece das diversas perspectivas dos estudos do tema que pela análise das redes de movimentos sociais em si, o texto por ela publicado, em 1995, sobre metodologia de redes no estudo dos movimentos sociais.

Nele, a autora discorre, como outros estudiosos aqui citados, sobre a diversidade de ciências que trabalham com essa categoria de análise, bem como alerta para a necessidade de situar-se em relação às diferentes abordagens disciplinares e usos metodológicos ou operacionais da mesma. Apesar das especificidades, aponta que as abordagens multidisciplinares também são bastante utilizadas, e reforça sua importância analítica.

Dentre os estudos das ciências sociais ressalta os antropológicos e os sociológicos. Para a autora, a perspectiva antropológica, além de outras, entende a rede como relação entre indivíduos, valendo-se de conexões pré-existentes (de vizinhança, amizade, trabalho, classe social) e como parte constituinte da própria estrutura social, sendo seu conceito bastante importante para a análise de processos políticos.¹⁶⁴ Quanto à abordagem sociológica, destaca a perspectiva da rede enquanto articulação política e ideológica ou simbólica, ambas aqui trabalhadas.

A idéia de rede estudada por Scherer-Warren (1995) é a de um conceito propositivo, utilizado por atores coletivos e movimentos sociais para uma estratégia de ação coletiva de transformação social. São, assim, novas formas de organização e de ações mobilizadoras com fins determinados. A autora afirma ainda que, do mesmo modo que o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação

¹⁶³ A autora expõe a polêmica, mas para ela infrutífera, entre o fato da noção de redes referir-se a um método; a um conjunto de técnicas para coleta de dados ou representação gráfica da realidade ou mesmo a; uma teoria, uma forma de se conceber a realidade. Não adentrando ao debate, a autora afirma que todos esses elementos devem ser complementares.

¹⁶⁴ O conceito é discutido por J. A. Barnes num capítulo do livro “Antropologia das sociedades contemporâneas”. BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO B. (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.

permitiu o fluxo de capitais pelo planeta, também agilizou a articulação de uma variedade de movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

No Brasil, de acordo com ela, pode-se dizer que a organização dos movimentos sociais em rede inicia-se nos anos 1960, em função da necessidade de articulação dos atores políticos¹⁶⁵ em luta contra a ditadura militar, pela democratização e pelos direitos humanos. Contudo, foi somente a partir do final dos anos 1980 e início dos anos 1990 que a articulação em rede passou a ter uma nova dimensão, uma função reconhecida e um papel político importante na busca de direitos sociais mais específicos.

Haesbaert (1997), discorrendo também sobre a rede de movimentos sociais, afirma que estes sofreram transformações nos últimos anos, passando a valorizar mais as articulações, intercâmbios e a formação de redes temáticas e organizacionais. Assim, de organizações mais territorializadas, deram lugar a articulações mais desterritorializadas, com base em discussões e em tomadas de decisões coletivas.

Mas a rede social aqui estudada se configura, do ponto de vista organizacional, involuntariamente, ou seja, os vínculos se dão sem uma organização formal prévia (reuniões que delimitem procedimentos e ações, por exemplo) no conjunto das relações que os indivíduos estabelecem entre si. Essa estrutura, ao contrário da rede de solidariedade e de sua organização em prol de um objetivo comum, com o agrupamento de pessoas que demarcam as estratégias a serem alcançadas para o bem, a princípio, da coletividade (presumindo-se uma rede horizontal, “sem hierarquias”), não ocorre na rede social de Guarapuava, até porque as conexões ou as ligações entre os atores têm funções e objetivos diferentes, apesar da finalidade maior que é a conquista de poder. O que existe são hierarquias (ou elas ficam mais expostas), nas quais há relações de poder e de dependência, já

¹⁶⁵ Os estudos do que hoje se entende por atores políticos ganharam destaque nos anos 1980 ao se perceber que, tão importante quanto o compreender as formulações estruturais estava a necessidade de apreender o significado singular da vida social, de uma pluralidade de sujeitos (ou de um sujeito) e de suas interações.

que é comum nas redes, quando sociais, à existência de conflitos de orientação e choques de ambições pessoais e de grupos.

Isso se dá por serem as redes também seletivas, dependendo das ações individuais, como alianças e acordos associativos. Mesmo internamente, nem sempre se estabelece um mesmo plano de correlação de forças, como exposto acima e, com isso, seus atores instrumentalizam os interesses por meio de ligações que balizem suas ações, isto porque *“toda rede é uma imagem do poder ou, mais exatamente, do poder do ou dos atores dominantes”* (RAFFESTIN, 1993, p. 157).

Assim, a rede formada pelos diversos integrantes da política local, em Guarapuava, não pode ser considerada de solidariedade em sentido amplo, mas se constitui num meio de ajuda mútua internamente, para o fortalecimento hegemônico, pelo menos até o momento em que for conveniente a cada um de seus integrantes. A solidariedade aparece na possibilidade de benefícios àqueles que fazem parte da mesma, sendo o primeiro objetivo a manutenção do poder ou a tomada dele.

Mesmo este trabalho partindo da premissa da solidariedade em favor de alguns para a manutenção da dominação dos grupos hegemônicos é possível, como afirmam Scherer-Warren (1995) e Haesbaert (2002), a existência de redes de solidariedade como alternativas aos grupos dominantes. E, em Guarapuava, isso não é diferente, apesar de não termos por objetivo seu estudo.

Como alerta Haesbaert (2002), deve-se distinguir as redes ‘funcionais’ ou instrumentais, voltadas para a eficácia do sistema econômico capitalista, daquelas mais simbólicas, voltadas para as territorialidades mais alternativas ao sistema dominante. A rede social local, apesar de seu caráter mais abstrato, sem clara dimensão territorial, serve como instrumento de fortalecimento do poder dos grupos político-econômicos dominantes. Assim, os territórios formados por eles

podem ter também uma dimensão simbólica, ou seja, serem mais apropriados¹⁶⁶ pelas relações de poder da rede do que necessariamente dominados.¹⁶⁷

Apesar de historicamente construídas, já que apresentam dinâmicas herdadas de períodos anteriores as redes, especialmente as sociais, se modificam muito rapidamente, com novos (ou excluídos) indivíduos e vínculos.¹⁶⁸ Apresentam, para nossa análise, duas acepções primordiais. A primeira é a motivação à permanência, a manutenção do *status quo*, estando a dinâmica da rede voltada para a perpetuação e a consolidação da ordem estabelecida, em parte, pelo próprio grupo; a segunda como desejo de mudança dessa ordem por grupos divergentes, na luta, no conflito. No poder político o objetivo é o de assumir cargos políticos e, conseqüentemente, dominar pelo maior tempo possível, os territórios ocupados pelos adversários. Por isso, os que estão de fora desse processo lutam para nele adentrar.

A rede social, em Guarapuava é, assim, resultante das múltiplas relações tecidas entre os diversos atores e constituídas com o objetivo de conquista/consolidação do poder político local. E é por isso que o estudo pede, então, “o mapeamento da pluralidade de atores, suas parcerias e articulações, bem como o desvendamento dos mecanismos informais e obscuros de acesso ao centro do poder” (GUIMARÃES e MELO, 1997, p. 3).

2. Territórios conservadores de poder: do que estamos falando?

Na Geografia, que “*se arroga o privilégio de ser a disciplina do espaço*”

¹⁶⁶ Territórios apropriados são aqueles definidos pelas ligações simbólicas dos diferentes grupos sociais com o espaço (LEFEBVRE, 1996).

¹⁶⁷ Territórios dominados são aqueles definidos diretamente pelas relações de poder (LEFEBVRE, 1996).

¹⁶⁸ Reside aí um de seus principais problemas analíticos, o de como tratar a dinâmica social numa ordem temporal.

social” (SOUZA, 1995, p. 81), as discussões sobre o território¹⁶⁹ têm como marco os trabalhos de Robert Sack¹⁷⁰ e Claude Raffestin. Raffestin (1993, p. 144) discute a relação e a distinção entre território e espaço. Para esse autor, o espaço “*é, em primeiro lugar, um dado que antecede à invenção humana*” (RAFFESTIN, 1993). Então é formado pela expressão, pelo que se vê. Mas há outro, o espaço em seu conteúdo, aquele que tem seu significado dado pelos atores sociais, pelo percebido. Há, deste modo, um espaço visível e um espaço abstrato, simbólico, ligado às ações e às relações que se inscrevem como território.

O território, daí, “*é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão’ original, o território é a ‘prisão’ que os homens constroem para si*”.

De acordo com Haesbaert (2002), o território surge quando, dentre outros, um indivíduo ou um grupo busca atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos em determinada área geográfica. É a área de atuação de uma ação política ou político-econômica ou de proeminência de relações simbólicas. Com isso, é fundamentalmente um espaço definido e delimitado em razão de relações de poder.

Ainda segundo o autor, o território se constitui como relações sociais projetadas nesse espaço, que podem formar-se e dissolver-se em escalas temporais muito rápidas ou não, ter existência regular ou periódica, ainda que o substrato espacial seja o mesmo. Por isso afirma que os territórios podem, também, ser estruturados ou desestruturados.

¹⁶⁹ A Ciência Política também estuda o território, em função, especialmente, da utilização do conceito de poder.

¹⁷⁰ Para Sack (1986), todavia, o território é definido, sobretudo através de um de seus componentes, a fronteira, numa visão preponderantemente política do território. Além disso, afirma que o território é uma invenção de uma classe social para seu próprio benefício. Optou-se, aqui, diante das duas vertentes, em trabalhar com Raffestin porque ele aborda a questão do território apropriado, o que se dá além das relações político-econômicas.

Assim, o sentido relacional presente no território traduz a incorporação, simultânea, do conjunto das relações sociais e de poder, e da relação complexa entre processos sociais e espaço geográfico, este entendido como ambiente natural e ambiente socialmente produzido. Além do mais, o sentido relacional implica que se considere o significado do território não apenas como vinculado as idéias de enraizamento, limite, estabilidade, fronteira, fixidez, mas também como vinculado as idéias de movimento, de fluidez, de conexão (HAESBAERT, 2002).

Importa ainda, para o autor, perceber que a medida que as noções de controle, de ordenamento e de gestão espacial não se restringem apenas ao Estado, mas igualmente a outros distintos grupos sociais, bem como as grandes corporações econômicas e financeiras, o território deve ser apreendido como resultado da interação entre múltiplas dimensões sociais.

Teórico-metodologicamente, o território é estudado, segundo Haesbaert (1997), de diferentes formas. Para ele o estudo passa pela sua compreensão enquanto instrumento do poder político e enquanto espaço de identidade cultural, instrumento de um ou de vários grupos culturais e/ou religiosos, como apropriação simbólica do espaço. Neste caso, vale-se de diversos estudos, como os de Knight (1982), Tuan (1982) e Guatarri (1985).

O autor (1997, p. 40-1) então agrupa, após o compartilhamento dessas leituras, as abordagens conceituais de território em três vertentes: 1. a jurídico-política: *“o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal; a cultural (ista): “prioriza sua dimensão simbólica e mais subjetiva (...); “a econômica (muitas vezes economicista), minoritária, que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, concreta, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho”*. O mais comum, no entanto, afirma ele, são as posições múltiplas, que o entendem a partir das interfaces dessas vertentes.

Mediante essa discussão, Haesbaert (1997) afirma que o território, então, deve ser visto *“não apenas como um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também como uma apropriação que incorpora uma dimensão*

simbólica, identitária e, porque não, afetiva". É a dimensão político-cultural¹⁷¹, também por ele priorizada em detrimento ao caráter econômico de análise do território.

Compreende-se, assim, como Haesbaert (2002), que o território pode ser reapropriado e, portanto, vivenciado distintamente, o que permite também designar sua territorialidade, na qual os atores sociais *"vivenciam, simultaneamente, o processo territorial e o produto territorial através de um sistema de relações produtivas (ligadas ao recurso) ou existenciais (relevando a construção identitária, portanto da memória coletiva e da representação)"*, que são, por diversas vezes, mediadas por redes.

Por isso, demonstra o autor que território e rede se encontram articulados, embora analiticamente separados na maior parte dos estudos. Assim, as redes devem ser vistas também como fortalecedoras do território e não apenas como destruidoras, podendo ser *"tanto um elemento fundamental constituinte do território como até mesmo se confundir com ele, como na noção de território-rede"* (HAESBAERT, 2002). E é por isso que o território no qual relações de poder se efetivam por meio de redes, é tornado território da rede ou das redes ou ainda território-rede. E essa junção se efetiva em virtude das interações, em cada momento, em cada escala e segundo cada dimensão do espaço (econômica, política, cultural) dos múltiplos intercâmbios entre territórios e redes. Assim, há território-rede em função da atuação de relações de poder em rede, constituídas como domínio e apropriação num determinado território. Mas Haesbaert (2002) alerta sobre a afirmação de Raffestin (1993, p. 185): *"a rede faz e desfaz as prisões do espaço tornado território: tanto libera como aprisiona. É o porquê de ela ser o 'instrumento', por excelência, do poder"*.

Por isso há a possibilidade das redes sociais, sob o viés geográfico, não se constituírem espacialmente a partir de linhas e pontos e, portanto, não terem dimensão diretamente espacial, como quer Corrêa. Entende-se que as redes sociais, formadas pelas relações entre indivíduos e grupos (direta ou indiretamente) podem

¹⁷¹ Essa idéia é fundamentada em Lefebvre (1986), a partir da diferenciação entre espaços dominados e espaços apropriados.

se manifestar no território, mas essa manifestação se dá em sentido abstrato, em razão de um único ponto (ou não), no qual se estabelecem os embates e conflitos, as lutas, derrotas e vitórias. Esse é o caso da rede social de Guarapuava. É como se ela, de imediato ou num primeiro momento, abarcasse apenas um “grande ponto”, o demarcado por sua trama de linhas e nós simbólicos.

O abalroar das relações que constituem a rede ou o território-rede pode formar, ainda, o que Bourdieu (1999) chama de “campo de batalhas”, no qual as relações operam também pela força do sentido. Nesse campo, práticas, grupos de poder e decisão e níveis de discurso se enfrentam por intermédio de interesses e reivindicações. “*As posições que esses grupos ocupam configuram um campo de batalhas ideológico, expressão da luta de classes e do processo prevalecente de dominação*”. A dinâmica, afirma Micele (1999, p. 25) na introdução do livro “A economia das trocas simbólicas”, nesse campo

depende das transformações por que passa a estrutura social, seja pelo surgimento de novos grupos com interesses determinados, seja pela ruptura ou crise do sistema de dominação, seja pelas novas alianças entre os grupos e/ou frações que detêm o papel hegemônico. (MICELE, 1999, p. 25)

Para além das lutas no espaço inclusivo do mercado (material), onde o critério decisivo é a propriedade, há um conflito entre valores que se materializam através de um estilo/modo de vida baseado no prestígio e na dominação. Esse estilo/modo de vida se apresenta através de instituições que dividem entre si o trabalho de dominação simbólica, com imposição de ideologias, culturas e práticas de grupos particulares.

É assim que as estratégias discursivas dos diferentes atores dependerão das relações de forças simbólicas entre os grupos e dos interesses específicos que lhes são garantidos pela posição de seus membros nos sistemas de relações que se estabelecem entre os diferentes campos dos quais eles participam.

Assim, importa dimensionar a força desses atores de gerar mudanças ou permanências no poder político local, seja em Guarapuava ou em Presidente Prudente, por exemplo. O território, todavia, em sua relação com as redes, “um binômio de grande utilidade na Geografia”, de acordo com Haesbaert (2002), deve ser compreendido, assim como os territórios conservadores, também no sentido de novas perspectivas teóricas de análise. Os territórios, então, além de dominados, instrumentos de controle e exploração, são também diferentemente apropriados, concreta e simbolicamente, numa infinidade de significados. Com isso, podem ser diversos: geográficos, sociológicos, afetivos, identitários, conservadores etc.

3. Redes sociais e territórios conservadores de poder em Guarapuava-PR

Diversos elementos, além da primeira impressão, a de um conjunto de pontos interligados por linhas, podem ser utilizados para a análise das redes. Neste caso, das redes sociais. Embora a forma seja importante, por expressar o conteúdo, ela não é suficiente para explicar a rede em todas as suas características. Se bastasse a identificação de ligações entre vários componentes, poder-se-ia até afirmar que quase tudo teria relação ou seria rede. Pensando nisso, realizou-se um estudo capaz de explicá-la para além de sua morfologia, tendo por base os resultados da Figura 02. Os fatores analisados se subsidiaram nas discussões de Scott (1991) e se resumiram ao grau de centralidade e ao grau de centralização e/ou conectividade¹⁷², representados através de tabelas, esquemas interpretativos e sociogramas que indicam também a dinâmica da rede.

¹⁷² A conectividade também foi estudada a partir de alguns atores, valendo-se de seus elos mais fortes.

3.1. Para se entender as redes sociais: grau de centralidade

O grau de centralidade é uma, dentre as várias possibilidades de leitura das redes, inclusive as sociais. Se expressa no número de conexões possíveis e efetivamente realizadas, para cada ator¹⁷³ na rede, demonstrando as suas relações na mesma. Assim, o grau de centralidade se mensura pelos contatos estabelecidos diretamente pelos atores. É o que pode ser observado na Tabela 10, numa primeira análise. A centralidade é, com isso, a posição de um ator em relação aos outros, mas considerando-se a quantidade de elos ou linhas que ele possui diretamente. A análise, mesmo sendo individualizada, já que importa os contatos diretos do mesmo, é realizada no conjunto da rede, na posição do ator em relação aos demais atores.

¹⁷³ Daqui a diante nos referiremos a ator/atores para designar as letras/instituições constantes na matriz (Figura 02).

Tabela 10 – Guarapuava: Grau de centralidade

Instituições	Total (contatos diretos)	Grau de centralidade
C – PP	21	0,91
O – Repinho	20	0,87
V – PL	20	0,87
B – PMDB	19	0,83
F – Cooperativa Agrária	19	0,83
N – Grupo Superpão	19	0,83
S – PPS	19	0,83
L – Grupo Gelinski	18	0,78
K – PTB	18	0,78
U – Sociedade Rural	17	0,74
T – ACIG	16	0,70
I – PSDB	16	0,70
H – FIEP	15	0,65
X – Coralplac Compensados	15	0,65
G – Santa Maria	14	0,61
P – PT	14	0,61
Z – Grupo Trajano	13	0,57
M – Grupo Lacerda	12	0,52
A – PHS	09	0,39
R – UNICENTRO	09	0,39
J – Flabel Construção	07	0,30
D – PDT	06	0,26
Q – SEAB	05	0,22
E – PFL	02	0,08

Fonte: Entrevistas.

Org.: Márcia da Silva.

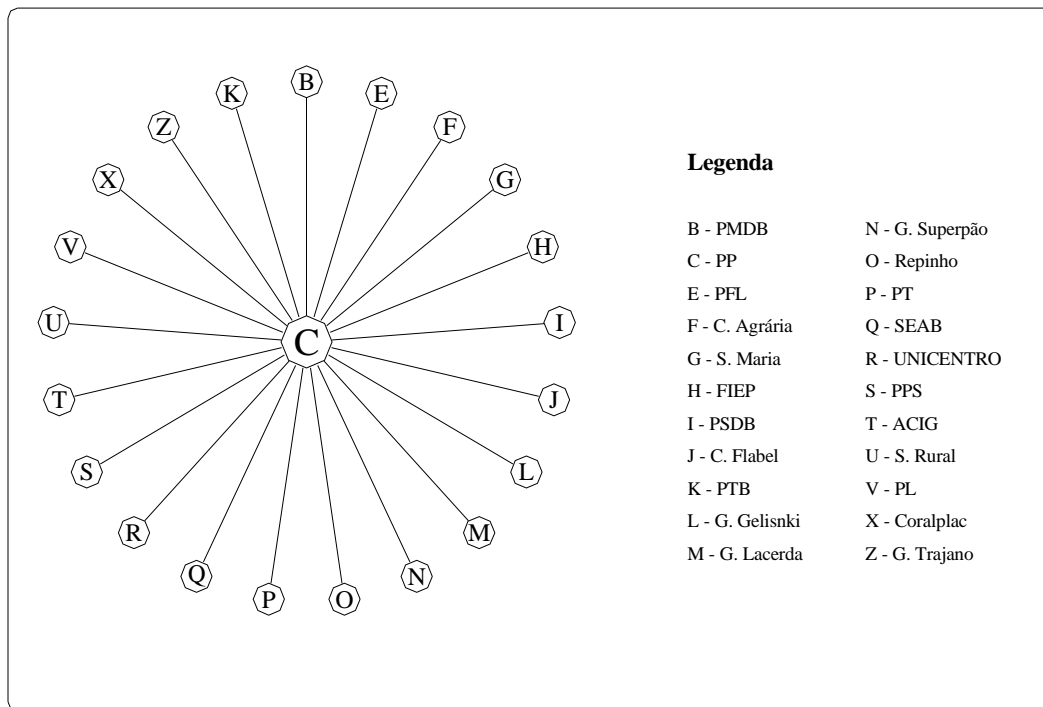
Assim, é possível afirmar que a centralidade, embora não se trate de uma posição fixa, hierarquicamente determinada, traz consigo uma idéia de poder. Quanto mais central é um ator, “*mais bem posicionado ele está em relação às trocas e à comunicação, o que aumenta seu poder na rede*”, aponta Marteleto (2001, p. 74). E complementa:

A margem de decisão do indivíduo inserido em uma determinada rede social, no entanto, está sempre presa à distribuição do poder, à estrutura da dependência e das tensões no interior de seu grupo. A influência de uma pessoa sobre outras pode ser grande, mas a autonomia da rede em que ela atua é incomparavelmente mais forte. (MARTELETO, 2001, p. 81)

Mesmo a rede tendo prevalência em relação ao ator, como afirma a autora acima, torna-se importante ter um grande número de vínculos ou de contatos diretos, aponta Scott (1991). E a importância está, segundo ele, na possibilidade desses atores construírem formas alternativas de satisfazer suas necessidades e, portanto, de se tornarem menos dependentes de outros, indiretamente, o que é comum na rede. Por isso, dado que dispõem de muitos vínculos diretos, podem ter acesso (e conseguir), eles próprios, a um número cada vez maior de recursos dos atores no conjunto da rede (pelo contato destes atores com outros e destes com outros etc), favorecendo-se mais rapidamente de seus benefícios. O enfoque da centralidade implica, então, em assegurar que os atores com maior número de conexões diretas possam ser importantes no sentido de afetar mais atores com suas idéias ou com seu dinheiro ou com sua ideologia.

Ao se observar a Tabela 10 é possível perceber que C¹⁷⁴ (Partido Progressista - PP), que tem como representante principal, localmente, o prefeito eleito em outubro de 2004, Luiz Fernando Ribas Carli e seu grupo político, é o maior centralizador das relações ou do poder político local. Ou seja, o PP (ou os elementos ligados a esse partido) centraliza as conexões diretas. Com isso, do total de conexões possíveis da rede, 23, 21 (ou 0,91 do grau de centralidade) passam pelo PP. Este partido, percebe-se na Figura 06, dos 23 atores da rede, só não se relaciona com A (Partido Humanista da Solidariedade - PHS) e com D (Partido Democrático Trabalhista - PDT). As conexões diretas deste ator, bem como de outros, podem ser observadas nos esquemas interpretativos (Figuras 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12) na seqüência.

¹⁷⁴ Para este capítulo, como tentativa de deixar um pouco mais fluente a leitura, já que o número de instituições e formas de apresentá-las pode causar dificuldades de compreensão, padronizou-se o texto da seguinte forma: a primeira vez em que uma instituição for citada será indicada com a letra a ela correspondente na Figura 02 e, entre parênteses, com o nome completo e a sigla (quando for o caso). Exemplos: O (Repinho Reflorestamento e Compensados Ltda) e P (Partido dos Trabalhadores - PT). Nas demais vezes que for citada, aparecerá apenas o seu nome mais usual, neste caso, Repinho e PT, respectivamente. Excetuam-se, neste caso, os nomes citados nas tabelas e nas figuras.

FIGURA 06: Grau de centralidade do Partido Progressista (PP)

Fonte: Entrevistas.

Org.: Márcia da Silva.

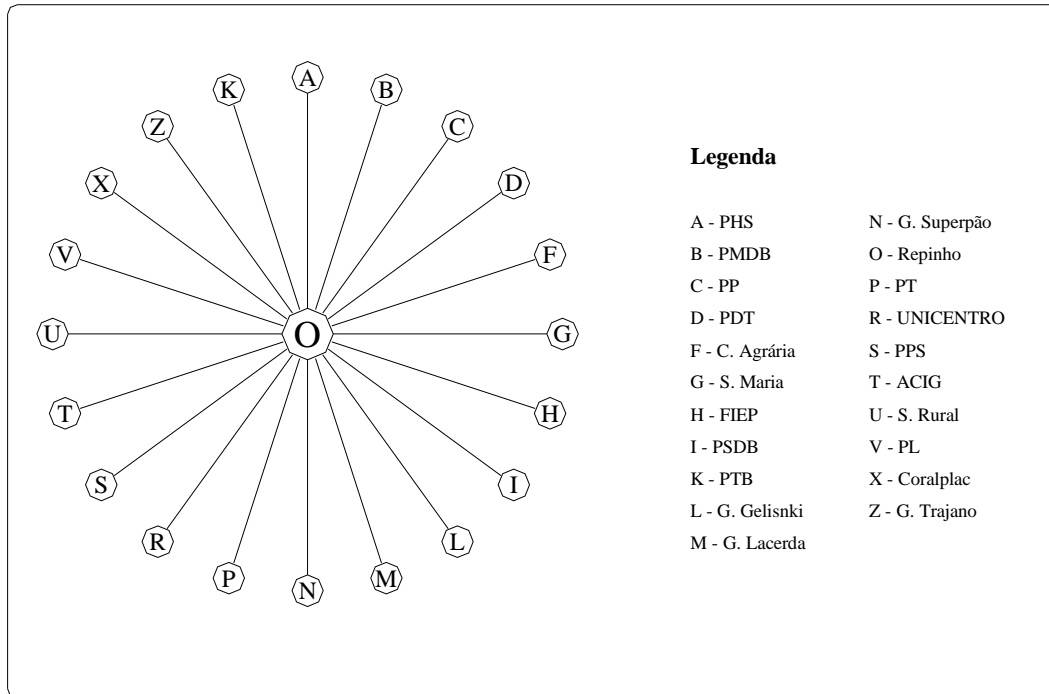
A abordagem realizada no Capítulo 03 e a análise das redes sociais, no entanto, permitem afirmar que o poder do PP é, até certo ponto, simbólico. Isso porque o PP venceu a eleição para prefeito praticamente sozinho em termos de apoios partidários, coligado apenas com o I (Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB), dos chamados grandes partidos que, na rede social de Guarapuava, é bastante frágil. Os outros dois grupos de poder político, como visto no Capítulo 03, se uniram em prol de seu adversário, o atual deputado federal Cezar Silvestre (PPS) e de seu grupo. Carli, assim, ficou aparentemente isolado na política local. Por outro lado, teve apoio de grande parte da população, especialmente a mais carente, imbuída da idéia de esperança no futuro, de mudança, impregnada por ele no imaginário social local. Esse poder foi conquistado, é o que parece, através de seu carisma pessoal e da convicção com que defende suas idéias, mas também através da aceitação, pela população, via *slogans* de suas campanhas, da construção simbólica de identificação com o

“Renovar é preciso”, o “Juntos para mudar”, o “Pra frente é que se anda”, o “Fernando é gente que faz”, este último uma analogia às diversas obras por ele realizadas durante sua primeira gestão como prefeito de Guarapuava.

Mas Carli também conquistou diversos oponentes ao longo da vida política (e por isso mesmo o isolamento), já que teve vários conflitos com seus correligionários (que acabaram por se desvincular do grupo), e com outros líderes políticos locais. Estes, a partir de então, tornaram-se grupos de oposição. Concluiu-se, afinal, que Fernando Ribas Carli, ator ligado ao PP com maior número de indicações (ou de conexões) pelas pessoas por nós entrevistadas, assim o foi mais como uma obrigação, já que tudo indicava que seria o futuro prefeito (para os entrevistados antes do pleito de outubro) ou pela confirmação do fato (para os entrevistados após o pleito), e/ou ainda por receio de que a pesquisa caísse em “mãos erradas,” ou fosse divulgada ou, então, por alguns dos entrevistados estarem buscando uma aproximação/reaproximação com o mesmo e, claro, por aqueles que realmente tem vínculos com o PP.

Logo após esse ator principal, com 20 conexões cada, como pode ser percebido na Tabela 10, estão O (Repinho Reflorestamento e Compensados Ltda) e o V (Partido Liberal - PL) ou os atores a estas instituições ligados. Os contatos diretos destes atores podem ser observados, também, como no caso do PP, nas Figuras 07 e 08. Em relação ao proprietário da Repinho, Odacir Antonelle¹⁷⁵, o que se afirma de senso comum é que faz a doação de compensados (e outros) para a construção de *outdoors*, especialmente para as campanhas de Fernando Ribas Carli, mas nada aqui pode ser comprovado, até porque não foi possível entrevistá-lo para sanar dúvidas. O que se observa é a presença dessa instituição em quase todas as análises realizadas, indicando que está em evidência na rede social. Em relação à sua rede social de contatos diretos (Figura 07), a Repinho só não se relaciona com três atores da rede social: E (Partido da Frente Liberal - PFL), J (Flabel Construção Civil Ltda) e Q (Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento - SEAB).

¹⁷⁵ Odacir Antonelle, proprietário da empresa Repinho Reflorestamento e Compensados Ltda, foi contatado mediante 12 telefonemas à sua secretária (e alguns diretamente a ele), mas não concedeu-nos entrevista.

FIGURA 07: Grau de centralidade da Empresa Repinho Reflorestamento e Compensados Ltda

Fonte: Entrevistas.

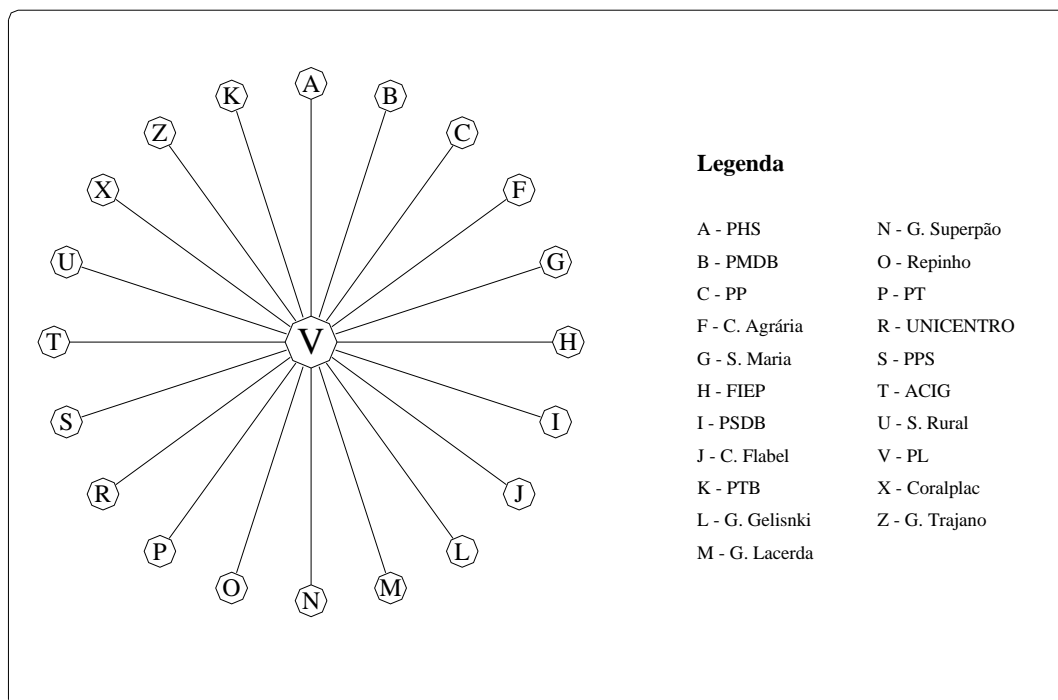
Org.: Márcia da Silva.

Já o PL é o centralizador de um grupo político que tem como ator principal o prefeito até 2004, Vitor Hugo Burko. Como Burko ocupou o cargo pela segunda vez consecutiva e o partido, localmente, não possuía um outro nome de destaque que pudesse, na última eleição, sair candidato a prefeito, apoiou o grupo formado por Cezar Silvestre, adversário de Carli. Apesar da centralidade na rede e de ser considerado um dos grupos de relevância no poder político local, no momento passa por uma “crise de identidade”, tornando-se o mais frágil deles. Atribui-se a centralidade acentuada, então, aos oito anos de mandato e controle do poder público por Burko e talvez menos pelo PL, chegando-se, mais uma vez, a preponderância do pessoal ao institucional.

Na vida política, até então, este ator só havia sido vereador, ao contrário dos demais adversários/correligionários (tudo depende do momento político) que possuem na bagagem cargos de deputado, tanto estadual como federal e outros, como chefe da Casa Civil do estado. Mas é claro que esses atores

principais, o PP, a Repinho e o PL, não são os únicos vinculados a essas instituições. Elas possuem outros atores no conflito político, mesmo secundariamente ou aparentemente em posição secundária na rede social. Quanto à Figura 08, como na representativa da Repinho, o PL só não se relaciona com três atores, neste caso o PDT, o PFL e a SEAB.

FIGURA 08: Grau de centralidade do Partido Liberal (PL)



Fonte: Entrevistas.

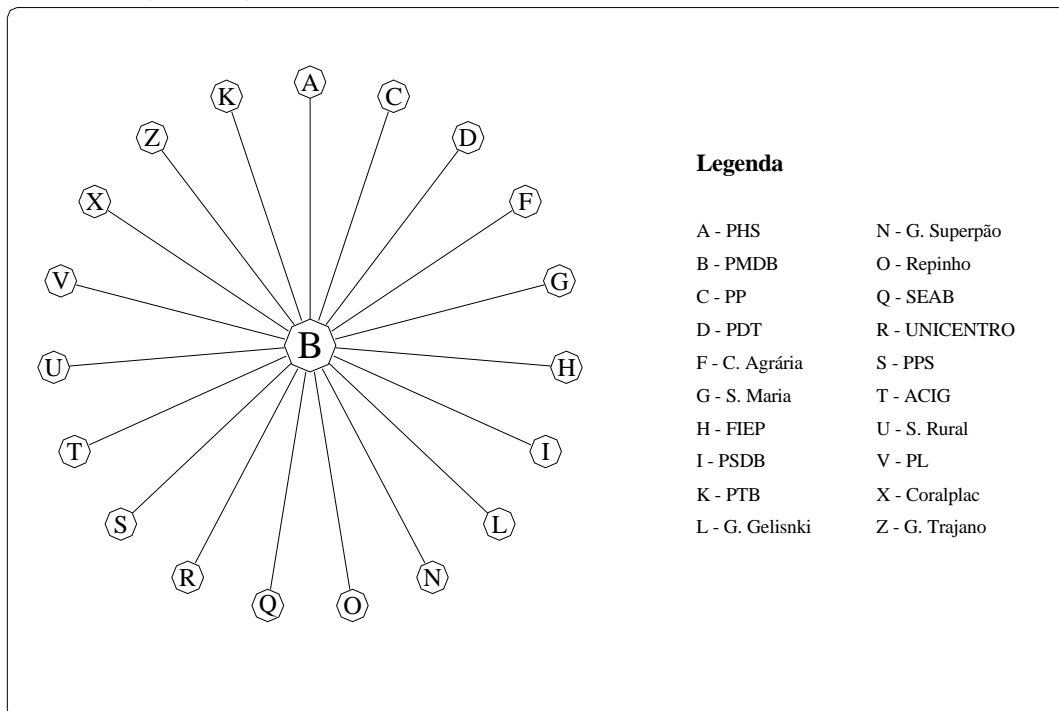
Org.: Márcia da Silva.

O B (Partido Movimento Democrático Brasileiro - PMDB), juntamente com F (Cooperativa Agrária Mista de Entre Rios Ltda), N (Grupo Superpão Ltda) e S (Partido Popular Socialista - PPS) estão num terceiro escalão de centralidade da rede social de Guarapuava, com 19 conexões cada.

Quanto aos partidos políticos, o PMDB estava coligado ao PPS na candidatura a prefeito em 2004, sendo seu o candidato a vice. Mas o PMDB, entende-se, é um centralizador não apenas pelo seu papel na atualidade. Aliás, menos por isso e muito mais em virtude da rica história de vitórias e conquistas que

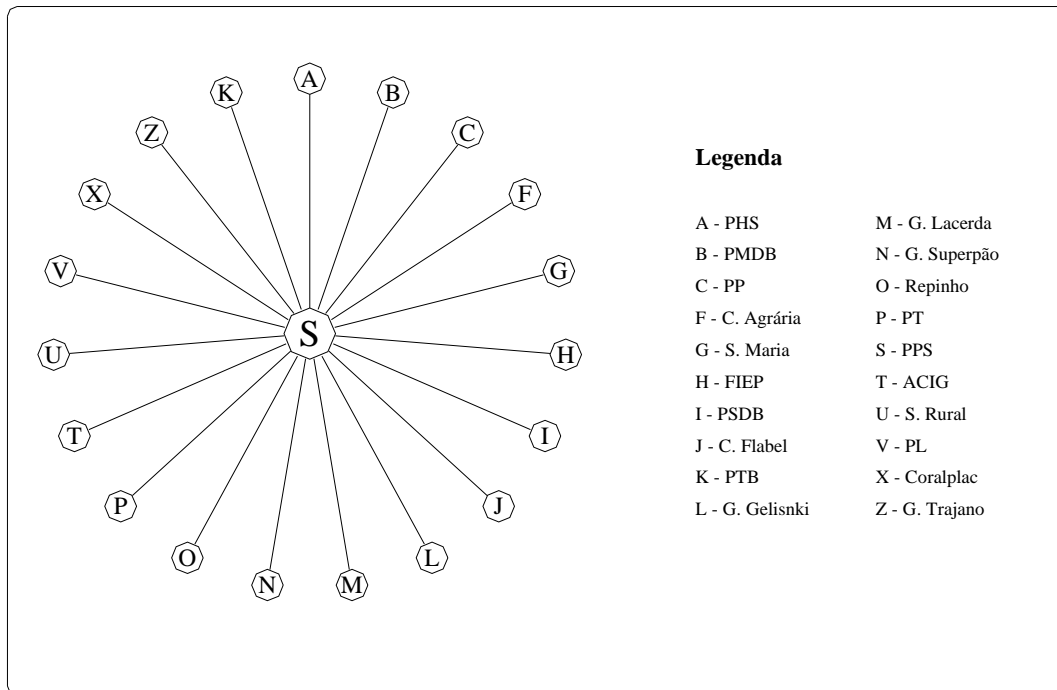
possui na cidade, consubstanciada, em especial, por Nivaldo Krüger. Pode-se dizer que este ator, assim, apesar do nome citado, é um dos raros casos em que a importância institucional prevalece à pessoal. A Figura 09 expressa os seus contatos, 19, dos 23 possíveis.

FIGURA 09: Grau de centralidade do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)



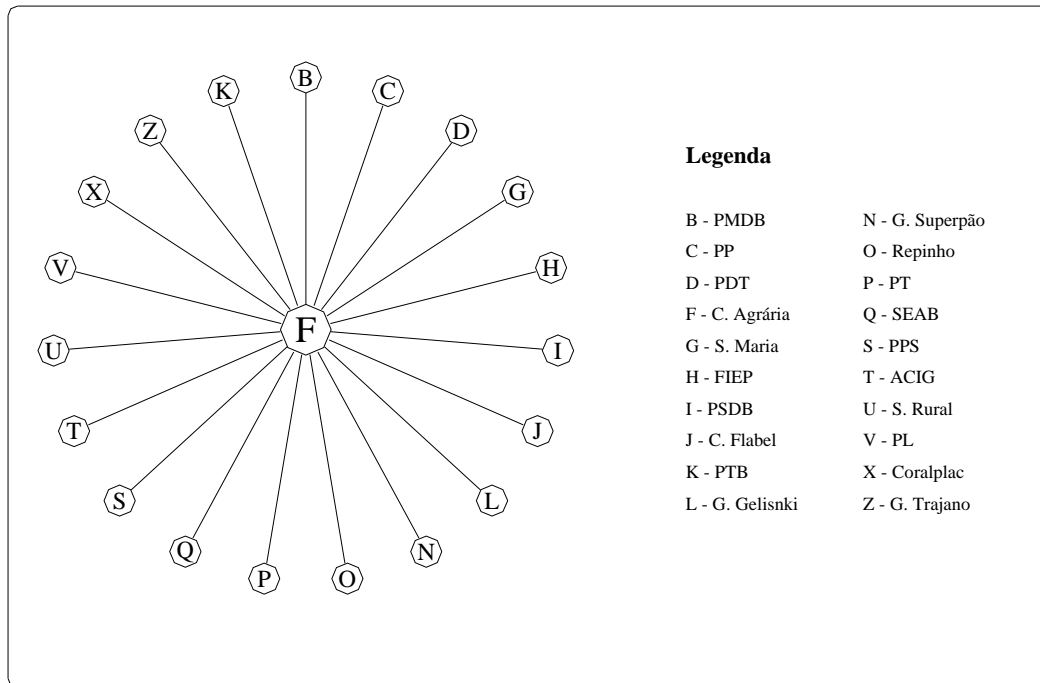
Fonte: Entrevistas.
Org.: Márcia da Silva.

Em relação ao PPS, este partido, em Guarapuava, tem ainda uma trajetória modesta. Foi organizado em 2001 e elegeu Cezar Silvestre como deputado federal, em 2002 (o mais votado do estado). Em 2004 elegeu três vereadores e o presidente da câmara para a legislatura 2005-2008. A Figura 10, no entanto, expressa sua importância na rede social, com um bom número de contatos (19 dos 23 possíveis) se comparado a outros atores e a sua história local.

FIGURA 10: Grau de centralidade do Partido Popular Socialista (PPS)

Fonte: Entrevistas.
Org.: Márcia da Silva.

Quanto às empresas, a Cooperativa Agrária dispensa análises mais aprofundadas de sua importância econômica e política localmente (já demonstradas no Capítulo 02), mas pode-se afirmar que possui grande capacidade de influência política, apesar de não se ter certeza se essa capacidade é ou não utilizada. A Figura 11 confirma sua participação ativa na rede social, a segunda maior juntamente com o Grupo Superpão, tratando-se de empresas.

FIGURA 11: Grau de centralidade da Cooperativa Agrária Mista de Entre Rios Ltda

Fonte: Entrevistas.
Org.: Márcia da Silva.

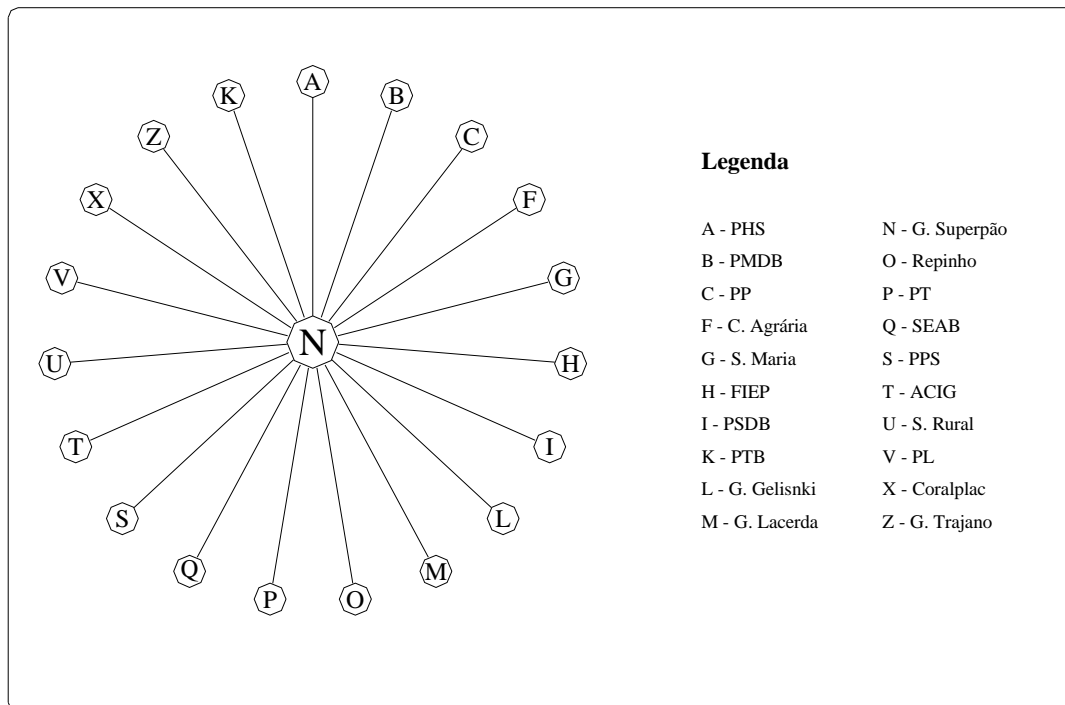
Já o Superpão é um grupo de capital local, com 80 anos no mercado de varejo no município e que tem se expandido pelo Paraná, com lojas em diversas outras cidades, inclusive Curitiba, portanto um ator econômico dos mais significativos e, com isso, com possibilidade de o tê-lo também na política.

Mas, nesta, afirma um dos proprietários, Maurício Hyczy¹⁷⁶, preferem não se envolver. Como foi vice-presidente de T (Associação Comercial e Industrial de Guarapuava - ACIG) na gestão Júlio Cezar Pacheco Agner (candidato a prefeito em 2004 por K - Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) - como já exposto), finalizada em 2004, afirmou ser um incentivador da candidatura deste como meio de fortalecer os empresários localmente, mas sem qualquer privilégio. A Figura 12 abaixo deixa explícitas suas conexões diretas.

¹⁷⁶ Entrevista concedida à Márcia da Silva, em 05/06/2004, as 11 h, no escritório do grupo.

Esses, então, são os principais atores centralizadores da rede social em Guarapuava. Mas não somente o grau de centralidade indica as relações de poder e a dinâmica da rede. É o que pode ser observado a seguir.

FIGURA 12: Grau de centralidade do Grupo Superpão Ltda



Fonte: Entrevistas.
Org.: Márcia da Silva.

3.2. Para se entender a rede social: grau de centralização/conectividade

De acordo com Marteleto (2001), mesmo os atores com maior número de contatos diretos sendo elos importantes na rede, ela é, antes de tudo, um ambiente de trocas, que se dá em vários níveis. “A *informação circula na rede, atingindo os atores também de forma indireta. Isso significa que não só a quantidade de elos diretos define a posição dos integrantes de uma rede*” (MARTELETO, 2001, p. 73), mas também a quantidade de elos indiretos que permitem compreender, assim, seu grau de centralização. A centralização, então,

ocorre na soma das conexões possíveis e efetivamente realizadas, diretas e indiretas, de cada ator, como observado na Tabela 11. Com isso se mantém, para a rede de Guarapuava, as leituras apontadas para a centralidade. Mas a centralização, ao contrário da centralidade, mensura o conjunto das conexões para cada ator, mas o faz no conjunto da rede. Por isso dá a idéia do quanto a rede está organizada ao redor de um ator ou de vários atores mais importantes por meio de seus elos ou de suas linhas, diretas e indiretas.

As linhas são, efetivamente, as responsáveis pela dinâmica da rede, já que uma única linha permite o encontro de dois pontos, pelos quais é possível manter uma infinidade de outras linhas. Portanto, afirma Scott (1991), poucos pontos muito interligados caracterizam uma rede com alto potencial relacional ou capacidade produtiva (o limite é quando todos se relacionam com todos) e muitos pontos, mas pouco interconectados, caracterizam justamente o seu contrário, a fragilidade da rede. Nesse estudo, é a primeira opção que prevalece.

Apesar do grau de centralização elevado, no conjunto da rede, já que quase todos se relacionam, oferecendo densidade de linhas à rede, também deve ser ressaltado o fato da rede possuir, na média dos atores, um grau de centralização baixo, conforme Tabela 11. Ou seja, nenhum deles possui um grau de centralização elevado a ponto de se destacar na rede. É como se o “peso” das relações fosse dividido entre todos. Assim, das 276 conexões, o maior número delas foi alcançado pelo PMDB, 52 ou 18,84%. Por outro lado, ao pensar a rede em seu conjunto (o que justifica a existência da mesma), a capacidade produtiva ou relacional é extremamente alta, já que os 24 pontos ou atores produziram 276 conexões, o que confere a rede uma elevada densidade, onze vezes e meia maior que o número de pontos.

Tabela 11 – Guarapuava: grau de centralização/conectividade

Instituições	Total	Grau de centralização (em %)
B – PMDB	52	18,84
C – PP	51	18,48
N – Grupo Superpão	49	17,75
S – PPS	49	17,75
O – Repinho	46	16,66
F – Cooperativa Agrária	41	14,85
V – PL	40	14,49
K – PTB	36	13,04
U – Sociedade Rural	35	12,68
L – Grupo Gelinski	31	11,23
T – ACIG	28	10,14
G – Santa Maria	23	8,33
H – FIEP	22	7,97
I – PSDB	20	7,25
P – PT	20	7,25
X – Coralplac Compensados	18	6,52
M – Grupo Lacerda	14	5,07
Z – Grupo Trajano	14	5,07
A – PHS	09	3,26
R – UNICENTRO	09	3,26
D – PDT	07	2,54
J – Flabel Construção	07	2,54
Q – SEAB	05	1,81
E – PFL	02	0,72

Fonte: Entrevistas.

Org.: Márcia da Silva.

Mas há uma diferença, em termos de importância dos atores, na comparação do grau de centralidade com o grau de centralização. Alguns exemplos podem melhor evidenciar o fato. Conforme a Figura 02 e a Tabela 11, é o PMDB que mais elos diretos e indiretos possui (52). Assim, mesmo com o maior número de conexões diretas do PP (21, conforme Tabela 10), é o PMDB o ator mais importante por ter o maior número de contatos diretos e indiretos no conjunto da rede. Apesar, então, das 21 conexões diretas, o PP não é o ator principal no todo da rede, pois suas conexões indiretas, 30, são em número inferior às conexões do PMDB, que possui 19 diretas, mas 33 indiretas. O PP, então, com um total de 51 conexões, tem um grau de centralização menor (18,48%) que o PMDB, que possui 52 ou 18,84%.

Outro exemplo pode ser dado pela Repinho e pelo PL. Eles possuem 20 conexões diretas cada um, mas, indiretamente, a Repinho possui 26 e o PL apenas 20, o que leva a Repinho a possuir um total de 46 conexões ou grau de centralização de 16,66% na rede, e o PL um total de 40 conexões ou 14,49% das centralizações. Uma das conclusões a que se pode chegar a partir dos exemplos acima é a de que o PMDB e a Repinho, com maior número de conexões indiretas, mantêm contatos estratégicos, isto é, atingem, com os contatos diretos, atores mais importantes ou aqueles com maior facilidade em se conectar a outros atores e, portanto, vincula-se com mais pessoas com menos esforço, otimizando suas relações.

Isso significa, como mencionado, que não necessariamente os atores com maior número de contatos diretos em uma rede são aqueles que ocupam as posições mais centrais, em termos do conjunto da rede. Estes se destacam, especialmente, em virtude de suas conexões indiretas que, apesar de empiricamente menos efetivas, oferecem maior dinâmica à rede.

Como observado no Capítulo 03, os grupos locais politicamente mais importantes estão aí representados, ou seja, o PMDB, o PP e o PPS. Além desses, o Grupo Superpão demonstra ser um ótimo articulador do poder local, já que está presente, em toda a rede, com 19 contatos diretos, mas com 30 indiretos (Tabelas 10 e 11), ou seja, se mantém em contato com os mais diversos atores, mesmo que não declaradamente.

A rede formada pela análise dos grupos político-econômicos de Guarapuava, assim, é caracterizada por uma distribuição mais ou menos uniforme do grau de centralização ou de espacialização das informações, das trocas ou do poder. Este poder, como já exposto, politicamente está distribuído entre os mesmos atores, que se relacionam com os grupos econômicos também mais importantes, mais especificamente o grupo Superpão, a Cooperativa Agrária e a Repinho. Mas é preciso esclarecer que a inserção destes grupos econômicos na rede não significa a ausência de poder de outros grupos, mas talvez a sua fragilidade e até mesmo desinteresse em articular-se com essas instituições que mais concentram o poder. Dentre os atores da rede, merecem ainda destaque, como visto na Figura 02 e na

Tabela 11, o G (Santa Maria Papel e Celulose Ltda), empresa produtora de papel e celulose, uma das maiores empregadoras do município; o L (Grupo Gelinski Cia. Ltda)¹⁷⁷; o U (Sociedade Rural), maior representante dos agropecuaristas da região, inclusive oportunizando melhorias via emprego de tecnologias e outros; a ACIG, representante dos empresários locais e que lançou candidato para as eleições de 2004, com chances de projeção futura; o PTB que, em Guarapuava, ainda não teve grandes feitos, mas é um partido que recebe considerável simpatia dos empresários ligados a ACIG.¹⁷⁸

As conexões mais efetivas mencionadas acima e que conjugam o grau de centralização/conectividade dos atores da rede podem ser mais bem observadas a partir dos esquemas interpretativos abaixo (Figuras 13, 14, 15 e 16).

4. A conectividade dos atores: com quem mais se relacionam?

As Figuras 13, 14, 15 e 16 abaixo foram elaboradas a partir da verificação dos atores com maior número de vínculos (diretos e indiretos), na rede em conjunto, portanto, com as mais significativas conexões, 52, 51, 49 e 49, respectivamente do PMDB, do PP, do Grupo Superpão e do PPS.

Além disso, as escolhas se deram pela presença destes, simultaneamente, entre os atores mais importantes tanto quanto ao grau de centralidade tanto quanto ao grau de centralização. Reforça-se, então, o aspecto destes atores serem centros dispersores de conexões ou pontos hiperconectores e, por isso, pólos de convergência e de irradiação de contatos e centros de poder na

¹⁷⁷ A mais antiga empresa do grupo foi fundada em Guarapuava em 1943, por João Miguel Gelinski, em sociedade com outros irmãos. O grupo tem como atividades: comércio varejista de materiais de construção, indústria madeireira, agropecuária, imobiliário e prestação de serviços. Entrevista concedida a Ivone Ferreira Anciute, em 25/06/2004, por Eloir Francisco Gelinski, um dos proprietários das empresas do Grupo Gelinski.

¹⁷⁸ Esse fato está sendo citado apenas a partir de observações, sem a existência de pesquisa que o confirme.

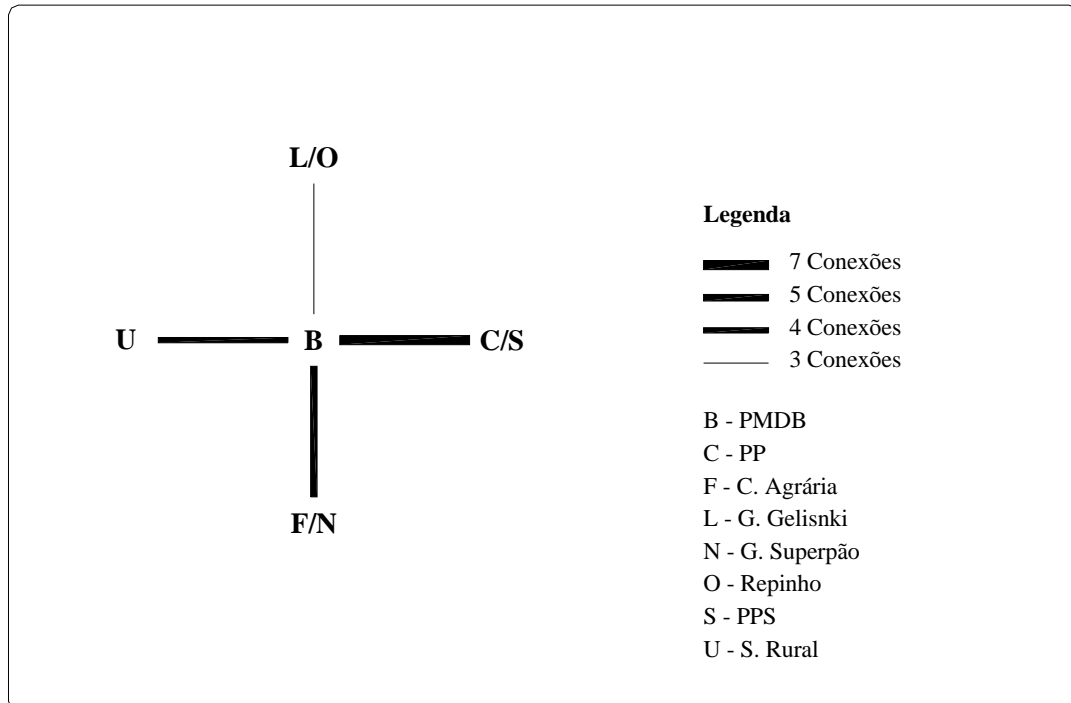
rede. O que se apresenta a seguir, assim, é uma outra forma de representação e de leitura dos contatos diretos e indiretos também expressos na Figura 02 e nas redes sociais, estas expostas mais adiante.

4.1. A conectividade do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB): com quem mais se relaciona?

Em relação ao número de conexões do PMDB, diretas e indiretas (Figura 13), as mais expressivas ocorrem com o PP e com o PPS (sete conexões cada). Como já explicitado, apesar de atualmente o PMDB e o PPS serem adversários políticos do PP, foram aliados em passado recente, tendo o líder do PPS praticamente se destacado na vida política graças a sua ligação com o PP, em 1988. As demais conexões do PMDB (cinco conexões), com a Cooperativa Agrária e o Grupo Superpão evidenciam as relações político-econômicas, mesmo sem clareza das afinidades entre ambos, além relações comerciais.

Quanto a Sociedade Rural, entendem-se comuns as relações do PMDB com esta instituição, pela vinculação histórica entre Nivaldo Krüger e os latifundiários agropecuaristas locais, bem como pela diversidade de elos que possui esse grupo, estruturalmente mais consolidado. O Grupo Gelinski e a Repinho completam as conexões do PMDB.

FIGURA 13 – Esquema interpretativo centrado no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB): com quem mais se relaciona?



Fonte: Entrevistas.

Org.: Márcia da Silva.

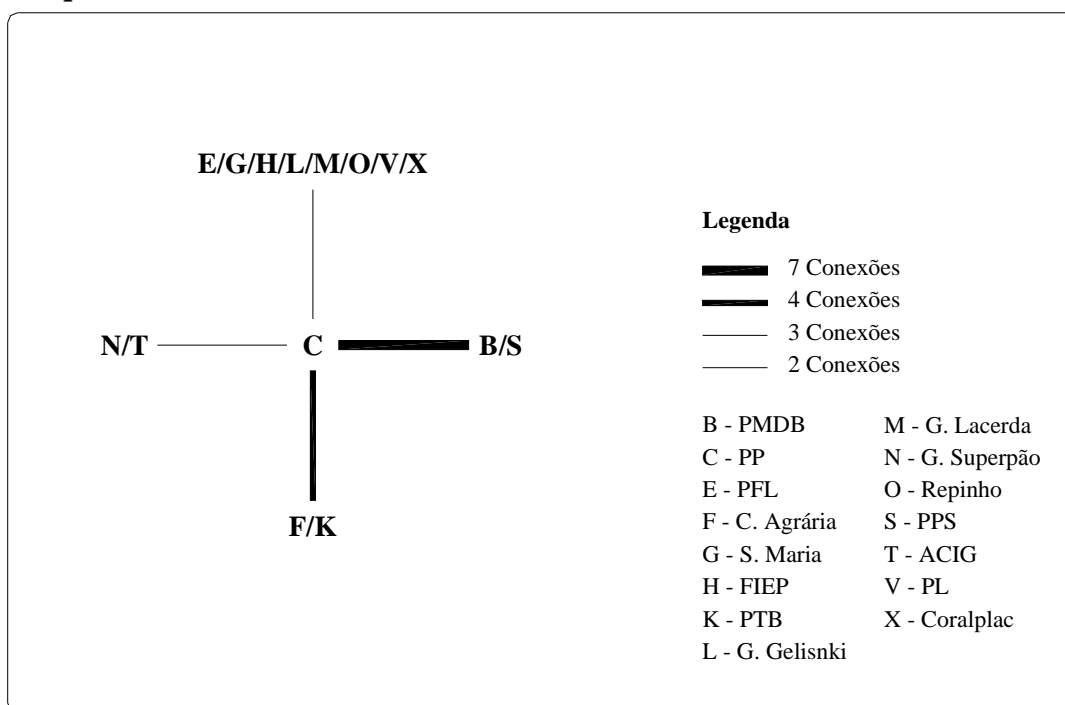
4.2. A conectividade do Partido Progressista (PP): com quem mais se relaciona?

O esquema demonstrando as conexões mais significativas do PP (Figura 14), com ligações diretas e indiretas de maior intensidade com o PMDB e com o PPS (sete conexões cada), pode se dar em razão da leitura centrada no PMDB (Figura 13), já que há uma relação de trocas entre os três grupos. As demais conexões do PP, a Cooperativa Agrária e o PTB (quatro conexões cada), demonstram a estreita ligação que os membros dessa instituição têm com os moradores suábios da Colônia de Entre Rios, desde quando tiveram um vice-prefeito, por Carli apoiado. Mas mesmo anterior a isso, na eleição do “Renovar é Preciso”, este ator já havia “conquistado” aquele grupo. Quanto ao PTB, Carli foi

filiado a este partido no início de sua vida política, podendo estar aí uma ligação que demanda, ainda, proximidade.

Quanto ao Grupo Superpão, o contato deve ocorrer via ACIG, da qual um de seus proprietários foi vice-presidente até 2004. As demais conexões, três cada, com um número maior de instituições, explica-se, em relação ao PFL e ao PL, pela própria instabilidade que ocorre na filiação política e nas relações partidárias no Brasil, das quais Guarapuava não está alheia. Quanto a Santa Maria, ao H (Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP), ao Grupo Gelinski, ao M (Grupo Lacerda Cia. Ltda), a Repinho e ao X (Coralplac Compensados Ltda), as relações justificam-se de diversas formas, mais a ajuda financeira ou a apoios de diferentes tipos para as campanhas eleitorais. As relações mais estreitas do PP, excetuando-se a Cooperativa Agrária e o Grupo Superpão, no entanto, são mantidas com outros partidos políticos. Se for observada a quantidade de conexões mais significativas, acima de quatro, por exemplo, o PP soma 22 contra 28 do PMDB, demonstrando, o PMDB, ser realmente um dos atores mais centrais do poder político em Guarapuava.

FIGURA 14 – Esquema interpretativo centrado no Partido Progressista (PP): com quem mais se relaciona?

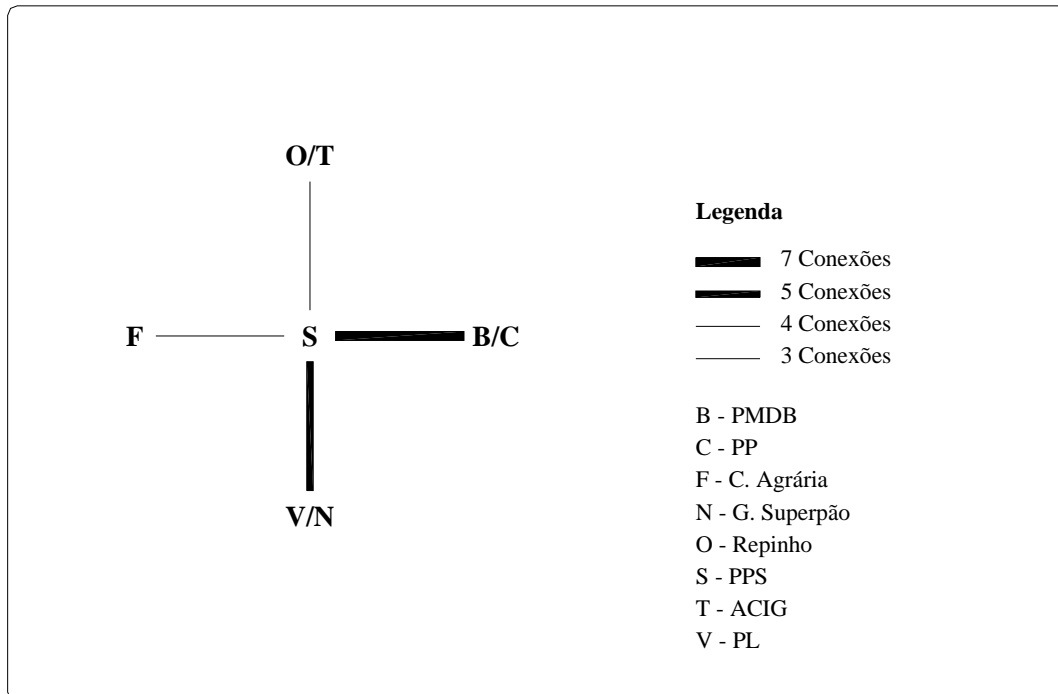


Fonte: Entrevistas.
Org.: Márcia da Silva.

4.3. A conectividade do Partido Popular Socialista (PPS): com quem mais se relaciona?

As conexões do PPS, conforme Figura 15 abaixo, são também o resultado, pelo menos num primeiro escalão, das conexões do PMDB e do PP, explicadas acima, já que o PPS possui sete conexões com cada um destes atores. Na seqüência, o PPS relaciona-se, por meio de cinco conexões, com o grupo Superpão e com o PL. Com a Cooperativa Agrária também tem um número considerável de conexões, quatro, e com a Repinho e a ACIG, três. Apesar do número menor de centralizações totais do PPS (49), e da trajetória do partido, já mencionada, observa-se que este, em relação as conexões mais significativas, superiores a quatro, é o ator mais bem centralizado, com 28 conexões no conjunto da rede, comparando-se ao PMDB.

FIGURA 15 – Esquema interpretativo centrado no Partido Popular Socialista (PPS): com quem mais se relaciona?



Fonte: Entrevistas.
 Org.: Márcia da Silva.

4.4. A conectividade do Grupo Superpão Ltda: com quem mais se relaciona?

As conexões mais significativas do Grupo Superpão atingem um número maior de atores, três, PMDB, Repinho e PPS, nas conexões mais fortes, bem como saem um pouco da tríade destes partidos, incluindo-se, aí, a Repinho. Mas há outro diferencial. As conexões mais expressivas deste ator são apenas cinco, diferentemente do PMDB, do PP e do PPS que possuem um máximo de sete conexões cada. Num plano inferior, estão as conexões com a Cooperativa Agrária e o PL, num total de quatro com cada um.

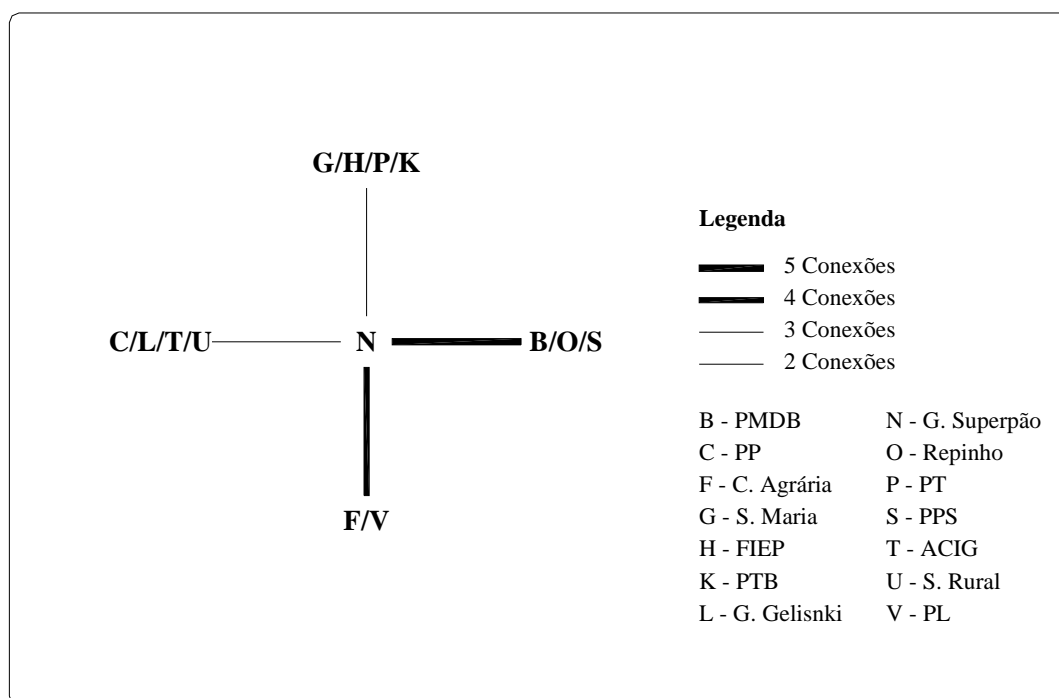
Na seqüência, um número bastante grande de conexões mais fracas é estabelecido com o PP, com o Grupo Gelinski, com a ACIG e com a Sociedade Rural (três conexões cada) e com a Santa Maria, a FIEP, o P (Partido dos Trabalhadores - PT) e o PTB (duas conexões cada). Importante também observar

que o PP, um dos atores mais conectados com os demais na rede, em relação ao Grupo Superpão, se encontra num patamar bastante singelo, evidenciando as poucas ligações existentes entre estas instituições, ao menos aparentemente.

Outro ator que aparece pela primeira vez na trama das mais expressivas conexões é o PT. Mas, como já mencionado, o PT, em Guarapuava, está quase que ausente da rede de poder, já que, por exemplo, esteve sozinho nas últimas eleições municipais, não se coligando a nenhum dos grupos ou partidos políticos locais, fato que ideologicamente não é colocado aqui como demérito, mas praticamente impossibilitou quaisquer chances de vitória. Na análise individualizada ou no grau de centralidade, no entanto, quando mencionado o ator PT na rede, este ganha uma certa expressão (com grau de centralidade de 0,61), em função da importância do partido enquanto oposição política aos grupos locais.

O Grupo Superpão, no entanto, na consideração das conexões mais fortes, superiores a quatro, é o segundo menos importante, ganhando apenas do PP, com 23 conexões, como observado na Figura 16 abaixo.

FIGURA 16 – Esquema interpretativo centrado no Grupo Superpão: com quem mais se relaciona?



Fonte: Entrevistas.

Org.: Márcia da Silva.

Em relação aos esquemas interpretativos acima, alguns pontos podem ser destacados: as maiores conexões, sete, são estabelecidas apenas entre PP, PMDB e PPS, como resultado da abordagem observada no Capítulo 3 e neste; as conexões mais expressivas ocorrem, em grande maioria, entre os mesmos atores, com destaque, novamente, para o PP, o PMDB e o PPS e, numa escala inferior, entre PL, Superpão, Repinho e Cooperativa Agrária, o que indica a centralização do poder a um grupo muito restrito de instituições, o que também evidencia um caráter mais conciso e conservador das relações, sem abertura estrutural da rede a outras instituições como forma de descentralizar o poder; os partidos políticos superam, analiticamente, as conexões entre si, em detrimento dos grupos econômicos e de outras instituições; o PP mostra que não é tão importante quanto pareceu num primeiro momento, em relação à centralidade; o PMDB ganha importância na rede, não somente pelo número de conexões diretas e indiretas, mas pela construção desses vínculos ao longo de vários anos etc.

Os aspectos apontados acima fazem parte de uma das leituras da dinâmica da rede. Dinâmica esta que significa que o estudo da mesma deve ser realizado em conjunto, com ênfase em sua importância como um todo, e não somente por meio de um centro que a hierarquize. E foi nesse sentido que se construíram os esquemas interpretativos como resultado da análise de alguns atores isoladamente. Mas Scott (1991) alerta que, quando se trata de redes sociais, onde há disputas e conflitos constantes, a existência de centros torna-se comum, levando a rede a contrariar uma de suas principais características, a horizontalidade ou a descentralização. Mesmo assim, no caso em estudo, no entanto e como demonstrado, a centralização, por estar dispersa na rede, não produz hierarquias acentuadas, estas ocorrendo mais para a centralidade.

Os elementos até aqui destacados serão retomados pela representação da rede em sociogramas, evidenciando, com maior clareza, a importância desta metodologia para o estudo dos grupos de poder locais, deixando mais explícitas suas interconexões, bem como a importância da rede como representação dos territórios conservadores de poder, posto traduzir suas relações. O exemplo é a restrição a um número pequeno de atores (apesar do grande número de vínculos entre eles), demonstrando o quanto o grupo é coeso em sua hegemonia. Nesse recorte de análise, via relacionamentos conservadores, assim, a rede não forma diretamente territórios conservadores de poder, mas é a sua representação, a sua imagem e, por isso, se confunde com eles, numa relação território-rede.

5. Redes sociais¹⁷⁹

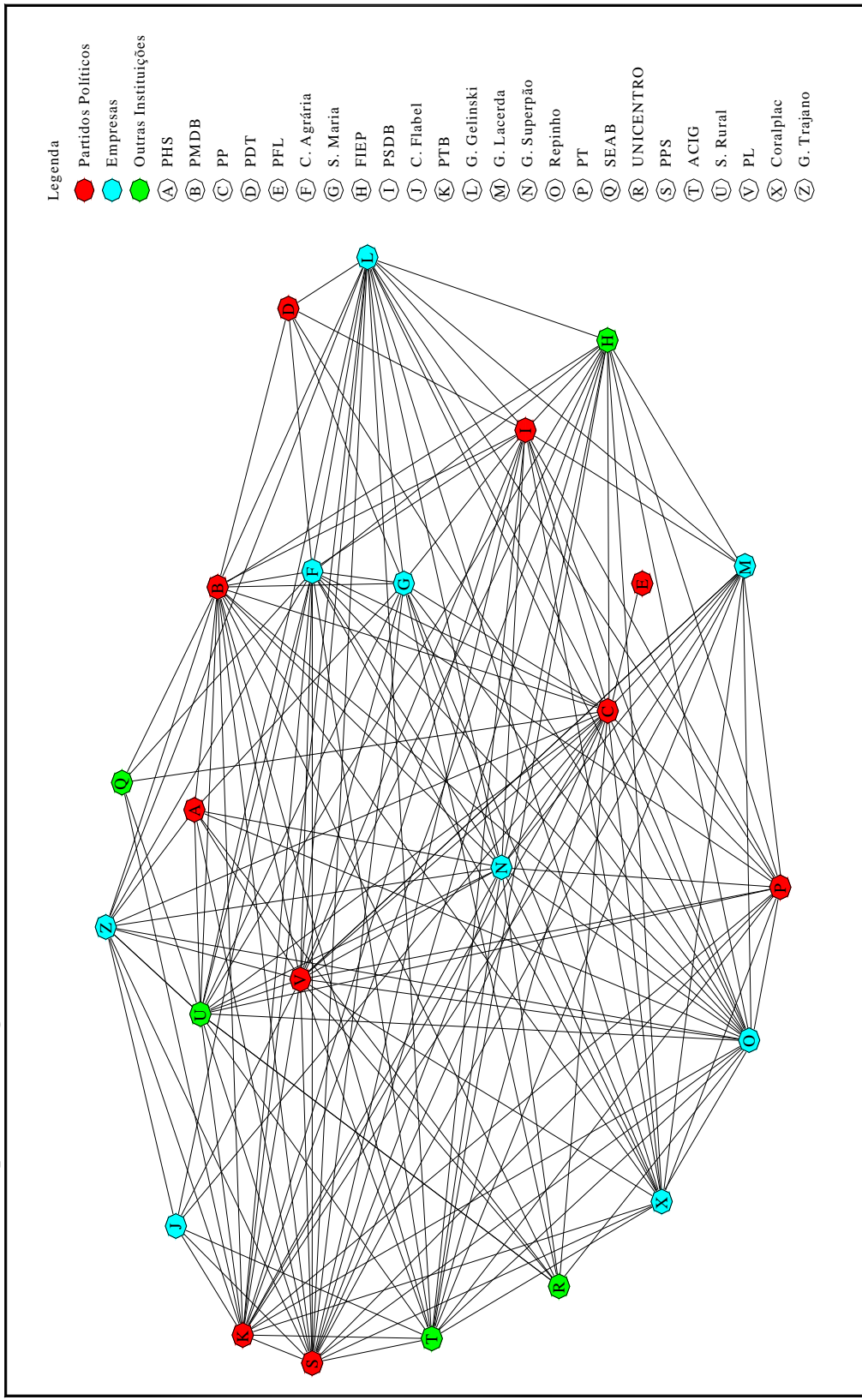
A partir dos resultados da matriz e de seus desdobramentos apontados ao longo deste texto, foi possível a elaboração dos sociogramas representativos das redes sociais. Foram elaborados cinco sociogramas. O primeiro deles expressa a

¹⁷⁹ É importante observar que as posições das instituições, nas redes, expressam apenas a estrutura dos vínculos e conexões, sendo arbitrárias as posições esquerda e direita, e superior e inferior.

rede em sua totalidade. Por ter a rede densidade bastante elevada ela foi desmembrada, como facilitador da análise, em dois outros sociogramas. O primeiro representa a rede com grau de centralidade das conexões acima de 0,50 (conforme Figura 02 e Tabela 10, os atores com total das conexões diretas maior que 0,50) e o segundo representa a rede com grau de centralidade das conexões abaixo de 0,50 (conforme Figura 02 e Tabela 10, os atores com total das conexões diretas menor que 0,50).

A divisão, a princípio, é apenas didática, sendo a análise realizada para o conjunto da rede a partir dos três sociogramas. Há, porém, uma sobreposição, com instituições que tem participação em ambos os recortes, o que acabou possibilitando uma análise mais verticalizada da rede, sendo possível detectar os elos entre os pontos mais centrais e sua periferia, ou os pontos menos conectadores/conectados. O quarto sociograma apresenta a rede centrada somente nas empresas. O último demonstra, também particularmente, a rede centrada nos partidos políticos. A Figura 17 expressa a rede social de Guarapuava.

FIGURA 17 - Guarapuava: sociograma da rede social



Fonte: Entrevistas.
Org.: Márcia da Silva.

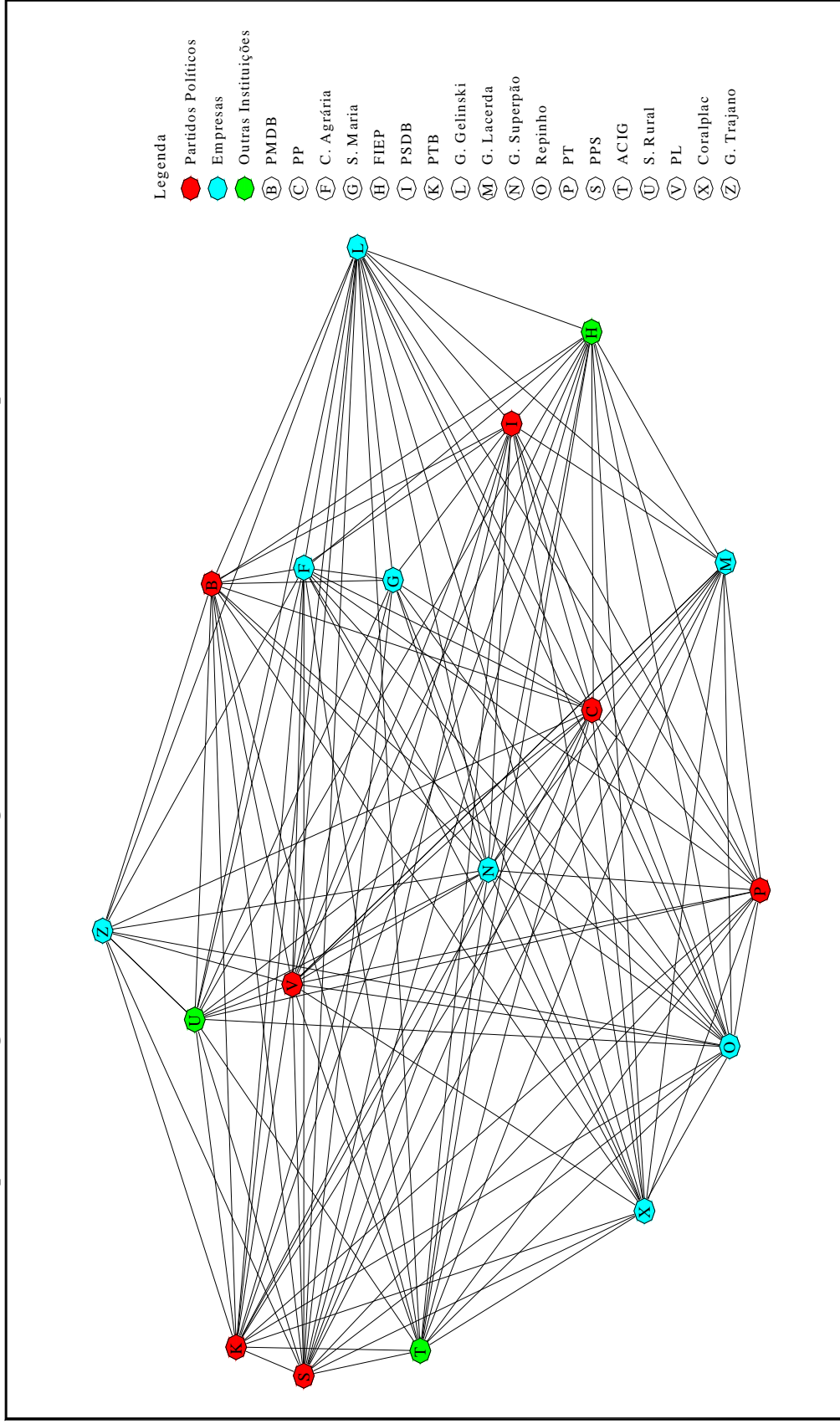
5.1. Guarapuava: rede com grau de centralidade das conexões superior a 0,50

Na análise da rede formada com grau de centralidade das conexões acima de 0,50 há uma alta conectividade dos atores e, com isso, também uma alta densidade do recorte analítico, como extensão da rede social total. Isso implica afirmar que a maior parte dos atores se relaciona uns com os outros, direta e/ou indiretamente. É possível perceber, ainda, que apesar de não haver uma centralização acentuada de um ator (conexões diretas e indiretas) no contexto geral da rede, sendo as conexões distribuídas mais ou menos uniformemente entre todos os atores, as conexões diretas de cada ator (já que todos praticamente se relacionam com todos), tornam a rede densa. Comprova isso o fato de só não se relacionarem 18, das 276 relações possíveis, isto é: o PMDB com o Grupo Lacerda e com o PT; a Cooperativa Agrária com o Grupo Lacerda; a Santa Maria com o Grupo Lacerda, com o PT, com a ACIG, com o Z (Grupo Trajano Ltda) e com o PTB; a FIEP com a Santa Maria e com o Grupo Trajano; o PSDB com a Sociedade Rural e com o Grupo Trajano; o Grupo Lacerda com a Sociedade Rural e com o Grupo Trajano; o PT com o Grupo Trajano; a ACIG com o Grupo Trajano; a Sociedade Rural com a Coralplac e; a Coralplac com o Grupo Trajano.

Outra observação está no fato de que, neste recorte, as instituições PP, Repinho e PL, o Grupo Superpão e o PPS se conectam com todos os atores, sem exceção, portanto, com todos os partidos políticos, empresas e grupo outras instituições. Num segundo plano estão o Grupo Gelinski e a Cooperativa Agrária que, mesmo com grau de centralidade menos expressivo (vide Tabela 10), possuem papel semelhante aos demais atores citados acima, já que só não se relacionam com um ator em meio a todos desse recorte, respectivamente com a Flabel e com o Grupo Lacerda, ambos, portanto, empresas. Isso explicita que estão conectados com os pontos mais fortes da rede, aqueles que possuem muitas conexões. Um fator importante, porém, é que o Grupo Gelinski só participa, diretamente, da rede formada com grau de centralidade das conexões menor que 0,50, pela sua ligação com o PDT, sendo sua participação, neste outro patamar de análise, mínima, como observado nas Figuras 17 e 18.

Quanto às conexões no interior dos grupos aqui delimitados, os partidos políticos, as empresas e o grupo outras instituições, percebe-se que, neste recorte, todos eles se fazem presentes. Assim, dos 10 partidos políticos que compõem a rede, sete participam; das nove empresas, oito e; do grupo outras instituições, três, das cinco instituições, se ligam aos partidos e empresas e entre eles próprios, tendo por base a rede formada com grau de centralidade das conexões menor que 0,50. Neste recorte, ainda, o destaque é a presença marcante das empresas e uma menor atuação dos partidos políticos, um indicador da participação significativa do poder econômico na rica trama de conexões com outras instituições.

FIGURA 18 - Guarapuava: sociograma da rede com grau de centralidade superior a 0,50



Fonte: Entrevistas.
Org.: Márcia da Silva.

5.2. Guarapuava: rede com grau de centralidade das conexões inferior a 0,50

A análise do sociograma abaixo tem por finalidade apresentar as conexões, e algumas particularidades em relação à rede social composta por grau de centralidade das conexões menor que a 0,50. Algumas das instituições chamam a atenção no conjunto da trama. O PFL local só existe na rede social (total e na com grau de centralidade das conexões menor que 0,50), em virtude do PP e, por isso, de alguma forma, sua relação na rede é bastante frágil, já que não está conectado a mais ninguém que, numa “eventualidade”, possa assegurar sua participação. Como é o grau de conexões que dá dinâmica à rede, o PFL é, assim, um ator até certo ponto externo a ela. Cabe lembrar, entretanto, que como se trata de rede das relações sociais, nada impede que este ator se ligue a outros e mantenha participação na rede, que é momentânea.

O PL, apesar de altamente central e conectado com todas as instituições na rede total ou com grau de centralidade das conexões maior que 0,50 pouco se relaciona, diretamente, com os atores aqui participantes. Dos seis atores com grau de centralidade das conexões abaixo de 0,50, o PL se relaciona apenas com a metade, o PHS, o R (Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO) e a construtora Flabel, demonstrando ser um ator ligado aos pontos fortes da rede, mesmo aqueles com grau de centralidade das conexões inferior a 0,50. Apesar disso, observa-se que, indiretamente, o PL se relaciona com quase toda a rede configurada nesse recorte analítico, sendo seus grandes mediadores a Unicentro e a Flabel. E mais, o PL é um ator estratégico, tendo em vista que se relaciona com os três grupos pré-estabelecidos, o político, as empresas e o grupo outras instituições, num leque pequeno, mas diverso de relações.

O mesmo pode ser aplicado ao PP, que também se relaciona, neste recorte, apenas com quatro atores, diretamente (PFL, Flabel, SEAB e Unicentro), mas mantém contatos indiretos, através da Unicentro, da Flabel e da SEAB, com parte considerável da rede.

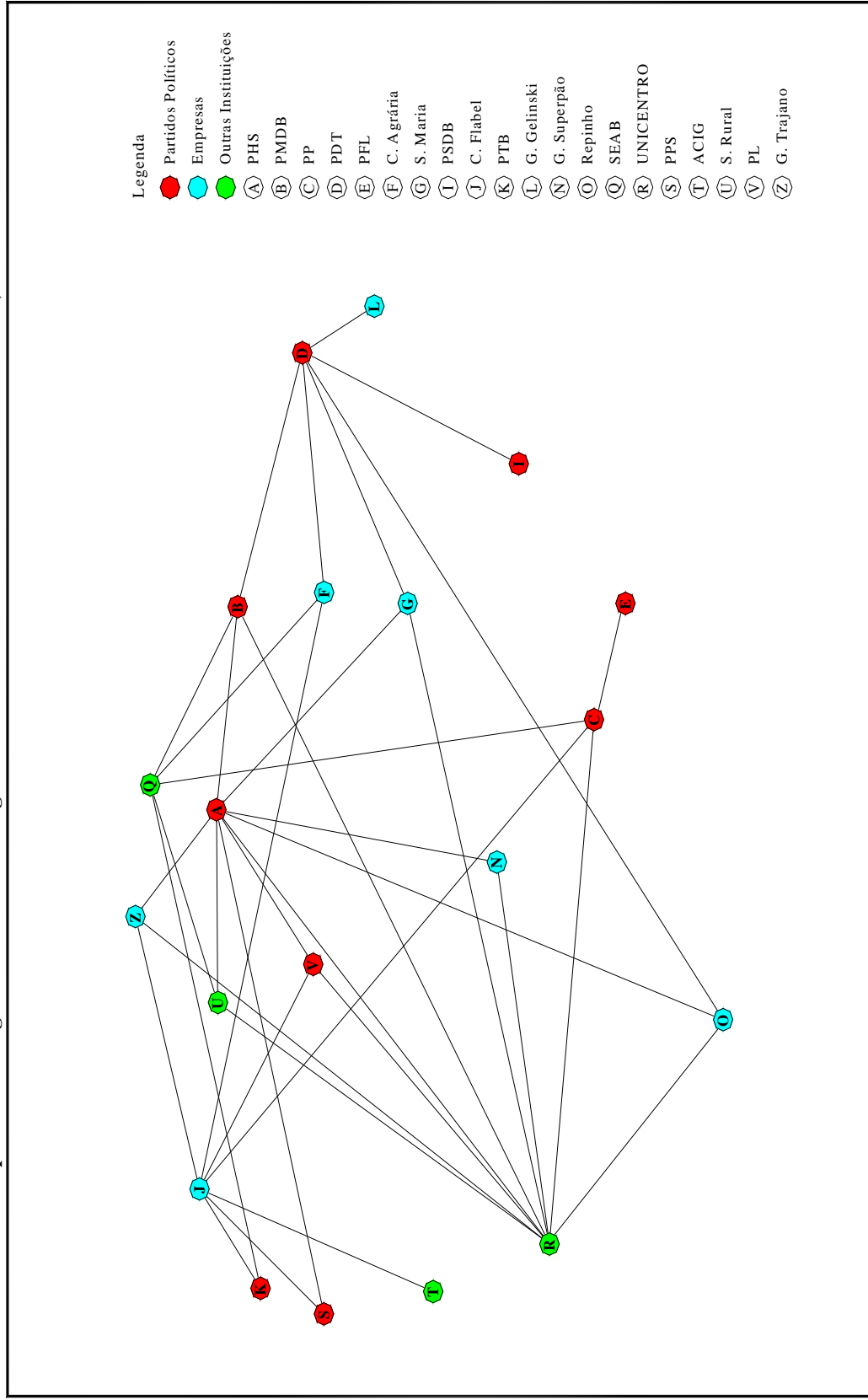
Diretamente, assumem a função de maiores elos, nesta rede, o PHS e a Unicentro, seguidos pelo PDT. Outra observação possível é a da formação de sub-

redes por meio do PHS, da Unicentro, da Flabel e do PDT. Os demais atores, o PSDB, o Grupo Gelinski e a ACIG se relacionam em razão de um único elo, cada um, à rede mantida quando as conexões superam o grau de 0,50, isto é, o PDT para o PSDB e para o Grupo Gelinski e a Flabel para a ACIG.

Uma outra singularidade é que, apesar de se constituir num ator não muito significativo no conjunto das relações ou na rede total, o PT é o único partido político que não se liga aos elos mais fracos da rede, ou seja, os participantes deste recorte com grau de centralidade das conexões inferior a 0,50. Como já mencionado, é a ausência da base nas relações locais do PT.

Quanto à divisão em grupos, nesse recorte, quem mais se destaca são os partidos políticos. Dos dez existentes na rede social total (Figura 17), nove estão aqui presentes (menos o PT). Na seqüência aparecem as empresas, sete, das nove e, finalmente, o grupo outras instituições, que participa com três instituições, das cinco possíveis.

FIGURA 19 - Guarapuava: sociograma da rede com grau de centralidade inferior a 0,50



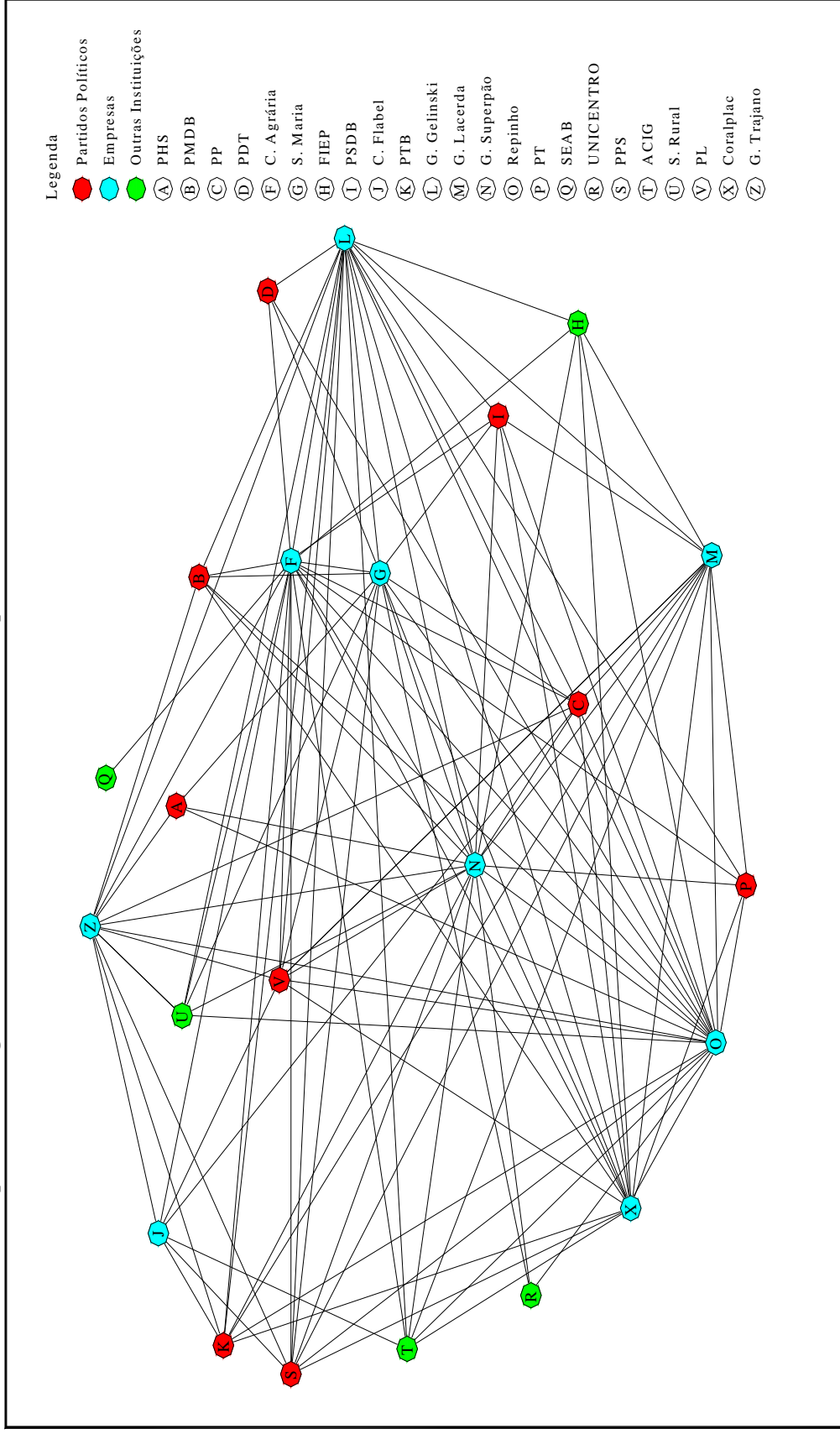
Fonte: Entrevistas.
Org.: Márcia da Silva.

5.3. Guarapuava: rede social centrada nas empresas

A análise da rede social estabelecida pelas empresas é possível a partir da representação de todos os contatos diretos, de cada uma delas, com os outros dois grupos delimitados, os partidos políticos e as outras instituições, bem como entre elas próprias. Neste sentido, é uma rede centrada nas empresas, na qual todas as conexões partem delas. O objetivo aqui é o de verificar o quanto estão interligados os partidos políticos e o poder econômico na rede social, centralizando, em redes a parte, ambos os grupos.

Nesta rede, do total de partidos políticos (dez), nove estão presentes (menos o PFL), significando que os contatos ocorrem em número elevado entre as empresas e os mesmos. O grupo outras instituições também encontra-se presente no total, evidenciando também uma elevada conectividade com os mesmos. Apesar da presença, na rede, de quase todas as instituições (23 das 24) não há, nela, efetiva quantidade de linhas, não sendo a rede, portanto, de densidade alta em termos conectivos, o que significa que, apesar do grande número de atores, as relações são mais restritas, não tendo a rede um grande potencial produtivo, nas palavras de Scott (1991).

FIGURA 20 - Guarapuava: sociograma da rede social centrada nas empresas

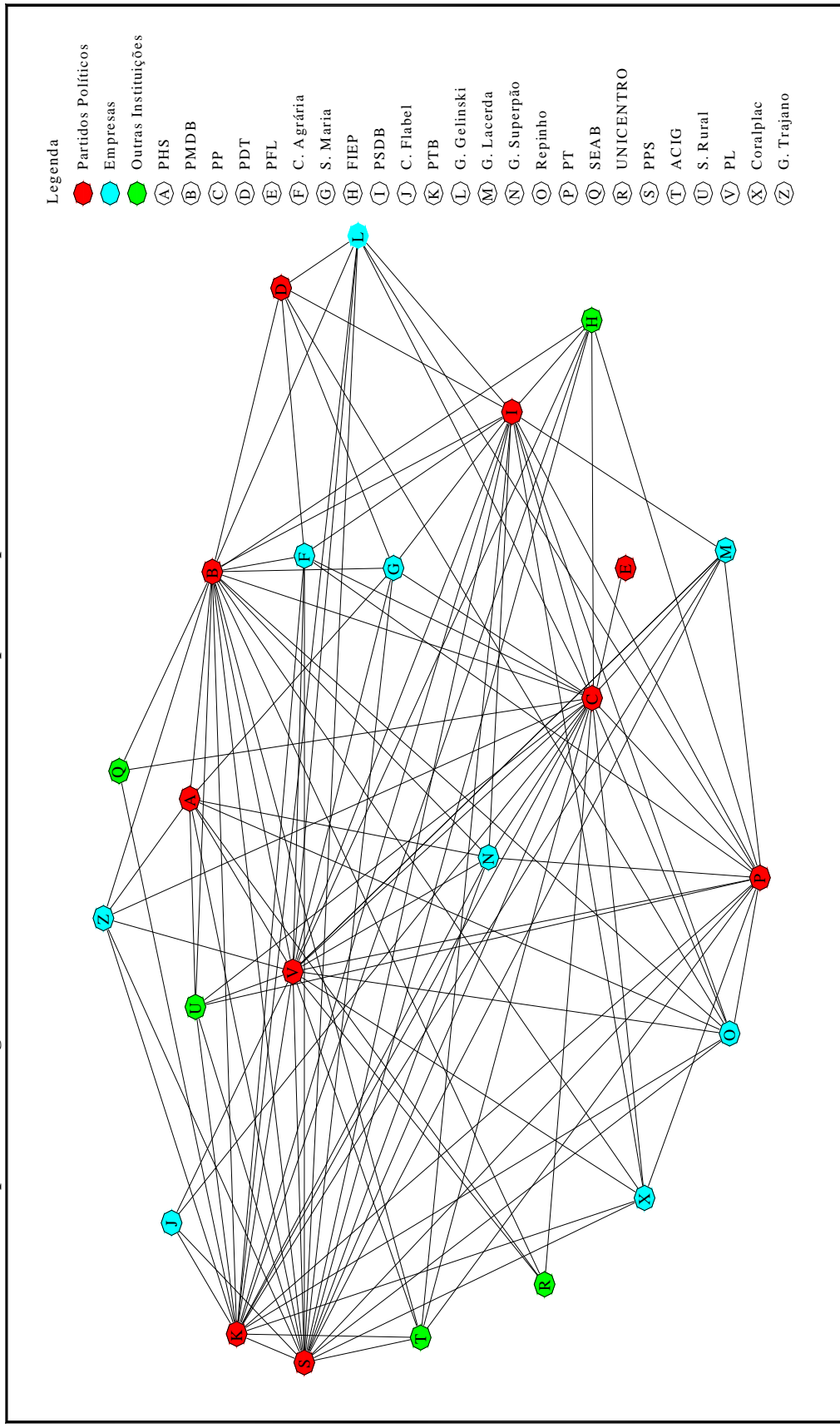


Fonte: Entrevistas.
Org.: Márcia da Silva.

5.4. Guarapuava: rede social centrada nos partidos políticos

A rede centrada nos partidos políticos ganha existência a partir dos contatos diretos destes com as empresas e o grupo outras instituições. Além deles, percebe-se que seus outros contatos, os indiretos, não oferecem a rede uma densidade acentuada (como ocorre também na rede formada pelas empresas). Nela, porém, está também presente o grupo das cinco outras instituições mencionadas, bem como as nove empresas. Portanto, uma rede composta por todos os atores da rede social de Guarapuava, demonstrando o leque intenso de relações que possui esses atores. Mas apesar disso estes atores não produzem muitos elos, o que torna a rede menos produtiva do que a rede total. Esse fato pode ser considerado, inclusive, comum, numa rede constituída por instituições com ideologias tão diferentes, mesmo que no Brasil este aspecto seja pouco expressivo se comparado a outros que envolvem essas instituições.

FIGURA 21 - Guarapuava: sociograma da rede social centrada nos partidos políticos



Fonte: Entrevistas.
Org.: Márcia da Silva.

6. Redes sociais e territórios conservadores de poder: considerações finais ao Capítulo 04

O Capítulo 04, que teve como objetivo o estudo dos grupos político-econômicos e suas articulações para manter-se ou conquistar poder, traz como contribuição aos estudos de Geografia Política a metodologia das redes sociais, seu liame com os territórios conservadores de poder (pela representação), numa junção adotada aqui como território-rede. No estudo dos grupos de poder a abordagem do território-rede pode fortalecer a relação dos territórios conservadores por meio da compreensão de que as redes estabelecidas em razão de relações de poder conservadoras configuram também, onde são constituídas, territórios delimitados por essas relações, num universo simbólico que faz com que estes territórios sejam também conservadores.

O caminho analítico e interpretativo percorrido demonstrou que a formação das redes sociais corresponde e dá sentido às visões e estratégias de ação de alguns atores, aqueles identificados como mais centrais, tanto em termos de centralidade como de centralização, nas redes sociais. Eles são os responsáveis pela maior dinamização e densidade da rede, o que implica em dizer que possuem maior número de atores a eles ligados que contribuem, de alguma forma, para a manutenção de seu poder na rede social.

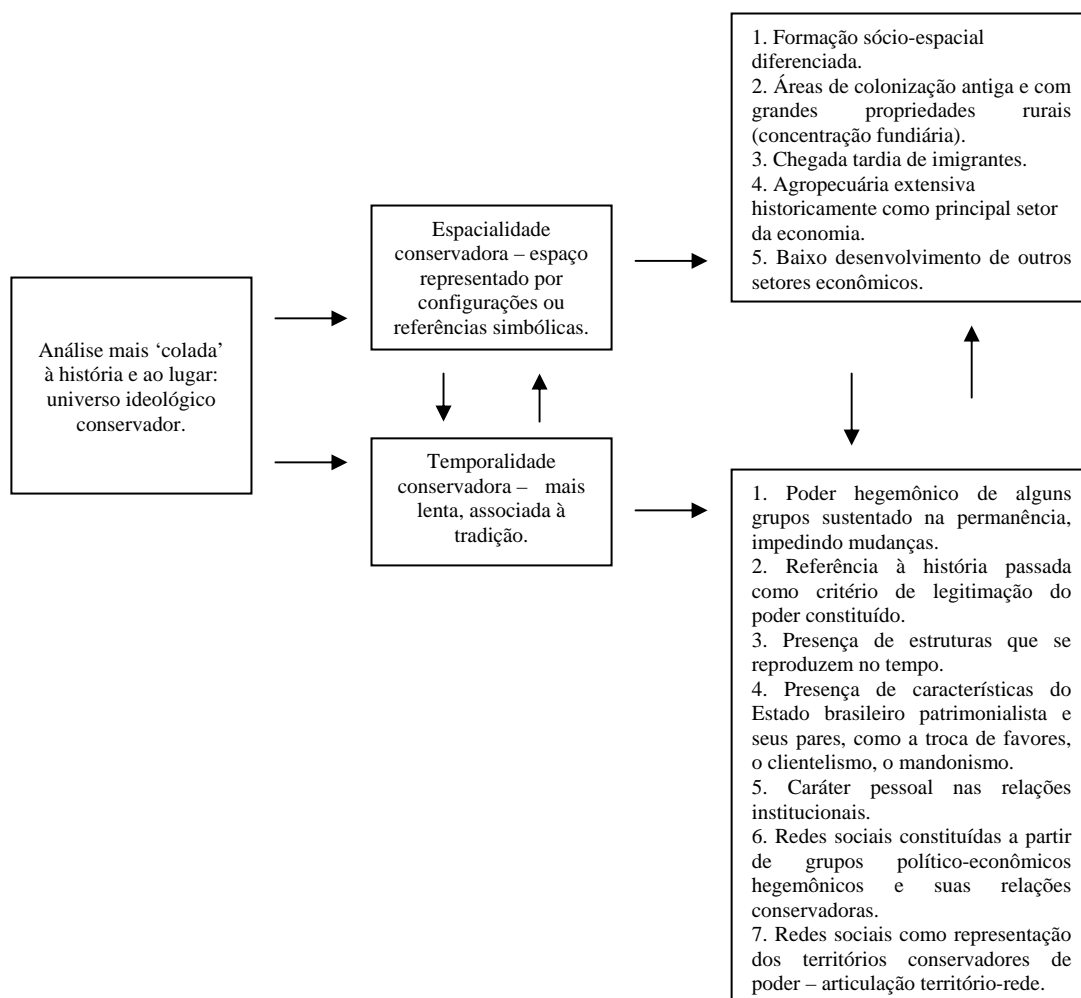
Veja-se, então, que mesmo partindo de uma análise particularizada, é preciso identificar o papel do ator na e para a rede em seu conjunto. É nesse sentido que o PMDB, o PP e o PPS, mais os grupos econômicos ou as instituições Repinho, Cooperativa Agrária e Grupo Superpão convivem numa constante de vínculos muito intensos, em especial os três partidos políticos, o que, na prática cotidiana não se faz perceptível. É que, como já citado, o poder quer ver sem ser visto. Mas, as relações em rede demonstram que eles se vinculam indiretamente por meio de outros atores e mesmo diretamente. E esse é um dos objetivos da rede social, o de revelar relações visivelmente inexistentes, os acordos tácitos e não aparentes, as lacunas, as contradições. Assim, é possível afirmar que o estudo das

redes sociais pode ser aplicado para o estudo dos grupos de poder de qualquer natureza, bem como em outras situações e questões sociais.

A elaboração da Figura 22 é para demonstrar o caminho percorrido na abordagem sobre a formação dos territórios conservadores de poder. Mas o que se apresenta, no entanto, são discussões preliminares, que necessitam de outras fundamentações, pelo enfoque que se quer atribuir. É certo, entretanto, que elas servem como ponto de partida para novas leituras da realidade.

Na verdade, este trabalho é um desafio, por não ser mais do que o resultado de uma inquietação em relação a algo ao mesmo tempo novo e diferente que não passou despercebido ao olhar e a sensibilidade do geógrafo. E o que é o trabalho do geógrafo se não buscar entender, primeiro, pela motivação, o lugar que a ele se apresenta? Nesse sentido concorda-se com Haesbaert (2002, p. 135) que o conhecimento só avança, num caminho sem fim, quando as formas de ver o mundo mudam com ele, *“e sempre como produto do jogo entre ‘realidade’ e representação, uma indissociável da outra (...)”*. É o que se propõe aqui.

A Figura abaixo apresenta, assim, de forma resumida, as discussões realizadas ao longo do texto, servindo como representação e forma concisa de compreensão dos territórios conservadores de poder. Assim sendo, dispensa retorno às mesmas, sendo, ao contrário, sua extensão.

FIGURA 22: Esquema interpretativo dos territórios conservadores de poder

GEOGRAFIA E PODER: Considerações

Finais

As considerações finais, em qualquer trabalho, implicam em que o autor indique as possibilidades de interpretação do mundo sensível e explicita o objeto que tomou forma no decorrer da pesquisa e ao longo da exposição textual que se tornará pública. Aqui, além disso, a intenção é a de fazer alguns alertas no sentido de contribuir para o estudo futuro do tema que não se encerra, mas se inicia com esta tese.

Como pesquisar é criar meios para compreender e explicar a realidade, as abordagens aqui realizadas foram fundamentais para pensar numa forma não só de adjetivar o território, mas de entendê-lo a partir dessa adjetivação, ou seja, dos aspectos do real. Assim, ao observar o esquema interpretativo que conduziu a pesquisa (Figura 01) e os questionamentos ali citados, percebe-se que alguns deles não foram plenamente respondidos. E não o foram porque nos faltam ainda elementos teóricos para tal. Mas esses elementos somente surgirão quando debates ocorrerem e, a partir deles (ou não), outras contribuições forem possíveis.

Assim, apesar do que foi construído no tratamento da temática, há ainda muito que fazer para melhor explicitar, conceitualmente, os territórios conservadores de poder. Nosso estudo, afinal, permitiu inserir o tema na Geografia e chegar a algumas considerações significativas.

A primeira delas é a de que os territórios conservadores de poder são formados historicamente, ou seja, tendo como base um processo de formação socioeconômico diferenciado no interior de um todo. Esse é o caso da região centro-sul do Paraná, posto esta não ter passado por alguns processos que foram importantes para o desenvolvimento de outras regiões do estado. O fato permitiu, então, ao longo do tempo e, como extensão da história ocupacional, a constituição da realidade que se aborda no Capítulo 02 e que pode ser apontada como a segunda consideração significativa para a formação dos territórios conservadores de poder. Os principais elementos de sua gênese se reproduziram até aproximadamente os anos 1950, quando foram inseridos aí outros elementos que, não voluntariamente, foram modificando o que se apresentava. Dentre eles estão a chegada de imigrantes estrangeiros (“alemães” suábios, poloneses, ucranianos, russos, franceses etc) e de migrantes sulistas (a maioria imigrantes e descendentes de imigrantes, numa

migração interna), ausentes até então e que transformaram a estrutura agrária e a economia regionais.

O destaque foi a inserção da cultura de grãos em grande escala, apesar do primeiro grupo reforçar (notadamente os “alemães” suábios), posteriormente, a concentração fundiária, inclusive adquirindo as pequenas e médias propriedades do segundo grupo. Mas os novos elementos foram inseridos mesmo pelos imigrantes “alemães” suábios, isso porque chegaram em uma única leva, causando um grande choque de idéias, ideais e de valores localmente, diferentemente dos demais imigrantes e dos migrantes sulistas que chegaram, temporalmente, de forma mais esparsa. Além do aspecto econômico, foram importantes também na inserção de novos valores culturais. Os “estranhos” podem ser os que chegam ou os que acolhem. Neste caso, o estranhamento foi geral, mas superado com o passar do tempo, havendo uma ainda restrita, mas já significativa integração entre imigrantes, migrantes e a sociedade tradicional campeira, aquela historicamente hegemônica político-economicamente.

Os fatores históricos e socioeconômicos mencionados, então, estão interligados a relações políticas, porque não se distinguem, na essência, poderes econômico, político, cultural, simbólico, a não ser como formas analíticas, como ocorre ao longo deste texto. Nele (no texto), as relações de caráter político fazem parte de uma análise mais ampla e mais complexa, envolta na abordagem do poder local. O poder de natureza local foi analisado, assim, a partir dos grupos político-econômicos. A conclusão é a de que as relações de poder entre eles e no interior de cada grupo são conservadoras, com predominância do clientelismo, da troca de favores e do tradicionalismo político. Isso demonstram seus discursos. E é no conflito dessas relações que os grupos ou seus atores se apropriam do espaço tornando-o território, como forma de imprimir, nele, suas idéias e práticas. Neste processo de apropriação e de dominação formam territórios também conservadores.

Mas, tratar das relações entre os grupos de poder no sentido de melhor explicitar suas vinculações, em especial as políticas, é sempre uma tarefa complexa, até porque demanda aniquilar certas resistências dos políticos. Neste caso não foi diferente. Nossa análise, no entanto, teve como subsídio para a

identificação dos conflitos e sua compreensão, a metodologia das redes sociais, o que permitiu uma investigação mais aprofundada dos atores/instituições e seus diversos vínculos.

Assim, espera-se que a utilização dessa metodologia na análise de grupos/instituições sociais e suas relações políticas possa contribuir para o aprimoramento das futuras pesquisas do tema no âmbito da Geografia Política, até porque não se trata somente de redes de poder (Estado versus sociedade civil), mas de redes sociais como interligação mais ampla do cotidiano dos atores e de suas vinculações institucionais. Nesse sentido a rede social, por representar as conexões entre os grupos/instituições e as relações conservadoras por eles estabelecidas, representa, também, os territórios conservadores. Mas, a rede social, apesar de composta mediante articulações existentes em um território, não é o território, e sim sua representação.

Além do exposto é importante lembrar que este trabalho é resultado de um estudo geográfico centrado na Geografia Política, ou seja, nas relações organizadas entre poder e espaço. Mas, diferentemente dos estudos vinculados ao seu fundador, Friedrich Ratzel, e daqueles produzidos por seus discípulos e seguidores, posteriormente, este estudo não se fundamenta no poder do Estado, muito menos neste como poder superior da dimensão geográfica da política ou da espacialidade/territorialidade do Estado. Aqui, como em estudos mais recentes, críticos ao que se convencionou chamar de “Geografia do Estado”, a abordagem é realizada em virtude do estudo de atores/grupos de poder e as instituições às quais esses se vinculam. Portanto, um esforço de privilegiar o vivido em detrimento do concebido, ao contrário do que fizeram os estudos até a década de 1970, e aos quais se reporta Claude Raffestin, um dos maiores estudiosos da temática, em crítica.

A Geografia Política, neste novo ponto de vista, considerada como a Geografia das relações de poder, sendo indiferente de onde elas possam surgir, deve revelar, com maior clareza e fundamentação analítica, o papel de qualquer organização dotada de poder político suscetível de se relacionar com o espaço. É preciso, então, a inserção de novas problemáticas que tornem inteligíveis as relações que determinam as formas de poder com o espaço ou com este tornado

território. Nossa contribuição, neste sentido, se dá com o estudo da formação dos territórios conservadores de poder e pela utilização da perspectiva das redes sociais como metodologia de análise dos grupos de poder político-econômicos, independentemente da escala em que atuem.

Mas faz-se necessário destacar, mais uma vez, que as relações de poder não estão em oposição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais etc.) ou a outros grupos/atores existentes no conflito político, mas são imanentes, não havendo, diretamente, uma oposição binária entre dominantes e dominados, mas sim relações de poder que ora favorecem a um ora a outro sujeito/coletivo.

A discussão dos atores políticos numa dimensão primeira, então, ocorre porque entende-se estar neles a capacidade de transformação, posto serem os elementos dinâmicos dos quais se procede a ação, o que não significa que sejam os únicos sujeitos do processo.

Com isso, os estudos a partir das duas últimas décadas têm se diversificado com a difusão de outras posturas interpretativas (em maioria, francesas, deixando-se em segundo plano as versões americana e inglesa) para as relações entre poder e espaço ou para a análise geográfica do poder, especialmente as originárias de novos conceitos e categorias de análise, como as de regionalismo, identidade e outras formas de leitura do território, como a aqui proposta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: o Sudoeste paranaense**. São Paulo: USP, 1981, 274p. (Dissertação de mestrado)

ABREU, Alcioly T. G., MARCONDES, Gracita G. **O Abastecimento de água no século XIX e a evolução do saneamento básico em Guarapuava**. Guarapuava: UNICENTRO, 1992.

ABREU, Alcioly T.G., MARCONDES, Gracita G. **Escravidão e trabalho**. Guarapuava: UNICENTRO, 1991.

ABREU, Alcioly Therezinha Gruber. **A posse e o uso da terra**. Modernização Agropecuária de Guarapuava. Curitiba: Secretaria do Estado da Cultura e do Esporte, 1986.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE GUARAPUAVA (ADESG). **Cenários futuros**. Guarapuava: 2004. (mimeografado)

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE GUARAPUAVA (ACIG). **Perfil das empresas de Guarapuava**. Guarapuava: 2004.

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla**. Florianópolis. Ed. UFSC/Cortez, 1984.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Casa da Moeda/Imprensa Nacional, 1985.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BALHANA Altiva P.; MACHADO, Brasil P.; WESTPHALEN, Maria C. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969, v. 1.

BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO B. (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.

BENITES, Miguel G. **Brasil central pecuário: interesses e conflitos**. Presidente Prudente: UNESP, 2000.

BERNADET, Jean Claude. **Guerra camponesa no Contestado**. São Paulo, Global. 1979.

BERNARDES, Nilo. Expansão do povoamento no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, n. 14, out./dez., 1952, p. 425-451.

BOBBIO, Norbert et al. **Dicionário de política**. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, v. 1 e 2, 2002.

BOBBIO, Norbert. **Teoria das elites**. Brasília: UnB, 1976.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5ª ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **La distinction**. Paris: Minit, 1979.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975, 1985, 1996.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Banco de dados. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/html>>. Acesso em 05 e 08 abr. 2003.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Certificado de cadastro de imóvel rural**. Guarapuava/PR: INCRA, 2002 (mimeografado).

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Dados Estatísticos**. Departamento de Imprensa Nacional. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.gov.br/html>>. Acesso em 14 de dezembro de 2004.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Sistema de prestação de contas eleitorais**. Guarapuava, 2004. <<http://www.justicaeleitoral.gov.br/html>>. Acesso em 14 de dezembro de 2004.

CARLI, Luiz Fernando Ribas. **Diário de Guarapuava**: Guarapuava, 5/10/2004, n. 1460, p. 3.

CARVALHO, José Murilo de. Estudos de poder local no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte: UFMG, n. 26, jan., 1969, p. 231-247.

CARVALHO, José Murilo de. **Formação das almas**. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p. 9-33.

CASTRO, Iná Elias de. Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Explorações geográficas**: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CAVALCANTI BERNARDES, Lysia Maria. O problema das frentes pioneiras no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, n. 03, jul./set., 1953, p. 3-15.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Moderna, 1980.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção Primeiros Passos).

COOPERATIVA AGRÁRIA MISTA. **Documentário ilustrado da colonização suábica-danubiana**. Campinas: Artgraf, s/d.

COOPERATIVA AGRÁRIA MISTA. **Relatório 2003**. Guarapuava: Cooperativa Agrária Mista, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. Redes geográficas: cinco pontos para discussão. In: VASCONCELOS, Pedro de A. e SILVA, Sílvio Bandeira de M. e. **Novos estudos de geografia urbana e brasileira**. Salvador: Edufba, 1999, p. 65-70.

DAHL, Robert. **A influência política**. Brasília: UnB, 1981.

DAHL, Robert. **Who governs?** Democracy and power in na American city. New Haven: Yale/University Press, 1961.

DANIEL, Celso. Poder local no Brasil urbano. **Revista Espaços & Debates**. São Paulo: Cortez, n. 24, jan./mar., 1988, p. 26-39.

DAVIDOVICH, Fany. Poder local e município. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, n. 27, jan./mar.1993, p. 5-14.

DEUTSCH, Karl. **Política e governo**. Brasília: UnB, 1970.

ELFES, Albert. **Suábios do Paraná**. Curitiba: Banco Lar Brasileiro, 1971.

FARAH, Leonel Júlio. **Esquema Oeste**: Guarapuava, 26/11 a 03/12, 1988, n. 929, p. 3.

FARAH, Leonel Júlio. **Esquema Oeste**: Guarapuava, 6 a 12/08/1988, n. 913, p. 2.

FARAH, Leonel Júlio. **Esquema Oeste**: Guarapuava, 8 a 14/10/1988, n. 922, p. 3.

FERREIRA, Yoshiya N. Industrialização e urbanização no Paraná. **Revista Geografia**. Londrina: UEL, v. 03, 1985-6, p. 113-128.

FISCHER, Tânia. Poder local: um tema em análise. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 4, out./dez., 1992, p. 105-113.

FOUQUET, C. **O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil: 1808-1824-1974.** São Paulo: Instituto Hans Staden, 1974.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci.** Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GUATARRI, Félix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. **Revista Espaço & Debates.** São Paulo: Cortez, n. 16, 1985.

GURAPUAVA (Município). **Censo Municipal.** Guarapuava, 2000. (CD-ROM)

HAESBAERT, Rogério. **Desterritorialização e identidade.** Rio de Janeiro: EDUFF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos.** São Paulo: Contexto, 2002.

HAGOPIAN, Frances. **Traditional politics and regime change in Brazil.** Cambridge: University Press, 1996.

HALL, Michael M. História oral: os riscos da inocência. In: SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito a memória: patrimônio histórico e cidadania.** São Paulo: DPH, 1992.

HUNTER, Floyd. **Community power structure.** Chapel Hill: University of North/Carolina Press, 1953.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. **História oral: uma utopia?** São Paulo: USP, 1993.

KINZO, Maria D'Alva Gil. In: BOBBIO, Norbert et al. **Dicionário de política.** Brasília: UnB/São Paulo: Imprensa Oficial, v. 1 e 2, 2003.

KNIGHT, D. B. Identity and territory. **Annals of the Association American Geographers,** n. 4, 1982, p. 514-531.

KOBELINSKI, Michel. **Guarapuava é isto aqui: da sedução dos discursos ao "marketing" da cidade.** Guarapuava-PR/Assis-SP: UNICENTRO/UNESP, 1999.

LE MOS, Zélia de Andrade. **Curitibanos na história do Contestado.** Florianópolis: IOESC, 1977.

- LUZ, Cirlei F.C. **A madeira na economia de Ponta Grossa e Guarapuava**. Curitiba: UFPR, 1980. (Dissertação de mestrado)
- MAACK, Reinhard. **Breves notícias sobre a geologia dos Estados do Paraná e Santa Catarina**. Curitiba, 1947. (Arquivos de Biologia e Tecnologia, v. 2)
- MACHADO, Brasil Pinheiro. Comunidades históricas paranaenses. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**. Curitiba: Departamento de História/UFPR, 1981, p. 22-28.
- MACHADO, Brasil Pinheiro. O estudo da história regional. **Revista História: questões & debates**. Curitiba: APAH, n. 03, 1951.
- MAGALHÃES, Marion Brephol. Paraná: política e governo. **Coleção História do Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.
- MARCONDES, Gracita G. **Guarapuava: História de luta e trabalho**. Guarapuava: UNICENTRO, 1998.
- MARCONDES, Gracita G., ABREU, Alcioly Therezinha G. **Escravidão e trabalho**. Guarapuava: UNICENTRO, 1991.
- MARQUES, Eduardo César. **Estado e redes sociais: permeabilidade e coesão nas políticas...** Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- MARQUES, Eduardo César. **Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2003.
- MARTELETO, Regina Maria. **Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação**. jan./abr. 2001, vol.30, n.1 [citado 16 outubro 2004], p.71-81.
- MARTINS, José de Souza. **A chegada do estrangeiro**. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Definindo história oral e memória. **Cadernos CERU**, n. 05, 1994, p. 52-61.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MELO, Jayro Gonçalves, GUIMARÃES, Raul Borges. **Atores políticos e suas representações sociais**. Presidente Prudente, 1997. (mimeografado)

MELO, Jayro Gonçalves. **A Voz do Povo e a “Revolução de 30”**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1998. (Série Ideologia e Poder, n. 2)

MELO, Jayro Gonçalves. **Imprensa e coronelismo**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1995. (Série Ideologia e Poder, n. 1)

MICELI, Sérgio. A força dos sentidos. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

MILAZZO, Carlos. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 19 a 25/11/1988, n. 928, p. 3.

MILAZZO, Carlos. **Esquema Oeste**: Guarapuava, 22 a 28/10/1988, n. 924, p. 2 e 3.

MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

MORO, Dalton Áureo. Desenvolvimento econômico e dinâmica espacial da população no Paraná contemporâneo. **Boletim de Geografia**. Maringá: UEM, n. 01, 1998, p. 1-55.

OLIVEIRA, Antonio Lustosa de. **Folha do Oeste**, 12/12/1954, n. 1234, p. 5.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.

PARANÁ (Estado). Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). **Relatório das atividades de 2004**. Guarapuava/PR, 2004.

PARANÁ (Estado). Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER): Banco de dados, 2003. Disponível em: <<http://www.emater.pr.gov.br/html>>. Acesso em 10 abr. 2004.

PARANÁ (Estado). Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). **Perfil da realidade agrícola 2003**. Guarapuava/PR, 2004.

PARANÁ (Estado). Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). **Indicadores e mapas temáticos para o planejamento urbano e regional**: IPARDES. Curitiba, 2003a. (CD-ROM)

PARANÁ (Estado). Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). **Arranjos produtivos locais e o novo padrão de especialização regional da indústria paranaense na década de 1990**. Curitiba: IPARDES, 2003b, 95p. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/html>>. Acesso em 11 abr. 2004.

PARANÁ (Estado). Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. **Aspectos da agricultura paranaense**. Paraná, 2000. Disponível em: <<http://www.seab.pr.gov.br/html>>. Acesso em 11 abr. 2003.

PARANÁ (Estado). Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. Departamento de Economia Rural. Divisão de Estatística Básica. **Produção agropecuária municipal do Estado do Paraná**. Curitiba, 2001.

PARANÁ (Estado). Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. **Aspectos da agricultura paranaense**. Paraná, 2003. Disponível em: <<http://www.seab.pr.gov.br/html>>. Acesso em 9 jun. 2004.

PAULILLO, Luiz Fernando. **Redes de poder & territórios produtivos**. São Carlos: UFSCAR, 2000.

PIERUCCINI M. C. **Os Rocha Loures**. Uma família paranaense em 300 anos de história. Curitiba: Posigraf, 1995.

PIRES, Ariel José. **Assentamentos de sem-terra em Guarapuava: histórico e cotidiano**. Assis: UNESP/UNICENTRO, 1996. (Dissertação de mestrado)

POHL DA SILVA, Walderez. **Guarapuava: crônica de uma cidade anunciada (1819-1978)**. Assis-SP/Guarapuava-PR: UNESP/UNICENTRO, 1999. (Dissertação de mestrado)

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Globo, 2000, v. 01 e 02.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003**. Brasília: PNUD: IPEA, Fundação João Pinheiro, 2003. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/html>>. Acesso em: 01 set. 2003.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. **A guerra santa no Brasil: o movimento messiânico do Contestado**. São Paulo: Brasiliense. 1980.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado: 1912-1916**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RANGEL, Ignácio. **A inflação brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RELATÓRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. Guarapuava: Prefeitura Municipal, 1958.

REVISTA CIDADES DO BRASIL. **Curitiba 310 anos**. Curitiba, n. 39, mar., 2003.

REVISTA EXAME. **Melhores e maiores**. São Paulo: Abril, jul., 2003.

SACK, R. **The human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton. Por uma Geografia das redes. In: **A natureza do espaço: espaço e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 209-222.

SCHERER-WARREN, Ilse. Metodologia de redes no estudo das ações coletivas e movimentos sociais. **Cadernos de pesquisa**. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política-UFSC, n. 5, ago., 1995, p. 2-13.

SCOTT, John. **Social network analysis**. London: Sage Publications, 1991.

SERRA, Elpídio. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**. Rio Claro: UNESP, 1992, 361p. (Tese de doutorado)

SEYFERTH, G. **Imigração e Cultura no Brasil**. Brasília: UnB, 1990.

SILVA, Joseli M. **A verticalização de Guarapuava (PR) e suas representações sociais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

SILVA, Márcia da. **O poder local em Presidente Prudente-SP, o comerciante e suas representações sociais**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2000, 189p. (Dissertação de mestrado)

SILVEIRA, Márcio Rogério. **A importância geoeconômica das estradas de ferro no Brasil**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2003, 455p. (Tese de doutorado)

SILVESTRE, Cezar. **Diário de Guarapuava**: Guarapuava 7/10/2004, n. 1462, p. 3.

SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO PARANÁ (OCEPAR, 2003). **Dados estatísticos e outros dados**. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/html>>. Acesso em 12 de abr. 2004.

SOUZA, Marcelo José L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E., GOMES, Paulo C. C., CORRÊA, Roberto L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

STEFENON, Daniel. **Colônia Vitória-PR: territorialidade e segregação**. Guarapuava: UNICENTRO, 2003

THOMÉ, Nilson. **Sangue, suor e lágrimas no chão contestado**. Caçador: UnC/Incon, 1992.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOTA, Antônio Pedro. **Contestado**: a guerra do novo mundo. São Paulo, Brasiliense. 1983.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. 43^a Zona Eleitoral. **Registros de prestação de contas eleitorais**. Guarapuava: 1996 e 2000.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1982.

VECCHIA, Raquel V. R. Dalla. **Os caminhos e o tropeirismo em Guarapuava**. Guarapuava/Assis: UNESP/UNICENTRO, 2000. (Dissertação de mestrado)

VELHO, O. Gilberto. **Frente de expansão e estrutura agrária**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

WESTPHALEN, C. M.; MACHADO, B. P.; BALHANA, A. P. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**. Curitiba: Departamento de História/UFPR, n. 7, 1968, p. 1-53.

WONS, Iaroslav. **Geografia do Paraná**. Curitiba: Ensino Renovado, 1982.

JORNAIS

DIÁRIO DE GUARAPUAVA: Guarapuava, 29/09/2000, n. 464, p. 1.

DIÁRIO DE GUARAPUAVA: Guarapuava, 03/10/2000, n. 466, p. 1.

DIÁRIO DE GUARAPUAVA: Guarapuava, 14/07/2004, n. 1401, p. 3.

ESQUEMA OESTE: Guarapuava, 6 a 12/12/1986, n. 844, p. 5.

ESQUEMA OESTE: Guarapuava, 6 a 12/12/1986, n. 844, p. 16.

ESQUEMA OESTE: Guarapuava, 14 a 20/11/1987, n. 876, p. 3.

ESQUEMA OESTE (Editorial): Guarapuava, 25/05 a 07/06/1988, n. 907, p. 03.

ESQUEMA OESTE: Guarapuava, 30/07 a 05/08/1988, n. 912, p.5.

ESQUEMA OESTE: Guarapuava, 19 a 25/11/1988, n. 928, p. 6.

ESQUEMA OESTE: Guarapuava, 27/06 a 03/07/1992, n. 1113, p. 3,

ESQUEMA OESTE: Guarapuava, 27/06 a 03/07/1992, n. 1113, p. 04.

- ESQUEMA OESTE: Guarapuava, 27/06 a 03/07/1992, n. 1113, p. 05.
- ESQUEMA OESTE: Guarapuava, 10 a 16/10/1992, n. 1128, p. 05.
- ESQUEMA OESTE: Guarapuava, 31/10 a 06/11/1992, n. 1131, p.11.
- O REPÓRTER: Guarapuava, 06 a 13/04/1996, n. 15, p. 3.
- O REPÓRTER: Guarapuava, 29/06 a 06/07/1996, n. 27, p 3.
- O REPÓRTER (Editorial): Guarapuava, 13 a 20/07/1996, n. 28, p. 2.
- O REPÓRTER (Editorial): Guarapuava, 26/10 a 02/11/1996, n. 42, p. 2.
- TRIBUNA REGIONAL: Guarapuava, 03 a 09/06/2004, n. 10, p. 2.
- TRIBUNA REGIONAL: Guarapuava, 17 a 23/06/2004, n. 10, p. 2.
- TRIBUNA REGIONAL: Guarapuava, 17 a 23/06/2004, n. 10, p. 6.
- TRIBUNA REGIONAL: Guarapuava, 24 a 30/06/2004, n.11, p. 2.
- TRIBUNA REGIONAL: Guarapuava, 01 a 07/07/2004, n. 12, p. 2.
- TRIBUNA REGIONAL: Guarapuava, 15 a 21/07/2004 n. 14, p. 5.
- TRIBUNA REGIONAL: Guarapuava, 05 a 11/08/2004, n. 17, p. 14.
- TRIBUNA REGIONAL: Guarapuava, 19 a 25/08/2004, n. 19, p. 2.
- TRIBUNA REGIONAL (Editorial): Guarapuava, 30/09 a 06/10/2004, n. 25, p. 2.
- TRIBUNA REGIONAL: Guarapuava, 07 a 13/10/2004, n. 27, p. 1.
- TRIBUNA REGIONAL (Editorial): Guarapuava, 07 a 13/10/2004, n. 27, p. 2.
- TRIBUNA REGIONAL: Guarapuava, 07 a 13/10/2004, n. 27, p. 5.
- TRIBUNA REGIONAL: Guarapuava, 21 a 27/10/2004, n. 29, p. 2.
- TRIBUNA REGIONAL: Guarapuava, 21 a 27/10/2004, n. 29, p. 6.
- TRIBUNA REGIONAL: Guarapuava, 21 a 27/10/2004, n. 29, p. 12.

ENTREVISTAS CITADAS

Alcebíades Clemente W. Virmond

Antenor Gomes de Lima

Antonio França de Araújo

Antonio Schier

Cezar Silvestre

Elio Dalla Vecchia

Eloir Francisco Gelinski

Flavecir Ribeiro

Gracita G. Marcondes

Jorge Karl

Júlio Cezar Pacheco Agner

Luiz Fernando Ribas Carli

Manoel Lacerda Vieira

Maria Madalena Nerone

Luiz Maurício K. Hyczy

Nivaldo Passos Krüger

Valdir Fuchs

Vitor Hugo Burko

Wienfred Mathias Leh